



Governo do Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO DA AÇÃO

GOVERNAMENTAL

**RAG**

**2009**

Analítico

Avaliação  
dos programas

**VOLUME III**

Objetivos Estratégicos

08 e 09







Estado de Mato Grosso

## **VOLUME III OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE 8 A 9**

### **SUMÁRIO**

#### **OBJETIVO ESTRATÉGICO 08 - CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA BIODIVERSIDADE COM O USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E COM DIMINUIÇÃO DAS PRESSÕES ANTRÓPICAS, ESPECIALMENTE SOBRE A FLORESTA.**

PROGRAMAS:

|  |    |
|--|----|
| CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS(177)         | 03 |
| EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA(178)              | 12 |
| CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE BIODIVERSIDADE(180)    | 27 |
| GESTÃO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO(181) | 52 |
| GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS(182)               | 77 |
| DEFESA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE(261)        | 91 |

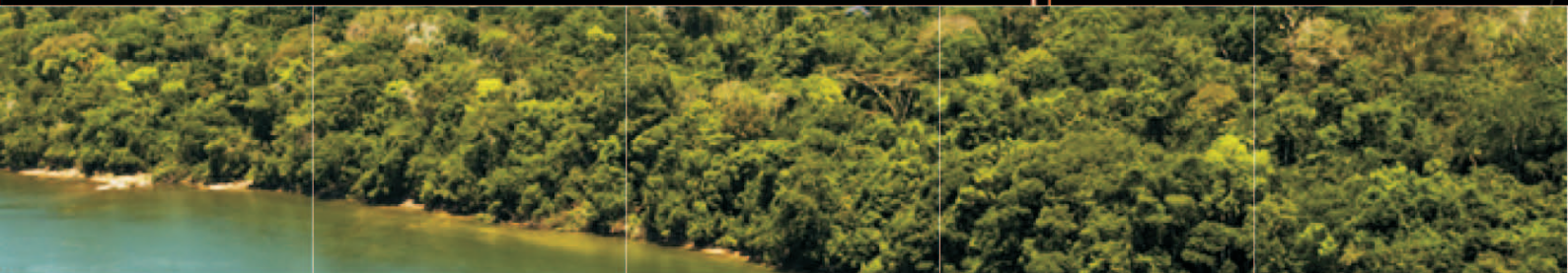
#### **OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 - REDUÇÃO DO RITMO DE DESMATAMENTO E RECUPERAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL E DAS ÁREAS DEGRADADAS DOS BIOMAS DE MATO GROSSO.**

PROGRAMAS:

|  |     |
|--|-----|
| GESTÃO DE ÁREAS DEGRADADAS(179)              | 99  |
| DESENVOLVIMENTO FLORESTAL / MT-FLORESTA(190) | 111 |



# RELATÓRIO DA AÇÃO



## GOVERNAMENTAL

# RAG 2009

### Avaliação dos programas

**Objetivo Estratégico 08**

Conservação do meio ambiente e  
da biodiversidade com o uso e  
manejo sustentável dos recursos naturais



Governo do Estado de Mato Grosso





Estado de Mato Grosso

**RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA**

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>Exercício:</b>                   | 2009   |
| <b>Programa:</b>                    | <b>177-CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS</b>   |
| <b>Objetivo Estratégico do PPA:</b> | 08-CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA BIODIVERSIDADE (PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO) USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS ( SOLO, ÁGUA, MINERAIS E BIÓTICOS EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO) COM DIMINUIÇÃO DAS PRESSÕES ANTRÓPICAS, ESPECIALMENTE SOBRE   |
| <b>Tipo de Programa:</b>            | Finalístico  |
| <b>Origem do Programa:</b>          | DEFICIENCIA DA AFERIÇÃO DO IMPACTO DAS ATIVIDADES POLUIDORAS CAUSADO POR:<br>- POUCA EFETIVIDADE DO LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO;<br>- FORTE CENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE LICENCIAMENTO, TODAS REALIZADAS NA SEDE DA SEMA;<br>- OS RECURSOS HUMANOS SÃO INSUFICIENTES, COM ALTA ROTATIVIDADE, POR QUESTÕES SALARIAIS, E O QUADRO PERMANENTE SEM CAPACITAÇÃO CONTINUADA;<br>- A INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA INSUFICIENTE;<br>- A REGULAMENTAÇÃO DO CÓDIGO AMBIENTAL É INCOMPLETA E DESATUALIZADA;<br>- AUSÊNCIA DE INSTRUMENTOS E MÉTODOS DE AFERIÇÃO PARA INDICADORES DE POLUIÇÃO NA SEMA;<br>- OS PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO NÃO ATENDEM AS DIFERENÇAS ENTRE AS ATIVIDADES LICENCIADAS;<br>- O CONTROLE ATUA DESINTEGRADO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES QUE PERMITA AVALIAR A EFICIÊNCIA DA GESTÃO DO CONTROLE;<br>- A METODOLOGIA NÃO INCLUI EFETIVAMENTE O SENSORIAMENTO REMOTO;<br>- O ZSEE NÃO ESTÁ DISPONÍVEL COMO SUBSÍDIO À METODOLOGIA<br>- NÃO HÁ VANTAGENS ECONÔMICAS NA ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS (TECNOLOGIAS LIMPAS NÃO SÃO INCORPORADAS), E AS TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS SÃO CONSIDERADAS CARAS;<br>- HÁ POUCAS PESQUISAS EM TECNOLOGIAS QUE REDUZEM A POLUIÇÃO NOS EMPREENDIMENTOS, E POUCA DIVULGAÇÃO DESTAS;<br>- A LEGISLAÇÃO NÃO CONTEMPLA INCENTIVOS ECONÔMICOS OU NÃO PARA A REDUÇÃO DOS NÍVEIS DE POLUIÇÃO;<br>- CRESCIMENTO DESORDENADO DOS CENTROS URBANOS;<br>- PLANOS DIRETORES, QUANDO EXISTENTES NÃO SÃO IMPLEMENTADOS, SENDO QUE MUITOS MUNICÍPIOS AINDA NÃO TÊM PLANOS DIRETORES; |
| <b>Objetivo do Programa:</b>        | REALIZAR O MONITORAMENTO E O ORDENAMENTO DO ESPAÇO, LICENCIANDO, VISTORIANDO E FISCALIZANDO OS EMPREENDIMENTOS COM POTENCIAL POLUIDOR.   |
| <b>Público Alvo:</b>                | EMPREENDEDORES DO SETORES DE INDUSTRIAIS, SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA  |
| <b>Unidade Resp. Programa:</b>      | 27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente  |
| <b>Gestor(a) do Programa:</b>       | Salatiel Alves De Araujo   |

| INDICADORES  |                           |                   |                   |                  |               |              |               |
|--|---------------------------|-------------------|-------------------|------------------|---------------|--------------|---------------|
| Descrição  | Periodicidade da Apuração | Unidade de Medida | Índice Início PPA | Índice Final PPA | Previsto 2009 | Apurado 2009 | Data Apuração |
| Nº DE INSTRUMENTOS LEGAIS APLICADOS (AUTO DE INSPEÇÃO, NOTIFICAÇÃO, INFRAÇÃO, EMBARGO E INTERDIÇÃO<br>Fonte: SEMA/SUAD | Anual                     | UNIDADE           | 1500              | 3500             | 2500          | 4.752,00     | 31/12/2009    |
| MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO LICENCIAMENTO<br>Fonte: .  | Quadrimestral             | MUNICÍPIO         | 69                | 139              | 0             | 0,00         | 31/12/2009    |
| Nº DE PROCESSOS ANALISADOS NA SUIMIS<br>Fonte: SUIMIS  | Anual                     | UNIDADE           | 1000              | 2500             | 1500          | 1.594,00     | 31/12/2009    |

**Análise de Indicadores do Programa:**

Apesar dos resultados ruins no desempenho orçamentário, verifica-se pelos números apresentados no apurado em relação ao previsto excelente desempenho. Os indicadores refletem o bom desempenho operacional do programa.

**ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA**

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 125.510,41          | 125.510,41                    | 62.804,94       | 0,00                 | 50,04                                       | 50,04   |
| 109                                  | 1.003.232,00        | 1.633.232,00                  | 1.180.709,79    | 0,44                 | 117,69                                      | 72,29   |



## Estado de Mato Grosso

|              |                     |                     |                     |             |              |              |
|--------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------|--------------|--------------|
| 240          | 656.751,55          | 944.329,64          | 463.041,42          | 0,00        | 70,50        | 49,03        |
| 261          | 284.000,00          | 284.000,00          | 43.618,32           | 0,00        | 15,36        | 15,36        |
| <b>Total</b> | <b>2.069.493,96</b> | <b>2.987.072,05</b> | <b>1.750.174,47</b> | <b>0,44</b> | <b>84,57</b> | <b>58,59</b> |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

O desempenho do planejamento foi bom conforme indicado no índice do PPD, sendo que poderia ter atingido um índice melhor caso tivesse havido liberação de recursos na fonte 231 (convênios). Também contribuiu para isto o fato de ter acontecido o contingenciamento da fonte 100. Tivemos também um número excessivo de devoluções injustificáveis dos processos de aquisições e atrasos da SAD em processar os requerimentos. Tivemos ainda várias complicações burocráticas e administrativas desnecessárias advindas da forma como a SAD - Secretaria de Estado de Administração, que controla os pregões e licitações dos Estado, tratou os processos deste Programa. Tais fatos, alheios a nossa vontade, inviabilizaram um melhor resultado.

### Capacidade de Execução - COFD:

A execução orçamentária não foi boa em função das várias negativas de autorização para a execução financeira dos valores empenhados. Portanto não houve conclusão na maioria das aquisições solicitadas à SAD seja por motivos burocráticos, administrativos e de gestão.

### Execução:

A execução do programa foi satisfatória tendo em vista que o que foi autorizado foi efetivamente concluído. Tendo as metas físicas atingido valores maiores do que o inicialmente planejado.

### Resultados:

Efetivamente, diante dos problemas ambientais existentes no Estado, o programa contribuiu grandemente para a mitigação destes problemas. Atividades consideradas potencialmente poluidoras foram licenciadas, monitoradas e fiscalizadas. Conseguiu-se com isto que os impactos que seriam causadas sem a aplicação das ações fossem minimizados. Sendo assim os empreendimentos na sua grande maioria operam dentro dos padrões legais ambientais.

### Principais restrições e providências adotadas:

As principais dificuldades encontradas foram burocráticas e administrativas. Buscamos a solução dos entraves porém, como não tínhamos ascendência sobre a gestão da SAD, não pudemos saná-las.

### Outros aspectos relevantes:

Nada a declarar.

### Outros produtos entregues:

### Recomendações da Unidade responsável pelo programa:

Recomendamos maior agilidade e menos burocracia na análise dos pedidos referentes a aquisição de equipamentos e de materiais permanentes por parte da SAD para que possamos ter melhores índices de execução orçamentária e financeira.





## Estado de Mato Grosso

### Avaliação das Ações do Programa

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>1528-DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATIVIDADES POLUIDORAS</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 177-CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | 27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | AMPLIAR A CAPAC. DE GESTÃO AMBIENTAL DOS MUNIC. A PARTIR DA DESCENTRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS DAS ATIVIDADES POLUIDORAS DE PEQUENO PORTE. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | CONSÓRCIO HABILITADO   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Carlos Alberto Lopes   |

#### META FÍSICA

| Região de Planejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 2,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>2,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 4,00                      | 4,00                                 | 2,00                       | 50,00   | 50,00  |

#### Análise da Meta Física:

Embora tenhamos feito um grande esforço para habilitar 04 municípios ou consórcios intermunicipais, não foi possível. Somente 02 municípios conseguiram atender os requisitos da Resolução CONSEMA Nº 04/2008 e outros 03 que tinham iniciados o processo não conseguiram complementar a documentação necessária exigida pela referida Resolução acima. Os municípios que tiveram parecer favorável da Comissão de Municipalização da Gestão Ambiental para habilitação foram Comodoro e Rondonópolis.

Deve-se ressaltar que os gestores municipais estão pouco motivados para assumirem a Gestão Ambiental, motivo pelo qual o processo continua com baixa aceitação, necessitando de uma maior participação do Estado, oferecendo uma contrapartida para os municípios que aderirem ao programa. Essa contrapartida poderá ser uma estrutura mínima necessária para que os municípios implantem a Gestão Ambiental, que poderá ser um Kit Descentralização constituída por um veículo ou moto, computadores, GPS, máquina fotográfica, etc. Dessa forma acreditamos que poderemos motivá-los para que eles assumam seu papel previsto na Constituição Federal, que é a Gestão Ambiental das atividades de impacto local.

#### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 17.200,00           | 17.200,00                     | 6.695,00        | 0,00                 | 38,92                                       | 38,92   |
| 109                                  | 0,00                | 30.000,00                     | 3.225,00        | 0,00                 | 0,00  | 10,75   |
| <b>Total</b>                         | <b>17.200,00</b>    | <b>47.200,00</b>              | <b>9.920,00</b> | <b>0,00</b>          | <b>57,67</b>                                | <b>21,02</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

Os recursos previstos não foram utilizados em sua totalidade, tendo em vista que foram feitas parcerias com outros órgãos e entidades, tais como: Ministério do Meio Ambiente, através do Programa Nacional de capacitação de Gestores Ambientais - PNC, onde foram treinados aproximadamente 80 técnicos de 20 municípios do Estado, evento patrocinado pela Associação Mato-grossense de Municípios - AMM, onde participaram 120 gestores/Secretários municipais de Meio Ambiente e Agricultura e eventos promovidos pelas Prefeituras de Sinop/Defesa Civil e de Nova Xavantina, Água Boa e Canarana, onde também participaram vários gestores do vale do Araguaia. Nestes eventos tivemos despesas somente com diárias e patrocinamos Coffe Break no curso em parceria com MMA.

#### Capacidade de Execução - COFD:

O COFD mostrou deficiência devida principalmente às parcerias feitas durante o ano/2009, em especial com o MMA que custeou o curso de capacitação, onde demandava maiores recursos. Desta forma não foi necessário a utilização de recursos na ordem de R\$ 30.000,00 que foram suplementados.

#### Alcance do Objetivo Específico:



## Estado de Mato Grosso

Os objetivos da ação na busca de parcerias com os municípios para a Gestão Ambiental Municipal foram parcialmente alcançados, com a habilitação de 02 municípios e pelo menos mais 10 em processo de construção. Esse processo tem que ser perseguido, tendo em vista a sua importância para facilitar o pequeno e médio empreendedor de obter a licença ambiental com menores custos, tendo maior participação da sociedade na gestão ambiental e principalmente aliviando o órgão ambiental estadual da concentração de licenças ambientais de atividades de pequeno e médio impacto. É de fundamental importância também a parceria dos municípios na defesa do meio ambiente e na busca do desenvolvimento sustentável, com a participação efetiva da sociedade. Todavia necessita de uma maior participação do estado oferecendo parte da estrutura necessária para que os municípios implante a Gestão Ambiental.

### Execução Orçamentária e Financeira:

A execução orçamentária ocorreu da forma prevista, sendo que os recursos não foram utilizados devido às parcerias descritas acima, com economia de recursos para a estas finalidades.

### Outros aspectos relevantes:

Outros aspectos relevantes que podemos citar é a parceria com o MT Regional no processo de Descentralização da Gestão Ambiental, onde tivemos várias oportunidades de participar de eventos patrocinados por este órgão, apresentando o projeto de descentralização aos membros dos Consórcios Intermunicipais de várias regiões do Estado, sensibilizando os gestores para assumirem o seu papel da gestão ambiental de atividades de impacto local, prevista na Constituição Federal.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Apesar de a ação estar caminhando gradativamente com menos de 10% dos municípios do estado habilitados para exercerem de fato as atividades de Gestão Ambiental, podemos dizer que o processo é irreversível e necessita de uma maior participação do Estado para a estruturação das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, para que os municípios possam exercer essa parceria prevista na constituição, de licenciar as atividades de impacto local. Dos 07 municípios habilitados verificamos que ocorreram avanço significativo nas atividades de gestão ambiental, aliviando ainda em pequeno percentual a demanda por licenças ambientais de atividades de pequeno impacto ambiental na SEMA. A execução orçamentária ocorreu da forma prevista, sendo que os recursos não foram utilizados devido as parcerias descritas acima, com economia de recursos para o específicos.

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>2333-LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS</b> |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 177-CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>                                 |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | DISCIPLINAR AS ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS NO ESTADO DE MATO GROSSO       |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | EMPREENDIMENTOS LICENCIADOS  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Carlos Alberto Lopes   |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta            |
|------------------------|-----------------|
| ESTADO                 | 1.193,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>1.193,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1.000,00                  | 1.000,00                             | 1.193,00                   | 119,30  | 119,30   |

### Análise da Meta Física:

A meta física foi plenamente atingida uma vez que foram emitidas 1.193 licenças de instalação para novos empreendimentos dentro do Estado. Estes números nos remetem a uma avaliação muito boa em percentuais de execução da meta física.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 68.299,41           | 68.299,41                     | 45.146,94       | 0,00                 | 66,10                                       | 66,10   |
| 109                                  | 644.285,71          | 1.044.285,71                  | 871.562,79      | 0,44                 | 135,28                                      | 83,46   |
| 240                                  | 27.777,78           | 315.355,87                    | 27.777,78       | 0,00                 | 100,00                                      | 8,81  |



## Estado de Mato Grosso

|              |                   |                     |                   |             |               |              |
|--------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------|---------------|--------------|
| <b>Total</b> | <b>740.362,90</b> | <b>1.427.940,99</b> | <b>944.487,51</b> | <b>0,44</b> | <b>127,57</b> | <b>66,14</b> |
|--------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------|---------------|--------------|

### Capacidade de Planejamento - PPD:

Este índice de 127,57 % em relação à dotação inicial se deve ao fato de haver 03 (três) suplementações referentes ao superávit de 2008, que contemplaram esta Ação, aumentando o seu orçamento inicial de R\$ 740.362,90 para R\$ 1.427.940,99, pois se considerarmos em relação a esta dotação final o índice é de 66,14% o que manteria o desempenho como regular, devido a indeferimento de solicitações junto a SAD, de todos os pedidos para aquisições de equipamentos para o prédio novo que encontra-se em construção.

### Capacidade de Execução - COFD:

Com as suplementações de R\$ 287.578,09 para aquisição de arquivos deslizantes, mais R\$ 200.000,00 para aquisição de equipamentos e ainda R\$ 200.000,00 para diárias de técnicos. A ação se tornou viável para um bom desempenho, no entanto o índice de 66,14 % reflete uma execução considerada regular, haja vista a não realização da aquisição de alguns itens em função da burocracia encontrada na SAD Secretária de Administração, onde surgiram dificuldades para realização dos devidos pregões para estas aquisições..

### Alcance do Objetivo Específico:

Dentro do planejado, houve um cumprimento de metas voltadas ao objetivo das Ações que compõe o Programa de CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS, pois devido às suplementações que ocorreram dentro desta Ação e que elevaram o valor inicial de R\$ 740.362,90 para R\$ 1.427.940,99, ocasionando muitas mudanças nos objetivos e necessidades de aquisições no setor, isto fez com que o PPD tivesse o índice em 127,57 % ou seja, ultrapassando os 100 % do valor inicial, porém na execução após a suplementação, houve também a não aquisição dos produtos, pelos motivos já mencionados, que ocorreram na SAD Secretária de Administração, onde devido a questões burocráticas e administrativas, não se consolidou o pregão para estas aquisições, trazendo o índice COFD para 66,14% considerado apenas regular.

### Execução Orçamentária e Financeira:

A execução orçamentária se deu dentro das previsões de planejamento, principalmente após as suplementações realizadas: Processo 2189, onde suplementou R\$ 287.578,09 no elemento 4.4.90.52 (material permanente) com o objetivo específico de aquisição de armários deslizantes que seriam implantados no prédio novo da Secretaria, o qual se encontra em obras e cujo orçamento não contemplava esta aquisição, assim como mais R\$ 200.000,00 no processo N°1026, para aquisição de equipamentos técnicos como computadores, GPS e máquinas digitais para melhor equipar as coordenadorias e os técnicos da SUIMIS. No entanto ocorreu que, após a suplementação e envio dos Termos de Referências para a SAD, nada ou quase nada foi para frente. Já a execução financeira não existiu, pois se deixou de adquirir os armários deslizantes assim como se deixou de adquirir 60 máquinas digitais, pelo motivo da SAD exigir a configuração das mesmas de acordo com a disponível no site do sistema de aquisições e depois alegar que a configuração ali existente estarem ultrapassados ou fora de linha. Desta forma, por burocracias administrativas, permaneceram intactos os R\$ 287.578,09 e mais R\$ 53.126,00 suplementados com finalidade destas aquisições, as quais devido ao processo ter sido disparado em 2009, também não foram previstos no PTA 2010. Desta forma se explica o índice dos coeficientes.

### Outros aspectos relevantes:

Podemos considerar como relevante o fato de que a não aquisição destes equipamentos em 2009 e conseqüentemente a perda deste valor orçamentário acarretará transtorno no PTA de 2010, onde não estarão contempladas estas aquisições que são de suma importância para o bom desenrolar das ações previstas.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Na realidade não vem a ser uma justificativa, mas sim, uma solicitação, para que os processos licitatórios sejam menos burocráticos, principalmente junto à SAD, para que possamos executar o planejamento com tranquilidade.

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4040-ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS</b> |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 177-CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS                        |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>           |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | DAR RESPOSTA A EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS            |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | ATENDIMENTO REALIZADO  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Joao Carlos Rocha - Sd Bm                                    |

### META FÍSICA

| Região de Planejamento | Meta          |
|------------------------|---------------|
| ESTADO                 | 135,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>135,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
|                           |                                      |                            |   |  |



## Estado de Mato Grosso

|        |        |        |       |        |
|--------|--------|--------|-------|--------|
| 200,00 | 104,00 | 135,00 | 67,50 | 129,81 |
|--------|--------|--------|-------|--------|

### Análise da Meta Física:

A previsão orçamentaria da fonte 261, da ação 4040 e medida 5 que é a execução do projeto de prevenção e preparação e resposta rápida à acidentes com produtos perigosos, não foi executado devido a falta de repasse financeiro do Ministério do Meio Ambiente para SEMA, e também a contratação de uma Empresa especializada para o desenvolvimento do algoritimo de risco dos cadastro dos municípios não foi autorizada pela Secretaria de Administração (SAD).

A meta física realizada atingida no ano de 2009 foi de 135.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 240                                  | 440.794,00          | 440.794,00                    | 273.295,62        | 0,00                 | 62,00                                       | 62,00   |
| 261                                  | 284.000,00          | 284.000,00                    | 43.618,32         | 0,00                 | 15,36                                       | 15,36   |
| <b>Total</b>                         | <b>724.794,00</b>   | <b>724.794,00</b>             | <b>316.913,94</b> | <b>0,00</b>          | <b>43,72</b>                                | <b>43,72</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

A previsão orçamentaria do programa 177 da ação 4040 das medidas 2,3,4, alguns itens do PTA, ficou sob responsabilidade da Coordenadoria de Apoio Logístico para aquisições de alguns itens como( passagens aéreas, kit de material de expediente, serviços de taxi e entre outros), esta reserva no PTA de nosso programa era determinado pela Coordenadoria de Apoio Logístico. Acabando prejudicando a execução.

### Capacidade de Execução - COFD:

A insuficiência financeira da fonte 261, verificada no ano de 2009, influenciou o índice COFD da ação 4040 medida 5, O saldo orçamentario da fonte 261 não pode ser executado devido a falta de repasse financeiro do Ministério do Meio Ambiente a SEMA. O que contrui para os resultados de deficiente.

### Alcance do Objetivo Específico:

Os objetos das ações de atendimentos a emergências com produtos perigosos, foi atingida e não foi influenciada pelos indices de PPD e COFD.

Os atendimentos as emergências com produtos quimicos perigosos, não sofreu influência da falta de recursos do Ministério do Meio Ambiente.

Esta ação tem como seu objetivo principal o atendimentos as emergências com produtos quimicos perigosos, para o nosso Estado e de suma importância esta ação devido a grande quantidade de substâncias químicas que circulam em nossas malhas viárias.

### Execução Orçamentária e Financeira:

A liberação não gerou efeito na meta física, devida a falta de recursos financeiros do projeto do MMA e a SEMA. Mas o planejamento não foi executado em virtude de alguns entraves internos, como por exemplo os indeferimentos em relação a participações em eventos, cursos, seminário e entre outros, ficando somente no planejamento.

### Outros aspectos relevantes:

O aspecto relevante a ser considerada são os entraves dos núcleos sistêmicos em relação as contratações de empresas especializadas e algumas aquisições de materiais específicos.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Que as liberações orçamentarias tenha um valor maior.

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4082-FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES POLUIDORAS</b>         |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 177-CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS                      |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>         |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | IMPLEMENTAR AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EM ATIVIDADES POLUIDORAS |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | FISCALIZACAO REALIZADA                                     |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Celio Nogueira Cunha                                       |



## Estado de Mato Grosso

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta          |
|------------------------|---------------|
| ESTADO                 | 504,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>504,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 600,00                    | 600,00                               | 504,00                     | 84,00   | 84,00  |

#### Análise da Meta Física:

Durante o ano de 2009 foram emitidos 389 autos de inspeção, 288 notificações, 06 termos de apreensão, 109 termos de embargo e 174 autos de infração, totalizando R\$ 54.483.400,00 em multas. Convém salientar que as fiscalizações realizadas pela ação 4082 (fiscalização das atividades poluidoras) estão diretamente relacionadas com as ações 4083 (fiscalização em áreas de disposição de resíduos sólidos e empreendimentos) e 2357 (fiscalização de empreendimentos usuários de água). Ou seja, a produtividade mensurada relativa à ação 4082, em determinadas situações, engloba as fiscalizações realizadas nas ações 4083 e 2357.

Foram realizadas operações de fiscalização em empreendimentos localizados nos seguintes municípios: Rondonópolis, Arenápolis, Lucas do Rio Verde, Porto Estrela, Porto dos Gaúchos, Barra do Bugres, Juscimeira, Jaciara, Querência, Ribeirão Cascalheira, Primavera do Leste, Várzea Grande, Cuiabá, Diamantino, Juína, Juara, Campo Verde, Vila Rica, Alto Araguaia, Acorizal, Nova Mutum, Santo Antônio do Leveger, Chapada dos Guimarães, Rondolândia, Vila Bela, Vila Rica, Nova Maringá, São José do Rio Claro, Poconé, Rosário Oeste e Sinop.

O cumprimento da meta física deu-se muito próximo do previsto no Plano de Trabalho Anual de 2009, que prevê a realização de 600 fiscalizações durante o ano. Em 2009 foram executadas 504 ações, o que representa o alcance de 84% da meta anual.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 109                                  | 358.946,29          | 358.946,29                    | 287.062,00        | 0,00                 | 79,97                                       | 79,97   |
| 240                                  | 188.179,77          | 188.179,77                    | 161.968,02        | 0,00                 | 86,07                                       | 86,07   |
| <b>Total</b>                         | <b>547.126,06</b>   | <b>547.126,06</b>             | <b>449.030,02</b> | <b>0,00</b>          | <b>82,07</b>                                | <b>82,07</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

A previsão do orçamento da ação 4082 no processo do PTA foi realizada corretamente.

A previsão orçamentária destinada à realização de curso de capacitação (locação de salas e coffee break), não foi utilizada, pois o curso de capacitação não foi autorizado pela SAD.

Foram remanejados recursos destinados ao pagamento de combustíveis, movimentações orçamentárias realizadas pela Coordenadoria de Apoio Logístico, responsável pela execução deste item de despesa.

Foi também realizado remanejamento de recursos (R\$ 20.000,00) para viabilizar a aquisição de notebooks, pois durante a elaboração do PTA 2009 não foram previstas despesas com este fim, uma vez que estava em trâmite processo para aquisição de notebooks, que não foi concluído, em virtude da não finalização do Registro de Preço realizado pela Secretaria de Estado de Administração. No entanto, o recurso remanejado não foi utilizado em virtude da diminuição, pelo Secretário Executivo do Núcleo Ambiental, da quantidade autorizada de notebooks a serem adquiridos.

Com o objetivo de viabilizar a locação de imóvel para estacionamento, para atender os servidores lotados na Superintendência de Fiscalização, foi realizado remanejamento orçamentário (R\$14.400,00) para pagamento do contrato de aluguel, assinado no mês de agosto. Durante a elaboração do PTA 2009 não foram previstas despesas com locação de imóveis.

A insuficiência financeira da fonte 109, verificada no último quadrimestre, influenciou o índice PPD da ação. O saldo orçamentário da fonte 109, que não pôde ser utilizado devido à sua insuficiência financeira, representou 73,27 % do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009.

De janeiro a dezembro de 2009 foram executados 82,07% do orçamento previsto para o ano de 2009, incluindo as suplementações e reduções ocorridas no período.

Os fatores acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados.

#### Capacidade de Execução - COFD:

A insuficiência financeira da fonte 109, verificada no último quadrimestre, influenciou o índice COFD da ação 4082. O saldo orçamentário da fonte 109, que não pôde ser utilizado devido à sua insuficiência financeira, representou 73,27 % do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009.

De janeiro a dezembro de 2009 foram executados 82,07% do orçamento previsto para o ano de 2009, incluindo as suplementações e reduções ocorridas no período.

Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados.

#### Alcance do Objetivo Específico:



## Estado de Mato Grosso

O objetivo específico da ação, que é implementar ações de fiscalização em atividades poluidoras, foi atingido, não tendo sido influenciado pelos índices PPD e COFD.

O objetivo da ação 4082 está alinhado com o objetivo do programa 177, que é realizar o monitoramento e o ordenamento do espaço, licenciando, vistoriando e fiscalizando os empreendimentos com potencial poluidor. As ações de fiscalização de atividades poluidoras contribuem para o alcance do objetivo do programa 177.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Dotação Inicial PTA 2009: R\$ 547.126,06; Total das anulações: R\$ 95.938,90; Total das suplementações: R\$ 95.938,90; Saldo após suplementações e anulações: R\$ 547.126,06

Saldo em 31/12/2009: R\$ 98.096,04.

Para a ação 4082 foram previstas despesas no PTA 2009 totalizando R\$ 547.126,06.

Foram utilizados recursos desta ação para aquisição de combustíveis e lubrificantes, peças para manutenção de veículos, contrato de locação de impressoras, serviços gráficos, aquisição de materiais de expediente, uniformes e contrato de locação de veículos. A previsão orçamentária destinada à realização de curso de capacitação (locação de salas e coffee break), não foi utilizada, pois o curso de capacitação não foi autorizado pela SAD.

As diárias pagas aos servidores para realização de ações de fiscalização totalizaram R\$ 136.260,00, durante o ano de 2009. Foram pagos com recursos desta ação (despesas do exercício anterior) processos de aquisição de carregadores, fontes veiculares e suportes para GPS.

Foram remanejados recursos destinados ao pagamento de combustíveis, movimentações orçamentárias realizadas pela Coordenadoria de Apoio Logístico, responsável pela execução deste item de despesa.

Foi também realizado remanejamento de recursos (R\$ 20.000,00) para viabilizar a aquisição de notebooks, pois durante a elaboração do PTA 2009 não foram previstas despesas com este fim, uma vez que estava em trâmite processo para aquisição de notebooks, que não foi concluído, em virtude da não finalização do Registro de Preço realizado pela Secretaria de Estado de Administração. No entanto, o recurso remanejado não foi utilizado em virtude da diminuição, pelo Secretário Executivo do Núcleo Ambiental, da quantidade autorizada de notebooks a serem adquiridos.

Com o objetivo de viabilizar a locação de imóvel para estacionamento, que atenderá os servidores lotados na Superintendência de Fiscalização, foi realizado remanejamento orçamentário (R\$14.400,00) para pagamento do contrato de aluguel, assinado no mês de agosto. Durante a elaboração do PTA 2009 não foram previstas despesas com locação de imóveis.

A insuficiência financeira da fonte 109, verificada no último quadrimestre, influenciou o índice de execução orçamentária e financeira da ação. O saldo orçamentário da fonte 109, que não pôde ser utilizado devido à sua insuficiência financeira, representou 73,27 % do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009.

De janeiro a dezembro de 2009 foram executados 82,07% do orçamento previsto para o ano de 2009, incluindo as suplementações e reduções ocorridas no período.

Dentre as limitações enfrentadas durante a implementação da ação citamos a insuficiência de recursos humanos e de frota de veículos à disposição da Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos, para a realização de ações de fiscalização.

O Plano de Trabalho Anual - PTA 2009 foi utilizado como ferramenta gerencial durante a implementação da ação, tendo sido realizadas reuniões periódicas para apuração dos índices de execução e verificação da necessidade de ajustes no planejamento da ação. Durante toda a execução orçamentária e financeira da ação foram priorizadas as despesas que obtivessem a melhor relação custo/benefício, atendendo ao princípio da economicidade.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4127-CAPACITAÇÃO CONTINUA DE TÉCNICAS DE CONTROLE AMBIENTAL</b>    |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 177-CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS                                 |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>                    |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | CAPACITAR OS TECNICOS NAS ÁREAS DE LICENCIAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PROFISSIONAL CAPACITADO   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | PESSOA  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Carlos Alberto Lopes  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| ESTADO                 | 39,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>39,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 77,00                     | 77,00                                | 39,00                      | 50,65   | 50,65  |



## Estado de Mato Grosso

### Análise da Meta Física:

A ação não atingiu sua meta prevista, tendo em vista ser disponibilizado apenas R\$ 40.000,00 para ser planejado durante o ano todo, em função da priorização dos recursos orçamentários para cumprimento das metas da Ação 2333 que é o objetivo maior da SUIMIS, ficando, portanto, subdimensionado os recursos para a mesma no aguardo da suplementação através de superávit 2008. Esta suplementação se deu no valor de R\$ 200.000,00 sendo R\$ 100.000,00 para diárias e R\$ 100.000,00 para contratação de STPJ. Ocorre que quando os Termos de Referências para as devidas contratações de cursos e professores foram encaminhados para a SAD, retornaram indeferidos e também com a não aprovação de solicitações em participações de eventos, congressos e cursos pela direção da casa, acarretaram na não utilização dos recursos orçamentários desta Ação, obtendo-se como resultado um coeficiente deficiente.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                  |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado  | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 40.011,00           | 40.011,00                     | 10.963,00        | 0,00                 | 27,40                                       | 27,40   |
| 109                                  | 0,00                | 200.000,00                    | 18.860,00        | 0,00                 | 0,00  | 9,43  |
| <b>Total</b>                         | <b>40.011,00</b>    | <b>240.011,00</b>             | <b>29.823,00</b> | <b>0,00</b>          | <b>74,54</b>                                | <b>12,43</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

O valor inicial previsto em orçamento para esta ação foi de R\$ 40.011,00, deste total inicial, houve uma boa execução orçamentária com 74,54%, considerado regular pelo sistema de avaliação de desempenho PPD. Este resultado reflete que o planejamento foi realizado sobre as possibilidades de gastos daquilo que seria disponível para a SUIMIS no decorrer do ano.

### Capacidade de Execução - COFD:

Quando do advento do superávit de 2008, esta ação foi suplementada de acordo com o Processo nº 1026 com o valor de R\$ 200.000,00 sendo metade, ou seja, R\$ 100.000,00 para diárias e a outra metade de igual valor para a contratação de STPJ ou seja pagamento de inscrições, matrículas, contratação de professores, cursos e entidades de ensino. Porém, todos os termos de Referências para os 77 técnicos da SUIMIS que trabalham exclusivamente com Licenciamento Ambiental. Sendo assim, com estes indeferimentos, não houve continuidade nos processos de contratação, ocasionando um baixo desempenho do COFD, sendo considerado Altamente Deficiente com apenas 12,43 % de execução, devido única e exclusivamente da não autorização da contratação dos cursos e eventos previstos, além das solicitações para participação de técnicos desta SUIMIS em eventos como cursos de aperfeiçoamentos na CETESB em SP, congressos em várias regiões do Brasil, etc. Todos vetados pelo Secretário Luiz Daldegan

### Alcance do Objetivo Específico:

Como já explicado anteriormente, houve um planejamento sobre um valor disponível de R\$ 40.000,00, sendo que este valor foi suplementado com o superávit 2008, acarretando no redimensionamento de contratações para cursos e eventos para os 77 técnicos da SUIMIS (Meta Física), entretanto os Termos de Referências para as devidas contratações de Cursos de alta relevância para os profissionais da área de Licenciamento, foram indeferidos pela SAD, assim como todas as solicitações de técnicos da SUIMIS para participação em eventos e congressos a partir do mês de março 2009 foram indeferidos pela direção da casa, desta forma todo o montante orçamentário ficou sem utilização, como reflexo temos o coeficiente Altamente Deficiente com apenas 12,43% de execução orçamentária e somente 39 técnicos capacitados no universo de 77 que seria a META FISICA.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Na realidade não há o que ser analisado, pois simplesmente a partir do final do mês de março, logo após suplementação realizada, todas as solicitações realizadas contemplando alguns dos 77 técnicos da SUIMIS, foram indeferidos, seja os TOR pela SAD ou mesmo as solicitações de participação em Congressos Brasileiros, como o de Engenharia Sanitária e de Agronomia, cursos na CETESB e outros que foram vetados pela direção da casa, não existindo execução financeira, embora existisse recursos financeiros, ficando somente o planejamento e o orçamento aprovado.

### Outros aspectos relevantes:

O aspecto relevante a ser considerado é o de que se não havia intenção de realmente capacitar os técnicos da SUIMIS, não havia também a necessidade de se fazer a suplementação orçamentária no valor de R\$ 200.000,00 que ficou ocioso na ação.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

A única recomendação é a de que se não vai haver capacitação não tem sentido a existência da Ação.



Estado de Mato Grosso

**RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA**

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>Exercício:</b>                   | 2009  |
| <b>Programa:</b>                    | <b>178-EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA</b>   |
| <b>Objetivo Estratégico do PPA:</b> | 08-CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA BIODIVERSIDADE (PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO) USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS ( SOLO, ÁGUA, MINÉRAIS E BIÓTICOS EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO) COM DIMINUIÇÃO DAS PRESSÕES ANTRÓPICAS, ESPECIALMENTE SOBR |
| <b>Tipo de Programa:</b>            | Finalístico   |
| <b>Origem do Programa:</b>          | A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESTÁ DESARTICULADA DAS AÇÕES DE CONTROLE INTRA E INTER ÓRGÃOS.  |
| <b>Objetivo do Programa:</b>        | EFETIVAR AÇÕES DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FORTALECIMENTO DAS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO.   |
| <b>Público Alvo:</b>                | PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, GESTORES, MULTIPLICADORES E PRODUTORES RURAIS.  |
| <b>Unidade Resp. Programa:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Gestor(a) do Programa:</b>       | Vania Marcia Montalvao G. Cesar   |

| INDICADORES   |                          |                   |                   |                  |               |              |               |
|---|--------------------------|-------------------|-------------------|------------------|---------------|--------------|---------------|
| Descrição   | Priodicidade da Apuração | Unidade de Medida | Índice Início PPA | Índice Final PPA | Previsto 2009 | Apurado 2009 | Data Apuração |
| NÚMERO DE MULT. AMB. CAPAC. NOS MUNIC., POR REGIÕES DE PLANEJ., NO ESTADO DE MT<br>Fonte: CEA/GETREIN-SEMA-MT                 | Anual                    | PERCENTUAL        | 790               | 800              | 3200          |              |               |
| PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FORMAL CAPACITADOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL<br>Fonte: SEDUC-MT   | Anual                    | PESSOA            | 8376              | 10376            | 500           |              |               |
| SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS ADEOSOS AO PROJETO CONSUMO CONSCIENTE<br>Fonte: SUEA-SEMA                                       | Anual                    | PESSOA            | 550               | 2000             | 1080          | 41,00        | 10/01/2010    |
| INSTITUIÇÃO PÚBLICA E PRIVADA ENVOLVIDA NOS EVENTOS<br>Fonte: SUEA-SEMA   | Anual                    | UNIDADE           | 14                | 46               | 26            | 323,00       | 10/01/2010    |
| PROPORÇÃO DE INST. DE ENSINO ATEND. TIE, NOS MUNIC., POR REGIÕES DE PLANEJ., NO ESTADO DE MT<br>Fonte: CEA-SEMA-MT            | Anual                    | PERCENTUAL        | 1                 | 5                | 5             |              |               |
| MULTIPLICADORES CAPACITADOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL<br>Fonte: SUEA-SEMA   | Anual                    | PESSOA            | 480               | 1250             | 300           | 9.087,00     | 10/01/2010    |
| MATERIAL PRODUZIDO PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL<br>Fonte: SUEA-SEMA  | Anual                    | UNIDADE           | 40000             | 123032           | 67600         | 22.166,00    | 10/01/2010    |
| PROPORÇÃO DE GESTORES PUB. AMB. CAPACITADOS, NOS MUNIC., POR REGIÕES DE PLANEJ, NO ESTADO DE MT<br>Fonte: CEA/GETREIN-SEMA-MT | Anual                    | PERCENTUAL        | 28                | 100              | 30            |              |               |
| PESSOAS ENVOLVIDAS NOS EVENTOS PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL<br>Fonte: SUEA-SEMA  | Anual                    | PESSOA            | 2000              | 6152             | 3380          | 9.087,00     | 10/01/2010    |

**Análise de Indicadores do Programa:**

O indicador profissional da educação formal capacitado em educação ambiental, não informado pela SEDUC-MT/Gerência de Educação Ambiental. Informa-se que em 2007 durante revisão nos indicadores houve uma alteração em conjunto com técnico da Secretaria de Planejamento do Estado, que os indicadores proporção de gestores e número de multiplicadores nos municípios seriam reconhecidos como multiplicadores capacitados em educação ambiental, bem como o indicador proporção de inst. de ensino atend. nos munic., que se comprova com a impressão do PPA 2008/2010 de 12/11/2007 as 11h:41. Constata-se pela maioria dos indicadores que o Programa de Educação Ambiental Integrada na Modalidade Educação Ambiental não formal vem superando nas ações e práticas educativas a sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiental. Detecta-se a falta de dados apurados e informados no sistema referente ao exercício de 2008.

**ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA**





## Estado de Mato Grosso

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                     |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado     | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 456.967,57          | 456.967,57                    | 408.179,65          | 1,00                 | 89,32                                       | 89,32   |
| 109                                  | 148.545,64          | 292.895,64                    | 145.998,03          | 0,00                 | 98,28                                       | 49,85   |
| 120                                  | 100.051,67          | 41.434,32                     | 40.435,05           | 0,00                 | 40,41                                       | 97,59   |
| 240                                  | 1.964.678,70        | 2.129.402,18                  | 1.728.552,47        | 0,00                 | 87,98                                       | 81,18   |
| 261                                  | 106.255,80          | 215.645,02                    | 102.563,54          | 0,00                 | 96,53                                       | 47,56   |
| <b>Total</b>                         | <b>2.776.499,38</b> | <b>3.136.344,73</b>           | <b>2.425.728,74</b> | <b>1,00</b>          | <b>87,37</b>                                | <b>77,34</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

O planejamento nas descrições de despesas foi bem definido, evidenciando na maioria das vezes, melhor domínio das reais demandas de aquisições e as respectivas naturezas de despesas, em relação aos anos anteriores. Durante os estudos detectou-se incompatibilidade entre objetivos específicos e objetivo geral, unidade de medida que deveria medir o objetivo específico, que não responde. As medidas que deveriam garantir a mensuração da meta física e do objetivo, também, não responde. Outro fator é a necessidade de definição institucional da área geográfica prioritária, para que se possam maximizar esforços e definir métodos de mensuração de eficiência, efetividade e restrições relacionadas com o alcance do objetivo geral do programa culminando a missão da SEMA, objetivo estratégico, bem como a missão de Estado.

### Capacidade de Execução - COFD:

Quanto à capacidade da execução orçamentária após ajuste orçamentário e financeiro, por meio de créditos adicionais apresentaram desempenho regular; pela morosidade nos tramites de processo, falta fluxo, pelo uso assistemático do PTA e do seu monitoramento; o PTA é elaborado antes do encerramento do exercício, muitos processos de aquisição encaminhados sem a garantia da aquisição. Normalmente deixando-se de prever determinadas naturezas de despesas. A execução contábil e financeira na resolução de ação, ou seja, pelo valor total, por natureza de despesa e a área operacional encaminhando processos de aquisições, por natureza de despesa, medida e tarefa causando incompatibilidade entre os controles manuais, uma vez que o sistema FIPLAN não permite seu monitoramento em tempo.

### Execução:

O êxito no cumprimento das ações de educação ambiental em 2009 deve-se em parte pelo esforço do setor em investir na qualificação profissional dos servidores e garantir a melhoria da qualidade dos serviços e produtos apresentados à comunidade. Outro fator que também contribuiu para a superação das metas previstas para 2009 cita-se a contribuição dos parceiros internos e externos que tem, ombreado a luta pela priorização das ações de educação ambiental como atividades preventivas e de formação do cidadão consciente. Hoje, o principal desafio desta superintendência é a melhoria contínua do processo educativo na área ambiental na busca da interiorização e descentralização dos serviços com qualidade e fortalecimento das relações junto à comunidade Mato-grossense, tendo como princípios a equidade e inclusão social: integralidade e intra e inter setorialidade das ações. Mato Grosso não pode se esquivar da responsabilidade que lhe é posta pela sociedade global e local na problemática ambiental da atualidade. Assim, reiteramos necessidade de unirmos esforços para atender as questões apontadas neste relatório. Acreditamos que a Educação Ambiental permite o cumprimento da cidadania e o empoderamento da sociedade para a compreensão do sistema ambiental, na perspectiva da relação indissociável das diferentes dimensões: ambiental, social, econômica e cultural para a construção de conceitos, procedimentos e valores para sociedades sustentáveis.

### Resultados:

O Programa Integrado de Educação Ambiental (desenvolvido em parceria com a SEDUC) que se insere na missão da SEMA e tem por objetivo "Efetivar ações de promoção, acompanhamento e fortalecimento das diretrizes de educação ambiental no Estado desenvolveu a formação continuada de gestores e multiplicadores em dois módulos tendo como produto a construção de planos de intervenções locais, atacando problemas levantados pelos próprios cursistas, chamados PEPAS (Plano de enfrentamento dos problemas ambientais), sensibilizando os cursistas sobre a importância de uma mudança de hábitos no gerenciamento e uso adequado dos recursos naturais, tanto do ponto de vista da gestão pública, quanto do uso por empresários, produtores e consumidores. No processo de difusão as intervenções de educação ambiental nos municípios teve foco nos assentamentos rurais, comunidades ribeirinhas e instituições de ensino trabalhando temas: agrotóxicos; desmatamento queimadas; aquecimento global; consumo consciente; crimes ambientais, legislação; recuperação de áreas degradadas; licenciamento ambiental; uso e conservação da água, vegetação do cerrado, associativismo, PRONAF; problemas gerados pelas queimadas no período proibitivo, especialmente a saúde; importância da criação de brigadista de incêndios na cidade e nos assentamentos do municípios, microclima da região, redução do índice de chuvas; alternativas de substituição das técnicas agropecuária de uso extensivo por culturas sustentáveis adaptadas a realidade do clima da região; importância da floresta na manutenção da biodiversidade e das chuvas. O sistema de gestão em educação ambiental elaborada para garantir a articulação intra e interinstitucional para ser implantada em 2010. O consumo consciente em parceria com todas as demais ações do Programa 178, deverá em 2010 estabelecer maior aproximação com os demais setores da SEMA em especial com a Gestão de Pessoas e o setor de aquisições para estudar procedimentos de como efetuar compras sustentáveis. A ação Articulação para a criação e a implementação da Política Estadual de Mudanças Climáticas criou o Fórum Mato-grossense de Mudanças climáticas e a partir de 2010 esta ação assumirá o status de Programa de Mudanças Climáticas. Os três Parques Urbanos Mãe Bonifácia, Zé bolo Flô e Massairo Okamura I e II gerenciados e ordenados. Alinhados às ações, previstas no PPA, e acima citadas foram real atividades outras oriundas de Convênios, acordos de cooperação e atendimento a demandas espontâneas a exemplo: Programa Mutirão Arco Verde - Terra Legal, Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas - PPCDQ/MT, Plano de Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Amazônia - Projeto AquaBio, Plano Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais, Conferência Nacional, Estadual e Municipal (Meio Ambiente, Saúde e Meio Ambiente, Infante Juvenil pelo Meio Ambiente). Com relação às ações sob execução da SEDUC é dar suporte teórico-prático aos profissionais da educação básica na implementação de ações de educação ambiental. Pode-se dizer que o mesmo não foi atingido na totalidade em função da deficiência de profissionais especializados. No entanto, foram realizadas ações que alcançaram as escolas estaduais e o trabalho do professor em sala de aula. A ação em parceria com INDEA a partir de 2010 estará incorporada a um dos programas de vigilância sanitária sob responsabilidade da EMPAER.

### Principais restrições e providências adotadas:



## Estado de Mato Grosso

Problemas logísticos tais como: linha telefônica - recebimento de um aparelho celular; Fotocopiadora e scanner - encaminhamento de termo de referência para aquisição não concluída devido trâmite de processo; Biblioteca sem acesso a rede (O pessoal home library (PHL - programa online) - instalação de placas Wireless disponível para visitantes e usuários no site biblioteca.sema.mt.gov.br; aquisição de nova parte do sistema de arquivo de serviço deslizante para acervo da biblioteca (mapoteca fora do complexo de armários) - efetuou-se crédito adicional e não foram adquiridos; melhoria no site da SEMA (disponibilizar relatórios técnicos) - elabora-se Tor 16/06/09 e após todas as etapas pré-licitação concluída, processo adequado e pronto, em 22/10/09 a SAD devolve "de ordem superior remeter a despesa para 2010", apenas em 05/11 consegue-se obter informação que o processo havia sido devolvido. Foi sugerido pela equipe de licitação que a devolução por déficit na fonte 109 que deveria procurar Secretário Executivo, para solucionar o problema e recorrer da decisão da SAD. a superintendente por varias vezes tentou contato com Secretário executivo sem sucesso. em 03/12 busca-se informação na SAD na pessoa do Senhor Edson diz não ha tempo hábil a data limite de 14/12 processo arquivado este é um exemplo entre outros.

### Outros aspectos relevantes:

A estrutura do sistema proposta nesta ação precisa ser lançada no SIMLAM II. Necessidade de sistematização e normatização dos processos administrativos internos; fortalecimento da integração das ações, medidas, tarefas propostas do PTA da SUEA com demais superintendências e instituições parceiras; incremento da estrutura e suporte técnico da tecnologia de informação; disponibilização, acesso e treinamento para atualizar o SIMLAM; reestruturar o sistema SIMLAM para que seja possível adicionar um banco de dados como um observatório de educação ambiental e garantir suas interfaces possibilitando a alimentação, avaliação e monitoramento das ações de educação ambiental com transparência. Fortalecer as interfaces com as demais instituições e parceiros pela elaboração e revisão dos termos de cooperação técnica; incentivar e fomentar as ações da CIEA para a efetivação da Política Estadual de educação ambiental; investimentos na formação e capacitação dos técnicos desta superintendência. Projeto Manejo integrado dos Recursos AquaBio na Amazônia; Plano de Ação para Prevenção e controle do desmatamento e Queimadas, projeto vale do rio Cuiabá, Programa Nacional de Capacitação, Operação Arco ver/Terra Legal, Ações educativas nos Parque Urbanos. Na área técnica as tarefas foram executadas em parceria com a Coord. de Resíduos Sólidos e o setor de Planejamento interno sendo realizadas 5 reuniões técnicas, levantamento de parceiros e elaboração do TOR - STPJ p/ elaboração do Diagnóstico (levantamento quanti qualitativo dos resíduos produzidos nos setores da SEMA). Para atender essa demanda foi remanejado recurso no valor de R\$ 7.000,00 destinado a contratação do IEL/FIEMTE em caráter de exclusividade. A não efetivação do TOR motivou a equipe a tentar executar essa tarefa, porém foram identificados os seguintes entraves na SEMA: - não existe um local apropriado para armazenamento dos resíduos; - não existe carrinho para coletar e transportar os resíduos; - não existe rampa e o prédio tem muitas escadas; - não existe baias nem contêiner p/ acondicionar os resíduos selecionados; - o serviço braçal teria que ser executado pelo próprio técnico responsável pelo monitoramento da ação; - os servidores mostraram-se desmotivados e descomprometidos com a ação; - o recurso p/ construção do galpão licitado foi contingenciado. Em compensação a proposta de consumo consciente como tema de reflexão e prática ambientalmente correta foi introduzida em outras atividades tais como: - atividades de EA com as comunidades tradicionais (B. de Melgaço, Faval, V. Verde); - Curso de formação de Pirangueiros de Turismo do Projeto Guardiões do Pantanal); - Semana do Meio Ambiente; - Fórum Lixo Cidadania - Campanha de Piracema. Mobilização das comunidades locais, mudança de comportamento dos cursistas, presença constantes dos gestores municipais, formação de grupos locais com interesse numa gestão compatível com os novos paradigmas ecológicos; o curso serve também como espaço para debates dos problemas locais entre gestores e municípios de vários segmentos sociais como: empresários; produtores; professores; autônomos; entre outros. Pós Oficinas de capacitação para o fortalecimento da Gestão e do Planejamento Socioambiental municipal "Operação Arco Verde/Terra Legal" estão previstas demandas para SEMA: apoiar tecnicamente a elaboração da Legislação Ambiental Municipal após o fortalecimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (MT Regional/SEMA); capacitar engenheiros florestais para elaboração e padronização de projetos de manejo florestal e operários para execução, mediante a ação cooperada entre a SEMA, Serviço Florestal Brasileiro e Associação de Madeireiros de Marcelândia (ASSIMA); capacitar os gestores municipais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a descentralização da gestão ambiental; descentralizar para a Prefeitura Municipal a gestão ambiental para o licenciamento de empreendimentos de pequeno impacto. Esta atividade pode contribuir para a desoneração da demanda de trabalho da SEMA.(SEMA/Prefeitura Municipal/MT Legal); fortalecer a estruturar dos escritórios regionais com vistas à autonomia na análise dos projetos de plano de manejo e licenciamento ambiental, mediante ações da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA); padronizar a análise dos projetos de Plano de Manejo Florestal por Meio de procedimentos a serem definidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente; prestar consultoria para a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente; Apoiar às ações de regularização ambiental das pequenas propriedades rurais e estabelecer convênio com a Prefeitura visando licenciar atividades com baixo impacto ambiental; Apoiar e orientar o Conselho Municipal do Meio Ambiente; Fortalecer o escritório regional da SEMA com a lotação de 5 (cinco) técnicos; apoiar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente na formação e capacitação dos seus agentes na formação de novos educadores ambientais etc.

### Outros produtos entregues:

### Recomendações da Unidade responsável pelo programa:



## Estado de Mato Grosso

Apesar do êxito no cumprimento das metas do Programa Integrado de Educação Ambiental a consolidação dos dados dos Relatórios Técnicos parciais da Superintendência de Educação Ambiental de forma mais ágil e eficaz está na dependência da implantação do Sistema de Informação. A análise dos resultados se cruzados com mapas temáticos importados dos Bancos de dados das superintendências de biodiversidades, recursos hídricos e de infra-estrutura possibilitará uma intervenção mais precisa das ações de educação ambiental nos problemas sócio ambientais do município com vistas ao desenvolvimento sustentável. Que se proceda à revisão sistêmica no processo de aquisição de bens e serviços desde SAD até a área operacional normatizando procedimentos e treinando pessoal. Esta ação deve ser validada pela direção superior da secretaria para priorizar e integrar ações com outras superintendências. Importância do acompanhamento da SEMA durante o processo de efetivação dos PEPAS, melhorar o processo de mobilização, rever as medidas, os objetivos de forma quantificada. As Ações do Programa Integrado de Educação Ambiental 178, representam a consolidação das Linhas de Ações do ProMEA e permite a avaliação das mesmas, sugerindo a revisão e melhoria nos seguintes aspectos: O Programa de Educação Ambiental Integrada no processo de fortalecimento das interfaces com as demais instituições e parceiros propõe para o exercício de 2010: a) O Projeto Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Amazônia - Projeto AquaBio prevê; Continuação das Capacitações no Município de Querência, Água Boa e Canarana Previstas até o mês de maio. Início dos subprojetos tendo como base as capacitações que foram ministradas: recuperação de APPs, Banco de sementes, Reflorestamento, Associativismo e Cooperativismo. Fonte: Técnico responsável pela atividade. b) O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas sugere para redução dos custos relacionados à prevenção e combate aos incêndios florestais o seguinte; Promover a educação ambiental de toda a população - sobretudo existente nas proximidades das unidades de conservação, visto que a grande maioria dos incêndios florestais tem origem antrópica; Trabalhar na identificação das causas dos incêndios, podendo assim, melhorar o sistema de prevenção; Propor a criação de novos elementos na Política Agrária, visando estimular as práticas alternativas ao uso do fogo na agricultura; Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias; Fortalecer a atuação dos órgãos ambientais; Investir na elaboração e execução de planos de prevenção em todas as unidades de conservação; Ampliar e consolidar as ações do plano de ação ora executado, como forma de colaborarmos com a proteção ambiental e a qualidade de vida das pessoas. Fonte: Relatório Resumido das Atividades Desenvolvidas no Âmbito do Estado de Mato Grosso no ano 2009, pela SEMA/Defesa Civil/Coordenadoria de Gestão do Fogo, no que se refere aos incêndios florestais/ jan2010. c) A articulação para criação e a implementação da Política Estadual de Mudanças Climáticas prevê no orçamento do Estado, recursos para a execução do Programa de Proteção Climática visando o estabelecimento de normas e instrumentos legais à mitigação das emissões dos gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas. O programa é constituído por cinco ações: Consolidação da política estadual de mudanças climáticas; Elaboração do plano estadual de mudanças climáticas, que visa identificar, planejar e coordenar ações e medidas para mitigar as emissões de gases de efeito estufa e da adaptação aos impactos decorrentes das mudanças climáticas; Fortalecimento do fórum mato-grossense de mudanças climáticas, disponibilizando logística e apoio técnico necessário para o funcionamento do fórum e construção das propostas; Elaboração do inventário das emissões antrópicas por fontes e remoção por sumidouros de GEE; Capacitação técnicas relacionada ao tema mudanças climáticas, visando qualificar servidores da SEMA/MT, parceiros e sociedade civil para atuar na área de mudanças climáticas nos diversos setores. Fonte: Relatório de Ações da Coordenadoria de Mudanças Climáticas, referente ao ano de 2009. A Gerencia Informacional e Documentação Ambiental pretende atuar na área da divulgação de informação acerca do meio ambiente e das ações desenvolvidas pela SEMA, por meio de duas frentes: a revista eletrônica ambiental e a reestruturação do site da Secretaria. Pretende-se também expandir o atendimento aos usuários. Fonte Relatório de Atividades e Execução do PTA 2009. O Programa Nacional de Capacitação em colaboração com a Operação Arco Verde /Terra Legal, para as metas de redução e controle do desmatamento na região denominada Arco do Desmatamento, na Amazônia Legal, com o enfoque no fortalecimento da gestão e do planejamento socioambiental nos municípios pretende aplicar curso presencial, cuja carga horária de 200 horas dividida em 05 Módulos.



## Estado de Mato Grosso

### Avaliação das Ações do Programa

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>1781-ESTÍMULO À DESTINAÇÃO CORRETA DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS E AFINS</b>                                       |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 178-EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>12302-Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | PROMOVER A DUPLICAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DAS UNIDADES DE RECEBIMENTOS DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS(URES) |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | URES APOIADAS  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Sandra Regina Pinheiro Vieira  |

#### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| ESTADO                 | 26,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>26,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 25,00                     | 25,00                                | 26,00                      | 104,00  | 104,00   |

#### Análise da Meta Física:

A explicação da realização da meta física, deve-se ao fato da constante orientação aos proprietários de revendas de produtos agrotóxicos e afins, no sentido de se organizarem em associações de revendas, a fim de obter uma diluição dos custos de implantação das URES, bem como cumpri o que determina a legislação quanto a responsabilidades das revendas.

#### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 240                                  | 8.046,60            | 2.375,00                      | 2.375,00        | 0,00                 | 29,52                                       | 100,00  |
| <b>Total</b>                         | <b>8.046,60</b>     | <b>2.375,00</b>               | <b>2.375,00</b> | <b>0,00</b>          | <b>29,52</b>                                | <b>100,00</b>   |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

A realização orçamentária da ação decorreu normalmente, uma vez que o recurso estava disponível

#### Capacidade de Execução - COFD:

Não houve contingenciamento de recursos, nem aporte de outras fontes/programas/ações

#### Alcance do Objetivo Específico:

Os recursos foram utilizados buscando-se um total de 20 URE (Unidade de Recebimento de Embalagens), porém, como a ação já vêm sendo realizada em anos anteriores, este ano, observaram-se os efeitos do trabalho passado, obtendo-se um incremento na meta atingida.

#### Execução Orçamentária e Financeira:

Com os recursos disponíveis em tempo hábil, foi possível atender as demandas assim que estas eram levantadas.

#### Outros aspectos relevantes:

Diárias e Material de Consumo.

#### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Dar continuidade no incentivo de instalação de novas URES.



## Estado de Mato Grosso

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>1539-FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.</b>                     |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 178-EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>14101-Secretaria de Estado de Educação</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | DAR SUPORTE TEÓRICO - PRÁTICO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | ESCOLA ATENDIDA   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Marcio Tadeu Pereira Magalhaes  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| ESTADO                 | 50,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>50,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 50,00                     | 50,00                                | 50,00                      | 100,00  | 100,00   |

#### Análise da Meta Física:

Com relação a meta física, pode-se considerar que a mesma foi atingida. Realizamos ações planejadas que atenderam ao número de escolas previsto.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 120                                  | 100.051,67          | 41.434,32                     | 40.435,05         | 0,00                 | 40,41                                       | 97,59   |
| 261                                  | 106.255,80          | 215.645,02                    | 102.563,54        | 0,00                 | 96,53                                       | 47,56   |
| <b>Total</b>                         | <b>206.307,47</b>   | <b>257.079,34</b>             | <b>142.998,59</b> | <b>0,00</b>          | <b>69,31</b>                                | <b>55,62</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

Em relação a fonte 120, o principal impedimento foi a rotatividade do pessoal técnico da equipe, que dificultou a apropriação das informações e a realização das atividades.

Da fonte 261 a ação foi realizada e os valores restantes são resultado de economia no processo de licitação.

#### Capacidade de Execução - COFD:

A capacidade de execução do exercício foi avaliada como deficiente considerando que a proposição de convênio, razão da suplementação na fonte 261, não ter sido concretizada.

#### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico do projeto é dar suporte teórico-prático aos profissionais da educação básica na implementação de ações de educação ambiental. Ao analisar os desempenhos PPD e COFD, pode-se dizer que o mesmo não foi atingido na totalidade em função da deficiência de profissionais especializados. No entanto, foram realizadas ações que alcançaram as escolas estaduais e o trabalho do professor em sala de aula.

#### Execução Orçamentária e Financeira:

A execução financeira da fonte 120 foi satisfatória, as atividades foram realizadas e as rotinas financeiras não apresentaram dificuldades. Na fonte 261, o atraso no repasse dos recursos do convênio resultou no replanejamento de algumas ações. No entanto, tais mudanças não implicaram em alteração da meta física.



## **Estado de Mato Grosso**

**Outros aspectos relevantes:**

**Recomendações da Unidade responsável pela ação:**



## Estado de Mato Grosso

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>2950-FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES E MULTIPLICADORES EM TEMAS AMBIENTAIS</b>  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 178-EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | AMPLIAR O CONHECIMENTO DE GESTORES E MULTIPLICADORES NA TEMÁTICA AMBIENTAL, PARA GARANTIR A EFICIÊNCIA E APLICABILIDADE DESSES CONHECIMENTOS NA EXECUÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | CURSO OFERECIDO  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | CURSO  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Maricelma Mesquita De Castro Pinto   |

### META FÍSICA

| Região de Planejamento    | Meta         |
|---------------------------|--------------|
| REGIAO IV - LESTE         | 5,00         |
| REGIAO V - SUDESTE        | 1,00         |
| REGIAO VI - SUL           | 2,00         |
| REGIAO VII - SUDOESTE     | 1,00         |
| REGIAO X - CENTRO         | 1,00         |
| REGIAO XII - CENTRO NORTE | 1,00         |
| <b>Total:</b>             | <b>11,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 9,00                      | 9,00                                 | 11,00                      | 122,22  | 122,22   |

### Análise da Meta Física:

A superação da meta física se deu pelos convênios firmados entre MMA/PNC/PNMA/IBAMA/ICMBIO/SEMA no ano 2009. Por se tratar de formação o produto foi contabilizado nesta ação.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                  |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado  | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 62.858,16           | 62.858,16                     | 39.300,65        | 0,00                 | 62,52                                       | 62,52   |
| <b>Total</b>                         | <b>62.858,16</b>    | <b>62.858,16</b>              | <b>39.300,65</b> | <b>0,00</b>          | <b>62,52</b>                                | <b>62,52</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

A avaliação regular se deu em consequência de dificuldades nos tramites dos processos de aquisições de bens e serviços, tais como restrições com fornecedor cadastrado, saldo insuficiente em atas de adesão entre outros.

### Capacidade de Execução - COFD:

A avaliação regular se deu em consequência de dificuldades nos tramites dos processos de aquisições de bens e serviços, tais como restrições com fornecedor cadastrado, saldo insuficiente em atas de adesão entre outros.

### Alcance do Objetivo Específico:

Embora a resultado tenha sido regular esta ação teve como foco a municipalização da gestão ambiental, a capacitação deu ênfase para formação de gestores e multiplicadores, Plano de Intervenção Local atacando problemas levantados pelos próprios cursistas chamados de Plano de Enfrentamento dos Problemas Ambientais - PEPAS gerando os seguintes produtos: 151 pessoas capacitadas; 04 municípios atendidos, 15 PEPAS apresentados, 15 instituições envolvidas. Os convênios firmados geraram os seguintes produtos: Capacitação de Pirangueiros em Turismo, Licenciamento Ambiental, Mediações de Conflito, Multiplicadores de Ações de Agentes Ambientais Voluntários e Legislação Ambiental.

### Execução Orçamentária e Financeira:



## Estado de Mato Grosso

A dotação autorizadas na LOA e a compatibilidade do fluxo de recursos e os efeitos de sua liberação sobre a execução física da ação ocorreu conforme o previsto. No exercício de 2009 a execução integrada das ações de capacitação por meio de cooperações técnicas estabelecidas com a SETECS/MTur( Projeto Guardiões do Pantanal) e MMA (AQUABIO, PNC) ,contribuíram para redução dos custo desta ação. Em agosto de 2008 a lei nº 8.515 foi alterada e criada a Verba Indenizatória Ambiental-VIA após a elaboração do PTA de 2009, portanto a previsão orçamentária e financeira para diárias, não foram utilizadas na sua totalidade conforme o previsto, em decorrência da VIA.

### Outros aspectos relevantes:

Mobilização das comunidades locais, mudança de comportamento dos cursistas, presença constantes dos gestores municipais, formação de grupos locais com interesse numa gestão compatível com os novos paradigmas ecológicos; o curso serve também como espaço para debates dos problemas locais entre gestores e municípios de vários segmentos sociais como: empresários; produtores; professores; autônomos; entre outros.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Importância do acompanhamento da SEMA durante o processo de efetivação dos PEPAS, melhorar o processo de mobilização, rever as medidas, os objetivos de forma quantificada.

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>2951- DIVULGAÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL</b>  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 178-EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | DIVULGAR A TEMÁTICA AMBIENTAL, AMPLIANDO O CONHECIMENTO DOS GESTORES, DOS MULTIPLICADORES E DOS EDUCADORES PARA OPORTUNIZAR A MOBILIZAÇÃO E A EXECUÇÃO DE AÇÕES AMBIENTALMENTE CORRETAS. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | EVENTO REALIZADO   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Maricelma Mesquita De Castro Pinto   |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento    | Meta         |
|---------------------------|--------------|
| REGIAO I - NOROESTE I     | 4,00         |
| REGIAO II - NORTE         | 4,00         |
| REGIAO III - NORDESTE     | 9,00         |
| REGIAO IV - LESTE         | 2,00         |
| REGIAO V - SUDESTE        | 10,00        |
| REGIAO VI - SUL           | 38,00        |
| REGIAO VII - SUDOESTE     | 2,00         |
| REGIAO VIII - OESTE       | 5,00         |
| REGIAO IX - CENTRO OESTE  | 2,00         |
| REGIAO X - CENTRO         | 1,00         |
| REGIAO XI - NOROESTE II   | 2,00         |
| REGIAO XII - CENTRO NORTE | 5,00         |
| <b>Total:</b>             | <b>84,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 25,00                     | 25,00                                | 84,00                      | 336,00  | 336,00   |

### Análise da Meta Física:

A avaliação altamente deficiente se deu devido à falha no ajuste da meta física ao efetuar os créditos adicionais.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |





## Estado de Mato Grosso

|              |                   |                   |                   |             |               |              |
|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|---------------|--------------|
| 100          | 2.700,00          | 2.700,00          | 2.500,00          | 0,00        | 92,59         | 92,59        |
| 109          | 108.856,75        | 108.856,75        | 105.371,22        | 0,00        | 96,80         | 96,80        |
| 240          | 17.282,70         | 97.282,70         | 95.950,00         | 0,00        | 555,18        | 98,63        |
| <b>Total</b> | <b>128.839,45</b> | <b>208.839,45</b> | <b>203.821,22</b> | <b>0,00</b> | <b>158,20</b> | <b>97,60</b> |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

Embora avaliação tenha sido deficiente, esta ação executou 90% das medidas e tarefas previstas.

### Capacidade de Execução - COFD:

A execução orçamentária e financeira se deu, nesta ação, pela boa interação entre as coordenadorias que compõe o processo de aquisições.

### Alcance do Objetivo Específico:

Embora avaliação tenha sido deficiente no PPD, esta ação promoveu importantes intervenções ampliando conhecimento de gestores, multiplicadores e de educadores em municípios, assentamentos rurais, comunidades ribeirinhas e instituições de ensino, trabalhando os seguintes temas: Agrotóxicos, desmatamento e queimada, mudanças climáticas, legislação ambiental, piracema, consumo consciente, degradação ambiental, recuperação de áreas degradadas, licenciamento ambiental, uso e conservação da água, vegetação do cerrado, associativismo, alternativa de substituição da criação de gado por culturas sustentáveis adaptadas a realidade do clima na região e a importância da floresta na manutenção biodiversidade e das chuvas. Com os produtos: 61 municípios atendidos; 79 instituições envolvidas e 6.811 pessoas envolvidas.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Não houve atraso entre as dotações autorizadas na LOA e a compatibilidade do fluxo de recursos e os efeitos de sua liberação sobre a execução física desta ação.

### Outros aspectos relevantes:

Embora avaliação tenha sido ótimo a cadeia do processo de aquisições SEMA/SAD precisam ser revistos e otimizados.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Detectou-se a necessidade de normatização dos procedimentos de aquisições desde SAD até as unidades operacionais finalísticas.

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>3676- IMPLANTAR UM SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 178-EDUCACÃO AMBIENTAL INTEGRADA  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | ELABORAR O SISTEMA DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE MATO GROSSO PARA GARANTIR A ARTICULAÇÃO INTRA E INTERINSTITUCIONAL. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PROPOSTA DO SISTEMA DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL ELABORADA   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Gleidy Maria Ubirajara De Arruda  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 1,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>1,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1,00                      | 1,00                                 | 1,00                       | 100,00  | 100,00   |

### Análise da Meta Física:

A meta prevista "proposta do sistema de gestão em educação ambiental elaborada" foi realizada.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO



## Estado de Mato Grosso

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 63.600,00           | 63.600,00                     | 56.924,00         | 1,00                 | 89,50                                       | 89,50   |
| 109                                  | 39.688,89           | 119.688,89                    | 35.211,11         | 0,00                 | 88,72                                       | 29,42   |
| 240                                  | 310.111,10          | 400.506,18                    | 269.208,58        | 0,00                 | 86,81                                       | 67,22   |
| <b>Total</b>                         | <b>413.399,99</b>   | <b>583.795,07</b>             | <b>361.343,69</b> | <b>1,00</b>          | <b>87,41</b>                                | <b>61,90</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

O que foi planejado nas medidas e tarefas para este exercício foi executado na sua maioria.

### Capacidade de Execução - COFD:

Houve dificuldade quanto à logística para realização de tarefas, demora nos trâmites dos processos de aquisição, tanto na SEMA, quanto na Sad, na realização de atividade de rotina pela distância com a sede. Recurso orçamentário e financeiro previsto nesta ação que são executados pela coordenadoria de Apoio logístico, que apresentou saldo remanescente. Esta análise ficou difícil e inconsistente, devido ao campo vinculado pelo sistema ser de valor empenhado que é de R\$ 361.343,69 e não pelo campo liquidado/pago que é de R\$ 271.635,79 (QDD 23/02/2010) apresentando uma diferença de valor a maior de R\$ 89.707,90 em relação à situação real.

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo desta foi alcançado apresentando os seguintes produtos: - Projeto de Sistema de Gestão de Educação Ambiental ( sistema, armazenamento e recuperação de dados e geração de informação em diferentes níveis de agregação espacial e temporal; em tempo hábil e com confiabilidade); - Elaboração da proposta de criação de um observatório de Educação Ambiental, - Elaboração de proposta de ação de Educação Ambiental para PCHs e UHEs; - atividades com comunidades biorregionais (Valo Verde, Pirangueiros - Colônia de pescadores, Favai); - Realizou Fórum de discussão para concepção e desenho do plano tático de Educação Ambiental Não Formal de Educação ambiental com representantes e especialistas do estado e fora do estado, dando-se início ao processo de construção desse plano reconhecendo a percepção, concepção e entendimento da sociedade civil nas relações com o meio ambiente do estados constituído pelos biomas pantanal, cerrado e floresta. O sistema envolveu neste programa 9087 pessoas, realizou 116 eventos, envolveu 323 instituições, material produzido pela educação ambiental foi 22.116 un, aplicou 11 cursos e publicou 10 trabalhos.

### Execução Orçamentária e Financeira:

A execução orçamentária em relação às dotações autorizadas na LOA e a compatibilidade do fluxo de recursos e os efeitos de sua liberação sobre a execução física da ação foi disponibilizada conforme o previsto. Porém os créditos adicionais efetuados e não utilizados se deram por problemas no processo de aquisição entre SAD e SEMA. Ex. medida 5, tarefa 6 - Fomentar a produção de relatórios sobre as atividades desenvolvidas pela SEMA, que por falta de recursos iniciais efetuou-se a suplementação (fonte 109) no valor de R\$ 80.000,00 para contratação de empresa visando adequação do site da Secretaria para melhor disponibilizar informações geradas. O projeto foi encaminhado a CEPROMAT e aprovado. O termo de referência gerou processo n.º 414208/2009, de 16/06/09. Após todas as etapas pré-licitação estarem concluídas, estando o processo adequado e pronto para licitação, foi encaminhado a SAD. Apenas em 05 de novembro o processo foi devolvido pela SAD informando que a despesa deveria ser remetido em 2010. Este fato é apenas um dentre outros exemplos que comprova a necessidade de revisão dos procedimentos administrativos de aquisição, uma vez que o planejamento é elaborado de acordo com as necessidades para o ano, se os procedimentos de aquisição não conseguem garantir as aquisições do ano planejado, inviabiliza e dificulta a execução tanto do ano em exercício como do ano subsequente, cujo planejamento é efetuado no final do primeiro semestre do ano anterior.

### Outros aspectos relevantes:

A estrutura do sistema proposta nesta ação precisa ser lançada no SIMLAM II. Necessidade de sistematização e normatização dos processos administrativos internos; fortalecimento da integração das ações, medidas, tarefas propostas do PTA da SUEA com demais superintendências e instituições parceiras; incremento da estrutura e suporte técnico da tecnologia de informação; disponibilização, acesso e treinamento para utilizar o SIMLAM; reestruturar o sistema SIMLAM para que seja possível adicionar um banco de dados como um observatório de educação ambiental e garantir suas interfaces possibilitando a alimentação, avaliação e monitoramento das ações de educação ambiental com transparência. Fortalecer as interfaces com as demais instituições e parceiros pela elaboração e revisão dos termos de cooperação técnica; incentivar e fomentar as ações da CIEA para a efetivação da Política Estadual de educação ambiental; investimentos na formação e capacitação dos técnicos desta superintendência. Projeto Manejo integrado dos Recursos AquaBio na Amazônia; Plano de Ação para Prevenção e controle do desmatamento e Queimadas, projeto vale do rio Cuiabá, Programa Nacional de Capacitação, Operação Arco Verde/Terra Legal, Ações Educativas nos Parque Urbanos.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Apesar do êxito no cumprimento das metas do Programa Integrado de Educação Ambiental a consolidação dos dados dos Relatórios Técnicos parciais da Superintendência de Educação Ambiental de forma mais ágil e eficaz está na dependência da implantação do Sistema de Informação. A análise dos resultados se cruzados co mapas temáticos importados dos Bancos de dados das superintendências de biodiversidades, recursos hídricos e de infra-estrutura possibilitará uma intervenção mais precisa das ações de educação ambiental nos problemas sócio ambientais do município com vistas ao desenvolvimento sustentável. Que se proceda à revisão sistêmica no processo de aquisição de bens e serviços desde SAD até a área operacional normatizando procedimentos e treinando pessoal.

**Ação:** 3677-CONSUMO CONSCIENTE

**Programa de Governo:** 178-EDUCACÃO AMBIENTAL INTEGRADA

**Exercício:** 2009



## Estado de Mato Grosso

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | 27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | PROMOVER O CONSUMO CONSCIENTE COM MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO E ATITUDES AMBIENTALMENTE CORRETAS NO DIA DIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PROJETO IMPLANTADO   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Jucileide Nunes De Queiroz   |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| REGIAO VI - SUL        | 0,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>0,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1,00                      | 1,00                                 | 0,00                       | 0,00  | 0,00   |

### Análise da Meta Física:

O baixo desempenho da ação deve-se a não entrega do produto, devido a indefinição de prioridade e continuidade no incentivo de instalação de novas URS, entraves de ordem administrativa no trâmite interno de processos, como aquisição de bens e serviços.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 240                                  | 21.373,95           | 21.373,95                     | 8.560,11        | 0,00                 | 40,05                                       | 40,05   |
| <b>Total</b>                         | <b>21.373,95</b>    | <b>21.373,95</b>              | <b>8.560,11</b> | <b>0,00</b>          | <b>40,05</b>                                | <b>40,05</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

Não foi previsto no PTA a elaboração do projeto de forma participativa, envolvendo todas as Superintendências da SEMA. Esta proposta não pode ser realizada somente pela SUEA/CEA. O Consumo consciente é dever de todos os setores da SEMA e prioridade de Governo, desde da mudanças de pequenos hábitos dos servidores, como na compras sustentáveis de bens e serviços.

### Capacidade de Execução - COFD:

A defeiciência de compra deve-se a tramitação dos processos de aquisição. As aquisições efetuadas foram 03 fragmentadoras para descaracterizar documentos confidenciais e 01 projetor multimídia.No demonstrativo do FIPLAN consta empenhado R\$ 8.560,11, sendo pago apenas, R\$ 4.075,11 referente as aquisições citadas. Elaborados TORs para: aquisições de contêineres, maquina fotográfica e diagnóstico dos resíduos sólidos produzidos pelos setores da SEMA que teve sua aquisição prejudicado.

### Alcance do Objetivo Específico:

A 1º medida - realização de diagnóstico foi subestimada.

### Execução Orçamentária e Financeira:

O demonstrativo do FIPLAN no campo do valor empenhado e pago deve ser revisado.

### Outros aspectos relevantes:



## Estado de Mato Grosso

Na área técnica as tarefas foram executadas em parceria com a Coord. de Resíduos Sólidos e o setor de Planejamento interno sendo realizadas 5 reuniões técnicas, levantamento de parceiros e elaboração do TOR - STPJ p/ elaboração do Diagnóstico (levantamento quanti qualitativo dos resíduos produzidos nos setores da SEMA). Para atender essa demanda foi remanejado recurso no valor de R\$ 7.000,00 destinado a contratação do IEL/FIEMTE em caráter de exclusividade. A não efetivação do TOR motivou a equipe a tentar executar essa tarefa porém foram identificados os seguintes entraves na SEMA:

- não existe um local apropriado para armazenamento dos resíduos;
- não existe carrinho para coletar e transportar os resíduos;
- não existe rampa e o prédio tem muitas escadas;
- não existe baias nem contêiner p/ acondicionar os resíduos selecionados;
- o serviço braçal teria que ser executado pelo próprio técnico responsável pelo monitoramento da ação;
- os servidores mostraram-se desmotivados e descomprometidos com a ação;
- o recurso p/ construção do galpão licitado foi contingenciado.

Em compensação a proposta de consumo consciente como tema de reflexão e prática ambientalmente correta foi introduzida em outras atividades tais como:

- atividades de EA com as comunidades tradicionais (B. de Melgaço, Faval, V. Verde);
- Curso de formação de Pirangueiros de Turismo do Projeto Guardiões do Pantanal);
- Semana do Meio Ambiente;
- Fórum Lixo Cidadania
- Campanha de Piracema.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Esta ação deve ser validada pela direção superior da secretaria para priorizar e integrar ações com outras superintendências.

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>3795-ARTICULAÇÃO PARA A CRIAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS</b>                        |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 178-EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | CRIAR E IMPLANTAR A POLÍTICA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA DISCIPLINAR E NORMATIZAR AS AÇÕES DE REDUÇÃO DE IMPACTOS. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | SEMINARIO DE INTEGRACAO REALIZADO   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Mauricio Moleiro Philipp  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 3,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>3,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 4,00                      | 4,00                                 | 3,00                       | 75,00   | 75,00  |

### Análise da Meta Física:

O desempenho da meta física foi Regular, sendo realizados 3 seminários dos 4 previstos. Para realização destes eventos não foi necessário a utilização dos recursos alocados nesta ação, uma vez que percebeu-se a disponibilidade em outros setores da SEMA e outras instituições em realizar estes eventos, o que possibilitou a criação de vínculo com os diversos setores, que atualmente colaboram na construção da política estadual de mudanças climáticas. Os eventos realizados foram: (i) A Semana do Meio Ambiente realizada em junho que teve como objetivo Estimular o processo de descentralização da política da gestão ambiental e a mitigação dos impactos decorrentes das mudanças climáticas; (ii) O evento internacional Katoomba Meeting Brasil, realizado em abril de 2009 que reuniu mais de 1000 participantes de diversos seguimentos;(iii) O lançamento do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas que foi feito em conjunto com a Defesa Civil no mês de outubro.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 109                                  | 0,00                | 64.350,00                     | 5.415,70        | 0,00                 | 0,00  | 8,42  |



## Estado de Mato Grosso

|              |                  |                  |                 |             |              |              |
|--------------|------------------|------------------|-----------------|-------------|--------------|--------------|
| 240          | 20.243,10        | 20.243,10        | 4.400,00        | 0,00        | 21,74        | 21,74        |
| <b>Total</b> | <b>20.243,10</b> | <b>84.593,10</b> | <b>9.815,70</b> | <b>0,00</b> | <b>48,49</b> | <b>11,60</b> |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

A capacidade de planejamento foi considerada deficiente, pois empenhou orçamento acima do valor inicialmente previsto. Mas, este resultado se justifica pelas parcerias feitas com outros setores da SEMA e outras instituições tendo como objetivo maior a construção da Política de Mudanças Climáticas de maneira participativa, o que minimizou os gastos previstos para esta ação.

### Capacidade de Execução - COFD:

A execução teve um desempenho considerado altamente deficiente, no entanto foi possível obter um resultado regular na Meta Física por ter conseguido atingir parcialmente os objetivos, por meio das parcerias realizadas, sem utilizar todo o recurso previsto.

### Alcance do Objetivo Específico:

A capacidade de planejamento foi considerada deficiente e a de execução altamente deficiente embora as ações previstas tenham sido parcialmente realizadas, sendo elas: as Tarefas 1,2,3 e 4 da Medida 1, e as Tarefas 1,2 e 3 da Medida 2. Quanto as tarefas 1 e 2 da Medida 3, não foram realizadas pela falta de dados que serão fornecidos pelo Inventário dos Gases de Efeito Estufa que subsidiará o Plano de Mudanças Climáticas de MT.

### Execução Orçamentária e Financeira:

As dotações orçamentárias autorizadas para a Ação 3795 foram suficientes para a execução das atividades do PTA-2009. Parte do recurso foi utilizado pela Coordenadoria para participação em reuniões do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Participação na 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para Mudança do Clima, I Simpósio Latino Americano de REDD e Seminário sobre o Papel das Áreas Protegidas na Redução das Emissões por Desmatamento.

### Outros aspectos relevantes:

Em 15 de abril de 2009 foi aprovada a Lei 9.111, que instituiu o Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas FMGC e em outubro foi publicado o Decreto 2.197 que dispõe sobre a Composição do FMGC. Com o Fórum Legalmente constituído, começaram as reuniões do FMGC, tendo como primeiro objetivo a construção da Política Estadual de Mudanças Climáticas de MT, de maneira participativa envolvendo todos os setores da sociedade Mato-grossense. Para 2010 foi criado o Programa de Proteção do Clima - 298, o qual contempla as medidas não executadas no Programa 178.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4066-GESTÃO DOS PARQUES URBANOS</b>                                |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 178-EDUCACÃO AMBIENTAL INTEGRADA                                      |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>                    |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | GERENCIAR O USO E CONSERVAÇÃO DOS PARQUES URBANOS E AÇÕES EDUCATIVAS. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PARQUES URBANOS GERENCIADOS E ORDENADOS                               |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Deyse Benedita Espirito Santo Siqueira                                |

### META FÍSICA

| Região de Planejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| REGIAO VI - SUL        | 3,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>3,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 4,00                      | 4,00                                 | 3,00                       | 75,00   | 75,00  |

### Análise da Meta Física:



## Estado de Mato Grosso

A avaliação regular se deu porque todo o planejamento efetuado no gerenciamento como: serviço de manutenção dos parques urbanos, pagamento de tarifas públicas, serviços de zeladoria e limpeza dos parques foram executadas quase na totalidade. A meta física que se refere ao gerenciamento e ordenamento dos parques urbanos, Mãe Bonifácio, Massairó Okamura e Zé Bolo Flô, correspondente a quantidade de três.

A quarta unidade foi prevista para implantação de parque urbano no município de Sinop, que teve esse valor orçamentário e financeiro repassados em nome da Prefeitura Municipal de Sinop.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                     |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado     | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 327.809,41          | 327.809,41                    | 309.455,00          | 0,00                 | 94,40                                       | 94,40   |
| 240                                  | 1.587.621,25        | 1.587.621,25                  | 1.348.058,78        | 0,00                 | 84,91                                       | 84,91   |
| <b>Total</b>                         | <b>1.915.430,66</b> | <b>1.915.430,66</b>           | <b>1.657.513,78</b> | <b>0,00</b>          | <b>86,53</b>                                | <b>86,53</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

O resultado referente ao planejado se deu bom devido a quase totalidade de sua execução apresentando saldo remanescente.

#### Capacidade de Execução - COFD:

o resultado foi bom, devido à dificuldade nos trâmites de processos desde a SAD até a área operacional.

A execução nos possibilitou a contratação de serviços: Limpeza, conservação e manutenção dos Parques Estaduais: Mãe Bonifácia, Massairó Okamura I e II, e Zé Bolo Flô.

Desinfecção de poço tubular, produção e editoração de vídeo documentário sobre os três Parques: Manutenção em transceptores móveis; esgotamento de fossas, serviço de pintura, conserto de painéis de comando do poço tubular; apoio administrativo e serviço em geral para atender a SEMA na execução de projetos de educação ambiental/cultural; empresa especializadas em vigilância armada, manutenção de ar condicionado, passagens aéreas, taxas de inscrições, luz e telefones e repasse financeiro para o município de Sinop para elaborar projeto arquitetônico para o Parque Urbano na Reserva Ecológica (R1, R2, R3).

#### Alcance do Objetivo Específico:

As Unidades de Conservação em áreas urbanas incluem além da conservação, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, práticas de atividades escolares e exercícios físicos, interpretação da natureza, observação de aves e outros aspectos ambientais, conhecimento de espécies particularizadas da vegetação regional entre outras.

Portanto, para que se possam manter as condições ambientais as ações planejadas e executadas responderam conforme resultado acima.

#### Execução Orçamentária e Financeira:

A execução orçamentária em relação às dotações autorizadas na LOA e a compatibilidade do fluxo de recursos e os efeitos de sua liberação sobre a execução física da ação foi tempestiva.

#### Outros aspectos relevantes:

A utilização do espaço dos parques urbanos para Associações, Escolas, Secretarias etc, a realização de atividades de loga, Assistência Médica, caminhadas, estudos, pesquisa e outros que envolveram 1789 pessoas bem como 76 Instituições. O Uso do auditório para reuniões, palestras, mini cursos, encontros, oficinas, audiências públicas e Assembleia Geral e Extraordinária, totalizando 26 reuniões, 11 palestras, 14 mini-cursos, 04 encontros, 03 oficinas, 07 seminários, 01 Audiência Pública e 01 Posse.

Supervisão e acompanhamento de serviços especializados: limpeza e manutenção de trilhas, execução e remoção de lixo, poda de árvore, coleta de lixo dentro e em torno no Parque Massairó Okamura, limpeza dos sanitários públicos, cerca, limpeza e manutenção dos auditórios e na casa da Coordenadoria de Fogo, roçada da trilha na Avenida do CPA, tratamento das gramas com terra preta, reforma na praça de ginástica, bancos, lixeiras, poltronas do auditório, corrimão das pontes, conserto de bebedouros, reparos de toldos, conserto do aparelho de água.

#### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

As ações educativas nos parques urbanos sinaliza para 2010, renegociação junto a Prefeitura de Cuiabá, em manter a parceria com o programa Prójuvem adolescente, que elabora o cronograma de atividades para o próximo exercício. Renegociar junto ao UNIC renovação do Termo de Cooperação Técnica do tipo Termo de Compromisso de Estágio nº 121/2009, objetivando a colaboração recíproca e desenvolvimento de estágio curricular supervisionado de Bacharelado em Ciências Biológicas.



Estado de Mato Grosso

**RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA**

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>Exercício:</b>                   | 2009  |
| <b>Programa:</b>                    | <b>180-CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE</b>   |
| <b>Objetivo Estratégico do PPA:</b> | 08-CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA BIODIVERSIDADE (PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO) USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS ( SOLO, ÁGUA, MINÉRAIS E BIÓTIÇOS EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO) COM DIMINUIÇÃO DAS PRESSÕES ANTRÓPICAS, ESPECIALMENTE SOBR |
| <b>Tipo de Programa:</b>            | Finalístico   |
| <b>Origem do Programa:</b>          | PERDA DA BIODIVERSIDADE OCASIONADA PELA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DESORDENADA, INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS QUE PROMOVAM O APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL, INSUFICIÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONSERVAÇÃO DOS BIOMAS DE MATO GROSSO.              |
| <b>Objetivo do Programa:</b>        | EXECUTAR O MONITORAMENTO E GESTÃO DE AMOSTRAS SIGNIFICATIVAS DOS BIOMAS ATRAVÉS DE AÇÕES DE CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE.   |
| <b>Público Alvo:</b>                | ÓRG PÚB. PESCADORES, COMUNIDADES DE UC'S E ENTORNO, ONGS  |
| <b>Unidade Resp. Programa:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Gestor(a) do Programa:</b>       | Eliani Fachim   |

| INDICADORES   |                          |                   |                   |                  |               |              |               |
|---|--------------------------|-------------------|-------------------|------------------|---------------|--------------|---------------|
| Descrição   | Priodicidade da Apuração | Unidade de Medida | Índice Início PPA | Índice Final PPA | Previsto 2009 | Apurado 2009 | Data Apuração |
| UNIDADES DE CONSERVACAO IMPLANTADAS E GERIDAS INTEGRALM<br>Fonte: SEMA/CUCO           | Anual                    | UNIDADE           | 10                | 14               | 12            | 12,00        | 31/03/2010    |
| UNIDADES DE CONSERVAÇÃO-UC'S COM SITUAÇÃO FUNDIÁRIA REGULARIZADAS<br>Fonte: SEMA/CUCO | Anual                    | UNIDADE           | 10                | 13               | 11            | 10,00        | 31/03/2010    |

**Análise de Indicadores do Programa:**

Os indicadores apontados são importantes, para mensurar os resultados alcançados por este Programa, o número de unidades de conservação implantadas e geridas e o número de unidades de conservação com situação fundiária regularizada em 2009, este índice demonstra o avanço que o Programa teve principalmente no caso das Unidades de conservação manejadas e geridas (total de 12).

**ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA**

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                     |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado     | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 536.855,20          | 936.855,20                    | 790.047,05          | 0,62                 | 147,16                                      | 84,33   |
| 109                                  | 999.619,36          | 1.817.799,36                  | 1.012.362,77        | 2,70                 | 101,27                                      | 55,69   |
| 240                                  | 1.055.270,73        | 1.354.270,73                  | 914.546,40          | 3,51                 | 86,66                                       | 67,53   |
| 245                                  | 1.194.882,00        | 1.194.882,00                  | 0,00                | 0,00                 | 0,00  | 0,00  |
| <b>Total</b>                         | <b>3.786.627,29</b> | <b>5.303.807,29</b>           | <b>2.716.956,22</b> | <b>6,83</b>          | <b>71,75</b>                                | <b>51,23</b>  |

**Capacidade de Planejamento - PPD:**

O PPD deste Programa demonstra um resultado regular, onde foram planejadas ações para acontecerem no período do ano de 2009, com algumas condições prévias, que eram de se ter técnicos suficientes para a sua execução, contando com captação de recursos externos para algumas ações específicas, contando também com o apoio administrativo do Núcleo Sistemático Ambiental. Mas foi possível atingir somente este desempenho (80%), devido principalmente, a redução de equipe técnica para desenvolver as atividades, a burocracia e lentidão nos encaminhamentos dos processos administrativos para licitação e aquisições, também devido a suspensão da liberação dos técnicos para capacitação pelo Secretário com base em defesa de contenção de gastos, mesmo estando planejado e previsto o recurso no PTA referente ao ano, somando com remanejamentos de recursos que foram necessários para atender a parte da logística da SEMA( combustível por exemplo).

**Capacidade de Execução - COFD:**

O desempenho acima apurado demonstra que ocorreu deficiência ( 60%) na execução financeira do Programa, esta se deu devido principalmente a não conclusão de processos de licitação para execução de trabalhos que eram necessários, a lentidão e burocracia nestes trâmites e a falta de condições de logística e técnica ( número de técnicos reduzidos), além de tomada de decisão por parte do Sr. Secretário na suspensão de execução da capacitação dos técnicos.

**Execução:**



## Estado de Mato Grosso

Este Programa foi executado através de 15 ações, onde algumas tiveram maior desempenho do que outras. Estas ações são executadas e tem como responsáveis diversos setores da Superintendência de Biodiversidade (a maioria), da Superintendência de Fiscalização da SEMA e da Superintendência de Educação Ambiental (uma ação), desta forma cada uma tem seu número de técnicos e apoio logístico diferenciado também o que reflete diretamente na execução.

Ainda houve problemas com a lentidão dos processos de licitação, burocratização, encaminhamentos para a SAD, Casa Civil nos casos de estudos especializados e SINFRA onde não foram concluídos as etapas que permitisse a execução, causando assim transtornos na execução em prazo e de recursos financeiros.

### Resultados:

O Programa alcançou resultados importantes, como já relatados no detalhamento das ações; mesmo tendo o seu planejamento regular e sua execução financeira deficiente, conseguiu dar visibilidade sobre o trabalho executado para os técnicos da própria SEMA e de outras instituições parceiras, e foi capaz de demonstrar a importância de existir um Programa de Governo que tenha estes objetivos que contribua para análise de planejamento, para licenciamento ambiental e reordenamento territorial. Obteve resultados significantes advindos inclusive de Projetos que são executados pela SEMA e outras instituições parceiras, com o objetivo de promover a conservação da e o uso sustentável da biodiversidade, e de manejo de áreas protegidas.

### Principais restrições e providências adotadas:

Durante a execução deste Programa ocorreram algumas dificuldades que impediram parcialmente ou até totalmente a execução de algumas ações foram:

- a lentidão no trâmite ou até mesmo cancelamento sem justificativa de processos que necessitavam de licitação por parte do Núcleo Sistêmico Ambiental e da própria SAD onde foram informados o superiores para providências;
- a diminuição da equipe técnica por vários fatores e a priorização de contratação de técnicos para determinados setores da SEMA principalmente para aqueles que trabalham com o licenciamento ambiental, não sendo apoiadas todos os setores que tem necessidade, neste sentido as providências tomadas foram da solicitação para remanejar de técnicos e até de estagiários para auxiliar no cumprimento das ações.
- a necessidade de priorizar recursos através de remanejamento para cumprir compromissos administrativos e logísticos da SEMA como um todo e quando da necessidade para execução das ações não poder contar com isto como disponível, como por exemplo locação de veículos, providências tomadas inúmeras solicitações por escrito solicitando para disponibilizar os veículos.
- a falta de execução maior de ações diretamente relacionadas a gestão de unidades de conservação devido a nomeação por meio de cargos de Gerentes e agentes ambientais, sem critérios mais técnicos, o que impede de poderem executar as ações que lhe são designadas, providências inúmeras manifestações por escrito para que se tenha maior critério para isto.

### Outros aspectos relevantes:

Este Programa neste período foi executado através de ações planejadas e com a integração com outras ações e Programas desenvolvidos pela SEMA, pelo próprio Governo através de outras instituições e ainda com instituições não governamentais, nacionais e internacionais o que demonstra a importância e a transversalidade da área ambiental e principalmente da gestão e conservação da biodiversidade para Mato Grosso.

### Outros produtos entregues:

#### Recomendações da Unidade responsável pelo programa:

Desburocratização e celeridade maior para os processos de licitação para estudos especializados, execução de ações mais especializadas que são necessárias, para contribuir com o nosso trabalho pela SEMA, SAD, Casa Civil.

A não priorização de somente um Programa pelo próprio Governo e própria SEMA para dar celeridade, no apoio logístico, na desburocratização. Afinal todos são Programas de Governo e foram desenhados para alcançar objetivos importantes.

Maior critério técnico na indicação e nomeação pela Casa Civil, para os cargos de Gerente Regional e Agentes Ambientais para executar ações nas Unidades de Conservação Estaduais.

Priorização na aquisição de veículos para executar atividades nas Unidades de Conservação Estaduais, pois a mesmas ficam a mercê quase na totalidade de disponibilidade de carros locados a serem agendados para execução das atividades e ações.





Estado de Mato Grosso

**Avaliação das Ações do Programa**

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>1547-ELABORACAO DE PLANOS DE MANEJO PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO-UC'S ESTADUAIS</b>            |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 180-CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | ESTABELECEER ESTRATEGIAS, NORMAS E DIRETRIZES PARA O MANEJO ADEQUADO PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PLANO ELABORADO  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Alexandre Milare Batistela   |

**META FÍSICA**

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 0,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>0,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1,00                      | 1,00                                 | 0,00                       | 0,00  | 0,00   |

**Análise da Meta Física:**

A meta física desta ação estava diretamente atrelado a captação de recursos extra-orçamentários. Como não houve disponibilização de Programas Ambientais que apoiassem a criação, implantação e gerenciamento de unidades de conservação localizadas no bioma pantaneiro, onde se localiza o Parque Estadual do Guirá, esse planejamento foi mal sucedido. No segundo semestre de 2009 foi estabelecido um TAC- Termo de Ajustamento de Conduta com a PCH São Tadeu, por impacto ambiental causado na APA Estadual Chapada dos Guimarães, em virtude do processo do licenciamento da mesma não ter sido tramitado para análise da Coordenadoria de Unidades de Conservação, conforme determina a legislação ambiental vigente. No TAC foi solicitada a elaboração do Plano de Manejo para o Parque Estadual Encontro das Águas, com previsão para sua execução no exercício de 2010. Através da disponibilização de complementação de recurso foi planejada a elaboração do Plano de Manejo Espeleológico da Gruta da Lagoa Azul visando atender demanda da sociedade, porém esse planejamento foi malogrado pela burocracia estabelecida pelo governo para contratação de serviços especializados como o caso do referido plano de manejo.

**ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO**

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                  |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado  | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 8.000,00            | 0,00                          | 0,00             | 0,00                 | 0,00  | 0,00  |
| 109                                  | 0,00                | 150.000,00                    | 48.660,89        | 0,00                 | 0,00  | 32,44   |
| <b>Total</b>                         | <b>8.000,00</b>     | <b>150.000,00</b>             | <b>48.660,89</b> | <b>0,00</b>          | <b>608,26</b>                               | <b>32,44</b>  |

**Capacidade de Planejamento - PPD:**

O planejamento desta ação estava diretamente atrelado a captação de recursos extra-orçamentários. Como não houve disponibilização de Programas Ambientais que apoiassem a criação, implantação e gerenciamento de unidades de conservação localizadas no bioma pantaneiro, onde se localiza o Parque Estadual do Guirá, esse planejamento foi mal sucedido. No segundo semestre de 2009 foi estabelecido um TAC- Termo de Ajustamento de Conduta com a PCH São Tadeu, por impacto ambiental causado na APA Estadual Chapada dos Guimarães, em virtude do processo do licenciamento da mesma não ter sido tramitado para análise da Coordenadoria de Unidades de Conservação, conforme determina a legislação ambiental vigente. No TAC foi solicitada a elaboração do Plano de Manejo para o Parque Estadual Encontro das Águas, com previsão para sua execução no exercício de 2010. Através da disponibilização de complementação de recurso foi planejada a elaboração do Plano de Manejo Espeleológico da Gruta da Lagoa Azul visando atender demanda da sociedade, porém esse planejamento foi malogrado pela burocracia estabelecida pelo governo para contratação de serviços especializados como o caso do referido plano de manejo.

**Capacidade de Execução - COFD:**



## Estado de Mato Grosso

A operacionalização financeira da ação foi prejudicada pela ausência de recursos humanos, gerente e agente ambiental, na Gerencia Regional do Parque Estadual do Guirá durante todo o exercício de 2009. Outro fator que significativamente interferiu na operacionalização da ação foi a não captação de recursos extra-orçamentários para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual do Guirá. No que se refere a complementação orçamentária feita para a elaboração do Plano de Manejo Espeleológico da Gruta da Lagoa Azul, não houve problemas na operacionalização por parte da Coordenadoria de Unidades de Conservação, uma vez que todos os trâmites necessários à contratação de consultoria foram executados pela mesma, porém por se tratar de consultoria/serviços especializados o procedimento adotado pela SAD exige a aval direto do governador, que não foi concedido.

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico inicialmente de elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual do Guirá, não foi alcançado uma vez que dependia diretamente da captação de recursos extra-orçamentário, o que não ocorreu. Mesmo com a complementação orçamentária para a ação o objetivo específico não foi alcançado devido ao excesso burocrático estabelecido pelo governo para contratação de consultoria, uma vez que um plano de manejo espeleológico trata-se de serviços especializados. Apesar de não ser feito nenhum aferimento do grau de satisfação da comunidade localizada no entorno do Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul, esta manifestou junto a Gerencia Regional do Parque sua insatisfação pela não realização do Plano de Manejo Espeleológico da Gruta da Lagoa Azul, que proporcionaria o ordenamento e até mesmo um incremento no ecoturismo na região.

### Execução Orçamentária e Financeira:

A execução orçamentária e financeira para a ação não ocorreu uma vez que o recurso financeiro planejado para a medida, era para o acompanhamento dos trabalhos referentes a elaboração de Plano de Manejo para o Parque Estadual do Guirá, através da contratação de STPJ com recursos extra-orçamentários a serem captados pela SEMA, como não houve tal captação não foi necessário o acompanhamento dos serviços. Vale ressaltar que mesmo diante da complementação orçamentária para a ação visando a elaboração de Plano de Manejo Espeleológico para a Gruta da Lagoa Azul não houve execução orçamentária e financeira em decorrência do excesso burocrático estabelecido pela SAD para contratação de consultoria.

### Outros aspectos relevantes:

Através do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, foi dado início a finalização da elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual Cristalino e na coleta de dados primários para elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica do Rio Ronuro. Já para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual do Xingu, que teve início no exercício de 2008, o Programa ARPA não liberou recursos em tempo hábil para a efetivação do mesmo. Através do Programa GEF Noroeste foi concluído a elaboração do PCA-Plano de Conservação de Áreas, cujo início se deu no final do exercício de 2008. O PCA foi realizado para o Parque Estadual do Tucumã, Estação Ecológica do Rio Roosevelt e Madeirinha e Reserva Extrativista Guariba Roosevelt, visando estabelecer estratégias, normas e diretrizes para o manejo adequado destas unidades. O PCA é um instrumento técnico equivalente a um Plano de Manejo, porém de forma mais sucinta e prática que está sendo implantado em fase experimental pela Secretaria.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

O processo para contratação de consultoria quando se necessitar de serviços especializados, como é o caso de um plano de manejo, deve ser desburocratizado, deixando de exigir assinatura de consentimento direto do governador. O Estado deve disponibilizar recursos financeiros próprios e satisfatórios para a elaboração de planos de manejo das unidades de conservação estaduais, não ficando exclusivamente dependente de captação de recursos extra-orçamentários. Os planos de manejo constituem documentos técnicos e orientativos que muito contribuem para a efetiva implantação e gestão das unidades de conservação, assegurando assim o cumprimento de seus objetivos de conservação e/ou proteção, além de evitar questionamentos técnicos por parte de gestores governamentais e conflitos de interesses e sociais.

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>1549-IMPLANTACAO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS</b>                          |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 180-CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | DOTAR AS UNIDADES DE CONSERVACAO DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA DE SUPORTE PARA O SEU MANEJO E REALIZAR A SUA MANUTENÇÃO. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Alexandre Milare Batistela  |

### META FÍSICA

| Região de Planejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| REGIAO I - NOROESTE I  | 0,00        |
| REGIAO IV - LESTE      | 0,00        |
| REGIAO VI - SUL        | 0,00        |
| REGIAO VII - SUDOESTE  | 0,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>0,00</b> |



## Estado de Mato Grosso

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 4,00                      | 3,00                                 | 0,00                       | 0,00  | 0,00   |

### Análise da Meta Física:

A meta física prevista era a de implantação e manutenção de infra-estrutura para 4 (quatro) unidades de conservação estaduais, sendo 3 (três) com recursos do PTA ( Parques Estaduais Serra de Ricardo Franco e Encontro das Águas e Refugio de Vida Silvestre Quelônios do Araguaia) e 1 (uma) pelo Programa GEF Noroeste ( Reserva Extrativista Guariba Roosevelt RESEX) . A ação sofreu complementação visando atender demanda de reforma dos Parques Estaduais do Araguaia e Serra Azul. Todavia só foi executada 1 (uma) ação: implantação de sinalização educativa/informativa na RESEX através do Programa GEF Noroeste. Vale ressaltar que o termo técnico infra-estrutura, quando se trata de unidades de conservação, considera-se sinalização como tal.

## ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 4.000,00            | 1.000,00                      | 0,00            | 0,00                 | 0,00  | 0,00  |
| 109                                  | 0,00                | 20.000,00                     | 0,00            | 0,00                 | 0,00  | 0,00  |
| 240                                  | 4.000,00            | 2.000,00                      | 0,00            | 0,00                 | 0,00  | 0,00  |
| <b>Total</b>                         | <b>8.000,00</b>     | <b>23.000,00</b>              | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>                                 | <b>0,00</b>   |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

O planejamento para esta ação não dependia diretamente da Coordenadoria de Unidades de Conservação e não teve êxito pelos seguintes problemas: 1- Mau desempenho operacional das Gerencias Regionais no Parque Estadual Serra de Ricardo Franco e Refúgio de Vida Silvestre - RVS Quelônios do Araguaia; 2- Dificuldade de elaboração de documentos, leia-se projetos referente à construção e ou reforma de infra-estruturas, por parte do setor da SEMA responsável pelo mesmos, isto para os Parques Estaduais do Araguaia e Serra Azul e RVS Quelônios do Araguaia; 3- Não efetivação de aquisição de terras no Parque Estadual Encontro das Águas, seja por compensação ambiental através de desoneração seja por Compensação Ambiental por significativo impacto ambiental.

### Capacidade de Execução - COFD:

A capacidade de execução desta ação dependia indiretamente de outros setores da SEMA o que fez com que as medidas previstas não fossem executadas. O setor responsável por obras da SEMA não teve capacidade operacional devido a falta de recursos humanos, as gerencias regionais por terem o cargo de gerente como cargo comissionado é sempre ocupada por indicação política de pessoas que não apresentam capacidade técnica para ocupá-los e conseqüentemente, de executar trabalhos pertinentes as gerências. Outro fator foi a não efetivação de aquisição de terras no Parque Estadual Encontro das Águas, que tivesse localização estratégica para a instalação de infra-estrutura, através de compensação ambiental por desoneração. Também não houve compensação por significativo impacto ambiental na região do Parque Estadual Encontro das Águas, uma vez que não houve instalação de empreendimento de significativo impacto, o que proporcionaria a aquisição de terras.

### Alcance do Objetivo Específico:

O alcance do objetivo específico referente à dotar as unidades de conservação de obras e infra-estrutura, que desse suporte para o seu manejo ou a e realização de manutenção de infra-estrutura existente foi alcançado somente para 1 (uma) unidade de conservação: RESEX através da confecção e manutenção de placas informativas /orientativas e de limites. Apesar de não ser feito nenhum aferimento do grau de satisfação do público-alvo a solicitação da comunidade da RESEX foi atendida satisfatoriamente, uma vez que com a ação foi estabelecido visualmente os limites da unidade de conservação.

### Execução Orçamentária e Financeira:

A execução orçamentária e financeira que previa somente acompanhamento da implantação das obras de infra-estruturas nas unidades de conservação não foi executada pelos seguintes motivos: por não ter sido captado recurso financeiro através de compensação por significativo impacto ambiental, por falta de capacidade operacional por parte do setor de obras da SEMA , pela não efetivação de compensação de reserva legal por desoneração em local estratégico e falta de capacidade técnica dos gerentes de unidades de conservação.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Dotar o setor responsável por obras da SEMA de recursos humanos, para que cumpra seu papel de intermediador junto a SINFRA , na elaboração e execução de obras nas unidades de conservação estaduais. A indicação para o cargo comissionado de gerente regional de unidade de conservação deve ter como princípio básico a capacidade técnica do gerente. O Estado deve disponibilizar recursos financeiros próprios e satisfatórios para implantação de infra-estrutura nas unidades de conservação estaduais para a efetiva implantação e conservação das mesmas.



## Estado de Mato Grosso

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>1550-REGULARIZACAO PATRIMONIAL E MONITORAMENTO DOS IMOVEIS LOCALIZADOS EM UNIDADES DE CONSERVACAO ESTADUAIS</b> |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 180-CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | ESCRITURAR E MONITORAR AS TERRAS CONTIDAS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.   |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | UNIDADE DE CONSERVACAO ESCRITURADA   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Alexandre Milare Batistela   |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento    | Meta        |
|---------------------------|-------------|
| REGIAO I - NOROESTE I     | 0,00        |
| REGIAO III - NORDESTE     | 0,00        |
| REGIAO IV - LESTE         | 0,00        |
| REGIAO XII - CENTRO NORTE | 0,00        |
| <b>Total:</b>             | <b>0,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 4,00                      | 4,00                                 | 0,00                       | 0,00  | 0,00   |

### Análise da Meta Física:

A meta física prevista era a de aquisição de propriedades rurais contidas nas seguintes unidades de conservação: Parques Estaduais da Serra Azul, Araguaia, Igarapés do Juruena e Estação Ecológica do rio Ronuro. Foram realizadas avaliações em 2 (duas) propriedades no Parque Estadual da Serra Azul e a aquisição de terra no Parque Estadual Encontro das Águas através do processo de desoneração referente à compensação ambiental de reserva legal. Desta forma das metas previstas inicialmente só foram cumpridas a avaliação de 2 (duas) propriedades.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 245                                  | 1.194.882,00        | 1.194.882,00                  | 0,00            | 0,00                 | 0,00  | 0,00  |
| <b>Total</b>                         | <b>1.194.882,00</b> | <b>1.194.882,00</b>           | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>                                 | <b>0,00</b>   |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

O planejamento desta ação independe diretamente da SEMA uma vez que o recurso previsto é uma projeção de possível processo de compensação ambiental decorrente de instalação de empreendimentos de significativo impacto ambiental na região onde se localizam as unidades de conservação estaduais. Esta compensação ocorreu somente para a Estação Ecológica do Rio Ronuro, tendo sido estabelecido Termo de Compromisso referente a compensação Ambiental por parte da PCH Paranatinga, todavia a aquisição de terras não foi concluída por problemas de documentação por parte dos proprietários de terras na Estação Ecológica. Foi realizado 2 (duas) avaliações de propriedade rural no Parque Estadual da Serra Azul com previsão de aquisição das mesmas no exercício de 2010 em decorrência de assinatura de Termo de Compromisso referente a compensação Ambiental.

### Capacidade de Execução - COFD:

A capacidade de execução desta ação esta diretamente atrelada ao estabelecimento de compensação ambiental decorrente de instalação de empreendimentos de significativo impacto ambiental na região onde se localizam as unidades de conservação estaduais. O estabelecimento de Termo de Compromisso referente a compensação ambiental por significativo impacto ambiental visando a regularização fundiária não ocorreu pelas seguintes dificuldades: necessidade de interveniência da Câmara de Compensação do IBAMA/DF, que passou por processo de reestruturação com a criação do Instituto Chico Mendes, para uma compra de maior número de propriedades no Parque Estadual da Serra Azul. A mesma dificuldade ocorreu para o Parque Estadual do Araguaia. O licenciamento do empreendimento com compensação prevista para o Parque Estadual Igarapés do Juruena foi questionado pelo Ministério Público Estadual, tendo sido esta situação resolvida não no final do exercício de 2008 como previsto inicialmente e sim no exercício de 2009, com previsão de assinatura do Termo de Compromisso para o exercício de 2010.



## Estado de Mato Grosso

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico desta ação é o de escriturar e monitorar as terras contidas em unidades de conservação, o que foi alcançado somente no Parque Estadual da Serra Azul, onde foram avaliadas 2(duas) propriedades rurais. O mesmo não aconteceu para as demais unidades de conservação (Parques Estaduais do Araguaia e Igarapés do Juruena), face aos entraves burocráticos na assinatura de Termos de Compromisso para compensação ambiental pela instalação de empreendimento com significativo impacto ambiental e na Estação Ecológica do Rio Ronuro por não ser apresentada documentação suficiente por parte dos proprietários com terras contidas em seu interior.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Não houve execução orçamentária e financeira por não ter sido firmado nenhum Termo de Compromisso relativo à compensação por significativo impacto ambiental, não sendo necessário conseqüentemente a realização de avaliação e acompanhamento de processo de compra de propriedade rural inserida nas unidades de conservação estaduais. Vale ressaltar que a aquisição de terra no Parque Estadual Encontro das Águas através do processo de desoneração referente à compensação ambiental de reserva legal não utilizou recurso previsto no PTA, uma vez que o proprietário com déficit de reserva legal é quem adquire a terra e repassa ao Estado sem nenhum ônus para o mesmo. A execução de despesa foi realizada somente no Parque Estadual da Serra Azul, através de avaliação de 2 (duas) propriedades rurais.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

O Estado deve disponibilizar recursos financeiros próprios e satisfatórios para a regularização fundiária das unidades de conservação estaduais, cumprindo assim o seu dever e obrigação de consolidação de suas unidades e, por conseguinte efetivando a preservação de amostras significativas dos biomas existentes no Estado, além de evitar conflitos sociais.

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>2346-FISCALIZACAO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO-UC'S E SEUS ENTORNOS</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 180-CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | EXECUTAR AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO COM O INTUITO DE PREVENIR E COIBIR AÇÕES ILEGAIS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS E SEUS ENTORNOS |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | FISCALIZACAO REALIZADA  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Eduardo Rodrigues   |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| ESTADO                 | 48,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>48,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 48,00                     | 48,00                                | 48,00                      | 100,00  | 100,00   |

### Análise da Meta Física:

A execução física da ação atingiu o índice de 100 % da meta anual prevista.

Considera-se como produto, nesta ação, cada viagem realizada por equipe de fiscalização, incluindo as viagens realizadas por equipes das unidades desconcentradas. Em cada viagem são realizadas diversas atividades de fiscalização. De janeiro a dezembro foram realizadas ações de fiscalização no Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul, Parque Estadual das Águas Quentes, Parque Estadual Encontro das Águas, Parque Estadual Cristalino, Parque Estadual do Araguaia, Parque Estadual Serra de Ricardo Franco, Estação Ecológica do Rio Ronuro, APA Salto Magessi, Parque Estadual Dom Ozório Stoffel, RVS Corichão da Mata Azul, APA Chapada dos Guimarães, Monumento Natural Morro de Santo Antônio, Reserva Extrativista Guariba Roosevelt, Estação Ecológica do Rio Roosevelt, Parque Estadual Serra de Santa Bárbara, Parque Estadual da Serra Azul e APA das Cabeceiras do Rio Cuiabá.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

#### REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



## Estado de Mato Grosso

| Fonte        | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado  | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
|--------------|---------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---|---|
| 240          | 60.000,98           | 60.000,98                     | 60.000,28        | 0,00                 | 100,00                                      | 100,00  |
| <b>Total</b> | <b>60.000,98</b>    | <b>60.000,98</b>              | <b>60.000,28</b> | <b>0,00</b>          | <b>100,00</b>                               | <b>100,00</b>   |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

Foram remanejados recursos com o objetivo de viabilizar a aquisição de coturnos para propiciar aos servidores proteção durante a execução das atividades de fiscalização. Não houve reflexos sobre a meta física, pois os recursos foram anulados de diárias, e os servidores responsáveis pela maioria das ações de fiscalização em Unidades de Conservação são efetivos, que não recebem diárias, e sim verba indenizatória.

Convém salientar que quando são utilizados recursos da ação 2349 (Fiscalização de Desmatamento) são também realizadas ações de fiscalização em Unidades de Conservação.

### Capacidade de Execução - COFD:

Durante 2009 foram executados 99,99% do orçamento previsto para o ano de 2009, incluindo as suplementações e reduções ocorridas ao longo do período.

Foram remanejados recursos com o objetivo de viabilizar a aquisição de coturnos para propiciar aos servidores proteção durante a execução das atividades de fiscalização. Não houve reflexos sobre a meta física, pois os recursos foram anulados de diárias, e os servidores responsáveis pela maioria das ações de fiscalização em Unidades de Conservação são efetivos, que não recebem diárias, e sim verba indenizatória.

Convém salientar que quando são utilizados recursos da ação 2349 (Fiscalização de Desmatamento) são também realizadas ações de fiscalização em Unidades de Conservação.

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação 2346, que é executar ações de fiscalização com o intuito de prevenir e coibir ações ilegais nas unidades de conservação estaduais e seus entornos, foi atingido.

O objetivo da ação 2346 está alinhado com o objetivo da ação 180, que é executar o monitoramento e gestão de amostras significativas dos biomas através de ações de conservação e utilização sustentável da biodiversidade. As ações de fiscalização de Unidades de Conservação contribuem para o alcance do objetivo do programa 180.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Durante 2009 foram executados 99,99% do orçamento previsto para o ano de 2009, incluindo as suplementações e reduções ocorridas ao longo do período. Os recursos foram utilizados em contrato de prestação de serviços de locação de impressora, contrato de prestação de serviços de manutenção de veículos e pagamento de diárias.

Foram remanejados recursos com o objetivo de viabilizar a aquisição de coturnos para propiciar aos servidores proteção durante a execução das atividades de fiscalização. Não houve reflexos sobre a meta física, pois os recursos foram anulados de diárias, e os servidores responsáveis pela maioria das ações de fiscalização em Unidades de Conservação são efetivos, que não recebem diárias, e sim verba indenizatória.

Convém salientar que quando são utilizados recursos da ação 2349 (Fiscalização de Desmatamento) são também realizadas ações de fiscalização em Unidades de Conservação.

Dentre as limitações enfrentadas durante a implementação da ação citamos a insuficiência de recursos humanos e de frota de veículos à disposição da Coordenadoria de Fiscalização Florestal e de Unidades de Conservação, para a realização de ações de fiscalização.

O Plano de Trabalho Anual - PTA 2009 foi utilizado como ferramenta gerencial durante a implementação da ação, tendo sido realizadas reuniões periódicas para apuração dos índices de execução e verificação da necessidade de ajustes no planejamento da ação. Durante toda a execução orçamentária e financeira da ação foram priorizadas as despesas que obtivessem a melhor relação custo/benefício, atendendo ao princípio da economicidade.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>2354-FISCALIZACAO DA PESCA</b>  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 180-CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | COIBIR AS ATIVIDADES CONSIDERADAS PREDATÓRIAS SOBRE OS RECURSOS PESQUEIROS E MANTER OS ESTOQUES PESQUEIROS |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | FISCALIZACAO REALIZADA   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Roseli De Almeida  |



## Estado de Mato Grosso

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta          |
|------------------------|---------------|
| ESTADO                 | 184,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>184,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 150,00                    | 150,00                               | 184,00                     | 122,67  | 122,67   |

#### Análise da Meta Física:

Em 2009 foram realizadas 184 ações de fiscalização de pesca, tendo sido emitidos 500 autos de inspeção, 301 autos de infração, 57 notificações, 535 termos de apreensão e 239 recibos de doação, resultando na aplicação de R\$ 3.195.945,79 em multas. Durante as ações de fiscalização foram apreendidos 21.725,0000 Kg de pescado, 1.167 redes, 237 tarrafas, 3.417 anzóis comuns, 333 espinhéis, 67 canoas, 128 molinetes, 179 varas de pesca, 33 remos, 48 freezers, 38 caixas de isopor, 12 veículos, 09 motos, 51 motores de popa/rabeta, 42 caixas de acessórios de pesca, 70 armas de fogo, 36 barcos, 284 cartuchos arma/munição e 19 carteiras de pescador profissional.

Foram fiscalizados 38 rios, 13 baías, 02 saltos e 01 lago, abrangendo 88 municípios fiscalizados. A meta física da ação, que prevê a realização de 150 fiscalizações, foi superada. Foram realizadas em 2009 184 operações, o que representou o alcance de 122,67 % da meta física prevista.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 311.499,78          | 311.499,78                    | 263.994,14        | 0,12                 | 84,75                                       | 84,75   |
| 109                                  | 379.619,37          | 379.619,37                    | 330.022,23        | 1,70                 | 86,94                                       | 86,94   |
| 240                                  | 116.453,25          | 491.453,25                    | 400.717,60        | 0,00                 | 344,10                                      | 81,54   |
| <b>Total</b>                         | <b>807.572,40</b>   | <b>1.182.572,40</b>           | <b>994.733,97</b> | <b>1,82</b>          | <b>123,18</b>                               | <b>84,12</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

A previsão do orçamento da ação 2354 no processo do PTA foi realizada corretamente.

Foram realizados remanejamentos para viabilizar o pagamento de processo de aquisição de máquinas fotográficas, carregadores e cartões de memória (despesas do exercício anterior). Foram remanejados ainda recursos para a compra de materiais permanentes (frigobares, bebedouros elétricos, telefones sem fio e câmeras fotográficas). Os recursos destinados ao pagamento de combustíveis também foram remanejados, movimentações orçamentárias realizadas pela Coordenadoria de Apoio Logístico, responsável pela execução deste item de despesa.

A insuficiência financeira da fonte 109 e da Fonte 100, verificados no último quadrimestre, influenciaram o índice PPD da ação. O saldo orçamentário da fonte 109, que não pôde ser utilizado devido à sua insuficiência financeira, representou 26,41% do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009. O saldo orçamentário da Fonte 100, que não pode ser utilizado em virtude de queda de arrecadação, representou 25,29% do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009.

O índice PPD foi influenciado ainda pela não finalização de processos de aquisição junto à Secretaria de Estado de Administração.

Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados.

#### Capacidade de Execução - COFD:

Para a ação 2354 foram previstas despesas no PTA 2009 totalizando R\$ 807.572,40.

A insuficiência financeira da fonte 109 e da Fonte 100, verificados no último quadrimestre, influenciaram o índice PPD da ação. O saldo orçamentário da fonte 109, que não pôde ser utilizado devido à sua insuficiência financeira, representou 26,41% do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009. O saldo orçamentário da Fonte 100, que não pode ser utilizado em virtude de queda de arrecadação, representou 25,29% do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009.

O índice COFD foi influenciado ainda pela não finalização de processos de aquisição junto à Secretaria de Estado de Administração.

Durante 2009 foram executados 84,12% do orçamento anual previsto, incluindo as suplementações e reduções.

Os motivos acima elencados influenciaram os resultados do desempenho apurados.

#### Alcance do Objetivo Específico:

O Objetivo específico da ação 2354, que é coibir as atividades consideradas predatórias sobre os recursos pesqueiros e manter os estoques pesqueiros foi atingido, não tendo sido influenciado pelos índices PPD e COFD.

O objetivo da ação 2354 está alinhado com o objetivo da ação 180, que é executar o monitoramento e gestão de amostras significativas dos biomas através de ações de conservação e utilização sustentável da biodiversidade. As ações de fiscalização de pesca contribuem para o alcance do objetivo do programa 180.

#### Execução Orçamentária e Financeira:



## Estado de Mato Grosso

Dotação Inicial PTA 2009: R\$ 807.572,40; Total das anulações: R\$ 110.771,18; Total das suplementações: R\$ 485.771,18; Saldo após suplementações e anulações: R\$ 1.182.572,40; Saldo em 31/12/2009: R\$ 187.836,61.

Para a ação 2354 foram previstas despesas no PTA 2009 totalizando R\$ 807.572,40. Foram suplementados R\$ 485.771,18 e anulados R\$ 110.771,18.

Foram utilizados recursos desta ação para aquisição de óleo náutico, combustível, peças para manutenção de veículos, locação de veículos e mão de obra para manutenção de veículos. Foram ainda adquiridos cartões de memória para notebooks, uniformes, materiais de expediente diversos (capa de chuva, lanterna, fita zebra e cone de sinalização), frigobares, bebedouros elétricos, telefones sem fio e câmeras fotográficas, utilizando recursos desta ação, dentre outras. Foram pagos processos (despesas do exercício anterior) de aquisição de máquinas fotográficas, carregadores e cartões de memória.

Em 2009 as diárias totalizaram R\$ 632.045,00. Foram realizados remanejamentos para viabilizar o pagamento de processo de aquisição de máquinas fotográficas, carregadores e cartões de memória (despesas do exercício anterior). Foram remanejados ainda recursos para a compra de materiais permanentes (frigobares, bebedouros elétricos, telefones sem fio e câmeras fotográficas). Os recursos destinados ao pagamento de combustíveis também foram remanejados, movimentações orçamentárias realizadas pela Coordenadoria de Apoio Logístico, responsável pela execução deste item de despesa.

A insuficiência financeira da fonte 109 e da Fonte 100, verificados no último quadrimestre, influenciaram os índices de desempenho apurados da ação. O saldo orçamentário da fonte 109, que não pôde ser utilizado devido à sua insuficiência financeira, representou 26,41% do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009. O saldo orçamentário da Fonte 100, que não pode ser utilizado em virtude de queda de arrecadação, representou 25,29% do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009. O índice de execução orçamentária foi influenciado ainda pela não finalização de processos de aquisição junto à Secretaria de Estado de Administração.

Durante 2009 foram executados 84,12% do orçamento anual previsto, incluindo as suplementações e reduções.

Dentre as limitações enfrentadas durante a implementação da ação citamos a insuficiência de recursos humanos, de veículos e de barcos/motores à disposição da Coordenadoria de Fiscalização de Pesca, para a realização de ações de fiscalização.

O Plano de Trabalho Anual - PTA 2009 foi utilizado como ferramenta gerencial durante a implementação da ação, tendo sido realizadas reuniões periódicas para apuração dos índices de execução e verificação da necessidade de ajustes no planejamento da ação. Durante toda a execução orçamentária e financeira da ação foram priorizadas as despesas que obtivessem a melhor relação custo/benefício, atendendo ao princípio da economicidade.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>2949-GERENCIAMENTO DOS RECURSOS PESQUEIROS DO ESTADO DE MATO GROSSO</b>                          |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 180-CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | DESENVOLVER AÇÕES VOLTADAS AO ORDENAMENTO E MANEJO DOS RECURSOS PESQUEIROS DO ESTADO DE MATO GROSSO |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | BACIA GERENCIADA  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Neusa Arenhart  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 3,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>3,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 3,00                      | 3,00                                 | 3,00                       | 100,00  | 100,00   |

### Análise da Meta Física:

A metafísica da Ação é de gerenciar 03 bacias hidrográficas do estado.

A coordenadoria atendeu a metafísica fazendo o gerenciamento das bacias previstas, no entanto nem todas as medidas e tarefas puderam ser executadas completamente devido à diminuição do quadro de servidores lotados na coordenadoria. Iniciamos o ano com 07 técnicos ambientais e finalizamos com 04 técnicos isso comprometeu o desenvolvimento da ação. Principalmente as atividades Visita a colônias de pescadores profissionais para discussão e aprimoramento do SISCOMP e implantação de Acordos de Pesca





## Estado de Mato Grosso

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 109                                  | 385.384,99          | 385.384,99                    | 214.739,42        | 0,00                 | 55,72                                       | 55,72   |
| <b>Total</b>                         | <b>385.384,99</b>   | <b>385.384,99</b>             | <b>214.739,42</b> | <b>0,00</b>          | <b>55,72</b>                                | <b>55,72</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

A Coordenadoria iniciou o ano com 07 técnicos ambientais e finalizou com 04 técnicos. A diminuição do quadro funcional comprometeu o desenvolvimento da ação.

Não foram realizadas suplementações/anulações no orçamento das ações, apenas foram repassados para uso geral da Secretaria os valores ou parte dos valores orçados para aquisição de combustível, passagens aéreas e material gráfico. Como é de uso geral o repasse desses valores não afetou as atividades realizadas uma vez que esses valores estão disponíveis para o cumprimento das ações.

O valor orçado na natureza 33.91.39.00 da fonte 109, refere-se à confecção de Declaração de Pesca Individual, no entanto este valor não foi utilizado, sendo as DPis confeccionadas por outro órgão do governo (IOMAT), assim, o valor de R\$ 50.000,00 ficou disponível no final do período.

O valor estimado na natureza 33.90.14.00 da fonte 109, que se refere a diárias de servidores foi superestimado por não ser mais utilizado na forma de diárias. Devido à instituição da Verba Indenizatória Ambiental pela Lei nº 8.975, de 18 de setembro de 2008 conforme Art. 1º Além do subsídio fixado no caput fica instituída a Verba Indenizatória Ambiental - VIA aos Profissionais do Meio Ambiente em cargo efetivo e em exercício na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, como forma compensatória ao não recebimento de diárias no desempenho das suas atividades dentro do Estado, a ser paga mensalmente parte do valor orçado para esta natureza foi remanejado para suprir atividades desenvolvidas com valores de outra natureza dentro das mesmas ações a que se referem, como aquisição de material de expediente, material permanente e também de material gráfico.

Foram elaborados Termos de referência e de Aquisição Direta (03/2009, 04/2009, 17/2009, 18/2009, 19/2009) solicitando a aquisição de material permanente e de consumo necessário para a manutenção e gerenciamento do recurso pesqueiro, no entanto estes não foram consolidados. A falta desses equipamentos comprometeu em partes o desenvolvimento da ação, pois para a Coordenadoria executar a ação teve que pegar material emprestado junto a outros órgãos e pesquisadores/colaboradores.

#### Capacidade de Execução - COFD:

Na Ação 2949 não houve suplementação/anulação e/ou contingenciamento, a dotação inicial é igual à dotação final.

A Coordenadoria iniciou o ano com 07 técnicos ambientais e finalizou com 04 técnicos. A diminuição do quadro funcional comprometeu o desenvolvimento da ação.

Não foram realizadas suplementações/anulações no orçamento das ações, apenas foram repassados para uso geral da Secretaria os valores ou parte dos valores orçados para aquisição de combustível, passagens aéreas e material gráfico. Como é de uso geral o repasse desses valores não afetou as atividades realizadas uma vez que esses valores estão disponíveis para o cumprimento das ações.

O valor orçado na natureza 33.91.39.00 da fonte 109, refere-se à confecção de Declaração de Pesca Individual, no entanto este valor não foi utilizado, sendo as DPis confeccionadas por outro órgão do governo (IOMAT), assim, o valor de R\$ 50.000,00 ficou disponível no final do período.

O valor estimado na natureza 33.90.14.00 da fonte 109, que se refere a diárias de servidores foi superestimado por não ser mais utilizado na forma de diárias. Devido à instituição da Verba Indenizatória Ambiental pela Lei nº 8.975, de 18 de setembro de 2008 conforme Art. 1º Além do subsídio fixado no caput fica instituída a Verba Indenizatória Ambiental - VIA aos Profissionais do Meio Ambiente em cargo efetivo e em exercício na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, como forma compensatória ao não recebimento de diárias no desempenho das suas atividades dentro do Estado, a ser paga mensalmente parte do valor orçado para esta natureza foi remanejado para suprir atividades desenvolvidas com valores de outra natureza dentro das mesmas ações a que se referem, como aquisição de material de expediente, material permanente e também de material gráfico.

Foram elaborados Termos de referência e de Aquisição Direta (03/2009, 04/2009, 17/2009, 18/2009, 19/2009) solicitando a aquisição de material permanente e de consumo necessário para a manutenção e gerenciamento do recurso pesqueiro, no entanto estes não foram consolidados. A falta desses equipamentos comprometeu em partes o desenvolvimento da ação, pois para a Coordenadoria executar a ação teve que pegar material emprestado junto a outros órgãos e pesquisadores/colaboradores.

#### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo da ação foi atendido precariamente devido à diminuição do quadro funcional da Coordenadoria e da não consolidação dos Termos de Referência e de Aquisição Direta.

#### Execução Orçamentária e Financeira:

Foram elaborados Termos de referência e de Aquisição Direta (03/2009, 04/2009, 17/2009, 18/2009, 19/2009) solicitando a aquisição de material permanente e de consumo necessário para a manutenção e gerenciamento do recurso pesqueiro, no entanto estes não foram consolidados. A falta desses equipamentos comprometeu em partes o desenvolvimento da ação, pois para a Coordenadoria executar a ação teve que pegar material emprestado junto a outros órgãos e pesquisadores/colaboradores.

Por outro lado a Coordenadoria participou de projeto aprovado pela FAPEMAT voltado para o monitoramento reprodutivo. Este projeto foi desenvolvido por pesquisador da UNEMAT no qual a SEMA participou como proponente, o que justifica em partes o não uso de todo o recurso estimado para executar a Ação.

#### Outros aspectos relevantes:

#### Recomendações da Unidade responsável pela ação:



## Estado de Mato Grosso

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>3507-IMPLANTAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO DE MATO GROSSO</b>  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 180-CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | IMPLANTAR O JARDIM BOTÂNICO DE MATO GROSSO - CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DO CERRADO, BUSCANDO PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS, A QUALIDADE AMBIENTAL E O CONHECIMENTO DAS ESPÉCIES MEDICINAIS, ESPECIALMENTE DO CERRADO |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | JARDIM BOTÂNICO IMPLANTADO   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Deyse Benedita Espírito Santo Siqueira   |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 0,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>0,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1,00                      | 1,00                                 | 0,00                       | 0,00  | 0,00   |

### Análise da Meta Física:

A execução desta ação estava prevista no Extrato do Termo de Cooperação Técnica nº 012/2009/SEMA. Partes: Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e a Secretaria de Infra-Estrutura - SINFRA, tendo por objeto a contratação de Empresa Especializada, através de Processo Licitatório a ser feito pela SINFRA, nos moldes estabelecidos na legislação vigente, com fins específicos para realizar a elaboração de levantamento Planialtimétrico e o projeto executivo do Jardim Botânico de Mato Grosso, conforme os anteprojeto e planilha orçamentária constantes deste termo.

Do valor do convênio: os recursos financeiros disponíveis a execução do presente Termo de Cooperação Técnica são no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Fonte DO nº 25137. Em fase do exposto elaborou-se o Termo de Referência nº 01/2009/SUEA/SB solicitando a contratação de empresa especializada para realizar o levantamento Planialtimétrico e o Projeto Executivo do Jardim Botânico de Mato Grosso e não finalizado por problemas nos trâmites administrativos na SAD e SINFRA.

Portanto o recurso financeiro permanece no cofre público do Estado.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 240                                  | 200.000,00          | 200.000,00                    | 0,00            | 0,00                 | 0,00  | 0,00  |
| <b>Total</b>                         | <b>200.000,00</b>   | <b>200.000,00</b>             | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>                                 | <b>0,00</b>   |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

Sem execução nesse exercício, pois o Termo de referência para elaboração do Levantamento Planialtimétrico e elaboração do projeto executivo do Jardim Botânico de Mato Grosso, o qual já possui o anteprojeto definido, foi encaminhado para setor de aquisição da SEMA, em 26/03/2009, que encaminhou à SINFRA. O processo foi devolvido pela SINFRA em 23/12/2009 e protocolado na SEMA no dia 28/12/2009 às 9h:00. O Gabinete repassou para o Secretário Executivo na data de 12/01/2010 com as seguintes solicitações: - Justificativa da necessidade do objeto; - Termo de cooperação/execução; - publicação do termo; - PED; Parecer da impotância financeira - declaração do ordenador de despesa; - parecer jurídico.

### Capacidade de Execução - COFD:

Sem execução nesse exercício, pois o Termo de referência para elaboração do Levantamento Planialtimétrico e elaboração do projeto executivo do Jardim Botânico de Mato Grosso, o qual já possui o anteprojeto definido, foi encaminhado para setor de aquisição da SEMA, em 26/03/2009, que encaminhou à SINFRA. O processo foi devolvido pela SINFRA em 23/12/2009 e protocolado na SEMA no dia 28/12/2009 às 9h:00. O Gabinete repassou para o Secretário Executivo na data de 12/01/2010 com as seguintes solicitações: - Justificativa da necessidade do objeto; - Termo de cooperação/execução; - publicação do termo; - PED; Parecer da impotância financeira - declaração do ordenador de despesa; - parecer jurídico.



## Estado de Mato Grosso

### Alcance do Objetivo Específico:

Sem execução nesse exercício, pois o Termo de referência para elaboração do Levantamento Planialtimétrico e elaboração do projeto executivo do Jardim Botânico de Mato Grosso, o qual já possui o anteprojeto definido, foi encaminhado para setor de aquisição da SEMA, em 26/03/2009, que encaminhou à SINFRA. O processo foi devolvido pela SINFRA em 23/12/2009 e protocolado na SEMA no dia 28/12/2009 às 9h:00. O Gabinete repassou para o Secretário Executivo na data de 12/01/2010 com as seguintes solicitações: - Justificativa da necessidade do objeto; - Termo de cooperação/execução; - publicação do termo; - PED; Parecer da impotância financeira - declaração do ordenador de despesa; - parecer jurídico.

### Execução Orçamentária e Financeira:

A execução orçamentária em relação as dotações autorizadas na LOA e a compatibilidade do fluxo de recursos e os efeitos de liberação sobre a execução física da ação ocorreu conforme o planejado, porém a execução financeira não ocorreu, acarretando em prejuízo no cumprimento do planejamento do plano plurianual, pois as atividades planejadas são interdependentes, e a elaboração do Projeto Executivo é prerrogativa das outras atividades. No entanto a inexistência da padronização de procedimentos e rotinas inviabilizou pelo segundo ano consecutivo a contratação de empresa para elaboração do projeto executivo do Jardim Botânico, apesar do Termo de referência para elaboração do Levantamento Planialtimétrico e elaboração do projeto executivo do Jardim Botânico de Mato Grosso, ter sido formalizado pelo processo nº, em 26/03/2009, com o projeto arquitetônico em anexo, mas por tratar-se de obras o processo de aquisição é realizado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura, sendo assim o processo foi para aquela Secretaria encaminhado, no entanto em 23/12, o processo foi devolvido pela SINFRA para SEMA informando a necessidade de adequações no processo, ou seja o processo de aquisição não aconteceu, apesar de ter tramitado por um período de nove meses, pelo menos.

### Outros aspectos relevantes:

Revisão nos procedimentos de aquisição de Obras junto a SINFRA.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Precisam ser revistos os procedimentos licitatórios das Secretarias de Administração e Infra Estrutura, pois existem morosidade nos trâmites dos processos, pois, por 02 (dois) anos consecutivos deixamos de executar o projeto de Implantação do Jardim Botânico de Mato Grosso pelo mesmo motivo.

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>3794-ESTUDOS PARA ESTABELECIMENTOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 180-CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | REALIZAR ESTUDOS/PESQUISA DOS MEIOS ABIÓTICOS ( SOLO, CLIMA, RECURSOS HÍDRICOS), BIÓTICOS (FAUNA, FLORA)E SÓCIO-ECONÔMICO. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PESQUISA REALIZADA   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Alexandre Milare Batistela   |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| REGIAO III - NORDESTE  | 0,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>0,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1,00                      | 1,00                                 | 0,00                       | 0,00  | 0,00   |

### Análise da Meta Física:

A meta física desta ação que previa a realização de 1(um) estudo para o estabelecimento de unidade de conservação no bioma cerrado, não foi cumprida por não ter havido captação de recurso por meio de Projeto para Conservação, financiado por órgãos governamentais, não governamentais ou organismos internacionais.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 7.005,00            | 0,00                          | 0,00            | 0,00                 | 0,00  | 0,00  |



## Estado de Mato Grosso

|              |                 |             |             |             |             |             |
|--------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 240          | 990,00          | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>Total</b> | <b>7.995,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

O planejamento feito não teve êxito por não ter sido ofertado Programas Ambientais por parte do Governo Federal, ONGs e organismos internacionais que possibilitasse captação de recursos financeiros para estudos visando à criação de unidades de conservação no cerrado.

### Capacidade de Execução - COFD:

A capacidade de execução dependia diretamente da captação de recursos junto ao Governo Federal, ONGs e organismos internacionais. Como não houve captação de recursos financeiros para essa contratação, não houve acompanhamento de estudos para estabelecimento de unidade de conservação no bioma cerrado e conseqüentemente não houve execução.

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico não foi alcançado uma vez que não foi realizado estudo para o estabelecimento de unidade de conservação no bioma cerrado em decorrência da não captação de recursos financeiros extra-orçamentário.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Não houve execução orçamentária uma vez que os recursos previstos para esta ação era para acompanhamento de estudos para estabelecimento de unidade de conservação estadual no bioma cerrado por técnicos da SEMA que dependia da captação de recursos extra- orçamentários o que não ocorreu.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

O Estado deve disponibilizar recursos financeiros satisfatórios para a execução de estudos visando o estabelecimento de unidades de conservação estaduais cumprindo assim o seu dever e obrigação de preservar amostras significativas dos biomas existentes no Estado

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4061-CAPACITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS RELACIONADOS À ÁREA DE GESTÃO DA BIODIVERSIDADE</b> |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 180-CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO E A DIFUSÃO DOS PRODUTOS GERADOS                               |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PROFISSIONAIS CAPACITADOS   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | PESSOA  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Gabriela Rocha Priante Teles De Avila   |

### META FÍSICA

| Região de Planejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| ESTADO                 | 15,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>15,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 16,00                     | 16,00                                | 15,00                      | 93,75   | 93,75  |

### Análise da Meta Física:

Foi proporcionada a capacitação de 15 (quinze) técnicos em assuntos relacionados à conservação da biodiversidade, visando aplicar novas técnicas conservacionistas nas ações executadas pela Superintendência de Biodiversidade. No que se refere à capacitação relacionada a unidades de conservação considera-se como produto para o cumprimento desta meta a capacitação de 12 (doze) técnicos através de participação no VI Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Na área de Conservação dos Ecossistemas foram capacitados 03 (três) técnicos com participação em Simpósio, Seminário e Congresso.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO



## Estado de Mato Grosso

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                  |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado  | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 7.655,56            | 7.655,56                      | 7.655,56         | 0,00                 | 100,00                                      | 100,00  |
| 109                                  | 39.945,00           | 66.945,00                     | 19.970,00        | 0,00                 | 49,99                                       | 29,83   |
| 240                                  | 29.123,57           | 29.123,57                     | 21.108,57        | 0,00                 | 72,48                                       | 72,48   |
| <b>Total</b>                         | <b>76.724,13</b>    | <b>103.724,13</b>             | <b>48.734,13</b> | <b>0,00</b>          | <b>63,52</b>                                | <b>46,98</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

O planejamento desta ação projetou ações de capacitação relacionados a biodiversidade, frente aos acontecimentos de seminários, cursos e workshops no decorrer do ano de 2009. O planejamento dessa ação relacionada a unidades de conservação estava diretamente atrelado à oferta de capacitação relacionada unidades de conservação no decorrer do exercício de 2008, tendo sido priorizado a participação no VI Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Alguns eventos foram financiados por outras instituições, não demandando o uso do recurso financeiro, no entanto o objetivo da ação foi alcançado.

### Capacidade de Execução - COFD:

A execução no que se refere à capacitação relacionada a unidades de conservação foi satisfatória tendo sido capacitados 12 (doze) técnicos da coordenadoria de unidades de conservação. Na área de Conservação dos Ecossistemas foram capacitados 03 (três) técnicos nos seguintes eventos: XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto; Seminário de Apresentação dos resultados do PPG-7 (Programa de Gestão Ambiental Integrada com foco no Comando e Controle de Desmatamento e Queimadas na região Noroeste de Mato Grosso); Congresso de Direito Ambiental.

### Alcance do Objetivo Específico:

Considerando a disponibilidade de participação em eventos relacionados a biodiversidade, sem comprometimento do trabalho técnico desenvolvido na SEMA, o objetivo de capacitar técnicos da Superintendência de Biodiversidade foi satisfatoriamente atendido. No que se refere a unidades de conservação o objetivo específico foi alcançado satisfatoriamente com a participação da Coordenadoria no VI Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação com apresentação de trabalho técnico-científico sobre os efeitos das queimadas nas unidades de conservação, bem como o lançamento de publicação e apresentação de Avaliação Rápida da Efetividade de Implantação e Manejo das Unidades de Conservação de Mato Grosso em parceria com a WWF.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Dentro da disponibilidade de participação em eventos relacionados à biodiversidade houve capacitação de técnicos da Coordenadoria de Unidades de Conservação sem nenhum entrave burocrático, no que se refere ao pagamento de taxas, inscrições e diárias.

### Outros aspectos relevantes:

A participação dos técnicos da Coordenadoria de Unidades de Conservação no VI Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação contou com apoio do Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia) através da disponibilização de 10 (dez) passagens aéreas e do GEF Noroeste com 02 (duas) passagens.

Na área de Conservação de Ecossistemas podemos listar outros eventos em que a equipe técnica participou, sem o uso de recurso financeiro previsto no PTA, os quais foram pagos por outras fontes financeiras ou não demandaram o uso de recursos, dentre eles destacamos: Plano de Combate e Controle do Desmatamento de MT; Workshop de Corredores Ecológicos e Nivelamento de Legislação Ambiental; Congresso Katoomba Meeting; Curso de Formação de Líderes para Conservação em Alta Floresta em parceria com a Universidade da Flórida; Mosaico de Unidade de Conservação da Amazônia Meridional; Curso com SIPAM sobre Imagens Radar; Curso sobre o Uso de Ferramenta de Análise de Imagem por meio de Sensoriamento Remoto ENVI; Workshop Científico sobre Contabilidade do Carbono em Projetos de REED (Redução da Emissão de Gases do Efeito Estufa); Treinamento em Imagens de Satélite RapidEye e DEM; Fórum de Mudanças Climáticas.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

**Ação:** 4062-DIAGNÓSTICO DOS BIOMAS MATO-GROSSENSES.

**Programa de Governo:** 180-CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE BIODIVERSIDADE

**Exercício:** 2009

**Tipo de Ação:** Atividade

**Unidade Responsável:** 27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente

**Objetivo Específico:** DIAGNOSTICAR A CAPACIDADE DE USO DOS BIOMAS.

**Descrição da Meta Física:** DOCUMENTO DISPONIBILIZADO

**Unidade de Medida:** UNIDADE

**Responsável pela Ação:** Gabriela Rocha Priante Teles De Avila



## Estado de Mato Grosso

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 0,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>0,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1,00                      | 1,00                                 | 0,00                       | 0,00  | 0,00   |

#### Análise da Meta Física:

A meta física nesta ação é de 01 (hum) produto no decorrer dos 4 (quatro) anos do PPA.

Desde 2008 foram iniciadas as atividades de diagnóstico dos biomas enfatizando a sua capacidade de uso. Muitas atividades precisam ser realizadas para se obter a meta física proposta e em 2009, destacamos: o trabalho de campo para a coleta de pontos georeferenciados com o uso de GPS de mapeamento na região compreendida pelos municípios de: Chapada dos Guimarães, Jaciara, Dom Aquino, Poxoréu, Campo Verde, Primavera do Leste, Arenópolis, Nortelândia, Diamantino, Nova Marilândia, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e São José do Rio Claro (cartas 389, 372 e 356). O percurso realizado em cada região é efetuado priorizando as estradas vicinais, evitando as estradas asfaltadas onde a vegetação natural geralmente já foi suprimida. Em cada trajeto se busca reconhecer em campo as unidades mapeadas no escritório, classificar a tipologia vegetal nativa, confirmar os limites naturais pretéritos e caracterizar a vegetação por meio de pontos amostrais. Para finalização da carta foram realizados os trabalhos de escritório e elaboração de relatório que foi auditado e corrigido pelo IBGE.

Dando continuidade na busca de informações para o diagnóstico da capacidade de uso dos biomas, destacamos também as atividades relacionadas ao planejamento de paisagens, na qual a Coordenadoria propôs uma metodologia de delimitação de área de corredor ecológico, a qual considera aspectos do meio biótico e abiótico e delimita uma área que possa servir para o deslocamento de fauna e dispersão da flora entre as diferentes áreas protegidas e paisagens na região Noroeste, como uma área piloto.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 76.077,41           | 76.077,41                     | 36.072,96         | 0,14                 | 47,42                                       | 47,42   |
| 109                                  | 0,00                | 32.540,00                     | 13.901,30         | 0,00                 | 0,00  | 42,72   |
| 240                                  | 133.888,54          | 96.913,44                     | 65.838,81         | 0,63                 | 49,17                                       | 67,94   |
| <b>Total</b>                         | <b>209.965,95</b>   | <b>205.530,85</b>             | <b>115.813,07</b> | <b>0,77</b>          | <b>55,16</b>                                | <b>56,35</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

O valor suplementado, refere-se a aquisição de material permanente para subsidiar o trabalho de mapeamento de vegetação do estado de Mato Grosso, como: GPS específico, Relascópio e Projetor Multimídia. O GPS auxiliou as atividades de campo para navegação sobre imagens de satélite, coleta de dados por meio de dicionários de dados e fotografias e armanezamento das fotos com correção diferencial dos pontos coletados. O Relascópio foi utilizado para medir altura de árvore, número de indivíduos, área basal e volume por hectare, informações necessárias para a checagem e caracterização das unidades de vegetação mapeadas. O Projetor Multimídia foi adquirido para auxiliar as ações da Coordenadoria de Ecossistemas na promoção de cursos de capacitação na identificação de tipologia florestal, bem como nas diversas reuniões de apresentação das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria.

Foi suplementado também o valor de R\$ 15.000,00 para contratação de STPJ na compilação de informações e produção de material técnico-educativo, no entanto, quando demandamos a confecção do material, o setor administrativo optou por utilizar a cota da Secretaria para esta finalidade.

#### Capacidade de Execução - COFD:

O planejamento desta ação proporcionou a estruturação da Coordenadoria de Ecossistemas com aquisição de material bibliográfico que subsidiou a execução do mapeamento da vegetação pretérita do estado de Mato Grosso na identificação botânica de espécies vegetais arbóreas bem como com material de consumo (cartão de memória, mouse ergonômico) e material permanente (notebook) que contribuíram para o desempenho das atividades propostas.

O recurso previsto para pagamento de diárias não foi todo utilizado, uma vez que os técnicos envolvidos nas atividades são efetivos e recebem a Verba Indenizatória, não sendo pagas diárias dentro do Estado.

Foi remanejado recurso financeiro para pagamento de combustível para atendimento das ações da Secretaria.

Foi disponibilizado recurso da fonte 240 para a viabilização do fundo para a Verba Indenizatória Ambiental (VIA) e para pagamento do PASEP, conforme demandado pela Coordenadoria Financeira.

#### Alcance do Objetivo Específico:



## Estado de Mato Grosso

O objetivo específico proposto nesta ação é diagnosticar a capacidade de uso dos biomas. Para o atendimento deste objetivo várias ações foram realizadas. A base de informações para o estabelecimento do diagnóstico dos ecossistemas está pautada no mapeamento da vegetação pretérita do estado de Mato Grosso. As principais fitofisionomias reconhecidas nas regiões visitadas, compreendida pela carta 389, foram a Savana arborizada com e sem floresta de galeria, a Floresta Estacional Decidual submontana com dossel emergente, a Savana parque e em menor expressão a Floresta Estacional Semidecidual Submontana com dossel emergente, Floresta Estacional Semidecidual Aluvial com dossel emergente e a Formação Pioneira arbustiva com Palmeiras. A caracterização da fitofisionomia das cartas 372 e 356 são compreendidas por: Floresta Estacional Semidecidual Submontana dossel emergente, Floresta Estacional Semidecidual Submontana dossel uniforme, Contato na forma de enclave da Floresta Estacional com a Floresta Ombrófila, Contato na forma de Ecótono da Floresta Estacional com a Savana e Savana Arborizada.

### Execução Orçamentária e Financeira:

A execução orçamentária e financeira foi satisfatória, considerando que foram executadas várias atividades que contribuirão para o atendimento da meta-física proposta.

### Outros aspectos relevantes:

A Coordenadoria de Ecossistemas (CECO) também colabora na coordenação do Projeto de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Florestas de Fronteira do Noroeste do Mato Grosso PNUD BRA/00/G31, que tem como objetivo a consolidação de uma matriz integrada de diferentes usos do solo consistindo em blocos contínuos de florestas primárias, áreas de conectividade de regeneração secundária em propriedades privadas, sistemas agrossilvopastoris e manejo florestal, no noroeste de Mato Grosso, como estratégia integrada de conservação e uso sustentável da biodiversidade. A área prioritária de atuação do Projeto é o Noroeste de Mato Grosso, compreendendo os municípios de Juína, Juruena, Castanheira, Cotriguaçu, Aripuanã e Rondolândia. O Projeto é executado pela SEMA-MT e PNUD e as principais ações são: a) Constituição de mosaico de Áreas Protegidas; b) Implantação de Sistemas Agrossilvopastoris no entorno de áreas protegidas como forma de conservação da biodiversidade; c) Promoção de sistemas de manejo florestal (madeireiro, não madeireiro e comunitário) como alternativa de produção sustentável.

Houve também a participação da CECO na revisão do Projeto Zoneamento Sócio Econômico Ecológico (ZSEE-MT). A 2ª Aproximação do zoneamento, com base nos estudos do Diagnóstico Sócio Econômico Ecológico, dividiu o Estado em categorias de uso e suas respectivas zonas. Durante a revisão, foram feitas as seguintes atividades: sugestão de diretrizes para as categorias de uso para cada zona, considerando a situação sócio-econômica atual de cada uma; participação nas audiências públicas; identificação das zonas que poderiam ser flexibilizadas quanto a recuperação da Reserva Legal; defesa técnica das áreas propostas para o estudo de criação de unidades de conservação; revisão no projeto de lei e da proposta técnica apresentada pela Assembléia Legislativa.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Em função das dificuldades apontadas no relatório anterior, em 2008, esta ação já foi revisada para sua execução em 2010. Reforçamos ainda que a Coordenadoria de Ecossistemas recebe outras demandas que não se relacionam diretamente com o PPA, como análise de empreendimentos localizados na região do Pantanal que estão em processo de licenciamento ambiental, para as quais são emitidos pareceres técnicos em relação as normativas vigentes para o Bioma Pantanal.

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4063-ELABORAR POLITICAS PÚBLICAS PARA A CONSERVAÇÃO DOS BIOMAS.</b>        |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 180-CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE                                    |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>                            |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | PROPOR MECANISMOS E INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PROPOSTAS ELABORADAS  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Gabriela Rocha Priante Teles De Avila   |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 1,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>1,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1,00                      | 1,00                                 | 1,00                       | 100,00  | 100,00   |

### Análise da Meta Física:



## Estado de Mato Grosso

Esta ação não necessitou de recursos financeiros para sua execução, pois foram realizadas reuniões locais e interinstitucionais para o atendimento da meta física.

Esta ação foi excluída durante o processo de revisão do PPA, para o PTA 2010, uma vez que durante a execução das atividades percebemos que a mesma não foi bem planejada, sendo as atividades desmembradas e incluídas na Ação 4062. A meta física prevista é proposta de política pública elaborada para a conservação dos biomas, mesmos sem o uso de recursos financeiros a Coordenadoria de Ecossistemas realizou várias atividades que se relacionam com esta temática e destacamos: a compilação de legislações que se relacionam com a conservação das áreas úmidas, com proposição de legislação específica para as áreas alagáveis da Bacia do Alto Paraguai no estado de Mato Grosso; a participação efetiva na Câmara Técnica Florestal que elaborou a Lei Complementar n°. 382/10, que alterou o Código Florestal; o Decreto n°. 2.365/10 que regulamentou a referida Lei Complementar.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 4.697,55            | 4.697,55                      | 0,00            | 0,00                 | 0,00  | 0,00  |
| 240                                  | 3.336,78            | 3.336,78                      | 2.542,56        | 0,00                 | 76,20                                       | 76,20   |
| <b>Total</b>                         | <b>8.034,33</b>     | <b>8.034,33</b>               | <b>2.542,56</b> | <b>0,00</b>          | <b>31,65</b>                                | <b>31,65</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

Foi disponibilizado todo o recurso da fonte 240 para a viabilização do fundo para a Verba Indenizatória Ambiental (VIA).

Esta ação não necessitou de recursos financeiros para sua execução, pois foram realizadas reuniões locais e interinstitucionais para o atendimento desta ação. Percebemos que a mesma não foi bem planejada, sendo as atividades desmembradas e incluídas na Ação 4062 para o PTA 2010.

#### Capacidade de Execução - COFD:

A proposta de política pública elaborada para a conservação dos biomas, mesmos sem o uso de recursos financeiros a Coordenadoria de Ecossistemas realizou várias atividades que se relacionam com esta temática e destacamos: a compilação de legislações que se relacionam com a conservação das áreas úmidas, com proposição de legislação específica para as áreas alagáveis da Bacia do Alto Paraguai no estado de Mato Grosso; a participação efetiva na Câmara Técnica Florestal que elaborou a Lei Complementar n°. 382/10, que alterou o Código Florestal; o Decreto n°. 2.365/10 que regulamentou a referida Lei Complementar.

#### Alcance do Objetivo Específico:

Os objetivos desta Ação foram atingidos, pois a proposta de política pública elaborada para a conservação dos biomas, mesmos sem o uso de recursos financeiros a Coordenadoria de Ecossistemas realizou várias atividades que se relacionam com esta temática e destacamos: a compilação de legislações que se relacionam com a conservação das áreas úmidas, com proposição de legislação específica para as áreas alagáveis da Bacia do Alto Paraguai no estado de Mato Grosso; a participação efetiva na Câmara Técnica Florestal que elaborou a Lei Complementar n°. 382/10, que alterou o Código Florestal; o Decreto n°. 2.365/10 que regulamentou a referida Lei Complementar.

#### Execução Orçamentária e Financeira:

Esta ação não necessitou de recursos financeiros para sua execução, pois foram realizadas reuniões locais e interinstitucionais para o atendimento da meta física.

Esta ação foi excluída durante o processo de revisão do PPA, para o PTA 2010, uma vez que durante a execução das atividades percebemos que a mesma não foi bem planejada, sendo as atividades desmembradas e incluídas na Ação 4062. A meta física prevista é proposta de política pública elaborada para a conservação dos biomas, mesmos sem o uso de recursos financeiros a Coordenadoria de Ecossistemas realizou várias atividades que se relacionam com esta temática e destacamos: a compilação de legislações que se relacionam com a conservação das áreas úmidas, com proposição de legislação específica para as áreas alagáveis da Bacia do Alto Paraguai no estado de Mato Grosso; a participação efetiva na Câmara Técnica Florestal que elaborou a Lei Complementar n°. 382/10, que alterou o Código Florestal; o Decreto n°. 2.365/10 que regulamentou a referida Lei Complementar.

#### Outros aspectos relevantes:

#### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                             |   |
|-----------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                | <b>4064-INCENTIVAR O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSSISTEMAS</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b> | 180-CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE  |
| <b>Exercício:</b>           | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>        | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b> | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b> | ESTIMULAR SISTEMAS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS ADEQUADOS A CONSERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS REDUZINDO O PASSIVO AMBIENTAL |





## Estado de Mato Grosso

**Descrição da Meta Física:** SEMINÁRIOS REALIZADOS

**Unidade de Medida:** UNIDADE

**Responsável pela Ação:** Gabriela Rocha Priante Teles De Avila

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 0,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>0,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1,00                      | 1,00                                 | 0,00                       | 0,00  | 0,00   |

### Análise da Meta Física:

A solicitação para o seminário foi encaminhada a SAD em 30/09/2009, e retornou com a determinada de remeter esta despesa para o exercício de 2010. Contudo, foram realizadas várias oficinas participativas e viagens relacionadas as atividades da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 83.600,00           | 483.600,00                    | 452.921,63        | 0,36                 | 541,77                                      | 93,66   |
| 109                                  | 120.000,00          | 265.450,00                    | 217.331,00        | 1,00                 | 181,11                                      | 81,87   |
| 240                                  | 298.577,02          | 259.552,12                    | 204.671,46        | 0,89                 | 68,55                                       | 78,86   |
| <b>Total</b>                         | <b>502.177,02</b>   | <b>1.008.602,12</b>           | <b>874.924,09</b> | <b>2,25</b>          | <b>174,23</b>                               | <b>86,75</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

Esta Ação foi planejada para atender necessidades da Coordenadoria de Ecossistemas (CECO), da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais (CPPE) e da Coordenadoria de Mudanças Climáticas (CMC).

Foi suplementado recurso da fonte 100 no elemento de despesa 339039, no valor de R\$ 400.000,00 com o objetivo de contratar Empresa Especializada em Organização de Eventos para XIV Katoomba Meeting.

Foram anulados recursos da Fonte 109 dos elementos de despesa 339014, 339030, 339036, 449052 e remanejados para o elemento de despesa 339039 com o objetivo de contratar serviço de terceiro pessoa jurídica para realizar capacitação de técnicos em Gestão de Portfólio de Projetos de acordo com a metodologia do Project Management Institute (PMI), com treinamento na execução dos passos requeridos para a elaboração de Estudos de Viabilidade de projetos organizacionais, dentro do contexto de Gestão de Projetos.

Foram suplementados recursos na Fonte 109 no elemento de despesa 339039 com o objetivo de contratar serviço de terceiro pessoa jurídica para desenvolvimento de software - sistema para gerenciamento de projetos com implantação de metodologias e capacitação da equipe.

Em função da dificuldade na execução das medidas e considerando a necessidade de recurso financeiro para pagamento de combustível em atendimento as atividades gerais realizadas pela SEMA, foi autorizado remanejamento para esta finalidade. Os setores responsáveis pela execução das tarefas, não foram bem sucedidos.

### Capacidade de Execução - COFD:



## Estado de Mato Grosso

Foram utilizados recursos financeiros para proporcionar a participação de técnicos da SEMA no Curso de Inventário de Emissões e Mercado de Carbono em Cuiabá-MTm com objetivo de apresentar metodologias de Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa e os desafios e oportunidades do mercado de carbono.

O recurso suplementado para pagamento da empresa especializada em consultoria e assessoria de eventos para auxiliar na realização, estruturação e montagem do Evento: XIV Katoomba Meeting justifica-se pelo fato de o estado de Mato Grosso ser comprometido com a redução do desmatamento, com a conservação do ecossistema e com o desenvolvimento sustentável, ações que representam sua real preocupação com as questões ambientais. O Estado, neste ano coloca-se como o grande anfitrião das questões ambientais no país e propôs realizar, em Cuiabá o evento anual que reúne autoridades nacionais e internacionais, ambientalistas e representantes da sociedade. Esta conferência internacional, o Katoomba Meeting, foi idealizada e realizada com os parceiros institucionais como a Forest Trends, The Katoomba Group, Instituto Centro de Vida, The Nature Conservancy, Instituto Socioambiental, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e Aliança da Terra e Secretaria de Estado de Planejamento e estará apresentando as mais recentes iniciativas nos mercados de carbono, água e biodiversidade e mostrando como estes mercados estão sendo desenvolvidos para auxiliar no combate aos problemas ambientais mais críticos da atualidade. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente em cooperação com a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, representada pela Coordenadoria Executiva de Eventos do Governo por meio do Decreto Estadual nº 181 de 20/04/2007, que incumbe a SEPLAN da coordenação das ações relacionadas à realização de eventos pelo Governo do Estado, elaborou o plano de trabalho, com o objetivo de contratar a referida empresa.

Foi destinado R\$ 33.250,00 para contratação de serviço de terceiro pessoa jurídica para realizar capacitação de técnicos em Gestão de Portfólio de Projetos de acordo com a metodologia do Project Management Institute (PMI), com treinamento na execução dos passos requeridos para a elaboração de Estudos de Viabilidade de projetos organizacionais, dentro do contexto de Gestão de Projetos, no município de Cuiabá. Esta solicitação foi encaminhada a Secretaria Administração e a mesma devolveu a SEMA em 30/09/2009 com a seguinte descrição: De Ordem Superior remeter a despesa para 2010.

Foi destinado R\$ 81.850,00 para contratação de serviço de terceiro pessoa jurídica para desenvolvimento de software - sistema para gerenciamento de projetos com implantação de metodologias e capacitação da equipe. O objetivo deste sistema é de comunicar diretamente com o FIPLAN e outros sistemas financeiros que estejam em utilização, com a função de atuar na elaboração, gerenciamento e monitoramento dos projetos, englobando seus aspectos físicos e financeiros. O sistema permitirá o armazenamento das informações referentes ao convênio, sua execução e prestação de conta e a realização da capacitação da equipe.

Esta solicitação foi encaminhada a Secretaria de Planejamento/CEPROMAT/DGTI e a mesma devolveu a SEMA em 20/10/2009 com o Despacho nº 173/2009: Estamos encaminhando o processo que não é possível o cadastramento dos itens solicitados, no Sistema SIAG da Secretaria de Estado de Administração, conforme determina a Portaria Conjunta SEPLAN/SEFAZ/SAD/AGE nº 03 de 01/10/2009.

Foi destinado R\$ 30.250,00 para capacitação da equipe técnica da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais em Cursos e Congressos em Elaboração e Gerenciamento de Projetos. Esta solicitação foi encaminhada ao Gabinete do Secretário e não houve autorização.

No elemento de despesa 449052 na Fonte 240 foram gastos R\$ 16.000,00.

O planejamento desta ação proporcionou também a estruturação da Coordenadoria de Ecossistemas com aquisição de máquina fotográfica digital para auxiliar na edição de imagens e registros de viagens técnicas dando suporte nas atividades de gestão da biodiversidade.

A Coordenadoria de Mudanças Climáticas informou que não foi possível desenvolver as atividades previstas.

### **Alcance do Objetivo Específico:**

O objetivo específico não foi alcançado, sendo esta ação já revisada em função das dificuldades na sua execução. Além disto as contratações solicitadas não ocorreram em função do já exposto no item Capacidade de Execução (contratação de serviço de terceiro pessoa jurídica para realizar capacitação de técnicos em Gestão de Portfólio de Projetos de acordo com a metodologia do Project Management Institute - PMI), e ainda não dispomos de equipe técnica suficiente para acompanhar todas as atividades previstas.

### **Execução Orçamentária e Financeira:**

O recurso suplementado para pagamento do Evento XIV Katoomba Meeting, foi executado para contratação de empresa especializada em realização de evento a qual prestou serviços de Assessoria Técnica, em todas as atividades realizadas durante a organização do evento e proporcionou em contrapartida a participação da equipe técnica da SEMA e de outras Secretarias do Estado nas discussões técnicas durante as palestras e demais apresentações ocorridas.

Parte dos recursos foi previstos para atendimento da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais, conforme detalhado abaixo:

Realização de oficinas participativas para elaboração de projetos junto aos atores locais das áreas escolhidas;

Realização de viagens ao Governo Federal e entidades financiadoras para apresentação dos projetos elaborados, visando à captação de recursos;

Realização de viagens para vistoria e monitoramento das atividades realizadas pelos projetos em execução pela SEMA;

Divulgação das atividades e produtos realizados pelos projetos em execução pela SEMA através da contratação de serviços de terceiros pessoa jurídica para elaboração e confecção de material de divulgação;

Realização de capacitação da equipe da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais em elaboração, monitoramento de projetos, e outros cursos que estejam vinculados aos projetos em elaboração/execução;

Participação da equipe da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais em seminários e congressos de gerenciamento de projetos e relacionados aos projetos em execução;

Realização de capacitação em avaliação ambiental estratégica para equipe da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais, visando melhor elaboração e acompanhamento dos projetos em elaboração/execução;

Realização de capacitação em elaboração de diagnósticos inicial para projetos, visando possibilitar a identificação adequada das situações a ser foco dos projetos, propiciando uma melhor atuação destes;

Insumos para realização das atividades em execução pela Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais e sua rotina administrativa;

Aquisição de equipamentos para serem utilizados pela Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais nas atividades em execução pelo projeto e em sua rotina.

Os recursos suplementados pela Superintendência de Monitoramento e Indicadores Ambientais foram previstos para custear a capacitação da equipe da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais para um melhor acompanhamento dos projetos, ampliando a margem de segurança para consecução das metas estabelecidas e no gerenciamento dos projetos em execução e em fase de implementação pela SEMA/CPPE; e desenvolvimento do software - sistema de gerenciamento de projetos.

Foram utilizados recursos para aquisição de insumos e equipamentos para realização das atividades Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais e sua rotina administrativa, e dos projetos em execução e para a realização do Curso de Inventário de Emissões e Mercado de Carbono, em Cuiabá-MT, tendo como objetivo: apresentar metodologias de inventário de emissões de gases de efeito estufa e os desafios e oportunidades do mercado de carbono.

### **Outros aspectos relevantes:**



## Estado de Mato Grosso

A Coordenadoria de Ecossistemas no momento de revisão do PPA, entendeu que a para incentivar o uso sustentável dos ecossistemas não haveria necessidade de ter uma ação específica, por existir uma outra ação que contempla as medidas e tarefas para o atendimento do objetivo específico. Para melhor desempenho desta Ação ela foi revisada, inserida na Ação 4062, e esta Ação 4064 deixará de existir no exercício de 2010.

Os recursos suplementados pela Superintendência de Monitoramento e Indicadores Ambientais/Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais (SMIA/CPPE) foram previstos para:

- desenvolvimento de capacitação da equipe da CPPE/SEMA em Gestão de Portifólio de Projetos de acordo com a metodologia Project Management Institute (PMI), com treinamento na execução dos passos requeridos para a elaboração de Estudos de Viabilidade de projetos organizacionais, dentro do contexto de Gestão de Projetos;
- desenvolvimento de software - sistema de gerenciamento de projetos com implantação de metodologias e capacitação da equipe.

Foram elaborados os Termos de Referência, no entanto o trâmite se estendeu por um longo período, na Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) da SEMA referente ao desenvolvimento do software e em função disso não houve tempo hábil para os encaminhamentos necessários pela SEPLAN/CEPROMAT junto a SAD para realização da contratação dos serviços, não sendo, portanto, utilizado o recurso.

Quanto ao desenvolvimento da capacitação a demora foi referente ao processo licitatório na SAD que não foi concluído, e que em virtude do despacho da SAD, que remetia a despesa para 2010 por ordem superior, não foi utilizado o recurso.

Foram encaminhados ao Gabinete do Secretário solicitação de participação da equipe técnica da CPPE em Cursos e Congressos em Elaboração e Gerenciamento de Projetos e não houve autorização.

Foi solicitado a aquisição de equipamentos e não foi autorizado pela Coordenadoria Financeira pela inexistência de disponibilidade financeira e despacho encaminhado pela Secretaria Executiva do Núcleo Ambiental, solicitando a reprogramação para o exercício 2010. Foi solicitado à aquisição de equipamentos e o processo não foi concluído e sim estornado por falta de apresentação de cotação.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Há necessidade de viabilização de recursos orçamentários e financeiros para realização das medidas, visando o desenvolvimento de software- sistema de gerenciamento de projetos com implantação de metodologias e capacitação da equipe em Gestão de Portifólio de Projetos de acordo com a metodologia Project Management Institute (PMI), com treinamento na execução dos passos requeridos para a elaboração de Estudos de Viabilidade de projetos organizacionais, dentro do contexto de Gestão de Projetos.

Durante a execução percebeu-se muita dificuldade no atendimento da meta física proposta, desta forma, durante o processo de revisão do PPA, esta Ação foi excluída e suas atividades foram desmembradas e detalhadas, separando as demandas das diferentes Coordenadorias (CECO, CPPE e CMC). No caso da CECO, o incentivo ao uso sustentável dos ecossistemas está vinculado a ação 4062.

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4065-MANEJO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS E SEUS ENTORNOS</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 180-CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | EXECUTAR AÇÕES DE MANEJO E MONITORAMENTO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE ACORDO COM PLANO DE MANEJO E OUTRAS NORMAS E DIRETRIZES LEGAIS |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PLANOS DE MANEJO IMPLEMENTADOS   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Alexandre Milare Batistela   |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento    | Meta         |
|---------------------------|--------------|
| REGIAO I - NOROESTE I     | 3,00         |
| REGIAO II - NORTE         | 1,00         |
| REGIAO III - NORDESTE     | 3,00         |
| REGIAO IV - LESTE         | 1,00         |
| REGIAO V - SUDESTE        | 1,00         |
| REGIAO VI - SUL           | 5,00         |
| REGIAO VII - SUDOESTE     | 3,00         |
| REGIAO IX - CENTRO OESTE  | 1,00         |
| REGIAO X - CENTRO         | 1,00         |
| REGIAO XII - CENTRO NORTE | 1,00         |
| ESTADO                    | 1,00         |
| <b>Total:</b>             | <b>21,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 22,00                     | 21,00                                | 21,00                      | 95,45   | 100,00   |



## Estado de Mato Grosso

### Análise da Meta Física:

A meta física foi alcançada satisfatoriamente através da realização de ações de manejo e monitoramento dos recursos naturais de 21 (vinte uma) unidades de conservação estaduais evitando assim, que ações antrópicas tais como queimadas, desmatamento, caça, pesca ilegal gerassem impactos negativos nas áreas das unidades de conservação. Os produtos resultantes do cumprimento desta ação foram a expedição de notificações, autos de infração e embargos de empreendimentos turísticos. Além disso, foram adquiridos alguns materiais permanentes e equipamentos para as gerencias regionais das unidades de conservação, todavia a burocracia no processo de licitação foi o principal entrave para o alcance total da meta física.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 23.319,90           | 41.324,90                     | 24.082,76         | 0,00                 | 103,27                                      | 58,28   |
| 109                                  | 0,00                | 443.190,00                    | 147.828,00        | 0,00                 | 0,00  | 33,36   |
| 240                                  | 188.400,60          | 191.390,60                    | 146.203,13        | 1,00                 | 77,60                                       | 76,39   |
| <b>Total</b>                         | <b>211.720,50</b>   | <b>675.905,50</b>             | <b>318.113,89</b> | <b>1,00</b>          | <b>150,25</b>                               | <b>47,06</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

O planejamento das ações tomaram como base o conhecimento empírico, os planos de manejos existentes e estudos técnicos que apontavam as necessidades para o manejo e monitoramento adequado dos recursos naturais das UCs- Unidades de Conservação Estaduais. O manejo foi realizado conforme o planejamento inicial e de acordo com as demandas apresentadas durante determinadas épocas do ano (ex: proibição de queimadas e da piracema). A ação teve um acréscimo em seu planejamento inicial visando atender a necessidade de dotar as Gerencias Regionais de Unidades de Conservação de materiais permanentes e equipamentos, porém o excesso burocrático estabelecido no processo de licitação impediu substancialmente o cumprimento do planejado.

### Capacidade de Execução - COFD:

Dentro do planejamento para a ação foram executadas atividades de monitoramento dos recursos pesqueiros; notificação de propriedades rurais, informando quanto ao período proibitivo de queimadas; notificação, embargo e aplicação de auto de infração em empreendimentos turísticos não licenciados; notificação de propriedades rurais não licenciadas; monitoramento da fauna (caça e atropelamento); notificação, embargo e aplicação de auto de infração em propriedades rurais com desmate ilegal; vistoria com emissão de parecer técnico, tanto no interior das unidades de conservação como no seus entornos(10 km), não havendo entraves administrativos e financeiros significativos que prejudicassem sua execução. Houve necessidade de crédito adicional e contingenciamento que não comprometeram o alcance da meta, uma vez que foi feito entre medidas da mesma ação, ou foi somente mudança de natureza de despesa. A realização dos créditos adicionais foi necessária visando atender a necessidade de equipar as GRUCs-Gerencias Regionais de Unidades de Conservação. A execução de aquisição de matérias permanente e equipamentos para as GRUCs foi insatisfatória, uma vez que a SAD Secretária de Administração por não ter conhecimento técnico das necessidades das referidas gerencias impôs questionamentos e solicitações de justificativas técnicas para a aquisição, inclusive com solicitação de justificativa feita pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente como no caso da aquisição de 03 (motores de popa).

### Alcance do Objetivo Específico:

O monitoramento dos recursos naturais nas unidades de conservação estaduais foram executados através do cumprimento de normas e diretrizes estabelecidas nos planos de manejos e legislações específicas. Esse monitoramento levou ao alcance dos objetivos específicos da ação, impedindo ou contendo atividades antrópicas que implicariam em perda da biodiversidade das unidades de conservação estaduais, salvaguardando assim, os recursos naturais das mesmas. Já equipar as gerencias regionais de unidades de conservação não teve êxito satisfatório devido a burocracia e desconhecimento técnico da SAD para atender as solicitações de licitação para a aquisição de materiais permanentes e equipamentos.

### Execução Orçamentária e Financeira:

A execução de ações de manejo/monitoramento nas UCs-Unidades de Conservação, de acordo com plano de manejo e normas/diretrizes legais, teve como dificuldades: ausência de recurso humanos nas GRUCs-Gerencias Regionais das Unidades de Conservação; insuficiência de veículos,materiais e equipamentos; ausência de capacitação técnica da equipe das GRUCs,que são cargos comissionados/indicação política sem critérios técnicos.O planejamento para aquisição de materiais/equipamento visando suprir a deficiência das GRUCs foi prejudicado pela centralização do processo licitatório na SAD, apresentando excesso burocrático e falta de conhecimento dos trabalhos executados pelas GRUCs. Houve dificuldade em desenvolver ações relacionadas a produção de material gráfico , uma vez que foi estabelecido que estes salvo raras exceções devem ser feitos pela IOMAT, que não possui equipamentos para impressão colorida/cortes e vincos em padrões diferenciados e corpo técnico para elaboração de layouts e revisão ortográfica.

### Outros aspectos relevantes:



## Estado de Mato Grosso

Através do Programa ARPA Áreas Protegidas da Amazônia foram executadas as seguintes ações, que contribuíram para o manejo, monitoramento e gerenciamento de unidades de conservação: acompanhamento de reuniões do Conselho Consultivo (Parques Estaduais Igarapés do Juruena, Cristalino e Xingu) e a apoio a criação do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Rio Ronuro. Também foi realizada a aquisição de material permanente para os Parques Estaduais Igarapés do Juruena, Cristalino e Xingu ( binóculo, máquina fotográfica, GPS)

Através do programa GEF Noroeste foram executadas ações de manejo e monitoramento no Parque Estadual do Tucumã, Estações Ecológicas do Rio Madeirinha e do Rio Roosevelt e Reserva Extrativista Guariba Roosevelt. Também pelo Programa GEF Noroeste foram realizados produção de materiais de difusão ambiental: vídeo sobre as unidades de conservação da região noroeste, e cartilha e folders sobre ICMS Ecológico e RPPN Reserva Particular do Patrimônio Natural.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Desburocratização do processo licitatório pela SAD e realização de treinamento aos técnicos desta secretaria, visando o conhecimento sobre os trabalhos realizados pela Coordenadoria de Unidades de Conservação. A produção de material gráfico deve ser pelo menos parcialmente desatrelada da IOMAT a fim de que se possa produzir matérias arrojados e diferenciados ou seja fora dos padrões convencionais. O Governo deve investir na divulgação das ações de conservação especialmente no que tange às unidades de conservação.

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4080-FISCALIZAÇÃO DE CAÇA E TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 180-CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE                         |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>                 |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | COIBIR AS AÇÕES DA PRÁTICA DE CAÇA E TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | FISCALIZACAO REALIZADA   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Roseli De Almeida  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| ESTADO                 | 33,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>33,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 50,00                     | 50,00                                | 33,00                      | 66,00   | 66,00  |

### Análise da Meta Física:

Durante 2009 foram realizadas 33 operações de fiscalização específicas para caça e tráfico de animais silvestres, tendo sido apreendidos 454 animais e 171,0000 Kg de caça, resultando na emissão de 12 autos de infração, 24 termos de apreensão, 17 autos de inspeção e 6 recibos de doação, resultando na aplicação de R\$ 322.724,00 em multas. Convém salientar que durante as ações de fiscalização de pesca também são fiscalizadas a caça e o tráfico de animais silvestres. Por este motivo, e por ocasião da revisão do Plano Plurianual 2008-2011, a ação 4080 e a ação 2354 foram fundidas em uma só ação, que passou a ser denominada Fiscalização de pesca, caça e tráfico de animais silvestres.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                  |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado  | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 11.000,00           | 11.000,00                     | 5.320,00         | 0,00                 | 48,36                                       | 48,36   |
| 240                                  | 20.499,99           | 20.499,99                     | 13.463,99        | 0,99                 | 65,68                                       | 65,68   |
| <b>Total</b>                         | <b>31.499,99</b>    | <b>31.499,99</b>              | <b>18.783,99</b> | <b>0,99</b>          | <b>59,63</b>                                | <b>59,63</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:



## Estado de Mato Grosso

A insuficiência financeira da Fonte 100, verificada no último quadrimestre, em virtude de diminuição de arrecadação, influenciou o índice PPD da ação. Foram remanejados recursos destinados ao pagamento de combustíveis, movimentações orçamentárias realizadas pela Coordenadoria de Apoio Logístico, responsável pela execução deste item de despesa. Quando são utilizados recursos da ação 2354 (fiscalização de pesca) são também realizadas ações de fiscalização de caça e tráfico de animais silvestres. Por este motivo, e por ocasião da revisão do Plano Plurianual 2008-2011, a ação 4080 e a ação 2354 foram fundidas em uma só ação, que passou a ser denominada Fiscalização de pesca, caça e tráfico de animais silvestres.

Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados de desempenho apurados.

### Capacidade de Execução - COFD:

Durante 2009 foram executados 59,64% do orçamento anual, incluindo as suplementações e reduções ocorridas ao longo do período. A insuficiência financeira da Fonte 100, verificada no último quadrimestre, em virtude de diminuição de arrecadação, influenciou o índice COFD da ação. Convém salientar que durante as ações de fiscalização de pesca (2354) também são fiscalizadas a caça e o tráfico de animais silvestres. Por este motivo, e por ocasião da revisão do Plano Plurianual 2008-2011, a ação 4080 e a ação 2354 foram fundidas em uma só ação, que passou a ser denominada Fiscalização de pesca, caça e tráfico de animais silvestres.

Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados de desempenho apurados.

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação 4080, que é coibir as ações da prática de caça e tráfico de animais silvestres foi atingido, não tendo sido influenciado pelos índices PPD e COFD.

O objetivo da ação 4080 está alinhado com o objetivo da ação 180, que é executar o monitoramento e gestão de amostras significativas dos biomas através de ações de conservação e utilização sustentável da biodiversidade. As ações de fiscalização de caça e tráfico de animais silvestres contribuem para o alcance do objetivo do programa 180.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Dotação Inicial PTA 2009: R\$ 31.499,99; Total das anulações: R\$ 10.899,99; Total das suplementações: R\$ 10.899,99; Saldo após suplementações e anulações: R\$ 31.499,99; Saldo em 31/12/2009: R\$ 12.715,01

Os recursos desta ação, para o ano de 2009, totalizaram R\$ 31.499,99 e estavam destinados ao pagamento de diárias e aquisição de combustível. Durante 2009 foram executados 59,64% do orçamento anual, incluindo as suplementações e reduções ocorridas ao longo do período. Foram remanejados recursos destinados ao pagamento de combustíveis, movimentações orçamentárias realizadas pela Coordenadoria de Apoio Logístico, responsável pela execução deste item de despesa.

A insuficiência financeira da Fonte 100, verificada no último quadrimestre, em virtude de diminuição de arrecadação, influenciou os índices de desempenho da ação.

Dentre as limitações enfrentadas durante a implementação da ação citamos a insuficiência de recursos humanos, de veículos e de barcos à disposição da Coordenadoria de Fiscalização de Pesca, responsável pela execução das ações de fiscalização de caça e tráfico de animais silvestres, para a realização de ações de fiscalização.

O Plano de Trabalho Anual - PTA 2009 foi utilizado como ferramenta gerencial durante a implementação da ação, tendo sido realizadas reuniões periódicas para apuração dos índices de execução e verificação da necessidade de ajustes no planejamento da ação. Durante toda a execução orçamentária e financeira da ação foram priorizadas as despesas que obtivessem a melhor relação custo/benefício, atendendo ao princípio da economicidade.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4091-GERENCIAMENTO E CONSERVAÇÃO DA FAUNA NO ESTADO DE MATO GROSSO</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 180-CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE                                  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>                          |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | DESENVOLVER AÇÕES VOLTADAS A CONSERVAÇÃO DE FAUNA DO ESTADO DE MATO GROSSO. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | BANCO DE DDADOS COM INFORMAÇÕES ATUALIZADAS                                 |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Neusa Arenhart  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 3,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>3,00</b> |



## Estado de Mato Grosso

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1,00                      | 1,00                                 | 3,00                       | 300,00  | 300,00   |

### Análise da Meta Física:

A meta física da Ação é de gerenciar 03 bacias hidrográficas do estado.

A coordenadoria atendeu a meta física fazendo o gerenciamento das bacias previstas, no entanto nem todas as medidas e tarefas puderam ser executadas completamente devido à diminuição do quadro de servidores lotados na coordenadoria. Iniciamos o ano com 07 técnicos ambientais e finalizamos com 04 técnicos isso comprometeu o desenvolvimento da ação.

## ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                  |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado  | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 109                                  | 74.670,00           | 74.670,00                     | 19.909,93        | 0,00                 | 26,66                                       | 26,66   |
| <b>Total</b>                         | <b>74.670,00</b>    | <b>74.670,00</b>              | <b>19.909,93</b> | <b>0,00</b>          | <b>26,66</b>                                | <b>26,66</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

A Coordenadoria iniciou o ano com 07 técnicos ambientais e finalizou com 04 técnicos. A diminuição do quadro funcional comprometeu o desenvolvimento da ação.

Não foram realizadas suplementações/anulações no orçamento das ações, apenas foram repassados para uso geral da Secretaria os valores ou parte dos valores orçados para aquisição de combustível, passagens aéreas e material gráfico. Como é de uso geral o repasse desses valores não afetou as atividades realizadas uma vez que esses valores estão disponíveis para o cumprimento das ações.

### Capacidade de Execução - COFD:

A Coordenadoria iniciou o ano com 07 técnicos ambientais e finalizou com 04 técnicos. A diminuição do quadro funcional comprometeu o desenvolvimento da ação.

Não foram realizadas suplementações/anulações no orçamento das ações, apenas foram repassados para uso geral da Secretaria os valores ou parte dos valores orçados para aquisição de combustível, passagens aéreas e material gráfico. Como é de uso geral o repasse desses valores não afetou as atividades realizadas uma vez que esses valores estão disponíveis para o cumprimento das ações.

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo da ação foi atendido precariamente devido à diminuição do quadro funcional da Coordenadoria e da não consolidação dos Termos do Termo de Aquisição Direta 10/2009.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Não foram realizadas suplementações/anulações no orçamento das ações, apenas foram repassados para uso geral da Secretaria os valores ou parte dos valores orçados para aquisição de combustível, passagens aéreas e material gráfico. Como é de uso geral o repasse desses valores não afetou as atividades realizadas uma vez que esses valores estão disponíveis para o cumprimento das ações.

O valor estimado na natureza 33.90.14.00 da fonte 109, que se refere a diárias de servidores foi superestimado por não ser mais utilizado na forma de diárias devido à instituição da Verba Indenizatória Ambiental pela Lei nº 8.975, de 18 de setembro de 2008 conforme Art. 1º Além do subsídio fixado no caput fica instituída a Verba Indenizatória Ambiental - VIA aos Profissionais do Meio Ambiente em cargo efetivo e em exercício na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, como forma compensatória ao não recebimento de diárias no desempenho das suas atividades dentro do Estado, a ser paga mensalmente

O valor orçado na natureza 33.90.39.00 da fonte 109, refere-se à previsão para confeccionar Cartilhas informativas sobre o tráfico de animais silvestres e confecção de caixas de contensão de animais silvestres nas atividades de resgate, captura e transporte de animais silvestres que se encontram fora do seu ambiente, ou que foram machucados por algum motivo, e seriam encaminhadas para as Regionais da SEMA.

Para a confecção das Cartilhas foi encaminhado Termo de Referência nº 05/2009 para consolidar a solicitação, no entanto o recurso disponibilizado pela Coordenadoria, previsto nesta Ação, não foi utilizado. O termo de Referência foi consolidado por outro Órgão do Governo (IOMAT), e a Coordenadoria foi informado da não utilização do recurso. As cartilhas estão sendo confeccionadas por outro órgão do governo (IOMAT), assim, o valor ficou disponível no final do período.

Para a confecção de caixas de contensão de animais silvestres foi encaminhado o Termo de Aquisição Direta 10/2009, que não foi consolidado, pelo fato de que o fornecedor não cumpriu a ordem de entrega do produto.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:



## Estado de Mato Grosso

# RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>Exercício:</b>                   | 2009  |
| <b>Programa:</b>                    | <b>181-GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO</b>  |
| <b>Objetivo Estratégico do PPA:</b> | 08-CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA BIODIVERSIDADE (PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO) USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS ( SOLO, ÁGUA, MINÉRAIS E BIÓTIÇOS EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO) COM DIMINUIÇÃO DAS PRESSÕES ANTRÓPICAS, ESPECIALMENTE SOBR   |
| <b>Tipo de Programa:</b>            | Finalístico   |
| <b>Origem do Programa:</b>          | MATO GROSSO É UM DOS ESTADOS COM AS MAIORES TAXAS DE DESMATAMENTO NO BRASIL EM VIRTUDE DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE MOLDARAM UM MODELO DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA PREDATÓRIA DAS FLORESTAS E CENTRADO NO SETOR PRIMÁRIO DE PRODUÇÃO ALIADO A UMA ESTRUTURA DEFICIENTE PARA O ORDENAMENTO, LICENCIAMENTO E VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DOS RECURSOS FLORESTAIS, E, QUE TEM POR CONSEQUÊNCIA, O SUBAPROVEITAMENTO ECONÔMICO E DESPERDÍCIO DE MATÉRIA-PRIMA, ELEVADO PASSIVO AMBIENTAL E DEGRADAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS. |
| <b>Objetivo do Programa:</b>        | REALIZAR A GESTÃO FLORESTAL DO ESTADO PARA O ORDENAMENTO DAS FORMAÇÕES FLORESTAIS E VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS AMBIENTAIS DO ESTADO POR MEIO DA CONSOLIDAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO FLORESTAL PELO LICENCIAMENTO RURAL, MANEJO SUSTENTÁVEL DE USOS MÚLTIPLOS DE FLORESTAS NATIVAS E PLANTADAS SEGUNDO A LEI DE POLÍTICA FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO (LEI COMPLEMENTAR Nº 233, 21/12/2005).   |
| <b>Público Alvo:</b>                | EMPRESÁRIOS DO SETOR DE BASE FLORESTAL, PRODUTORES RURAIS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS.  |
| <b>Unidade Resp. Programa:</b>      | 27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente   |
| <b>Gestor(a) do Programa:</b>       | Alex Sandro Antonio Marega  |

| INDICADORES   |                          |                   |                   |                  |               |                  |               |
|---|--------------------------|-------------------|-------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| Descrição   | Priodicidade da Apuração | Unidade de Medida | Índice Início PPA | Índice Final PPA | Previsto 2009 | Apurado 2009     | Data Apuração |
| NÚMEROS DE FOCOS DE CALOR NO PERÍODO AUTORIZADO.<br>Fonte: CPTEC/INPE   | Anual                    | UNIDADE           | 10171             | 8137             | 9153          | 34.331,00        | 31/12/2009    |
| INCREMENTO DO LICENCIAMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS<br>Fonte: SGF  | Anual                    | UNIDADE           | 7454              | 60000            | 40000         | 884.210,23       | 31/12/2009    |
| CONTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS FLORESTAIS EXPLORADOS DE FORMA SUSTENTÁVEL NA RECEITA DO ESTADO.<br>Fonte: SGF-SEMA | Anual                    | REAIS             | 2023642293.9      | 9500000000       | 5260000000    | 6.232.642.576,21 | 21/12/2009    |
| DIMINUIÇÃO DO DESMATAMENTO ANUAL EM MATO GROSSO.<br>Fonte: SGF/SEMA   | Anual                    | HECTARE           | 1542490.21        | 1050000          | 1184000       | 104.700,00       | 31/12/2009    |
| ÁREAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE MATÉRIA-PRIMA FLORESTAL.<br>Fonte: CRF-SGF/SEMA                          | Anual                    | HECTARE           | 189000            | 450000           | 320000        | 209.678,21       | 31/12/2009    |

### Análise de Indicadores do Programa:

Na sequência, o 1º indicador (566) refere-se à produção dos Planos de Manejo Sustentável (ação 2947) que alcançou 65% do previsto para 2009. A falta de regulamentação de tipologia para áreas de transição foi fator preponderante para o não alcance do índice esperado. Foi alterado de hectares para m³. O 2º indicador (569) também foi alterado já que quanto menor for seu índice, maior a efetividade da ação em questão (4035). Ele mensura os focos de calor no período proibitivo quando deveria mensurar o ano todo. Em 2009 o PRODES/INPE detectou 34.331 focos de calor, numa redução de 85% acumulados nos últimos 3 anos. O 3º indicador (567), que refere-se à receita estadual através do Sistema de Controle de Créditos Florestais (CC-SEMA), alcançou 131% (ação 2946) e reflete as ações de LAU, MANEJO e REFLORESTAMENTO e foi alterado de valor comercializado para m³ de madeira monitorado. O 4º indicador (568) refere-se à emissão de LAU e foi extremamente mal elaborado, pois está expresso em unidades de propriedades, quando o correto seria em ha. O Estado possui em torno de 130.000 propriedades rurais, onde 27% já foram licenciadas. O índice alcançou 1.473%, licenciando 884.210ha de propriedades rurais. O 5º indicador (570) refere-se ao desmatamento, que decresceu em 68% do ano anterior (ação 2349), demonstrando a efetividade de ações desenvolvidas ao longo do ano tanto de fiscalização quanto do controle dos manejos florestais.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

#### REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA





## Estado de Mato Grosso

| Fonte        | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado      | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
|--------------|---------------------|-------------------------------|----------------------|----------------------|---|---|
| 100          | 4.005.962,13        | 4.781.962,13                  | 4.326.701,23         | 0,00                 | 108,01                                      | 90,48   |
| 109          | 353.239,44          | 685.239,44                    | 274.029,00           | 1,63                 | 77,58                                       | 39,99   |
| 240          | 2.213.887,08        | 7.742.112,03                  | 6.549.136,56         | 10,94                | 295,82                                      | 84,59   |
| 244          | 1.095.081,04        | 1.095.081,04                  | 72.110,77            | 2,94                 | 6,58  | 6,58  |
| <b>Total</b> | <b>7.668.169,69</b> | <b>14.304.394,64</b>          | <b>11.221.977,56</b> | <b>15,51</b>         | <b>146,34</b>                               | <b>78,45</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

O indicador mostra-se deficiente por diversos fatores: 28,92% do orçamento disponibilizado estava na fonte 244, que não possuía financeiro, gerando várias suplementações. 392.645,23 para a aquisição de ampliação de arquivo deslizante para o novo anexo da SEMA que abrigará as Superintendência de Gestão Florestal - SGF, de Monitoramento e Indicadores Ambientais SMIA (biblioteca e mapoteca) e de Indústria, Mineração e Serviços SUIMIS. 2.400.000,00 para a contratação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP. 1.550.000,00 para a locação de helicóptero para atender a Superintendência de Fiscalização - SUF. 428.870,00 para a locação de aeronaves para atender a Superintendência de Defesa Civil SDC. 332.832,44 para a aquisição de sistema de segurança da SGF. 1.100.000,00 para a aquisição de equipamentos de informática para atender à implantação do Cadastro Ambiental Rural, regulamentado pela Lei Complementar 343 de 28 de dezembro de 2008.

### Capacidade de Execução - COFD:

O índice mostra-se regular devido a várias situações. Após suplementações que se fizeram necessárias, parte do recurso das ações do programa não foram executados. O helicóptero locado para atender a fiscalização ficou em manutenção por um período prolongado gerando diminuição dos gastos referente ao mesmo. A Coordenadoria de Gestão do Fogo deixou de utilizar as aeronaves para combate de fogo por um período devido ao clima, sobrando recursos suplementados para tal ação. O valor referente à aquisição de sistema de segurança não foi executado pelo fato do projeto depender de readequações pelo CEPROMAT que não concluiu o mesmo em tempo hábil. Na ação 4079, de capacitação, o recurso não foi executado pelo fato de que o Governo publicou decreto cancelando as capacitações. O valor previsto para a aquisição de software (ArcGis) e não executado havia sido disponibilizado para a Coordenadoria de Tecnologia e Informação CTI, para que a mesma utilizasse na aquisição que o Estado, através do CEPROMAT, está fazendo de uma licença única do referido software para atender todo o Estado. Também foi disponibilizado para a CTI recursos de material permanente, para aquisição de equipamentos de informática, que ao serem licitados ficaram abaixo do valor estimado. O recurso disponibilizado para a aquisição de ampliação do arquivo deslizante não foi executado devido a entraves junto à SAD.

### Execução:

O governo do Estado vem fazendo investimentos sequenciais através do Programa 181, porém, algumas ações deste programa atendem a situações emergenciais, dificultando tanto o planejamento quanto a execução. Apesar dos índices desfavoráveis, o objetivo do programa tem sido atendido visto que as taxas, do desmatamento e de focos de calor vem decrescendo ano a ano. O Estado tem a cada dia mais o controle das áreas licenciadas, monitorando os créditos de matéria-prima florestal. De 2008 para 2009 o desmatamento, segundo o PRODES/INPE, caiu de 3.258m<sup>2</sup> para 1.047 m<sup>2</sup>, representando 68% de redução média% (ação 2349). Os focos de calor tiveram uma redução drástica no Estado de Mato Grosso nos últimos três anos (ação 4035). Os números passaram de 83.733, em 2008, para 34.331 focos de calor em 2009, uma redução de 59%. As áreas para produção sustentável de matéria-prima florestal somaram 192.177ha em 2009 (ação 2947). A emissão de Licença Ambiental Única totalizou 394 licenças em 884.210ha em 2009 (ação 2348). O Sistema de Controle de Créditos Florestais SISFLORA, controlou R\$ 1.581.884.549,00 a comercialização de produtos de origem florestal em 2009, que somado ao acumulado passa a R\$ 6.893.833.315,00 no ano (ação 2946). Diversas ações, no que tange à articulação da gestão florestal, foram desenvolvidas, vinte e uma organizações foram mobilizadas (ação 4078). O ano de 2009 foi marcado pela tentativa de soluções do âmbito fundiário e ambiental no Estado no que tange aos assentamentos, grandes vilões do desmatamento visto que não possuem uma política ambiental adequada e não é responsabilizado civilmente pelo dano. Diversas organizações foram mobilizadas através de encontros, reuniões e mesas redondas. O Cadastro Ambiental Rural CAR foi implantado no fim do ano com a missão de atender as propriedades e posses rurais. Está em discussão legislação sobre a tipologia em áreas de transição, questão de suma importância já que existem mais de 300 processos aguardando tal publicação.

### Resultados:

O programa 181 Gestão Florestal do Estado de Mato Grosso, tem o objetivo de realizar a gestão florestal do Estado para o ordenamento das formações florestais e valorização dos produtos e serviços ambientais do Estado. Em 1.999 a SEMA iniciou a implantação do Sistema de Licenciamento de Propriedades Rurais - SLAPR, que engloba a Licença Ambiental Única (LAU), Planos de Manejo Florestal Sustentáveis PMFS-AUTEX e Levantamento Circunstanciado (LC). Tal projeto, desde então, vem recebendo diversos investimentos, tanto em recursos humanos quanto em tecnologia e infra-estrutura. Tal sistema possibilitou o monitoramento de degradações ambientais e a fiscalização efetiva das mesmas, além de fazer do Estado de Mato Grosso o pioneiro em tal tecnologia, sendo modelo para o mundo inteiro. A problemática das sobreposições de geometrias, a identificação das áreas de preservação permanente degradadas, e a morosidade de emissão dos documentos oficiais (LAU, AUTEX e LC) atravancavam o setor. Em 2006 foi implantado o Sistema de Licenciamento Ambiental - SIMLAM. Em 2008, com a implantação do Importador de Shapes, sistema inovador de importação de informações geográficas, os problemas referentes à sobreposição começaram a serem solucionados. Em 28 de dezembro de 2008 publica-se a Lei Complementar 343, que atribui a SEMA a implantação do Cadastro de Ambiental Rural CAR, parte integrante do Programa Mato-Grossense de Regularização Ambiental Rural MT Legal, com intuito de atender propriedades e posses rurais. Foram adquiridas imagens de satélites de alta definição (SPOT 5) com 2,5m de resolução que possibilitam a identificação de Áreas de Preservação Permanente Degradada (AAPD). Também foram investidos recursos em tecnologia e infra-estrutura que não estavam previstos. É necessário também mencionar que a SEMA possui o Sistema de Controle de Créditos Florestais - SISFLORA, que monitora todo o fluxo da comercialização de madeira no Estado, contribuindo para o controle efetivo da degradação ambiental, meta desta Secretaria.

### Principais restrições e providências adotadas:



## Estado de Mato Grosso

Diversas são as dificuldades de se trabalhar com o meio ambiente e ainda mais com a gestão florestal de um Estado tão extenso territorialmente e cheio de conflitos agrários, que se arrastam sem solução. Com a exigência, pelos agentes de créditos financeiros, de licenças ambientais, os produtores rurais se viram encurralados e muitos sem possibilidades de produzir pela falta de acesso as linhas de créditos. Surge então o Programa Mato-Grossense de Regularização Ambiental MT Legal, que tem como benefício para o proprietário a oportunidade de se regularizar sem ser penalizado pelo dano ambiental. O Estado ganha pela possibilidade de monitorar toda a área passível de licenciamento ambiental, dando maior eficiência ao sistema de monitoramento e fiscalização. Para a implantação do MT Legal, a SEMA, através da Superintendência de Gestão Florestal SGF, fez diversos investimentos, em recursos humanos, tecnologia e infraestrutura, porém esbarra em problemas das administração pública, que entrava os processos de aquisição. Atualmente a Superintendência de Gestão Florestal SGF possui em seu quadro de servidores apenas 24 concursados. Essa realidade dificulta visto que parte do quadro restante é comissionado, dependendo de indicações políticas, outros são contratados, com prazos definidos, gerando um rodízio desfavorável. Tal problema se arrasta também pela Superintendência de Fiscalização e apesar do concurso já em andamento, apenas 100 vagas foram abertas para a SEMA, sendo que somente na SGF necessitaria de 150 servidores. O problema da regulamentação sobre a tipologia das áreas de transição passa por discussões técnicas e deve ser solucionada o mais breve possível já que existem mais de 300 processos parados aguardando tal publicação. E por fim e não menos importante, necessitamos ter veículos adequados a trabalhos de campo. As camionetas devem ser especificamente Mitsubishi ou Toyota, veículos que comprovadamente resistem aos locais que temos de vistoriar e fiscalizar.

### Outros aspectos relevantes:

Entendemos que a centralização de aquisições pela Secretaria de Estado de Administração SAD vem no sentido de assessorar as demais secretarias, porém, o que vimos na prática é o contrário. A morosidade aumentou, os entraves dificultam o trabalho dos nossos setores de contratos e aquisições. Muitos produtos são adquiridos sem qualidade, causando gastos maiores, como acontece com os materiais de consumo. Recursos deixam de serem executados como foi o caso de nossa aquisição de ampliação de arquivos deslizando. Partindo do contrato do arquivo que já possuímos, que tem 10 anos de garantia total, fizemos o Termo de Referência para aquisição de ampliação e esbarramos nas restrições impostas pela SAD. A demora de solução, apesar das diversas vezes que nossos servidores, incluindo o Secretário Executivo, esteve na SAD para tentar solucionar o problema, culminou na não execução de R\$ 945.000,00. Como o recurso não foi previsto no PTA 2010 visto que o processo de aquisição já havia sido iniciado em 2009 e recursos já haviam sido suplementados para tal, teremos de suplementar novamente, causando muitos prejuízos a pasta. A surpresa maior foi verificar que a própria SAD adquiriu ampliação de arquivo deslizando do mesmo modelo e marca, com 10 anos de garantia, que foi entregue em dezembro de 2009. A contratação temporária de servidores e de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP foi fatores preponderantes para atingirmos as metas e indicadores do programa. O setor de licenciamento de propriedades rurais, planos de manejo florestal e reflorestamentos dependem de servidores técnicos na área e tais contratações foram de suma importância para manter a produção, visto que a demanda aumenta a cada dia e ainda temos de atender a Lei Complementar 343 de 28 de dezembro de 2008.

### Outros produtos entregues:

Os produtos do programa foram desenvolvidos para controlar o meio ambiente no que tange à gestão florestal, portanto estão ligados ao licenciamento e à fiscalização de florestas. São eles:

- 1) Base cartográfica homologada (unid/1);
- 2) Áreas licenciadas (hectares/LAU/1.100.000);
- 3) Fiscalização realizada de desmatamentos(unid/100);
- 4) Fiscalização realizada de focos de calor(unid/20);
- 5) Relatórios disponibilizados da cobertura vegetal através da dinâmica de desmatamento (unid/1);
- 6) Produtos e sub-produtos florestais monitorados (m³/3.000.000);
- 7) Áreas licenciadas (ha/Manejo/172.000);
- 8) Projetos aprovados (queima controlada/unid/2.100);
- 9) Organizações mobilizadas (unid/8);
- 10) Profissional capacitado (pessoa/30);
- 11) Áreas licenciadas (ha/172.000);
- 12) Propriedade de referência estabelecidas e monitoradas (unid/8.000);
- 13) Fiscalização realizada (unid/60);

Outros produtos das ações: Análise de geometrias, análise de documentos, análise de projetos de LAU, análise de projetos de manejo (AUTEX), análise de projetos de reflorestamento, emissão de cadastro de consumidores de matéria-prima de origem florestal (CC-SEMA) e emissão de chaves de acesso ao CC-SEMA e emissão e impressão de mapas.

### Recomendações da Unidade responsável pelo programa:

Recomendamos:

1. Mudança na legislação atual que vincula as áreas com floresta plantada que receberam crédito de reposição florestal de forma perpétua, as quais passariam para vinculação de 20 anos. Após os vinte anos o proprietário poderá fazer novo uso da área ou nova vinculação na mesma área;
2. Incentivo ao produtor florestal que produzir acima do volume liberado para reposição florestal, através de permuta de volume excedente quando o mesmo desejar desvincular a área florestada;
3. Incentivo ao produtor florestal que produzir acima do volume liberado para reposição florestal, liberando novos créditos do excedente de volume após apresentação de inventário florestal detalhado da área florestada;
4. Sugeriríamos a aquisição de caminhonetes das marcas Mitsubishi ou Toyota para as diretorias regionais. Os servidores da capital se deslocariam para as regionais de ônibus/avião e realizariam os trabalhos de campo de vistorias e fiscalização utilizando os veículos das regionais.



## Estado de Mato Grosso

### Avaliação das Ações do Programa

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>2553-ANATOMIA E IDENTIFICACAO DE MADEIRAS</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 181-GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>12302-Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | CONHECER O VOLUME E AS ESPÉCIES TRANSPORTADAS EM BRUTO PARA OUTROS ESTADOS, ATRAVÉS DA IDENTIFICAÇÃO ANATÔMICA DAS MADEIRAS. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | MADEIRA IDENTIFICADA   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | METRO CÚBICO   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Roberto Barbosa De Souza   |

#### META FÍSICA

| Região de Planejamento | Meta                |
|------------------------|---------------------|
| ESTADO                 | 1.263.912,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>1.263.912,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1.500.000,00              | 1.500.000,00                         | 1.263.912,00               | 84,26   | 84,26  |

#### Análise da Meta Física:

A diminuição da Identificação de Madeira, foi em função de inúmeras operações policiais de combate a crimes ambientais que culminou com o fechamento de algumas empresa do ramo madeireiro e suspensão de outras.

#### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 240                                  | 329.218,17          | 318.383,65                    | 316.858,65        | 0,00                 | 96,25                                       | 99,52   |
| <b>Total</b>                         | <b>329.218,17</b>   | <b>318.383,65</b>             | <b>316.858,65</b> | <b>0,00</b>          | <b>96,25</b>                                | <b>99,52</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

A execução orçamentária financeira seguindo a mesma tendência da execução física da atividade, ocorreu dentro da normalidade, com as mesmas despesas previstas muito próximas do demandado durante o exercício.

#### Capacidade de Execução - COFD:

Durante o acompanhamento realizado no exercício possibilitou o ajuste da dotação às despesas necessárias. Permitindo desta forma que a execução das despesas ficassem próximas da dotação disponível.

#### Alcance do Objetivo Específico:

A ação cumpriu com seu objetivo específico estipulado, identificando 84% das espécies exploradas e exportadas, conforme Lei Complementar nº 235, 22/12/2005. Porém o fechamento e suspensão de algumas empresas madeireiras contribuíram para que não fosse atingido 100% previsto.

#### Execução Orçamentária e Financeira:

os recursos autorizados na LOA, e sua liberação a tempo e hora para execução das atividades foi fundamental para o bom resultado da ação.

#### Outros aspectos relevantes:

O trabalho de Identificação de Madeira realizado pelo INDEA/MT, permitiu maior controle de espécies explorados no Estado, subsidiando a SEMA/MT, DEMA, JUVAM e o Ministério Público na repressão das irregularidades no setor.

#### Recomendações da Unidade responsável pela ação:



## **Estado de Mato Grosso**

Manter os bons índices que foram desenvolvidos na atividade, procurando melhora a cada dia.



## Estado de Mato Grosso

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>1557-CONSTRUÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA 1:50.000 DO ESTADO</b>  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 181-GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | ADEQUAR A PRECISÃO DA ESCALA DA BASE CARTOGRÁFICA ÀS NECESSIDADES DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS (SLAPR). |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | BASE CARTOGRAFICA HOMOLOGADA  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Gabriel Vitoreli De Oliveira  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 1,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>1,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1,00                      | 1,00                                 | 1,00                       | 100,00  | 100,00   |

#### Análise da Meta Física:

OBS: Como a unidade da meta física está configurado em "unidade", não foi possível inserir em percentual do que foi atingido pela meta física, contudo, estima-se que tenhamos cumprido cerca de 45% da meta prevista. A meta física prevista para esta ação é adequar a precisão da escala da base cartográfica às necessidades do sistema de licenciamento de propriedades rurais (SLAPR). O Estado apoiou a construção de uma base cartográfica desenvolvida pelo MMA, porém esta base não atendeu as demandas necessárias para o licenciamento de propriedades rurais do estado, contudo, em 2009, foram desenvolvidas várias atividades, como levantamento de pontos de controle em campo e aquisição e processamento de imagens de satélite, visando à construção de uma base compatível com as demandas do estado, cumprindo uma etapa considerável do processo de construção da base cartográfica. A meta física não foi alcançada em sua totalidade, uma vez que esta encontra-se superestimada, já que o serviço de confecção da base cartográfica depende de outros órgãos, como a Diretoria de Serviço Geográfico do Exército - DSG e Seplan, demandando um período considerável de tempo para sua finalização em função da extensa área do estado.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                     |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado     | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 2.000.000,00        | 1.650.000,00                  | 1.614.040,64        | 0,00                 | 80,70                                       | 97,82   |
| 109                                  | 19.705,27           | 19.705,27                     | 19.704,64           | 0,63                 | 100,00                                      | 100,00  |
| 240                                  | 191.594,78          | 191.594,78                    | 152.238,24          | 0,38                 | 79,46                                       | 79,46   |
| <b>Total</b>                         | <b>2.211.300,05</b> | <b>1.861.300,05</b>           | <b>1.785.983,52</b> | <b>1,01</b>          | <b>80,77</b>                                | <b>95,95</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

O índice acima reflete a anulação de 350 mil reais, que estavam sobreestimados no momento do planejamento da ação.

#### Capacidade de Execução - COFD:

A execução foi ótima e levou em consideração as atividades planejadas, visando o alcance dos objetivos da ação.

#### Alcance do Objetivo Específico:



## Estado de Mato Grosso

O objetivo específico desta ação é adequar a precisão da escala da base cartográfica às necessidades do sistema de licenciamento de propriedades rurais (slapr), bem como fornecer subsídios cartográficos para os demais órgãos do Estado. O Estado apoiou a construção de uma base cartográfica desenvolvida pelo MMA, porém esta base não atendeu as demandas necessárias para o licenciamento de propriedades rurais do estado, contudo, em 2009, foram desenvolvidas várias atividades, como levantamento de pontos de controle em campo e aquisição e processamento de imagens de satélite, visando a construção de uma base compatível com as demandas do estado, cumprindo uma etapa considerável do processo de construção da base cartográfica. A meta física não foi alcançada em sua totalidade, uma vez que esta encontra-se superestimada, já que o serviço de confecção da base cartográfica depende de outros órgãos, como a Diretoria de Serviço Geográfico do Exército - DSG e Seplan, demandando um período considerável de tempo para sua finalização em função da extensa área do estado, no entanto o cronograma estabelecido vem sendo cumprido, os recursos vêm sendo aplicados nas atividades inerentes à ação e os valores planejados e empenhados estão condizentes com o objetivo proposto.

### Execução Orçamentária e Financeira:

A execução financeira desta ação foi satisfatória, os valores empenhados foram utilizados em aquisições e contratações ligadas a atividades que visassem o alcance do objetivo específico e foram suficientes em relação às atividades previstas. Foram realizadas reuniões periódicas com os envolvidos na ação, utilizando o PTA como ferramenta de planejamento e execução das ações.

### Outros aspectos relevantes:

Atualmente a meta física estabelecida no PPA, encontra-se superestimada, já que o serviço de confecção da base cartográfica depende de um exaustivo processo de levantamento de campo e mapeamento digital que envolve outros órgãos, como DSG-EB e Seplan, demandando um período de tempo considerável para sua finalização.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>2348-LICENCIAMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 181-GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | REALIZAR O ORDENAMENTO TERRITORIAL DAS PROPRIEDADES RURAIS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO FLORESTAL. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | AREAS LICENCIADAS  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | HECTARE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Robério De Freitas Maia  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta              |
|------------------------|-------------------|
| ESTADO                 | 884.210,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>884.210,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1.100.000,00              | 1.100.000,00                         | 884.210,00                 | 80,38   | 80,38  |

### Análise da Meta Física:

Esta ação é composta pela Coordenadoria de Licenciamento de Propriedade Rurais CLPR, Coordenadoria de Geoprocessamento COGEO, Coordenadoria de Controle Processual CCP e Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento CVM. Em 2007, quando o PPA foi redigido, a meta da ação foi superestimada. Porém, em 28 de dezembro de 2008 foi publicada a Lei Complementar 343 que atribui a SEMA a função de coordenar o Cadastro Ambiental Rural CAR, parte integrante do Programa Mato-Grossense de Regularização Ambiental Rural MT Legal. O intuito do MT Legal é promover a regularização das propriedades e posses rurais, inserindo-as no Sistema de Licenciamento Ambiental Rural SLAPR. A Superintendência de Gestão Florestal SGF, então, fez investimentos em tecnologia e recursos humanos para atender a Lei. A meta da ação foi revista na revisão do PPA visto que a demanda esperada do CAR e de Licença Ambiental Unica - LAU para 2010 é de 3.000.000 de hectares licenciados numa média mensal de 250 processos por mês. A CLPR, responsável pela ação emitiu, em 2009, 394 novas LAUs em 884.210,23ha (meta) e averbou 201 áreas de reserva legal em 158.809,32ha. A emissão de LAU envolve vários setores, gerando diversos produtos: Análise de projetos de LAU: 13.757 (CLPR); Análise de mapas digitais: 6.366 (COGEO); Análise de documentos: 6.528 processos (CCP); Vistoria em propriedades rurais: 55 (CVM). As vistorias foram prejudicadas por duas situações. A publicação de legislação que regulamenta a tipologia vegetal em áreas de transição não foi publicada e mais de 300 processos estão parados aguardando a mesma. O término do contrato de locação de automóveis no fim do ano atrasou diversas vistorias, contribuindo para a diminuição da meta física.



## Estado de Mato Grosso

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                     |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado     | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 0,00                | 45.000,00                     | 34.185,00           | 0,00                 | 0,00  | 75,97   |
| 240                                  | 263.081,28          | 3.055.726,51                  | 2.633.262,83        | 5,01                 | 1.000,93                                    | 86,17   |
| 244                                  | 27.955,93           | 27.955,93                     | 0,00                | 0,96                 | 0,00  | 0,00  |
| <b>Total</b>                         | <b>291.037,21</b>   | <b>3.128.682,44</b>           | <b>2.667.447,83</b> | <b>5,97</b>          | <b>916,53</b>                               | <b>85,26</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

O indicador PPD apresentou-se altamente deficiente tendo em vista que quando a Lei Complementar 343, que regulamenta o Cadastro Ambiental Rural - CAR, foi publicada, em 24 de dezembro de 2008, o PTA 2009 já havia sido concluído. A Superintendência de Gestão Florestal (SGF), então, fez diversos investimentos emergenciais no intuito de atender a Lei. Nesta ação fora suplementado 2.400.000,00 para atender a contratação da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. Fora também definido que, o novo anexo, que atenderia toda a Secretaria, passa a atender a SGF, SUIMIS e SMIA. Suplementamos então recurso para a aquisição de arquivo deslizando, que, por entraves na SAD, não foi licitado. A COGEO havia previsto diárias para conferências in loco de sobreposições de propriedades rurais, mas com a aquisição de imagens SPOT de alta resolução (2,5m), tais vistorias deixaram de ser necessárias. O recurso então foi disponibilizado para diárias da Coordenadoria de Licenciamento de Propriedades Rurais (CLPR) visto que o volume de vistorias de Licença Ambiental Única (LAU) seria muito acima do previsto em função da Lei.

#### Capacidade de Execução - COFD:

O COFD teve um desempenho regular, porém poderia ter sido ótimo visto que a Secretaria de Estado de Administração não concluiu o processo licitatório da aquisição da ampliação do arquivo deslizando para o novo anexo que abrigará a SGF, SUIMIS e SMIA, no valor de R\$ 392.645,23. Teríamos finalizado com o índice de 97,79.

#### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação foi atendido, 884.210,23ha licenciados, porém diversos fatores contribuíram para que não alcançássemos o índice de 100%, 1.100.000ha. A reestruturação do setor de licenciamento, a rigorosidade nas análises dos projetos e a implantação de novas tecnologias e metodologias de trabalho. O Estado adquiriu imagens Spot, de alta definição para atender a Lei do CAR e a Superintendência de Gestão Florestal teve de investir em tecnologia, recursos humanos e se adequar a nova legislação. O objetivo da ação está alinhado com o do Programa.

#### Execução Orçamentária e Financeira:

No ano de 2009 a Coordenadoria de Licenciamento de Propriedades Rurais passou por estruturação. O Coordenador foi substituído e a demora na contratação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP para auxiliar no Sistema de Licenciamento de Propriedades Rurais - SLAPR, prejudicou o andamento das análises e consequentemente da emissão de Licenças Ambientais (LAU). O valor de R\$ 27.954,97 não foi executado, pois a fonte 244 não possuía financeiro. R\$ 392.645,23 foi suplementado para a aquisição do arquivo deslizando, que não foi licitado devido a entraves da SAD. O valor empenhado na ação de R\$ 2.667.447,83 foi aplicado da seguinte forma:

R\$ 60.920,00 para Diárias  
R\$ 2.400.000,00 para Contratação de OSCIP  
R\$ 107.545,48 para Contratação de STPJ(locação de veículos e impressoras)  
R\$ 55.175,57 para Combustível para vistorias  
R\$ 10.694,40 para material de escritório  
R\$ 2.202,38 para pagamento de frentista do Estado  
R\$ 30.000,00 para aquisição de monitores de LCD  
R\$ 910,00 para pagamento de indenizações

#### Outros aspectos relevantes:

A ação não recebeu recursos não orçamentários.

#### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Desde 2008 a Superintendência de Gestão Florestal vem se estruturando administrativamente, visando uma melhor qualidade de trabalho e um melhor atendimento ao público alvo. Mas tal ação depende muito de veículos para as vistorias e seria extremamente importante que tal contrato fosse melhorado, que fossem locados somente veículos que suportam tal trabalho, das marcas: Toyotas e Mitsubishi.

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                | <b>2349-FISCALIZACAO DE DESMATAMENTO</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b> | 181-GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  |
| <b>Exercício:</b>           | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>        | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b> | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b> | COIBIR O DESMATAMENTO ILEGAL, FISCALIZANDO OS PROJETOS DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL E PLANOS DE MANEJOS SUSTENTAVEIS E FLORESTAS PLANTADAS. |



## Estado de Mato Grosso

|                                  |                        |
|----------------------------------|------------------------|
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | FISCALIZACAO REALIZADA |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE                |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Eduardo Rodrigues      |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta          |
|------------------------|---------------|
| ESTADO                 | 100,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>100,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 100,00                    | 100,00                               | 100,00                     | 100,00  | 100,00   |

### Análise da Meta Física:

Considera-se como produto, nesta ação, cada viagem realizada por equipe de fiscalização. Em cada viagem são realizadas diversas atividades de fiscalização.

Durante o ano de 2009 foram realizadas ações de fiscalização que resultaram na emissão de 1077 autos de infração, tendo sido fiscalizados 66.301,3454 hectares de áreas desmatadas em reservas legais, 116.033,2542 hectares de áreas passíveis de exploração e 13413,8903 hectares de áreas desmatadas em Áreas de Preservação Permanente, resultando na aplicação de R\$ 492.746.460,94 em multas.

No mesmo período foram emitidos 84 autos de infração referentes à exploração seletiva de 113.200,851 m<sup>3</sup> de madeira, em área total de 19.230,0615 hectares, sem autorização da SEMA, totalizando R\$ 50.802.366,21 em multas. Foram emitidos ainda 460 autos de infração por irregularidades relativas à apresentação do licenciamento ambiental único (LAU), que totalizaram R\$ 76.529.010,99 em multas.

Foram fiscalizados os municípios de Acorizal, Água Boa, Alta Floresta, Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Paraguai, Alto Taquari, Apiacás, Araputanga, Aripuanã, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Barra do Garças, Bom Jesus do Araguaia, Brasnorte, Cáceres, Campo Verde, Campos de Júlio, Canabrava do Norte, Canarana, Carlinda, Castanheira, Chapada dos Guimarães, Cláudia, Colíder, Colniza, Comodoro, Confresa, Cotriguaçu, Cuiabá, Diamantino, Dom Aquino, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Guiratinga, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Itaúba, Itiquira, Jaciara, Jangada, Jauru, Juara, Juína, Juruena, Lucas do Rio Verde, Luciara, Marcelândia, Matupá, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Lacerda, Nova Maringá, Nova Monte Verde, Nova Mutum, Nova Olímpia, Nova Santa Helena, Nova Ubiratã, Novo Mundo, Paranaíta, Paranatinga, Peixoto de Azevedo, Planalto da Serra, Poconé, Pontal do Araguaia, Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos, Porto Esperidião, Porto Estrela, Poxoréu, Primavera do Leste, Querência, Ribeirão Cascalheira, Rondolândia, Rondonópolis, Rosário Oeste, Salto do Céu, Santa Carmem, Santa Cruz do Xingu, Santa Rita do Trivelato, Santa Terezinha, Santo Afonso, Santo Antônio do Leverger, São Félix do Araguaia, São José do Rio Claro, São José dos Quatro Marcos, Sapezal, Serra Nova Dourada, Sinop, Sorriso, Tabaporã, Tangará da Serra, Tapurah, Terra Nova do Norte, Torixoréu, União do Sul, Várzea Grande, Vera, Vila Bela da Santíssima Trindade e Vila Rica.

O cumprimento da meta física deu-se de acordo com o previsto no Plano de Trabalho Anual de 2009, que prevê a realização de 100 fiscalizações durante o ano. Durante 2009 foram executadas 100 ações, o que representa o alcance de 100% da meta anual.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                     |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado     | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 0,00                | 550.000,00                    | 550.000,00          | 0,00                 | 0,00  | 100,00  |
| 240                                  | 354.884,57          | 1.351.311,37                  | 1.253.492,89        | 0,97                 | 353,21                                      | 92,76   |
| 244                                  | 526.627,57          | 526.627,57                    | 66.345,77           | 0,00                 | 12,60                                       | 12,60   |
| <b>Total</b>                         | <b>881.512,14</b>   | <b>2.427.938,94</b>           | <b>1.869.838,66</b> | <b>0,97</b>          | <b>212,12</b>                               | <b>77,01</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

Os recursos destinados ao pagamento de despesas com locação de helicóptero (R\$ 1.550.000,00) foram suplementados, pois em virtude da diminuição do orçamento destinado à Superintendência de Fiscalização, para o ano de 2009, não foi possível prever tal despesa no Plano de Trabalho Anual (PTA 2009). Deste total, o valor de R\$ 99.648,00 destinou-se ao pagamento de despesas do helicóptero de exercício anterior. Foram suplementados R\$ 371.426,80 para pagamento de diárias, pois o mesmo valor estava previsto no PTA 2009 na Fonte 244, que não pode ser utilizada por insuficiência financeira. A suplementação garantiu a continuidade dos trabalhos de fiscalização. O saldo orçamentário da fonte 244, que não pôde ser utilizado devido à insuficiência financeira, representou 82,47% do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009. Também foram remanejados recursos destinados ao pagamento de combustíveis e mão de obra de frentistas, movimentações orçamentárias realizadas pela Coordenadoria de Apoio Logístico, responsável pela execução destes itens de despesa.

Foi realizado ainda remanejamento de recursos (R\$ 20.000,00) para viabilizar a aquisição de notebooks, pois durante a elaboração do PTA 2009 não foram previstas despesas com este fim, uma vez que estava em trâmite processo para aquisição de notebooks, que não foi concluído, em virtude da não finalização do Registro de Preço realizado pela Secretaria de Estado de Administração. No entanto, o recurso remanejado não foi utilizado em virtude da diminuição, pelo Secretário Executivo do Núcleo Ambiental, da quantidade autorizada de notebooks a serem adquiridos, aliada ao fato dos recursos serem provenientes da Fonte 244, que se encontrava com insuficiência financeira. Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados.





## Estado de Mato Grosso

### Capacidade de Execução - COFD:

Durante o ano de 2009 foram executados 77,01 % do orçamento previsto para o período, incluindo as suplementações e reduções ocorridas ao longo do exercício. O índice de execução foi comprometido devido à insuficiência financeira da Fonte 244, bem como ao fato do helicóptero utilizado nas ações de fiscalização ter ficado em manutenção por um período prolongado, o que gerou diminuição dos pagamentos deste item de despesa e, conseqüentemente, da quantidade de diárias. O saldo orçamentário da fonte 244, que não pôde ser utilizado devido à insuficiência financeira, representou 82,47% do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009. Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados.

### Alcance do Objetivo Específico:

O alcance do objetivo específico da ação 2349, que é coibir o dematamento ilegal, fiscalizando os projetos de exploração florestal, planos de manejo sustentáveis e florestas plantadas foi atingido em sua totalidade, não tendo sido comprometido pelos resultados dos índices PPD e COFD.

O objetivo da ação 2349 está alinhado com o objetivo do programa 181, que é realizar a gestão florestal do Estado para o ordenamento das formações florestais e valorização dos produtos e serviços ambientais do Estado por meio da consolidação da descentralização da gestão florestal pelo licenciamento rural, manejo sustentável de usos múltiplos de florestas nativas e plantadas segundo a lei de política florestal do Estado de Mato Grosso (Lei Complementar nº 233, 21/12/2005). As ações de fiscalização de desmatamento contribuem para o alcance do objetivo do programa.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Dotação Inicial PTA 2009: R\$ 881.512,14; Total das anulações: R\$ 741.227,13; Total das suplementações: R\$ 2.287.653,93; Saldo após suplementações e anulações: R\$ 2.427.938,94; Saldo em 31/12/2009: R\$ 558.099,31. Durante o ano de 2009 foram executados 77,01 % do orçamento previsto para o período, incluindo as suplementações e reduções ocorridas ao longo do exercício. O índice de execução foi comprometido devido à insuficiência financeira da Fonte 244, bem como ao fato do helicóptero utilizado nas ações de fiscalização ter ficado em manutenção por um período prolongado, o que gerou diminuição dos pagamentos deste item de despesa. O saldo orçamentário da fonte 244, que não pôde ser utilizado devido à insuficiência financeira, representou 82,47% do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009.

Foram utilizados recursos provenientes desta ação para pagamento de diárias, contrato de locação de helicóptero, aquisição de combustíveis e lubrificantes, pagamento de despesas do exercício anterior referente à locação de helicóptero, serviços gráficos, locação de veículos, aquisição de material de expediente, aquisição de notebooks, aquisição de uniformes e materiais de consumo diversos (capa de chuva, lanterna, fita zebra e cone de sinalização).

Os recursos destinados ao pagamento de despesas com locação de helicóptero (R\$ 1.550.000,00) foram suplementados, pois em virtude da diminuição do orçamento destinado à Superintendência de Fiscalização, para o ano de 2009, não foi possível prever tal despesa no Plano de Trabalho Anual (PTA 2009).

Foram suplementados R\$ 371.426,80 para pagamento de diárias, pois o mesmo valor estava previsto no PTA 2009 na Fonte 244, que não pode ser utilizada por insuficiência financeira. A suplementação garantiu a continuidade dos trabalhos de fiscalização.

Também foram remanejados recursos destinados ao pagamento de combustíveis e mão de obra de frentistas, movimentações orçamentárias realizadas pela Coordenadoria de Apoio Logístico, responsável pela execução destes itens de despesa.

Foi realizado ainda remanejamento de recursos (R\$ 20.000,00) para viabilizar a aquisição de notebooks, pois durante a elaboração do PTA 2009 não foram previstas despesas com este fim, uma vez que estava em trâmite processo para aquisição de notebooks, que não foi concluído, em virtude da não finalização do Registro de Preço realizado pela Secretaria de Estado de Administração. No entanto, o recurso remanejado não foi utilizado em virtude da diminuição, pelo Secretário Executivo do Núcleo Ambiental, da quantidade autorizada de notebooks a serem adquiridos, aliada ao fato dos recursos serem provenientes da Fonte 244, que se encontra com insuficiência financeira. Dentre as limitações enfrentadas durante a implementação da ação citamos a insuficiência de recursos humanos e de frota de veículos à disposição da Coordenadoria de Fiscalização Florestal e de Unidades de Conservação, para a realização de ações de fiscalização.

O Plano de Trabalho Anual - PTA 2009 foi utilizado como ferramenta gerencial durante a implementação da ação, tendo sido realizadas reuniões periódicas para apuração dos índices de execução e verificação da necessidade de ajustes no planejamento da ação. Durante toda a execução orçamentária e financeira da ação foram priorizadas as despesas que obtivessem a melhor relação custo/benefício, atendendo ao princípio da economicidade.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>2350-FISCALIZAÇÃO DE QUEIMADAS</b>                                   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 181-GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO                           |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>                      |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | FISCALIZAR QUEIMADAS LEGAIS E QUEIMADAS ILICITAS EM PERÍODO PROIBITIVO. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | FISCALIZACAO REALIZADA  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Eduardo Rodrigues   |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta  |
|------------------------|-------|
| ESTADO                 | 20,00 |



## Estado de Mato Grosso

|               |              |
|---------------|--------------|
| <b>Total:</b> | <b>20,00</b> |
|---------------|--------------|

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 20,00                     | 20,00                                | 20,00                      | 100,00  | 100,00   |

### Análise da Meta Física:

Durante 2009 foram emitidos 433 autos de infração, referentes à fiscalização de 130.602,6242 hectares de área queimada, resultando na aplicação de R\$ 503.241.982,60 em multas. Foram executadas 20 ações de fiscalização, o que representa o alcance de 100% da meta anual.

Os autos emitidos referem-se a fiscalizações realizadas nos municípios de Alta Floresta, Apiacás, Aripuanã, Barra do Garças, Bom Jesus do Araguaia, Brasnorte, Canarana, Castanheira, Cláudia, Colíder, Colniza, Confresa, Cuiabá, Gaúcha do Norte, Itaúba, Jaciara, Juara, Juína, Juruena, Luciara, Marcelândia, Nossa Senhora do Livramento, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Maringá, Nova Olímpia, Nova Monte Verde, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Paranaíta, Paranatinga, Peixoto de Azevedo, Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos, Querência, Rosário Oeste, Santa Terezinha, Santo Afonso, Santo Antônio do Leverger, São Félix do Araguaia, São José do Rio Claro, São José do Xingu, Sinop, Sorriso, Tabaporã, Tapurah, União do Sul e Vila Rica.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                  |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado  | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 240                                  | 90.000,00           | 90.000,00                     | 71.540,00        | 0,00                 | 79,49                                       | 79,49   |
| <b>Total</b>                         | <b>90.000,00</b>    | <b>90.000,00</b>              | <b>71.540,00</b> | <b>0,00</b>          | <b>79,49</b>                                | <b>79,49</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

A projeção da despesa da ação 2350 foi realizada satisfatoriamente, ou seja, a previsão do orçamento no processo do PTA foi realizada corretamente, considerando-se a possibilidade de um período proibitivo com altas incidências de queimadas e a necessidade de mobilização de ações intensivas de fiscalização. Para a ação 2350 foi previsto no PTA 2009 o valor de R\$ 90.000,00, destinado ao pagamento de diárias. Não houve suplementações ou anulações. Convém salientar que quando são realizadas ações de fiscalização utilizando recursos da Ação 2349 (Fiscalização de Desmatamento) também são fiscalizadas áreas queimadas.

### Capacidade de Execução - COFD:

Para a ação 2350 foi previsto no PTA 2009 o valor de R\$ 90.000,00, destinado ao pagamento de diárias. Não houve suplementações ou anulações. As ações específicas de fiscalização de queimadas intensificam-se durante o período proibitivo, nos meses de julho, agosto e setembro. Convém salientar que quando são realizadas ações de fiscalização utilizando recursos da Ação 2349 (Fiscalização de Desmatamento) também são fiscalizadas áreas queimadas. Por esta razão, durante o período de revisão do PPA, as ações 2349 e 2350 foram fundidas em uma só ação, denominada Fiscalização de desmatamento e queimadas. Durante o ano de 2009 foram executados 79,48 % do orçamento previsto para o período, incluindo as suplementações e reduções ocorridas ao longo do exercício.

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação 2350, que é fiscalizar queimadas legais e queimadas ilícitas em período proibitivo, foi atingido em sua totalidade, não tendo sido comprometido pelos resultados do PPD e COFD.

O objetivo da ação 2350 está alinhado com o objetivo do programa 181, que é realizar a gestão florestal do Estado para o ordenamento das formações florestais e valorização dos produtos e serviços ambientais do Estado por meio da consolidação da descentralização da gestão florestal pelo licenciamento rural, manejo sustentável de usos múltiplos de florestas nativas e plantadas segundo a lei de política florestal do Estado de Mato Grosso (Lei Complementar n° 233, 21/12/2005).

As ações de fiscalização de queimadas contribuem para o alcance do objetivo do programa 181.

### Execução Orçamentária e Financeira:



## Estado de Mato Grosso

Dotação Inicial PTA 2009: R\$ 90.000,00; Total das anulações: R\$ 0,00; Total das suplementações: R\$ 0,00; Saldo após suplementações e anulações: R\$ 90.000,00

Saldo em 31/12/2009: R\$ 18.460,00. Para a ação 2350 foi previsto no PTA 2009 o valor de R\$ 90.000,00, destinado ao pagamento de diárias. Não houve suplementações ou anulações. As ações específicas de fiscalização de queimadas intensificam-se durante o período proibitivo, nos meses de julho, agosto e setembro. Convém salientar que quando são realizadas ações de fiscalização utilizando recursos da Ação 2349 (Fiscalização de Desmatamento) também são fiscalizadas áreas queimadas. Por esta razão, durante o período de revisão do PPA, as ações 2349 e 2350 foram fundidas em uma só ação, denominada Fiscalização de desmatamento e queimadas.

Durante o ano de 2009 foram executados 79,48 % do orçamento previsto para o período, incluindo as suplementações e reduções ocorridas ao longo do exercício.

Dentre as limitações enfrentadas durante a implementação da ação citamos a insuficiência de recursos humanos e de frota de veículos à disposição da Coordenadoria de Fiscalização Florestal e de Unidades de Conservação, para a realização de ações de fiscalização.

O Plano de Trabalho Anual - PTA 2009 foi utilizado como ferramenta gerencial durante a implementação da ação, tendo sido realizadas reuniões periódicas para apuração dos índices de execução e verificação da necessidade de ajustes no planejamento da ação. Durante toda a execução orçamentária e financeira da ação foram priorizadas as despesas que obtivessem a melhor relação custo/benefício, atendendo ao princípio da economicidade.

### Outros aspectos relevantes:

Convém salientar que quando são realizadas ações de fiscalização utilizando recursos da Ação 2349 (Fiscalização de Desmatamento) também são fiscalizadas áreas queimadas. Por esta razão, durante o período de revisão do PPA, as ações 2349 e 2350 foram fundidas em uma só ação, denominada Fiscalização de desmatamento e queimadas.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>2352-MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL</b>  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 181-GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | REALIZAR O MONITORAMENTO DA COBERTURA FLORESTAL ATRAVÉS DO MAPA DA DINÂMICA DE DESMATAMENTO, SUBSIDIANDO O LICENCIAMENTO E A FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E FLORESTAIS. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | RELATORIOS DISPONIBILIZADOS   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Gabriel Vitoreli De Oliveira  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 1,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>1,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1,00                      | 1,00                                 | 1,00                       | 100,00  | 100,00   |

### Análise da Meta Física:

OBS: Como a unidade da meta física está configurado em "unidade", não foi possível inserir em percentual o que foi atingido pela meta física, contudo estima-se que 50% da meta física tenha sido alcançada.

A meta física prevista para esta ação é 01 (um) relatório técnico abordando a dinâmica de desmatamento e degradação florestal em todo o Estado de Mato Grosso, sendo esta confeccionada por meio da utilização de imagens de satélite e Sistemas de Informação Geográfica. Parte deste trabalho é executado por contratação de serviço de terceiros - pessoa jurídica, sendo que o processo de contratação do referido serviço foi inicializado em março de 2009, contudo em função da aquisição das imagens de alta resolução espacial SPOT 5 pelo Governo do estado, as quais trouxeram um ganho considerável para o monitoramento ambiental de Mato Grosso, o processo de contratação foi readequado e o termo de referência foi modificado de forma a contemplar o uso das imagens SPOT no mapeamento do desmatamento. Este fato fez com que o processo de contratação fosse finalizado apenas em novembro de 2009, atrasando consideravelmente a entrega e validação do serviço no mesmo ano. Por conseguinte o montante empenhado para execução do mapeamento ficou como restos a pagar para o ano de 2010, sendo que o relatório está previsto para ser finalizado em abril de 2010. Porém, a SEMA por meio da Coordenadoria de Geotecnologia, confeccionou a dinâmica de queimadas nos pontos mais atingidos por este fenômeno no Estado, assim apenas parte da meta física foi alcançada, contribuindo para a execução do objetivo específico da ação.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO



## Estado de Mato Grosso

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 73.449,66           | 73.449,66                     | 6.194,36          | 0,00                 | 8,43  | 8,43  |
| 109                                  | 298.434,17          | 482.434,17                    | 231.915,94        | 0,00                 | 77,71                                       | 48,07   |
| 240                                  | 146.550,65          | 146.550,65                    | 65.682,49         | 0,99                 | 44,82                                       | 44,82   |
| <b>Total</b>                         | <b>518.434,48</b>   | <b>702.434,48</b>             | <b>303.792,79</b> | <b>0,99</b>          | <b>58,60</b>                                | <b>43,25</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

A discrepância entre o montante inicial e valor empenhado se deve às aquisições de materiais permanentes e contratações de serviço que foram adquiridos por valores menores do que o planejado, a queda de preços de alguns materiais permanentes também influenciou o índice apontado. O índice deficiente reflete ainda os gastos com os contratos de prestação de serviços e aquisições que são rateados entre as superintendências da SEMA, os quais são executados pelo Núcleo Sistemático Ambiental. Entretanto não existe um controle por superintendência para avaliar os reais gastos de cada uma, o percentual de gastos foi de 37,70%, considerando-se os valores empenhados conforme controle de despesas da Coordenadoria de Apoio Logístico. Os recursos previstos no orçamento para cobrir as despesas dos contratos rateados entre as superintendências, foram empenhados, conforme controle de despesas feito pela Coordenadoria de Apoio Logístico. Com relação aos demais recursos de execução da SMIA, o valor previsto que tinha por objetivo a contratação de um consultor especializado para fazer o acompanhamento no processo de construção dos indicadores ambientais da SEMA, foi anulado e remanejado para diárias, uma vez que este trabalho foi coordenado pela própria SMIA.

### Capacidade de Execução - COFD:

A execução deficiente, conforme apontado pelo índice acima, reflete a discrepância entre o valor planejado e o realmente pago nas aquisições e contratos da ação. Informa-se também que a má execução deste recurso advém ainda da não publicação dos relatórios da Superintendência de Indicadores Ambientais, que estavam contemplados nesta ação e, que em função da demora da resposta da IOMAT em informar se poderíamos contratar outra empresa gráfica para a impressão, não houve tempo hábil para o prosseguimento do processo licitatório.

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico desta ação é realizar o monitoramento da cobertura vegetal e das queimadas para subsidiar a SEMA na realização de ações de fiscalização, de educação ambiental, de licenciamento ambiental e responsabilização dos infratores, bem como a vigilância ambiental (SES) e defesa civil (Casa Militar). A meta física e consequentemente o objetivo proposto, desta ação não foram completamente alcançados em função do atraso no processo licitatório da contratação de serviços de terceiros para a confecção da dinâmica de desmate.

### Execução Orçamentária e Financeira:

A execução financeira desta ação sofreu influência em função das aquisições de materiais permanentes e contratações de serviços que tiveram valores menores do que o planejado e da publicação dos relatórios da Superintendência de Indicadores Ambientais, que estavam contemplados nesta ação e, que em função da demora da resposta da IOMAT em informar se poderíamos contratar outra empresa gráfica para a impressão, não houve tempo hábil para o prosseguimento do processo licitatório. Contudo os valores empenhados foram utilizados em aquisições e contratações ligadas a atividades que visassem o alcance do objetivo específico e foram suficientes em relação às atividades previstas, sendo realizadas reuniões periódicas com os envolvidos na ação, utilizando o PTA como ferramenta de planejamento e execução das ações.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>2946-CADASTRO DE CONSUMIDORES DE MATÉRIA-PRIMA DE ORIGEM FLORESTAL</b>  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 181-GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | REALIZAR O CONTROLE DA ENTREGA, REMESSA, TRANSPORTE, RECEBIMENTO E ESTOCAGEM OU ARMAZENAMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS FLORESTAIS. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PRODUTOS E SUB-PRODUTOS FLORESTAIS MONITORADOS   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | METRO CÚBICO   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Suely Fatima M Bertoldi  |



## Estado de Mato Grosso

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta                |
|------------------------|---------------------|
| ESTADO                 | 5.501.441,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>5.501.441,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 3.000.000,00              | 3.000.000,00                         | 5.501.441,00               | 183,38  | 183,38   |

#### Análise da Meta Física:

Esta ação é responsável pelo controle dos créditos oriundos de matéria prima de origem florestal. Para tanto a Coordenadoria de Controle de Recursos Florestais - CCRF desenvolve algumas tarefas que culminam em tal monitoramento. Foram emitidos 461 Cadastros de Consumidores de Matéria Prima Florestal, 850 chaves de acesso ao sistema e feitas 130 vistorias em empreendimentos madeiros. A meta física está acima do previsto pelo fato de que a legislação, quando foi alterada, incentivou os Planos de Manejo Florestal Sustentável PMFS, fomentando a extração de madeira de forma seletiva e ordenada. A CCRF monitorou, através do Sistema Controle de Créditos de Recurso Florestais - SISFLORA, 5.501.441,18 m<sup>3</sup> de madeira oriunda de exploração legal de madeira do Estado de Mato Grosso. O setor também deu treinamento do SISFLORA AUDITORIA para as Diretorias Regionais da SEMA, fortalecendo a descentralização. Para a emissão dos créditos todos os setores da Superintendência de Gestão Florestal - SGF são envolvidos e o produto final torna-se de suma importância visto que é através dele que é feito o monitoramento de toda a madeira comercializada, que totalizou em 2009 R\$ 1.581.884.549,67 de madeira comercializada no ano.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                  |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado  | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 240                                  | 59.999,97           | 101.139,97                    | 94.839,18        | 0,00                 | 158,07                                      | 93,77   |
| 244                                  | 140.000,01          | 140.000,01                    | 1.210,00         | 0,99                 | 0,86  | 0,86  |
| <b>Total</b>                         | <b>199.999,98</b>   | <b>241.139,98</b>             | <b>96.049,18</b> | <b>0,99</b>          | <b>48,02</b>                                | <b>39,83</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

O indicador PPD apresentou-se deficiente pelo fato de que 72% do recurso disponibilizados eram da fonte 244, que não possuía financeiro. O recurso disponível em outras fontes foi utilizado em 89,51% deixando de ser executado recursos de diárias visto que no fim do ano o Governo teve problemas com o contrato de locação de automóveis, impossibilitando vistorias.

#### Capacidade de Execução - COFD:

O COFD teve um desempenho altamente deficiente, pois a fonte 244, onde se encontrava 72,10% dos recursos da ação, não possuía financeiro. Do recurso de fonte com financeiro executamos 89,51%, tendo um bom desempenho .

#### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação foi atendido, porém é necessário explicitar que o contrato com a empresa que executa a manutenção do SISFLORA findou-se, causando muitos transtornos. O fim do contrato de alguns servidores também dificultou o trabalho do setor, diminuindo o resultado da meta física. Na revisão do PPA foi alterado a meta física visto que a realidade da emissão de Autorização de Exploração Florestal - AUTEX, responsável pela emissão de créditos florestais, teve um incremento nos últimos anos. Apesar de tais problemas, no ano de 2009 a Coordenadoria de Controle de Recursos Florestais - CCRF atendeu o público/clientes de forma satisfatória.

#### Execução Orçamentária e Financeira:

O valor empenhado na ação de R\$ 96.049,18, 83 foi aplicado da seguinte forma:

R\$ 40.235,00 para Diárias  
R\$ 14.718,36 para Material de escritório  
R\$ 9.918,44 para Passagens  
R\$ 4.075,00 para Pagamento de empresa para instalar divisórias  
R\$ 2.202,38 para Pagamento da IOMAT  
R\$ 12.000,00 para aquisição de monitores de LCD  
R\$ 12.900,00 para aquisição de estabilizadores de energia para a SGF

O planejamento teve de ser revisto pelo fato de a fonte 244, disponibilizada para a ação não possuía financeiro.

#### Outros aspectos relevantes:



## Estado de Mato Grosso

A grande dificuldade do ano de 2009 foi em relação ao contrato de manutenção do SISFLORA. Considerando a importância de tal sistema, que monitora e controla todos os créditos de matéria prima de origem florestal do Estado, a Superintendência de Gestão Florestal investiu em servidores para abrigar o banco de dados de forma segura. Porém a SEMA não possui em seu quadro de servidores concursados profissional que possa dar manutenção no SISFLORA, tendo de contratar empresa para tal. Esperamos que com o concurso feito pela SAD o problema seja solucionado. A ação não recebeu recursos não orçamentários.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>2947-LICENCIAMENTO DE PLANOS DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 181-GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | REALIZAR O ORDENAMENTO DA EXPLORAÇÃO, GARANTINDO O USO MÚLTIPLO SUSTENTÁVEL DAS FORMAÇÕES FLORESTAIS DO ESTADO. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | AREAS LICENCIADAS   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | HECTARE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Leomarcio Xavier De Oliveira  |

### META FÍSICA

| Região de Planejamento | Meta              |
|------------------------|-------------------|
| ESTADO                 | 209.678,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>209.678,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 172.000,00                | 172.000,00                           | 209.678,00                 | 121,91  | 121,91   |

### Análise da Meta Física:

Esta ação é composta pela Coordenadoria de Recursos Florestais - CRF, Coordenadoria de Geoprocessamento COGEO, Coordenadoria de Controle Processual CCP e Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento CVM. O índice se mostra regular pelo fato de que a ação ultrapassou em 22 % a meta física. Porém, este índice já havia sido revisado para 2010 visto que houve um incremento em Planos de Manejo Florestal Sustentável PMFS no Estado, após mudança na legislação que incentivou a extração seletiva e ordenada de madeira no Estado. A CRF, responsável pela ação, licenciou 209.678,21ha para PMFS, emitindo 218 Autorizações para Exploração Florestal AUTEX. A emissão de AUTEX gera outros produtos. Análise de mapas digitais: 736 (COGEO). Análise de documentos: 581 (CCP). Vistorias: 369 (CVM). Outros fatores preponderantes no alcance da meta física foram às mudanças administrativas e melhorias tecnológicas. Ainda encontra-se em análise, por outros órgãos competentes, legislação sobre a tipologia que também influenciará na meta da ação. Na revisão do PPA foi alterado de hectares para metros cúbicos a unidade de medida por se entender que reflete melhor a mensuração do índice da ação. Os servidores da CRF foram capacitados em planos de manejo de baixo impacto. A contratação da Organização de Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP também contribuiu para a melhoria do índice da ação. A meta física poderia ser ainda mais elevada, tendo em vista que no fim do ano o Estado não disponibilizou veículos para as vistorias.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 0,00                | 45.000,00                     | 20.150,00         | 0,00                 | 0,00  | 44,78   |
| 240                                  | 113.404,22          | 150.269,22                    | 150.233,22        | 1,00                 | 132,48                                      | 99,98   |
| 244                                  | 201.568,02          | 201.568,02                    | 3.705,00          | 0,99                 | 1,84  | 1,84  |
| <b>Total</b>                         | <b>314.972,24</b>   | <b>396.837,24</b>             | <b>174.088,22</b> | <b>1,99</b>          | <b>55,27</b>                                | <b>43,87</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

O indicador PPD apresentou-se deficiente tendo em vista que R\$ 197.862,03 (49,85% do total dos recursos da ação), da fonte 244, não possuía financeiro. Porém, após suplementação, diversos processos de licenciamentos de planos de manejo em áreas de transição ficaram parados na Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento aguardando a publicação de legislação da tipologia vegetal, deixando de serem feitas as vistorias e conseqüentemente executado tal recurso de diárias.



## Estado de Mato Grosso

### Capacidade de Execução - COFD:

O COFD teve um desempenho deficiente, porém se a fonte 244 tivesse recurso financeiro não haveria sido necessárias suplementações e teríamos executado 93,73%, tendo um bom desempenho.

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação foi amplamente atendido. Porém a morosidade na aprovação de nova legislação da tipologia dificultou algumas vistorias, influenciando na execução orçamentária. O objetivo da ação está alinhado com o objetivo do programa.

### Execução Orçamentária e Financeira:

No ano de 2009 Coordenadoria de Recursos Florestais executou R\$ 174.088,22 da seguinte forma:

R\$ 79.935,00 para Diárias  
R\$ 35.763,40 para Material de Escritório  
R\$ 5.218,44 para passagens  
R\$ 50.969,00 para combustível  
R\$ 2.202,38 para pagamento de frentista do governo

O planejamento foi prejudicado pelo fato de que a fonte 244, que disponibilizou recursos, não possuía financeiro.

### Outros aspectos relevantes:

Tal ação depende muito de veículos para as vistorias e seria extremamente importante que tal contrato fosse melhorado, que fossem locados somente veículos que suportam tal trabalho, das marcas: Toyotas e Mitsubishi. A ação não recebeu recursos não orçamentários.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Tal ação depende muito de veículos para as vistorias e seria extremamente importante que tal contrato fosse melhorado, que fossem locados somente veículos que suportam tal trabalho, das marcas: Toyotas e Mitsubishi.

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4035-CONTROLE DE QUEIMADAS E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS</b> |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 181-GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO                      |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>                 |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | EMITIR AUTORIZAÇÃO PARA QUEIMA CONTROLADA                          |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PROJETOS APROVADOS   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Agnaldo Pereira De Souza - Maj Bm                                  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| ESTADO                 | 71,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>71,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 2.100,00                  | 2.100,00                             | 71,00                      | 3,38  | 3,38   |

### Análise da Meta Física:

No que tange a deficiência na ação da meta física prevista, devemos explicitar que a meta física instituída em 2007 está em desacordo com a realidade da ação. A linha de pensamento segue no sentido de que quanto menor a quantidade de AUTORIZAÇÕES DE QUEIMA CONTROLADA, melhor será o índice. Então percebe-se que o indicador/índice desta ação está invertido e que 3,38% reflete, na realidade, o alcance da meta da ação, diminuindo a quantidade de queima controlada. Apesar de terem sido emitidas autorizações de queimas controladas, a ação teve como foco os trabalhos de prevenção e combate a incêndios florestais. Para tanto foram feitos investimentos em tecnologia (GPS, câmeras fotográficas, notebooks, monitores) e materiais de consumo para combate a incêndios florestais (enxadas, pás, facões, lanternas, luvas, abafadores, cantil). Outro investimento necessário foram as locações de aeronaves para o combate com produto de alto custo para abafamento de fogo, LICEFT A e LICEFT F, assim como pagamento de diárias a servidores que trabalharam do desenvolvimento do plano de ação ao combate. Municípios onde foi realizados combates: Campo Verde, Nova Ubiratã, Feliz Natal, Campo Novo dos Pareceis, Rosário Oeste/Manso, Chapada dos Guimarães 1 (Mutuca) e 2 (Manso), Nobres, Poconé, Barra do Garças, Rondonópolis, Vila Rica, Paranatinga, Nova Bandeirantes, Denise, Serra do Cachimbo, Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, Canarana, Campinópolis, Ribeirão Cascalheira, Cotriguaçu, Colniza, Vila Bom Jardim, Cuiabá e Várzea Grande. O fator mais positivo foi a queda dos números de focos de calor de 58,99%, de 83.733 em 2008 para 34.331 em 2009, que reflete notadamente o trabalho de prevenção. Foi ainda desenvolvido trabalho de Educação Ambiental através de convênio com o Instituto Floresta para a prevenção de Unidades de Conservação e campanha publicitária através de panfletos. O governo do Estado também cooperou com a ação com campanhas publicitárias televisivas, fortalecendo o trabalho.



## Estado de Mato Grosso

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                     |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado     | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 1.510.011,48        | 2.192.990,50                  | 2.020.570,21        | 0,00                 | 133,81                                      | 92,14   |
| 109                                  | 35.100,00           | 183.100,00                    | 22.408,42           | 1,00                 | 63,84                                       | 12,24   |
| 240                                  | 115.000,00          | 315.000,00                    | 261.867,10          | 1,00                 | 227,71                                      | 83,13   |
| <b>Total</b>                         | <b>1.660.111,48</b> | <b>2.691.090,50</b>           | <b>2.304.845,73</b> | <b>2,00</b>          | <b>138,84</b>                               | <b>85,65</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

A ação foi planejada para o combate a incêndios florestais, porém, situações atípicas climáticas acabaram prejudicando o planejamento, que acabou por contribuir para um menor índice de queimadas no Estado, meta real de uma ação de gestão de fogo. O ano de 2009 foi marcado pelos trabalhos de prevenção aos incêndios e ainda houve a contribuição favorável do clima, antecipando o término do uso das aeronaves e dos produtos de combate, que tanto onerava a ação. Alia-se a nova metodologia usada no planejamento estratégico às suplementações feitas para atender essas situações já pontuadas de investimentos a equipamentos e produtos de combate e locação das aeronaves.

#### Capacidade de Execução - COFD:

Quando se planeja tendo como uma das variantes o clima, sabe-se que o mesmo pode ter resultados diferenciados. Foi o caso desta ação no ano de 2009. Como o clima contribuiu, deixamos de utilizar as aeronaves por um mês, deixando de gastar com as mesmas, com produtos e ainda com as diárias, resultando em uma execução aquém do idealizado.

#### Alcance do Objetivo Específico:

Informamos que, apesar do objetivo traçado para esta ação, EMITIR AUTORIZAÇÕES PARA QUEIMA CONTROLADA, estar desfocado do objetivo do Programa 181, REALIZAR O CONTROLE E MONITORAMENTO DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS FLORESTAIS NO ESTADO, ambos explicitado no PPA 2008/2011, o resultado foi muito importante ao alcance do objetivo do Programa visto que diminuiu a quantidade de autorizações para queima controlada e ainda a quantidade de focos de calor no Estado. Sabe-se que houve a contribuição climática, mas o planejamento estratégico feito e as ações executadas, de combate propriamente dito e de campanhas/divulgação dos prejuízos causados pelos incêndios, culminou no resultado positivo da ação.

#### Execução Orçamentária e Financeira:

Apesar do desempenho regular no que tange a execução dos recursos da ação, os valores não executados se devem a fatores imprevistos. Antecipamos em um mês o uso das aeronaves, dos produtos de combate a incêndios e de diárias visto que o clima contribuiu satisfatoriamente. Tais recursos, apesar de suplementados não foram executados. O recurso da ação foi gasto da seguinte forma:

R\$ 379.230,00 para pagamento de diárias  
R\$ 16.400,00 para aquisição de aparelhos GPS  
R\$ 11.000,00 para aquisição de máquinas fotográficas  
R\$ 6.962,92 para aquisição de notebooks  
R\$ 895.430,40 para locação de aeronaves  
R\$ 541.500,00 para aquisição de produto de combate a incêndios  
R\$ 7.000,00 para aquisição de monitores de 42  
R\$ 1.050,00 para aquisição de baterias  
R\$ 7.700,00 para aquisição de material de consumo para combate a incêndios  
R\$ 105.000,00 para apagamento de locação de aeronaves no restos a pagar  
R\$ 200.000,00 para pagamento de convênio com Instituto Floresta

#### Outros aspectos relevantes:

Visando descentralizar as ações de prevenção, preparação e resposta aos incêndios florestais na capital e no interior do Estado, foram estabelecidos Termos de Cooperação Técnica com as Prefeituras de Água Boa, Vila Rica, Juína e Colniza, com o intuito de implementar e dar manutenção nas Bases Descentralizadas de Apoio Operacional no ano seguinte, tendo como interveniente o Corpo de Bombeiros Militar do Estado. É extremamente importante ressaltar que essa ação será executada na Casa Militar, juntamente com as outras ações da Defesa Civil, mas continuará a compor o Programa de Gestão Florestal.

#### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Recomendamos, na construção do próximo PPA a alteração do objetivo específico da ação para REDUÇÃO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS, DAS AUTORIZAÇÕES DE QUEIMA CONTROLADA E DOS FOCOS DE CALOR NO ESTADO ATRAVÉS DA PREVENÇÃO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO COMBATE.

Convém mencionar, que os trabalhos concernentes à execução das demandas necessitariam de um suporte maior da SAD, pois no decorrer de 2009, percebeu-se que muitos materiais precisavam de preço de referência, os quais são registrados na referida SAD. Desta feita, sugere-se um aumento no arcabouço de produtos com os seus respectivos valores, os quais auxiliarão ao invés de burocratizar.





## Estado de Mato Grosso

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4078-ARTICULAÇÃO DA GESTÃO FLORESTAL</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 181-GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | PROMOVER A ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA FLORESTAL COM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELO ESTREITAMENTO DAS RELAÇÕES MULTISSETORIAIS. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | ORGANIZAÇÕES MOBILIZADAS  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Alex Sandro Antonio Marega  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| ESTADO                 | 22,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>22,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 8,00                      | 8,00                                 | 22,00                      | 275,00  | 275,00   |

#### Análise da Meta Física:

A ação ultrapassou a meta física pelo fato de que o ano de 2009 foi marcado pela tentativa de soluções do âmbito fundiário e ambiental no Estado no que tange aos assentamentos e diversas organizações foram mobilizadas através de encontros, reuniões e mesas redondas. Foi criado o Programa Mato-Grossense de Legalização Ambiental Rural MT LEGAL, através da Lei Complementar 343, de 28 de dezembro de 2008, com o intuito de promover a regularização das propriedades e posses rurais e sua inserção no Cadastro Ambiental Rural CAR, parte integrante do Sistema de Licenciamento Ambiental Rural SLAPR, sob domínio da SEMA. Outra questão que superdimensionou a meta física foi discussão a respeito da tipologia vegetal do Estado nas áreas de transição, grande gargalo do setor de licenciamento ambiental de propriedades rurais, visto que tem mais de 300 processos parados aguardando a publicação da legislação que regulamente tal situação. Foi iniciado processo de formalização de Termo de Cooperação Técnica para compartilhamento de Informações de subsídios para a gestão florestal amazônica. Organizações mobilizadas: Conselho Estadual do Meio Ambiente CONSEMA, Secretaria de Estado de Planejamento SEPLAN, Casa Civil, Casa Militar, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, Assembléia Legislativa AL, Instituto Chico Mendes - ICMBio, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais IBAMA, Instituto de Terra de Mato Grosso ITERMAT, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso FAMATO, Instituto Centro de Vida ICV, Associação Matogrossense de Municípios AMM, Ministério Público Federal- MPF, Ministério Público Estadual MPE, Serviço Florestal Brasileiro SFB, Empresa Matogrossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural EMPAER, Associação Matogrossense de Engenheiros Florestais AMEF, Federação das Indústrias Do Mato Grosso FIEMT, Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira CIPEM, Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável IFPDS e Agência de Cooperação Técnica Francesa ACTFE.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 240                                  | 100.598,18          | 465.980,62                    | 129.247,42        | 0,00                 | 128,48                                      | 27,74   |
| 244                                  | 124.713,40          | 124.713,40                    | 0,00              | 0,00                 | 0,00  | 0,00  |
| <b>Total</b>                         | <b>225.311,58</b>   | <b>590.694,02</b>             | <b>129.247,42</b> | <b>0,00</b>          | <b>57,36</b>                                | <b>21,88</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

O indicador PPD apresentou-se deficiente pelo fato de que foi suplementado o valor de 332.832,44 para a aquisição de sistema de segurança para atender a Superintendência de Gestão Florestal SGF e tal licitação não foi concluída por divergências técnicas e demora do CEPROMAT em atender a SEMA na elaboração do projeto. Pelo segundo ano consecutivo não conseguimos executar tal aquisição. Foi suplementado também o valor de 32.550,00 para diárias visto que a fonte 244 não possuía financeiro, porém 23.300,00 não fora utilizado visto que o recurso fora superestimado. Outros 92.163,40 também da fonte 244 não fora executado, pois a fonte não possuía financeiro.

#### Capacidade de Execução - COFD:

O COFD teve um desempenho altamente deficiente por dois fatos. 27,02% do recurso, que não foi executado, pertencia a fonte 244 num total de 124.713,40 e não possuía financeiro e 72,12% também não executado fora suplementado para a aquisição do sistema de segurança, já explicitado acima.



## Estado de Mato Grosso

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação foi atendido na medida em que diversas reuniões foram feitas com os órgãos no que tange a políticas públicas, estreitando as relações multisetoriais e solucionando problemas ligados à gestão florestal do Estado.

### Execução Orçamentária e Financeira:

No ano de 2009 a Superintendência de Gestão Florestal SGF executou 129.247,42 da seguinte forma:

R\$ 33.220,00 para Diárias  
R\$ 37.042,43 para Material de escritório  
R\$ 2.052,63 para Contratação de STPJ(instalação de divisórias)  
R\$ 8.716,88 para Contratação de STPJ(locação de veículos)  
R\$ 22.957,00 para pagamento de passagens  
R\$ 5.697,91 para Contratação de STPJ(locação de impressoras)  
R\$ 7.860,00 para aquisição de terminal de auto atendimento  
R\$ 44.200,00 para Contratação de STPJ(locação de microcomputadores)

O planejamento foi prejudicado pelo fato de que parte do recurso estava na fonte 244 que não possuía financeiro e ainda porque o valor suplementado para aquisição do sistema de segurança não fora executado.

### Outros aspectos relevantes:

Alguns acontecimentos de 2009 foram desfavoráveis. A obra do anexo da SEMA que abrigará a SGF não foi concluída, gerando diversos problemas. Os entraves da SAD no que tange à aquisições como da ampliação dos arquivos deslizantes da SEMA. O contrato de locação de veículos, que deveria ser de veículos apropriados para o trabalho desenvolvido de vistorias e fiscalização. A centralização das aquisições tem atrapalhado o trabalho da SEMA e tornado ainda mais moroso a melhoria dos setores públicos. A ação não recebeu recursos não orçamentários.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4079-CAPACITAÇÃO EM GESTÃO FLORESTAL</b>  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 181-GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | CAPACITAR O QUADRO TÉCNICO DA SUPERINTENDENCIA DE GESTÃO FLORESTAL PARA O LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PROFISSIONAL CAPACITADO  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | PESSOA   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Alex Sandro Antonio Marega   |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| ESTADO                 | 53,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>53,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 30,00                     | 30,00                                | 53,00                      | 176,67  | 176,67   |

### Análise da Meta Física:

A ação alcançou a meta física, porém fatores culminaram no incremento da mesma. O contrato de 16 servidores da Coordenadoria de Geoprocessamento findou e os mesmos só foram substituídos após contratação da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP e foram capacitados na própria COGEO, sem custos, visto que por ordens do Governo as capacitações foram suspensas. Outros 12 servidores, do contrato temporário, que atendem a Coordenadoria de Controle Processual - CCP também foram capacitados internamente, sem ônus. 19 Servidores das Coordenadorias de Licenciamento de Propriedades Rurais, de Recursos Florestais, de Vistoria e Monitoramento fizeram curso de Manejo de Baixo Impacto. Servidores participaram do Congresso Internacional de Bioenergia, da Criação da Rede de Manejo Florestal da Amazônia, de Curso de Monitoramento de Ações Governamentais, do Congresso da ABEMA, do Congresso Brasileiro de Uso do Solo, de Curso de Sensoriamento Remoto. Foi ministrado pela Superintendência de Gestão Florestal SGF palestras nos interiores do Estado a respeito do Cadastro Ambiental Rural CAR, nas Diretorias Regionais. Capacitou ainda 202 responsáveis técnicos e desenhistas no novo sistema desenvolvido pela SEMA para atender a Lei Complementar 343, que regulamenta referido cadastro, publicada em 24 de dezembro de 2008. Servidores da Coordenadoria de Controle de Créditos de Recursos Florestais - CCRF deram treinamento para servidores das Diretorias Regionais no SISPLFORA AUDITORIA, fortalecendo o monitoramento dos créditos de recursos florestais e a descentralização.



## Estado de Mato Grosso

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                  |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado  | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 82.499,98           | 82.499,98                     | 34.827,62        | 0,00                 | 42,22                                       | 42,22   |
| 240                                  | 24.000,07           | 30.600,07                     | 30.225,07        | 0,00                 | 125,94                                      | 98,77   |
| 244                                  | 74.216,11           | 74.216,11                     | 850,00           | 0,00                 | 1,15  | 1,15  |
| <b>Total</b>                         | <b>180.716,16</b>   | <b>187.316,16</b>             | <b>65.902,69</b> | <b>0,00</b>          | <b>36,47</b>                                | <b>35,18</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

O PPD mostrou-se altamente deficiente pelo fato de que R\$ 73.366,11 da fonte 244 não possuía financeiro. Dos R\$ 106.500,05 de fonte com financeiro disponível, R\$ 80.297,60 havia sido planejado para capacitação de servidores que seriam contratados no quarto trimestre, porém o Governo do Estado publicou decreto suspendendo todas as capacitações. Parte do recurso então, foi utilizado pela Coordenadoria de Apoio Logístico - CAL para pagamento do contratos que se faziam necessários.

#### Capacidade de Execução - COFD:

O indicador COFD apresentou-se altamente deficiente tendo em vista que a fonte 244, onde se encontrava 35,18% do recurso da ação, não possuía financeiro. O Governo determinou que não houvessem capacitações, foi então usado 40,65% do recurso previsto para capacitações no contrato de locação de automóveis. Dos 121.413,47 não executados, 60% estava na fonte 244. 39,24% (47.653,93) refere-se ao recurso lotado para capacitação que, por ordens superiores não foi possível utilizar, prejudicando a execução.

#### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação foi amplamente atendido, 53 servidores foram capacitados e 202 responsáveis técnicos e desenhistas foram capacitados para utilizar novo sistema da SEMA para o Cadastro Ambiental Rural - CAR. O objetivo da ação está alinhado com o do Programa.

#### Execução Orçamentária e Financeira:

No ano de 2009 a Superintendência de Gestão Florestal passou por estruturação. A grande preocupação era atender a Lei Complementar 343 de 28 de dezembro de 2008 que regulamenta o Cadastro Ambiental Rural - CAR e para tanto foi necessário repensar as atividades da ação. O valor empenhado na ação de R\$ 65.902,69 foi aplicado da seguinte forma:

R\$ 6.225,00 para Diárias  
R\$ 8.697,50 para Passagens  
R\$ 5.650,43 para pagamento de empresa de instalação de divisórias (móveis)  
R\$ 666,07 para locação de impressoras  
R\$ 7.980,00 para Curso Capacitação de Manejo de Baixo Impacto  
R\$ 1.030,00 para pagamento outras despesas

#### Outros aspectos relevantes:

É importante ressaltar que a Coordenadoria de Geoprocessamento possui um alto índice de substituição de técnicos visto que o salário médio é baixo e o mercado absorve essa mão de obra com muita facilidade. Portanto o setor será sempre uma escola técnica na área ambiental no que tange a georreferenciamento. Foi também deste setor que surgiu a nova tecnologia de inserção de dados geográficos pela internet, que hoje é aplaudido por todo o planeta como modelo de sistema de licenciamento ambiental. A ação não recebeu recursos não orçamentários.

#### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

A Superintendência de Gestão Florestal tem em seu quadro servidores técnicos e sempre necessitará de capacitações. A Coordenadoria de Geoprocessamento - COGEO terá capacitações constantes visto que tecnologicamente são desenvolvidas ferramentas novas a cada ano. Os servidores da Coordenadoria de Controle Processual - CCP necessitam estar sempre em dia com as legislações e deveria receber treinamentos periódicos. As Coordenadorias de Licenciamento de Propriedade Rurais - CLPR, de Recursos Florestais - CRF, de Reflorestamento - CR e de Vistoria e Monitoramento - CVM tem em seus quadros servidores engenheiros florestais e agrônomos que, além de estarem atualizado com as novas tecnologias, também devem participar de eventos que contribuam para a melhoria do processo de licenciamento.

**Ação:** 4084-CONTROLE DA REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA

**Programa de Governo:** 181-GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

**Exercício:** 2009

**Tipo de Ação:** Atividade

**Unidade Responsável:** 27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente

**Objetivo Específico:** CONTROLAR OS CRÉDITOS DE REFLORESTAMENTOS VINCULADOS À REPOSIÇÃO FLORESTAL.

**Descrição da Meta Física:** AREAS LICENCIADAS



## Estado de Mato Grosso

Unidade de Medida: HECTARE

Responsável pela Ação: Marcilio Da Cruz Mattos

### META FÍSICA

| Região de Planejamento | Meta             |
|------------------------|------------------|
| ESTADO                 | 14.716,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>14.716,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 172.000,00                | 172.000,00                           | 14.716,00                  | 8,56  | 8,56   |

### Análise da Meta Física:

Conforme RAG 2008, após mudanças de legislação, vinculou-se as áreas com floresta plantada que receberam crédito de reposição florestal de forma perpétua. Desta forma a produção de reposição florestal ficou muito abaixo do índice previsto no PPA. Na revisão do PPA esse índice foi alterado. Apesar do baixo índice, a Coordenadoria de Reflorestamento CR analisou 15 processos de Levantamento Circunstanciado - LC, 1 de Projeto de Plano Florestal - PPF e fez vistorias em 9 propriedades para Projetos de Reflorestamento Circunstanciado - PR. A Coordenadoria de Controle Processual CCP analisou documentação de 85 processos de LC, PR e PC. A CR participou ainda de vistorias de Projetos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e Licenciamento Ambiental (LAU).

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 240                                  | 166.007,82          | 166.007,82                    | 134.393,19        | 1,00                 | 80,96                                       | 80,96   |
| <b>Total</b>                         | <b>166.007,82</b>   | <b>166.007,82</b>             | <b>134.393,19</b> | <b>1,00</b>          | <b>80,96</b>                                | <b>80,96</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

O PPD mostrou-se bom, mas poderíamos ter alcançado 100%. Os servidores do setor não utilizam diárias pois recebem verba indenizatória, ficando o valor de diárias sem utilização. O recurso para material de consumo foi disponibilizado para a Coordenadoria de Apoio Logístico, porém não foi executado pela mesma. O recurso de material permanente não foi utilizado porque a Coordenadoria de Aquisições e Contratos não conseguiu fazer a aquisição dos umidificadores de ambiente para a Superintendência de Gestão Florestal.

### Capacidade de Execução - COFD:

O indicador COFD apresentou-se bom pelo fato que de executamos a maior parte do orçamento. R\$ 9.350,00 para diárias não foram utilizados pois todos os servidores da CR são efetivos e não recebem diárias. O valor de R\$ 18.046,12 foi disponibilizado para aquisição de material de consumo através da CAL, porém a mesma não executou o recurso. Foi feito Termo de Aquisição de umidificadores de ambiente para atender a Superintendência de Gestão Florestal SGF porém a CAC não concluiu a aquisição.

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo está alinhado com o programa, mas não tem sido atendido pela Coordenadoria de Reflorestamento visto que quem controla créditos é a Coordenadoria de Controle de Créditos de Recursos Florestais CCRF e a Coordenadoria de Reflorestamento CR, responsável pela ação tem o objetivo de licenciar. A ação foi extinta e criou-se a ação 4215 Licenciamento Ambiental Para Atividades de Reflorestamento com o objetivo de licenciar.

### Execução Orçamentária e Financeira:

A Coordenadoria de Reflorestamento executou 134.393,19 dos 166.007,82 da seguinte forma:

R\$ 10.025,56 para Diárias  
R\$ 5.218,20 para Passagens da SGF  
R\$ 50.532,54 para pagamento de combustível para vistorias SGF  
R\$ 65.834,40 para locação de automóveis para vistorias da SGF  
R\$ 2.782,49 para aquisição de equipamento de informática

A execução ficou prejudicada pela não execução de outros setores que controlam a aquisição recursos de material de consumo e permanente.

### Outros aspectos relevantes:

A ação não recebeu recursos não orçamentários.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:



## Estado de Mato Grosso

### Recomendamos:

1. Mudança na legislação atual que vincula as áreas com floresta plantada que receberam crédito de reposição florestal de forma perpétua, as quais passariam para vinculação de 20 anos. Após os vinte anos o proprietário poderá fazer novo uso da área ou nova vinculação na mesma área;
2. Incentivo ao produtor florestal que produzir acima do volume liberado para reposição florestal, através de permuta de volume excedente quando o mesmo desejar desvincular a área florestada;
3. Incentivo ao produtor florestal que produzir acima do volume liberado para reposição florestal, liberando novos créditos do excedente de volume após apresentação de inventário florestal detalhado da área florestada.

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4085-ESPACIALIZAÇÃO E ANÁLISE DIGITAL DO LICENCIAMENTO FLORESTAL</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 181-GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | COORDENAR OS TRABALHOS REFERENTES À UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO NO LICENCIAMENTO FLORESTAL. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PROPRIEDADES DE REFERENCIA ESTABELECIDAS E MONITORADAS  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Robério De Freitas Maia   |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta            |
|------------------------|-----------------|
| ESTADO                 | 7.204,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>7.204,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 8.000,00                  | 8.000,00                             | 7.204,00                   | 90,05   | 90,05  |

### Análise da Meta Física:

A ação ficou aquém do esperado com relação à meta física pelo fato de que em 2008 foi implementado o Importador de Shapes pela Coordenadoria de Geoprocessamento COGEO e em 2009 o Cadastro Ambiental Rural CAR, regulamentado pela Lei Complementar 343 de 28 de dezembro de 2008. Ambas as ferramentas necessitaram de adequações e treinamentos, ajudando no decréscimo da meta. Para implantar o CAR foram necessários investimentos em alta tecnologia. Aquisição de novas estações de trabalho e servidores para armazenagem de imagens de alta definição. O Estado então adquiriu imagens SPOT 5 de alta resolução (2,5m), possibilitando um salto qualitativo na análise de geometrias das propriedades rurais dos Licenciamentos Ambientais. Tais imagens possibilitam ainda a análise de Área de Preservação Permanente Degradada APD, meta de controle da SEMA. A COGEO monitorou em 2009 7.204 propriedades rurais através da inserção das geometrias no bando de dados da SEMA pelos técnicos responsáveis, da seguinte forma: 736 de PMFS (CRF); 6.366 de LAU (CLPR) e 82 de LC (CR). Outras 3.599 análises foram feitas, conferências de memorial descritivo, confecção de croquis de localização, dinâmicas de desmatamento e mapas para a Superintendência de Indústria Mineração e Serviços - SUIMIS. Foi ministrado treinamento com os técnicos responsáveis por projetos de CAR, para a utilização do novo recurso de inserção das informações. Com a nova tecnologia implantada, a COGEO teve de aumentar em muito o quadro de servidores e com a contratação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP essa demanda foi solucionada, passou de 16 para 29 técnicos de análise de imagens. A COGEO passa então a disponibilizar publicamente as imagens SPOT 5 de alta resolução.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                     |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado     | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 340.001,01          | 143.021,99                    | 46.733,40           | 0,00                 | 13,75                                       | 32,68   |
| 240                                  | 59.999,97           | 1.159.999,97                  | 1.128.862,97        | 0,00                 | 1.881,44                                    | 97,32   |
| <b>Total</b>                         | <b>400.000,98</b>   | <b>1.303.021,96</b>           | <b>1.175.596,37</b> | <b>0,00</b>          | <b>293,90</b>                               | <b>90,22</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:



## Estado de Mato Grosso

O indicador PPD apresentou-se altamente deficiente tendo em vista que quando a Lei Complementar 343, que regulamenta o Cadastro Ambiental Rural - CAR, foi publicada, em 24 de dezembro de 2008, o PTA 2009 já havia sido concluído. A Superintendência de Gestão Florestal (SGF), então, fez diversos investimentos emergenciais no intuito de atender a Lei. Nesta ação fora suplementado 1.100.000,00 para aquisição de novos servidores capazes de armazenar imagens de alta resolução e trafegar dados em alta velocidade, microcomputadores e monitor de LCD de 42 para sanar dúvidas na análise de degradação ambiental através de imagens de satélites. O valor de 90.000,00 foi remanejado para a ação 2348 que absorveu tarefas de vistorias. 108.356,33 foi remanejado para ação 4035 para atender emergências na Coordenadoria de Gestão do fogo. Tais investimentos culminaram no baixo índice apresentado.

### Capacidade de Execução - COFD:

O COFD teve um desempenho bom, visto que, após suplementações necessárias, o recurso foi quase todo executado. O valor de 55.810,59, previsto para a aquisição de software (ArcGis) e não executado havia sido disponibilizado para a Coordenadoria de Tecnologia e Informação CTI, para que a mesma utilizasse na aquisição que o Estado, através do CEPROMAT, está fazendo de uma licença única para atender todo o Estado. O valor de 64.280,01, não executado, de material permanente também foi disponibilizado para a CTI adquirir equipamentos de informática e nas licitações os valores ficaram abaixo dos estimados. A aquisição de microcomputador (CPU), 7.900,00, não foi concluído pela Coordenadoria de Aquisições e Contratos CAC.

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação foi atendido, na medida em que a Coordenadoria de Geoprocessamento COGEO, responsável pela ação, coordenou os trabalhos referentes à utilização de técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto e ainda desenvolveu novas tecnologias de inserção de dados nos bancos de dados da SEMA. A COGEO disponibilizou imagens de alta resolução que vem revolucionar o Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais SLAPR. Foram monitoradas 7.204 propriedades rurais. O objetivo da ação está alinhado com o do Programa.

### Execução Orçamentária e Financeira:

No ano de 2009 a COGEO passou por estruturação. O Coordenador foi substituído e a demora na contratação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP para auxiliar no Sistema de Licenciamento de Propriedades Rurais - SLAPR, prejudicou o andamento das análises e consequentemente da emissão de Licenças Ambientais (LAU) e Autorizações para exploração Florestal - AUTEX. O valor empenhado na ação de 1.154.436,51 foi aplicado da seguinte forma:

R\$ 6.600,00 para Diárias  
 R\$ 15.614,10 para Aquisição de material de escritório  
 R\$ 4.018,44 para Aquisição de passagens  
 R\$ 1.092.741,93 para Aquisição de ativo da informação (servidores de rede/equipamentos/assessorios/serviços de criação/instalação e configuração do ambiente computacional)  
 R\$ 26.051,64 para locação de impressoras  
 R\$ 2.200,00 para aquisição de memórias para notebooks e máquinas fotográficas  
 R\$ 5.873,07 para pagamento da IOMAT (publicações)  
 R\$ 1.337,33 para locação de automóveis

### Outros aspectos relevantes:

É relevante ressaltar que na revisão do PPA essa ação foi extinta e foram inseridas tarefas da COGEO nas ações 2348 de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais (CLPR), 4239 de Autorização Para Exploração Florestal (CRF) e 4215 Licenciamento Para Atividade de Reflorestamento (CR). A ação não recebeu recursos não orçamentários.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Desde 2008 a Superintendência de Gestão Florestal vem se estruturando administrativamente, visando uma melhor qualidade de trabalho e um melhor atendimento ao público alvo. A COGEO fez um investimento em tecnologia no novo prédio da SEMA que atenderá a SGF e deverá manter sempre investimentos em tecnologia por ser a responsável pelo banco de dados do licenciamento ambiental de propriedades rurais.

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4089-FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SUB PRODUTOS FLORESTAIS</b>                                     |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 181-GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | COIBIR E CONTROLAR O TRANSPORTE, COMÉRCIO E O ARMAZENAMENTO DOS PRODUTOS E SUB PRODUTOS FLORESTAIS. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | FISCALIZACAO REALIZADA  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Eduardo Rodrigues   |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| ESTADO                 | 60,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>60,00</b> |



## Estado de Mato Grosso

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 60,00                     | 59,00                                | 60,00                      | 100,00  | 101,69   |

### Análise da Meta Física:

Considera-se como produto, nesta ação, cada viagem realizada por equipe de fiscalização. Em cada viagem são realizadas diversas atividades de fiscalização.

Durante 2009 foram realizadas ações de fiscalização de caminhões que resultaram na emissão de 140 autos de infração, totalizando R\$ 1.263.283,76 em multas. No mesmo período, em ações de fiscalização realizadas em madeireiras, foram emitidos 189 autos de infração, resultando na aplicação de R\$ 7.791.217,83 em multas.

Foram fiscalizados os municípios de Alta Floresta, Apiacás, Aripuanã, Brasnorte, Carlinda, Cláudia, Cotriguaçu, Cuiabá, Feliz Natal, Itanhangá, Itaúba, Juara, Juína, Juruena, Marcelândia, Nova Monte Verde, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Pontes e Lacerda, Porto dos Gaúchos, Rondolândia, Rosário Oeste, Santa Carmem, São José do Rio Claro, Sinop, Sorriso, Tabaporã, Terra Nova do Norte, União do Sul, Várzea Grande e Vila Bela da Santíssima Trindade. Durante o ano de 2009 foram executadas 60 ações, o que representa o alcance de 100% da meta física anual.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 240                                  | 199.547,40          | 199.547,40                    | 126.393,31        | 0,59                 | 63,34                                       | 63,34   |
| <b>Total</b>                         | <b>199.547,40</b>   | <b>199.547,40</b>             | <b>126.393,31</b> | <b>0,59</b>          | <b>63,34</b>                                | <b>63,34</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

O índice PPD da ação foi influenciado pela não utilização de saldo destinado à aquisição de peças, despesa sob responsabilidade da Coordenadoria de Apoio Logístico da SEMA. Os valores destinados ao pagamento de aquisição de peças representaram 71,70 % do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009. Já o saldo não utilizado destinado ao pagamento de combustíveis, também sob responsabilidade da Coordenadoria de Apoio Logístico, representou 15,84 % do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009.

Foram remanejados recursos desta ação com o objetivo de viabilizar a aquisição de coturnos para os servidores da Superintendência de Fiscalização. Não foram previstas no PTA 2009 despesas para este fim, pois em 2008 estava em trâmite processo para aquisição de coturnos, que não foi finalizado devido ao recurso apresentado pela empresa licitante, desclassificada no processo licitatório.

### Capacidade de Execução - COFD:

O índice COFD da ação foi altamente influenciado pela não utilização de saldo destinado à aquisição de peças, despesa sob responsabilidade da Coordenadoria de Apoio Logístico. Os valores destinados ao pagamento de aquisição de peças representaram 71,70 % do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009. Já o saldo não utilizado destinado ao pagamento de combustíveis, também sob responsabilidade da Coordenadoria de Apoio Logístico, representou 15,84 % do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009.

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação 4089, que é coibir e controlar o transporte, comércio e o armazenamento dos produtos e sub produtos florestais foi atingido em sua totalidade, não tendo sido influenciado pelos índices PPD e COFD.

O objetivo da ação 4089 está alinhado com o objetivo do programa 181, que é realizar a gestão florestal do Estado para o ordenamento das formações florestais e valorização dos produtos e serviços ambientais do Estado por meio da consolidação da descentralização da gestão florestal pelo licenciamento rural, manejo sustentável de usos múltiplos de florestas nativas e plantadas segundo a lei de política florestal do Estado de Mato Grosso (Lei Complementar nº 233, 21/12/2005).

As ações de fiscalização de comércio e transporte de produtos e sub produtos florestais contribuem para o alcance do objetivo do programa 181.

### Execução Orçamentária e Financeira:



## Estado de Mato Grosso

Dotação Inicial PTA 2009: R\$ 199.547,40; Total das anulações: R\$ 57.995,00; Total das suplementações: R\$ 57.995,00; Saldo após suplementações e anulações: R\$ 199.547,40; Saldo da dotação em 31/12/2009: R\$ 73.153,50.

Para a ação 4089 foram previstas no PTA 2009 despesas totalizando R\$ 199.547,40, destinadas ao pagamento de diárias, aquisição de combustível e peças. De janeiro a dezembro de 2009 foram executados 63,34 % do orçamento anual, incluindo as suplementações e reduções ocorridas ao longo do período. O índice de execução orçamentária da ação foi altamente influenciado pela não utilização de saldo destinado à aquisição de peças, despesa sob responsabilidade da Coordenadoria de Apoio Logístico. Os valores destinados ao pagamento de aquisição de peças representaram 71,70 % do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009. Já o saldo não utilizado destinado ao pagamento de combustíveis, também sob responsabilidade da Coordenadoria de Apoio Logístico, representou 15,84 % do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009.

Foram remanejados recursos desta ação com o objetivo de viabilizar a aquisição de coturnos para os servidores da Superintendência de Fiscalização. Não foram previstas no PTA 2009 despesas para este fim, pois em 2008 estava em trâmite processo para aquisição de coturnos, que não foi finalizado devido ao recurso apresentado pela empresa licitante, desclassificada no processo licitatório.

Dentre as limitações enfrentadas durante a implementação da ação citamos a insuficiência de recursos humanos e de frota de veículos à disposição da Coordenadoria de Fiscalização Florestal e de Unidades de Conservação, para a realização de ações de fiscalização.

O Plano de Trabalho Anual - PTA 2009 foi utilizado como ferramenta gerencial durante a implementação da ação, tendo sido realizadas reuniões periódicas para apuração dos índices de execução e verificação da necessidade de ajustes no planejamento da ação. Durante toda a execução orçamentária e financeira da ação foram priorizadas as despesas que obtivessem a melhor relação custo/benefício, atendendo ao princípio da economicidade.

### **Outros aspectos relevantes:**

### **Recomendações da Unidade responsável pela ação:**





Estado de Mato Grosso

**RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA**

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>Exercício:</b>                   | 2009  |
| <b>Programa:</b>                    | <b>182-GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS</b>  |
| <b>Objetivo Estratégico do PPA:</b> | 08-CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA BIODIVERSIDADE (PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO) USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS ( SOLO, ÁGUA, MINÉRAIS E BIÓTIÇOS EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO) COM DIMINUIÇÃO DAS PRESSÕES ANTRÓPICAS, ESPECIALMENTE SOBR   |
| <b>Tipo de Programa:</b>            | Finalístico   |
| <b>Origem do Programa:</b>          | USO DESORDENADO DOS RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS CUJAS CAUSAS PRINCIPAIS SÃO: A REDUZIDA OPERACIONALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE; A PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE DE QUE A ÁGUA É UM BEM ABUNDANTE E INFINITO; CARÊNCIA DE DADOS SISTEMATIZADOS, DE ESTRUTURA FÍSICA E HUMANA NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS; A DIFICULDADE DE SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE PARA FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS COMITÊS DE BACIAS, COLOCANDO EM RISCO O EQUILÍBRIO SÓCIO-AMBIENTAL, COMPROMETENDO A QUALIDADE E A QUANTIDADE DA ÁGUA, RESTRINGINDO SEU USO. |
| <b>Objetivo do Programa:</b>        | ORDENAR O USO DOS RECURSOS HÍDRICOS COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO COM QUALIDADE AMBIENTAL.  |
| <b>Público Alvo:</b>                | REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, USUARIOS DE AGUA E ORGANIZACOES GOVERNAMENTAIS.   |
| <b>Unidade Resp. Programa:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Gestor(a) do Programa:</b>       | Luiz Henrique Magalhaes Noquelli  |

| INDICADORES  |                          |                   |                   |                  |               |              |               |
|--|--------------------------|-------------------|-------------------|------------------|---------------|--------------|---------------|
| Descrição  | Priodicidade da Apuração | Unidade de Medida | Índice Início PPA | Índice Final PPA | Previsto 2009 | Apurado 2009 | Data Apuração |
| Nº DE POÇOS E IRRIGAÇÕES COM LICENÇAS DE OPERAÇÃO OU CERTIDÃO DE CADASTRO EMITIDAS<br>Fonte: SURH  | Anual                    | UNIDADE           | 2000              | 3200             | 2600          | 713,00       | 31/12/2009    |
| Nº DE ESTAÇÕES DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE E QUANTIDADE DE ÁGUA EM OPERAÇÃO<br>Fonte: SURH       | Anual                    | UNIDADE           | 80                | 120              | 100           | 74,00        | 31/12/2009    |
| NÚMERO DE UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO COM EMISSÃO DE OUTORGA IMPLANTADA<br>Fonte: SURH | Anual                    | UNIDADE           | 0                 | 8                | 4             | 15,00        | 31/12/2009    |
| Nº DE REUNIÕES PARA SENSIBILIZAÇÃO E FOMENTO A ORGANISMOS DE BACIA REALIZADAS<br>Fonte: SURH       | Anual                    | UNIDADE           | 5                 | 20               | 13            | 25,00        | 31/12/2009    |

**Análise de Indicadores do Programa:**

Em relação a emissão de outorga, esta demanda é para todo estado, não sendo possível fazer por unidade de planejamento. Foram emitidas outorga para 15 unidades de planejamento e gerenciamento - UPG, muito além do numero previsto de 04 UPG' s. Os licenciamentos de poços tubulares, foram abaixo do programado em razão da pouca procura para a regularização desses poços. A reuniões foram além do programado devido a demanda crescente da participação da sociedade que se mostrou preocupada com as questões referentes a recursos hídricos. Foram implantados 73 pontos de monitoramento da qualidade de agua da rede basica estadual. Porem foram acrescidos mais 22 pontos de monitoramento quali-quantitativo, em razao da demanda dos projetos AQUABIO e ARPA do Ministerio do Meio Ambiente, totalizando 95 estacoes.

**ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA**

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                     |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado     | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 353.600,00          | 1.306.606,05                  | 1.139.044,50        | 0,00                 | 322,13                                      | 87,18   |
| 109                                  | 2.612.347,75        | 4.939.968,39                  | 1.451.149,65        | 164.528,70           | 55,55                                       | 30,39   |
| 240                                  | 249.971,19          | 309.662,50                    | 181.300,55          | 0,00                 | 72,53                                       | 58,55   |
| <b>Total</b>                         | <b>3.215.918,94</b> | <b>6.556.236,94</b>           | <b>2.771.494,70</b> | <b>164.528,70</b>    | <b>86,18</b>                                | <b>43,36</b>  |



## Estado de Mato Grosso

### Capacidade de Planejamento - PPD:

Neste exercício o programa 0182 de Gestão de Recursos Hídricos, teve um significativo avanço na implementação dos instrumentos de gerenciamento de Recursos Hídricos, principalmente na finalização do Plano Estadual de Recurso Hídricos, a qual foi aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos e divulgado para toda a sociedade matogrossense. Este plano é um plano de governo compreendendo 19 Programas que se desdobram em 40 Projetos a serem executados pelo Estado até o ano de 2027.

Esses projetos visam a recuperação, proteção, conservação dos mananciais de superfície e subterrâneos. Esse plano serve de orientação para todos os integrantes do Sistema Estadual de Recursos Hídricos (órgão gestor/SEMA, CEHIDRO, Comites de Bacias) na implementação de suas ações visando garantir a disponibilidade de qualidade e quantidade das águas para presente e futuras gerações.

Outro importante instrumento de gestão, que é a outorga do direito de uso de recursos hídricos, um instrumento de controle de uso da água nas bacias evitando conflitos futuros e garantindo aos empreendimentos instalados ou a serem implantados água em quantidade e qualidade a seus projetos.

Quanto ao monitoramento da qualidade das águas do estado, foi consolidada e ampliada a Rede Hidrológica Básica, com aumento de demandas externas e realização de campanhas de balneabilidade. Importantes projetos de cunho Nacional (AQUABIO e ARPA) foram iniciados.

Esse maior incremento observado, permitiu ao Laboratório de Monitoramento Ambiental da SEMA atingir as metas físicas estipuladas para o ano de 2009.

As ações 1567 de responsabilidade da METAMAT, não podemos relatar, pois não temos acompanhamento das medidas e tarefas, pois não estão nesta Secretaria.

As realizações de seminários são importantes na implementação da gestão e a superintendência tem conseguido mobilizar a sociedade para participar das questões referentes a recursos hídricos, cumprindo a premissa de ser uma política descentralizada e participativa.

As capacitações realizadas, embora que parcialmente serviram para aprimorar os conhecimentos para desenvolver as atividades da superintendência.

Com a reestruturação do organograma da SEMA as atividades de licenciamento de poços tubulares e sistema de irrigação, passaram a ser de responsabilidade da SUIMIS, mas foram realizadas de forma satisfatória. A exigência de planejamento para regiões não é adequado, pois na realidade essa ação é realizado por demandas.

Quantas questões da fiscalização, foram realizado campanhas de fiscalização integrada (ambiental e de recursos hídricos) nos empreendimentos.

### Capacidade de Execução - COFD:

O desempenho deficiente observado, se deu por não aprovação dos Termos de Referências, de maior aporte de recursos:

- Aquisição e instalação de estações hidrológicas (pluviométricas e fluviométricas) e Operação e manutenção dessas estações, no valor de R\$ 1.355.500,50

Houveram problemas para a aquisição de vários materiais para o Laboratório devido à necessidade de refazer os termos de referência, pois segundo o setor responsável pelas aquisições a junção de vários processos facilitaria o processo de aquisições e/ou licitação. Também é importante reportar que alguns processos tiveram a licitação "fracassada" havendo a necessidade de dar início a outro processo, o que tornou moroso e até impossibilitou a aquisição de muitos itens necessários ao laboratório, tais como reagentes, vidrarias, padrões, etc.

Em relação a reforma do laboratório, não foi possível a elaboração de um projeto que é necessário para a formulação do Termo de Referência. Demandamos várias vezes para o setor competente não fomos atendidos. Com relação à contratação de consultoria, o processo tramitou por vários setores e ficou estagnado na Casa Civil, da qual não tivemos resposta positiva nem negativa até o momento.

### Execução:

Observando o PPD e COFD pode -se dizer que o planejamento é feito, mas muitas vezes não se executa em razão dos entraves burocráticos e administrativos, tais como: não aprovação dos TR em tempo hábil, pregão para aquisições de materiais e equipamentos muitas vezes fracassados.

### Resultados:

Neste exercício o Programa avançou consideravelmente na gestão de recursos hídricos, sendo efetivados dois dos cinco instrumentos de gestão: a Outorga e o Plano Estadual:

A Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, foi sendo incorporada a outorga de captação pela estrutura da SEMA onde antecede o licenciamento ambiental, e também a implantação da outorga para diluição de efluentes, onde ambas fazem parte do Sistema de Informação, desenvolvido para controlar as outorgas de captação, diluição e captações de usos insignificantes, podendo o empreendedor realizar simulação da disponibilidade hídrica local.

A finalização do Plano Estadual de Recursos Hídricos PERH, norteando as ações de governo quanto à disponibilidade e demanda hídrica, tanto em relação à qualidade como quantidade, construído de forma descentralizada, integrada e participativa.

Nossas outras atividades: licenciamento, monitoramento, fiscalização, comitês de bacias e a sistematização das informações hídricas entre outras, ocorreram de forma mais acanhada, em função, muitas vezes, da morosidade na tramitação dos processos encaminhados a SAD para licitação, como também o quadro funcional muito aquém das nossas responsabilidades/atribuições/necessidades, e da problemática de disponibilidade de veículos, essenciais para um efetivo trabalho de campo.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos CEHIDRO, um dos componentes do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, tem trabalhado efetivamente em conjunto com esta Superintendência, no sentido de discutir, implantar e efetivar a política das águas no Estado, com intensa participação tanto na plenária como nas câmaras técnicas, instâncias criadas para este objetivo.

As parcerias firmadas com a Agência Nacional de Águas ANA, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano SRHU do Ministério do Meio Ambiente MMA, Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, Companhia Pesquisa e Recursos Minerais CPRM entre outras, geraram trabalhos em conjunto, integrando as políticas federal e estadual, respeitando a especificidade de cada ente da federação, reduzindo custos e ampliando informações.

Para que tenhamos um maior êxito na gestão das águas, possibilitando trabalhar de forma preventiva, evitando conflitos futuros em relação à qualidade e quantidade dos recursos hídricos, faz-se necessário que a política das águas seja encarada com seriedade e que o plano estadual de recursos hídricos seja realmente um plano de governo.

### Principais restrições e providências adotadas:

Burocracias nas tramitações dos processos de aquisições e serviços, principalmente quando é necessário inclusão de outras secretarias de estado (Infraestrutura) nas realizações dos pregões pela SAD.

Quadro técnicos insuficiente para atendimento de todas demandas da superintendência;

Ações do programa realizados por outras instituições (METAMAT), dificultando o acompanhamento das tarefas;

Compatibilizar o desembolso de diárias com passagem aéreas, pois muitas vezes é aprovado as diárias e não as passagem aéreas.

### Outros aspectos relevantes:



## **Estado de Mato Grosso**

Foram possíveis adquirir equipamentos para o laboratório, computadores, aprovar o Plano Estadual de Recurso Hídricos, consolidar o Sistema de Outorga de forma integrada com o licenciamento ambiental, capacitar técnicos para gestão de recursos hídricos. Foram fomentados a criação de comitês de bacias. O Conselho de recursos Hídricos aprovou resoluções importantes para a gestão de recursos hídricos; O Seminário realizado teve grande participação de toda sociedade;

### **Outros produtos entregues:**

### **Recomendações da Unidade responsável pelo programa:**

Recomendamos:

- aumento de números de técnicos para esta superintendência;
- celeridade nos trâmites de solicitações de aquisições e serviços;
- compatibilidade das ações de planejamento com a execução;
- fazer valer o PTA.;



Estado de Mato Grosso

**Avaliação das Ações do Programa**

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>1567-IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE AQUÍFEROS E RECURSOS MINERAIS</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 182-GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>17501-Companhia Matogrossense de Mineração</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | DAR SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO EM ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E PERFURAR POÇOS TUBULARES PROFUNDOS PARA ATENDER AS COMUNIDADES CARENTES EM ÁGUA POTÁVEL E GERAR BANCO DE DADOS PARA A CONFECÇÃO DO MAPA HIDROGEOLOGICO. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | POÇO TUBULAR PROFUNDO PERFURADO   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Wilson Menezes Coutinho   |

**META FÍSICA**

| Região de PLanejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| REGIAO I - NOROESTE I  | 5,00         |
| REGIAO III - NORDESTE  | 1,00         |
| REGIAO IV - LESTE      | 1,00         |
| REGIAO VI - SUL        | 18,00        |
| REGIAO VII - SUDOESTE  | 9,00         |
| <b>Total:</b>          | <b>34,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 15,00                     | 28,00                                | 34,00                      | 226,67  | 121,43   |

**Análise da Meta Física:**

A meta fisica prevista foi definida em função do recurso orçamentário inicialmente autorizado na LOA, porém foi extrapolada devido a crescente demanda, que só foi possível atende-la mediante suplementações nas fontes 100 e 109 neste projeto.

**ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO**

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                     |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado     | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 0,00                | 953.006,05                    | 953.006,05          | 0,00                 | 0,00  | 100,00  |
| 109                                  | 616.029,00          | 707.521,20                    | 130.677,07          | 164.528,70           | 21,21                                       | 24,07   |
| <b>Total</b>                         | <b>616.029,00</b>   | <b>1.660.527,25</b>           | <b>1.083.683,12</b> | <b>164.528,70</b>    | <b>175,91</b>                               | <b>72,44</b>  |

**Capacidade de Planejamento - PPD:**

Ao analisar o total empenhado em relação ao orçamento inicial, verifica-se que o resultado foi altamente deficiente pelos seguintes motivos:

- 1 - Ao elaborar o orçamento não foi previsto recurso da fonte 100 - recurso do Tesouro do Estado
- 2 - Os recursos da fonte 109, são compartilhados entre os Órgãos (SICME/METAMAT/SEMA), por isso essa fonte passou a ser repassada pela SEFAZ, que estabeleceu o teto orçamentário para cada órgão. O valor tocante a Metamat representa a segunda maior fonte de recurso da empresa, cujo o total é rateado entre 12 projetos. Desta forma é insuficiente para atender toda a demanda dos projetos/atividades da companhia, sem que sejam suplementados.

**Capacidade de Execução - COFD:**

Após crédito adicional suplementando as fontes 100 e 109, embora tenha apresentado um desempenho regular foi possível atender as demandas do projeto na sua totalidade, superando as expectativas inicialmente previstas.

**Alcance do Objetivo Específico:**



## **Estado de Mato Grosso**

Mesmo que as análises anteriores (PPD e COFD) apresentaram respectivamente resultados altamente deficientes e regular, isso não impediu o alcance dos objetos do programa, bem como deste projeto.

### **Execução Orçamentária e Financeira:**

A execução orçamentária em relação às dotações autorizadas na LOA apresentaram resultados altamente deficientes e regular, mas houve compatibilidade com o fluxo de recursos financeiros, possibilitando a execução física das ações propostas no PTA/2009, conforme segue: No ano de 2009 foram perfurados mais 34 poços tubulares profundos, beneficiando 1.948 (um mil novecentos e quarenta e oito) famílias em várias regiões do Estado, sendo que no município de Cuiabá foi perfurado um Poço Piezômetro para estudos de vazão e recarga.

### **Outros aspectos relevantes:**

Os poços perfurados além de beneficiar famílias e comunidades, fornecem dados que possibilitam informações importantes do aquífero que servirão de subsídios à elaboração dos Mapas Hidrogeológicos das regiões beneficiadas.

### **Recomendações da Unidade responsável pela ação:**



## Estado de Mato Grosso

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>2356-LICENCIAMENTO DE POÇOS TUBULARES E SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO</b> |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 182-GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS                                      |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>                   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | LICENCIAR POÇOS TUBULARES E SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO                    |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | LICENÇAS EMITIDAS  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Nedio Carlos Pinheiro  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta          |
|------------------------|---------------|
| ESTADO                 | 713,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>713,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 600,00                    | 600,00                               | 713,00                     | 118,83  | 118,83   |

#### Análise da Meta Física:

Nesta ação foram realizados licenciamento de poços tubulares e licenças para sistema de irrigação do estado. Foram emitidas 709 Licenças de poços tubulares e 04 Licenças de Sistema de irrigação. Foram adquiridos 03 notebooks, 02 datashows e 04 máquinas fotográficas.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                  |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado  | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 20.000,00           | 20.000,00                     | 19.864,38        | 0,00                 | 99,32                                       | 99,32   |
| <b>Total</b>                         | <b>20.000,00</b>    | <b>20.000,00</b>              | <b>19.864,38</b> | <b>0,00</b>          | <b>99,32</b>                                | <b>99,32</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

Esta ação é basicamente a análise de processo de solicitação de licença ambiental para poço tubular e sistema de irrigação, para posterior emissão das licenças solicitadas.

É uma demanda de todo estado, e não houveram necessidades de vistoria in loco. E os recursos foram utilizados para aquisição de equipamentos para o setor.

Foram emitidas:

709 Licenças de Poços Tubulares

04 Licenças de Sistema de Irrigação

#### Capacidade de Execução - COFD:

O desempenho do COFD foi ótimo, pois o pouco recurso alocado foi direcionado a compra de equipamentos.

#### Alcance do Objetivo Específico:

Como esta ação restringe a análise de solicitação de licenciamento para poço tubular e de sistema de irrigação e não houveram necessidades de vistoria "in loco", todo recurso foi utilizado para compra de equipamentos.

Os objetivos não foram na totalidade alcançados porque dependem de uma demanda externa.

#### Execução Orçamentária e Financeira:

O desempenho foi ótimo, pois o pouco recurso alocado foi direcionado a compra de equipamentos para estruturar a SUIMIS.

#### Outros aspectos relevantes:

#### Recomendações da Unidade responsável pela ação:



## Estado de Mato Grosso

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>2357-FISCALIZACAO DE EMPREENDIMENTOS USUARIOS DE AGUA</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 182-GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | VERIFICAR O CUMPRIMENTO DA LEGISLACAO AMBIENTAL REFERENTE A RECURSOS HIDRICOS POR PARTE DOS EMPREENDIMENTOS. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | FISCALIZACAO REALIZADA   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Celio Nogueira Cunha   |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento    | Meta          |
|---------------------------|---------------|
| REGIAO I - NOROESTE I     | 14,00         |
| REGIAO II - NORTE         | 15,00         |
| REGIAO III - NORDESTE     | 14,00         |
| REGIAO IV - LESTE         | 16,00         |
| REGIAO V - SUDESTE        | 197,00        |
| REGIAO VI - SUL           | 134,00        |
| REGIAO VII - SUDOESTE     | 14,00         |
| REGIAO VIII - OESTE       | 15,00         |
| REGIAO IX - CENTRO OESTE  | 14,00         |
| REGIAO X - CENTRO         | 196,00        |
| REGIAO XI - NOROESTE II   | 13,00         |
| REGIAO XII - CENTRO NORTE | 15,00         |
| <b>Total:</b>             | <b>657,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1.000,00                  | 1.000,00                             | 657,00                     | 65,70   | 65,70  |

#### Análise da Meta Física:

Considera-se como produto, nesta ação, cada empreendimento fiscalizado.

Em 2009 foram fiscalizados empreendimentos nos municípios de Arenópolis, Pontes e Lacerda, Rondonópolis, Lucas do Rio Verde, Nova Xavantina, Barra do Bugres, Juara, Porto Estrela, Porto dos Gaúchos, Nova Mutum, Cocalinho, Juscimeira, Jaciara, Querência, Ribeirão Cascalheira, Primavera do Leste, Várzea Grande, Cuiabá, Diamantino, Juína, Campo Verde, Vila Rica, Alto Araguaia, Acorizal, Nova Mutum, Santo Antônio do Leverger, Chapada dos Guimarães, Rondolândia, Vila Bela, Vila Rica, Nova Maringá, São José do Rio Claro, Poconé e Rosário Oeste, tendo sido emitidos 413 notificações, 502 autos de inspeção, 161 termos de embargo, 250 autos de infração e 03 termos de apreensão, resultando na aplicação de R\$ 31.016.500,00 em multas.

Em 2009 foram executadas 657 ações, o que representa o alcance de 65,70 % da meta anual prevista. Por ocasião da próxima revisão do plano plurianual a meta física da ação 2357 será revisada.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                  |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado  | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 109                                  | 150.000,00          | 150.000,00                    | 92.862,31        | 0,00                 | 61,91                                       | 61,91   |
| <b>Total</b>                         | <b>150.000,00</b>   | <b>150.000,00</b>             | <b>92.862,31</b> | <b>0,00</b>          | <b>61,91</b>                                | <b>61,91</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:



## Estado de Mato Grosso

A previsão do orçamento da ação 2357 no processo do PTA foi realizada corretamente.

A insuficiência financeira da fonte 109, verificada no último quadrimestre de 2009, influenciou altamente o índice PPD da ação. O saldo orçamentário da fonte 109, que não pôde ser utilizado devido à sua insuficiência financeira, representou 100 % do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009.

Foi realizado remanejamento de recursos para viabilizar a aquisição de notebooks, pois durante a elaboração do PTA 2009 não foram previstas despesas com este fim, uma vez que estava em trâmite processo para aquisição de notebooks, que não foi concluído, em virtude da não finalização do Registro de Preço realizado pela Secretaria de Estado de Administração.

Foi elaborado termo de referência para contratação de curso através de aquisição direta, utilizando recursos previstos nesta ação. No entanto, havia outros processos de outros setores da SEMA com o mesmo objeto, e as despesas previstas somadas ultrapassaram o limite legal para a aquisição direta do serviço, e não houve tempo hábil para realização do procedimento licitatório (pregão).

Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados.

### Capacidade de Execução - COFD:

De janeiro a dezembro de 2009 foram executados 61,91 % do orçamento anual previsto para esta ação, incluindo as suplementações e reduções ocorridas ao longo do período.

A insuficiência financeira da fonte 109, verificada no último quadrimestre de 2009, influenciou altamente o índice COFD da ação. O saldo orçamentário da fonte 109, que não pôde ser utilizado devido à sua insuficiência financeira, representou 100 % do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009.

Foi elaborado termo de referência para contratação de curso através de aquisição direta, utilizando recursos previstos nesta ação. No entanto, havia outros processos de outros setores da SEMA com o mesmo objeto, e as despesas previstas somadas ultrapassaram o limite legal para a aquisição direta do serviço, e não houve tempo hábil para realização do procedimento licitatório (pregão).

Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados.

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação, que é verificar o cumprimento da legislação ambiental referente a recursos hídricos por parte dos empreendimentos, foi atingido, não tendo sido influenciado pelos índices PPD e COFD.

O objetivo da ação 2357 está alinhado com o objetivo do programa 182, que é ordenar o uso dos recursos hídricos com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental. As ações de fiscalização de empreendimentos usuários de água contribuem para o alcance do objetivo do programa 182.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Dotação Inicial PTA 2009: R\$ 150.000,00; Total das anulações: R\$ 70.000,00; Total das suplementações: R\$ 70.000,00; Saldo após suplementações e anulações: R\$ 150.000,00; Saldo da dotação em 31/12/2009: R\$ 57.137,69.

Para a ação 2357 foram previstas no PTA 2009 despesas totalizando R\$ 150.000,00, destinadas ao pagamento de diárias e realização de capacitação. De janeiro a dezembro de 2009 foram executados 61,91 % do orçamento anual previsto para esta ação, incluindo as suplementações e reduções ocorridas ao longo do período.

A insuficiência financeira da fonte 109, verificada no último quadrimestre de 2009, influenciou altamente o índice de execução orçamentária da ação. O saldo orçamentário da fonte 109, que não pôde ser utilizado devido à sua insuficiência financeira, representou 100 % do saldo orçamentário não empenhado total da ação em 31/12/2009.

Foi realizado remanejamento de recursos para viabilizar a aquisição de notebooks, pois durante a elaboração do PTA 2009 não foram previstas despesas com este fim, uma vez que estava em trâmite processo para aquisição de notebooks, que não foi concluído, em virtude da não finalização do Registro de Preço realizado pela Secretaria de Estado de Administração. Com os recursos remanejados foram adquiridos vinte notebooks, que estão sendo utilizados pelos servidores da SUF em atividades de fiscalização.

A pedido da Superintendência de Educação Ambiental da SEMA foram disponibilizados recursos desta ação para viabilizar a realização da Semana Estadual do Meio Ambiente.

Foi elaborado termo de referência para contratação de curso através de aquisição direta, utilizando recursos previstos nesta ação. No entanto, havia outros processos de outros setores da SEMA com o mesmo objeto, e as despesas previstas somadas ultrapassaram o limite legal para a aquisição direta do serviço, e não houve tempo hábil para realização do procedimento licitatório (pregão).

Convém salientar que quando são realizadas fiscalizações de empreendimentos, utilizando recursos da ação 4082 (Fiscalização das Atividades Poluidoras), também são vistoriados empreendimentos usuários de água.

Dentre as limitações enfrentadas durante a implementação da ação citamos a insuficiência de recursos humanos e de frota de veículos à disposição da Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos para a realização de ações de fiscalização.

O Plano de Trabalho Anual - PTA 2009 foi utilizado como ferramenta gerencial durante a implementação da ação, tendo sido realizadas reuniões periódicas para apuração dos índices de execução e verificação da necessidade de ajustes no planejamento da ação. Durante toda a execução orçamentária e financeira da ação foram priorizadas as despesas que obtivessem a melhor relação custo/benefício, atendendo ao princípio da economicidade.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                             |   |
|-----------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                | <b>2358-MONITORAMENTO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DE AGUA</b> |
| <b>Programa de Governo:</b> | 182-GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS                             |
| <b>Exercício:</b>           | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>        | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b> | 27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente                 |





## Estado de Mato Grosso

**Objetivo Específico:** DISPONIBILIZAR INFORMACOES DE QUALIDADE E QUANTIDADE DOS RECURSOS HIDRICOS.

**Descrição da Meta Física:** AMOSTRAS ANALISADAS

**Unidade de Medida:** UNIDADE

**Responsável pela Ação:** Adelia Alves De Araujo

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta          |
|------------------------|---------------|
| ESTADO                 | 543,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>543,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 330,00                    | 330,00                               | 543,00                     | 164,55  | 164,55   |

### Análise da Meta Física:

Devido à consolidação da Rede Hidrológica Básica, o aumento de demandas externas, a realização de campanhas de balneabilidade e o início dos trabalhos com os projeto de cunho nacional AQUABIO e ARPA, o total de amostras analisadas sofreu um incremento bem maior que o esperado, mas possível de ser atendido pelo Laboratório de Monitoramento Ambiental. Graças a todos estes fatores e a uma execução razoável do ponto de vista do planejamento foi possível atingir as metas físicas estipuladas para o ano de 2009.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 33.600,00           | 33.600,00                     | 10.000,00         | 0,00                 | 29,76                                       | 29,76   |
| 109                                  | 634.900,00          | 2.865.028,44                  | 514.980,15        | 0,00                 | 81,11                                       | 17,97   |
| 240                                  | 80.300,00           | 109.991,31                    | 40.698,46         | 0,00                 | 50,68                                       | 37,00   |
| <b>Total</b>                         | <b>748.800,00</b>   | <b>3.008.619,75</b>           | <b>565.678,61</b> | <b>0,00</b>          | <b>75,54</b>                                | <b>18,80</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

Com relação à aquisição de material de consumo para laboratório, material permanente e contratação de serviços, os respectivos termos de referência foram elaborados e os produtos e/ou serviços adquiridos. Não puderam ser contratados, devidos a problemas internos do órgão e contingenciamento de recursos o serviço de reforma no laboratório, a consultoria para implementação do sistema de qualidade laboratorial. A aquisição de placas informativas para locais impróprios para banho (balneabilidade) não pode ser concluída devido a problemas burocráticos que ocorreram no processo de aquisição.

### Capacidade de Execução - COFD:

Nesta ação grande parte dos resultados negativos advém da suplementação que ocorreu na medida 01 para a aquisição de estações hidrológicas automáticas para instalação em rios de todo o estado (no montante de cerca de 2 milhões de reais). O processo de aquisição teve várias exigências e problemas que não puderam ser resolvidos em tempo hábil para a realização da licitação. A demora na análise de alguns termos de referência e problemas burocráticos diversos atrasou em muito a aquisição de produtos e serviços, sendo que muito do que foi empenhado não foi possível ser pago ainda em 2009, sendo deixado como restos a pagar em 2010. A medida 3 não pôde ser executada devido à vários problemas. Na questão da reforma do laboratório, não foi possível a elaboração de um projeto que é necessário para a formulação do Termo de Referência. Demandamos várias vezes para o setor competente não fomos atendidos. Com relação à contratação de consultoria, o processo tramitou por vários setores e ficou estagnado na Casa Civil, da qual não tivemos resposta positiva nem negativa até o momento.

### Alcance do Objetivo Específico:



## Estado de Mato Grosso

Não foi possível alcançar os objetivos específicos da medida 1, como já foi explicado anteriormente.

A execução física da medida 2 ficou muito prejudicada devido a alguns itens de material de consumo que não foram adquiridos, sendo necessário adotar outras estratégias (por exemplo, realização de parcerias com outras instituições) e até mesmo a impossibilidade de se analisar alguns parâmetros. Mas mesmo com estes percalços foi possível cumprir a meta física.

Devido à burocracia no processo de aquisição, muitos equipamentos adquiridos só poderão contribuir na execução física a partir do exercício de 2010.

A manutenção dos equipamentos é essencial para o bom andamento das atividades e para atendimento das exigências legais das normas ambientais. A impossibilidade de manutenção de alguns equipamentos devido a entraves burocráticos ocasionou sérios transtornos (até o momento contornáveis) para a execução da meta física, tais como não atendimento às exigências de calibração e manutenção dos órgãos metrológicos (INMETRO) e às exigências analíticas das resoluções CONAMA.

A execução física da medida 3 depende do serviço de consultoria de empresas especializadas em certificação ISO 17025, para avaliação das atuais condições do laboratório e para definir diretrizes que deverão ser seguidas pela equipe do laboratório visando a acreditação dos parâmetros analíticos junto ao INMETRO. Como a consultoria não pôde ser realizada (devido a alguns fatores), a execução física desta tarefa ficou comprometida.

Com relação à publicação dos relatórios de monitoramento, mesmo com a confecção de todos os relatórios em meio digital, o conteúdo dos mesmos não pôde ser impresso e nem distribuído pela internet, portanto a execução física desta tarefa ficou comprometida.

A execução física da medida 4 foi realizada com êxito. O atendimento a solicitações a demandas internas e externas aumentou substancialmente em relação a 2008, para praticamente todos os segmentos (MPE, Superintendências SEMA, Unidades Desconcentradas SEMA, POLITEC, SES, Prefeituras, etc.)

### Execução Orçamentária e Financeira:

Houve problemas para a aquisição de vários materiais para o Laboratório devido à necessidade de refazer os termos de referência, pois segundo o setor responsável pelas aquisições a junção de vários processos facilitaria o processo de aquisições e/ou licitação. Também é importante reportar que alguns processos tiveram a licitação "fracassada" havendo a necessidade de dar início a outro processo, o que tornou moroso e até impossibilitou a aquisição de muitos itens necessários ao laboratório, tais como reagentes, vidrarias, padrões, etc. A existência de um saldo em algumas medidas deve-se à economia obtida nos processos licitatórios e também devido o processo de aquisição do cromatógrafo gasoso (R\$ 174.900,00) que foi deixado como restos a pagar em 2010. Os valores estimados compreendiam aproximadamente o valor total.

Outros termos de referência tiveram problemas com relação à contratação de serviços, alguns por exigirem a execução por empresas especializadas inexistentes no estado, tiveram processo licitatório fracassado e portanto iniciaram-se novos processos para contratação dos serviços. Outros termos, por se tratarem de serviços de manutenção especializados, nos quais somente o fabricante realiza a manutenção e ou calibração, tiveram que ser feitos na modalidade de inexigibilidade de licitação. Nestes casos devido à burocracia para a análise dos processos, alguns foram liberados apenas próximo ao término do exercício 2009 (apesar de terem sido protocolados no início do exercício 2009) e outros processos ainda estavam sob análise no término do exercício.

Para a impressão de relatórios de monitoramento, foram disponibilizados o montante contido na respectiva medida para a Superintendência montar um TR contendo todos os relatórios a serem impressos por todas as coordenadorias. Mas, pelo 2º ano consecutivo, devido aos entraves burocráticos, principalmente na IOMAT, os relatórios não puderam ser impressos até o término do exercício.

Devido à solicitações internas, foi necessário o pagamento de análises que foram realizadas em outros laboratórios. Estes serviços são necessários devido à impossibilidade de análises de alguns parâmetros físicos, químicos e/ou microbiológicos no Laboratório da SEMA, parâmetros esses necessários para se obter uma melhor resposta da amostragem frente a um possível efeito de poluição por empreendimentos.

Foram utilizados adiantamentos para aquisição de materiais de consumo que eram necessários no laboratório com urgência. Com relação ao combustível, aquisição de peças e locação de veículos, as quantias foram disponibilizadas ao Núcleo Sistemático, para utilização.

Segundo informação do setor responsável, Coordenadoria de Apoio Logístico, a quantia designada para pagamento do coffee-break em uma medida foi gasto para locação de veículo. Apesar de ter sido utilizado serviço de locação de ônibus, o mesmo não foi debitado desta fonte.

### Outros aspectos relevantes:

Dentre as mudanças positivas, pode-se dizer que em 2009 foi possível a aquisição de vários equipamentos importantes para o Laboratório, como Computadores, Ar condicionados, Turbidímetro, pHmetro, entre outros. A aquisição do Cromatógrafo Gasoso acoplado a Espectrômetro de Massas vem complementar as expectativas de expandir a área de atuação do Laboratório e iniciar os trabalhos com análises de solos. Também foi positivo a aquisição de kits analíticos, que permitiram uma melhoria na precisão dos resultados analíticos relativos à medição de matéria orgânica. A aquisição dos primeiros equipamentos e materiais para a realização de medições de vazão também merece ser citada. O pagamento de análises também foi um fator positivo, para melhorar a resposta dos laudos analíticos frente as necessidades dos setores.

Dentre os aspectos negativos, a grande dificuldade para se contratar serviços de manutenção e calibração de equipamentos, que são essenciais para o funcionamento do laboratório. O trâmite dos processos de aquisição demora tanto que muitos documentos que as empresas mandam "vencem" e tem que ser solicitados novamente. Uma empresa chegou a enviar documentos que eram solicitados para substituição mais de 4 vezes. A cotação de preços pela SAD encontram valores muito diferentes da cotação realizada pela equipe do laboratório (quase sempre o dobro do preço) e solicitam que o valor tem que ser suplementado antes da licitação (sendo que muitas vezes, a suplementação nem era necessária).

As perspectivas para 2010 para a CMQA e GLE são:

- Iniciar o processo de acreditação do laboratório;
- Aumentar o número de estações de monitoramento da Rede Hidrológica Básica;
- Aumentar o número de estações de monitoramento da balneabilidade;
- Adequar a estrutura física do laboratório;

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:



## Estado de Mato Grosso

- O processo de aquisições no geral tem que sofrer uma padronização geral e uma reformulação. A todo o momento é publicada uma nova portaria que normatiza o procedimento, mas o resultado é somente mais um campo, mais um procedimento, mais um trabalho que deve ser executado pela área fim para adquirir o produto, o que torna o processo cada vez mais burocrático e demorado. Se comparar os termos de referência ano a ano, a cada ano são mais campos exigidos a serem preenchidos e mais procedimentos a serem executados para se efetuar uma aquisição, o que aumenta a dificuldade para se adquirir um produto.
- O procedimento de impressão pela IOMAT também tem que ser melhorado. A IOMAT demora muito para responder se pode imprimir um material gráfico importante para divulgar os trabalhos executados pela SEMA.
- O controle do planejamento deve ser melhorado, pois o QDD é informado por ação e por região, se confundidos os valores entre as medidas e as tarefas, o que dificulta e muito o acompanhamento do planejamento executado. Se vários setores compartilharem tarefas na mesma medida, a possibilidade de um setor ocupar o montante reservado a outra tarefa é grande, pois não há um acompanhamento com esse nível de detalhe.

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4057-INSTRUMENTALIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS</b>  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 182-GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | 27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | IMPLANTAR E OPERACIONALIZAR OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO: PLANO ESTADUAL, SISTEMA DE INFORMAÇÃO, OUTORGA E ENQUADRAMENTO POR UPG - UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO HÍDRICO. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | UPG'S - UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO HÍDRICO INSTRUMENTALIZADAS   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Nedio Carlos Pinheiro  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| REGIAO VI - SUL        | 3,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>3,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 4,00                      | 3,00                                 | 3,00                       | 75,00   | 100,00   |

### Análise da Meta Física:

Foram implementados os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos: a Outorga de direito de uso de água, para captação e diluição, sendo protocolados 73 solicitações de outorga e emitidos 42 outorgas, 06 Certidão de Outorga e 04 Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica.

Foi implantado o Sistema Computacional de apoio a tomada de decisão, sobre outorga de água (captação e diluição);

Foi sistematizado os dados sobre recursos hídricos dos processos de licenciamento ambiental para o cadastro no SIMLAM;

Foram publicados os seguintes documentos: Plano Estadual de Recursos Hídricos, Conjunto de Normas Legais sobre Recursos Hídricos de Mato Grosso e Livro "Governança Pública da Águas (em parceria com o Fórum Nacional dos Órgãos Gestores das Águas).

Outras tarefas previstas no PTA não foram realizadas em razão de impedimentos administrativos, como: não autorização de aquisição de estações hidrométricas, que são necessárias para produzir dados para o efetivar o enquadramento.

Quanto ao plano de bacia foi feito uma reavaliação técnica e financeira, onde optou-se para realizar no ano de 2010.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 109.834,62          | 109.834,62                    | 38.746,24         | 0,00                 | 35,28                                       | 35,28   |
| 109                                  | 458.085,45          | 458.085,45                    | 184.092,90        | 0,00                 | 40,19                                       | 40,19   |
| <b>Total</b>                         | <b>567.920,07</b>   | <b>567.920,07</b>             | <b>222.839,14</b> | <b>0,00</b>          | <b>39,24</b>                                | <b>39,24</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

A justificativa se dá em razão da não elaboração do Plano de Recursos Hídricos na bacia do São Lourenço que era o maior aporte de recurso nesta ação, bem como a não execução dos Estudos Hidrogeológicos de MT, uma parceria com a CPRM, que não foi efetivado devido aos entraves administrativos entre as partes quando na celebração do termo de cooperação técnica.

### Capacidade de Execução - COFD:



## Estado de Mato Grosso

A não realização na totalidade, se deram em razão da não efetivação da parceria SEMA e CPRM e da mudança de estratégia na execução do plano de bacia que deverá ser realizado no ano seguinte (2010).

### Alcance do Objetivo Específico:

O Objetivo não foi alcançado na sua totalidade e portanto insatisfatório em razão de não realização de algumas tarefas previstas inicialmente tais como execução do plano de bacia do rio São Lourenço e estudo hidrogeológico de Mato Grosso. No entanto, pode-se destacar um grande avanço na implementação do sistema de controle computacional, do plano de recursos hídricos e outorga de águas para o Estado de Mato Grosso.

### Execução Orçamentária e Financeira:

O Plano de bacia do rio São Lourenço não foi executado em função da priorização da finalização do Plano Estadual de Recursos Hídricos, financiados pelo Ministério do Meio Ambiente. A Ação de Estudo Hidrogeológico do Estado não foi executado em função da não celebração do termo de Cooperação Técnica com a Companhia Nacional de Pesquisas Minerais - CPRM e a SEMA, por questões jurídicas.

### Outros aspectos relevantes:

A Integração do licenciamento ambiental com recursos hídricos no SIMLAM possibilitou uma maior capacidade na análise técnica nos processos, favorecendo a agilidade nos procedimentos de outorga.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Recomenda-se a ampliação do quadro de servidores da superintendência de recursos hídricos.

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4058-FORTEALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS</b>                           |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 182-GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | APOIAR ORGÃO COORDENADOR/GESTOR, COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA E O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | EVENTO REALIZADO  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Nedio Carlos Pinheiro   |

### META FÍSICA

| Região de Planejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| REGIAO VI - SUL        | 25,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>25,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 25,00                     | 10,00                                | 25,00                      | 100,00  | 250,00   |

### Análise da Meta Física:

O fortalecimento do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, consiste no fortalecimento da SEMA, como órgão coordenador/gestor da Política de Recursos Hídricos no Estado, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia Hidrográfica, para isto foram realizados várias ações:

- O CEHIDRO, realizou 06 reuniões ordinárias e 03 reuniões extraordinárias, 02 reuniões da Câmara técnica de acompanhamento do plano 01 reunião da câmara técnica de barragem e 03 reuniões da câmara técnica de águas subterrâneas. As principais deliberações (resoluções e moções) do CEHIDRO poder ser encontrados no site da SEMA e IOMAT;
- Realização do 1º Diálogo das águas de Mato Grosso na UPG P5;
- Participação em 05 reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- Participação em 03 reuniões do Colegiado dos órgãos Gestores de Recursos Hídricos;
- Participação em 05 reuniões da câmara Técnica de águas Subterrâneas do CNRH;
- Participação do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas;
- Participação em 01 reunião na Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano/MMA, para o detalhamento do Programa XI do Plano Nacional de Recursos Hídricos que dispõe sobre o Pantanal e áreas úmidas do país;
- Participação do 1º Encontro do Coletivo Jovem do Meio Ambiente em Juína;
- Participação em reuniões do Comitê de Bacia Hidrográficas do Ribeirão Sapé e Várzea Grandes;
- Realização de Seminário Regional de Recursos Hídricos em Aripuanã;
- Realização de IX Seminário Estadual de Recursos Hídricos em Cuiabá



## Estado de Mato Grosso

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 182.165,38          | 182.165,38                    | 117.427,83        | 0,00                 | 64,46                                       | 64,46   |
| 109                                  | 723.333,30          | 723.333,30                    | 503.617,22        | 0,00                 | 69,62                                       | 69,62   |
| 240                                  | 155.671,19          | 185.671,19                    | 134.827,09        | 0,00                 | 86,61                                       | 72,62   |
| <b>Total</b>                         | <b>1.061.169,87</b> | <b>1.091.169,87</b>           | <b>755.872,14</b> | <b>0,00</b>          | <b>71,23</b>                                | <b>69,27</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

Dentro desta ação os recursos alocados na sua maioria foi repassado ao Setor Administrativo da SEMA, que é responsável pela contratação de eventos, serviços de manutenção de veículos ,combustível, bem como locação de veículos, vans, passagens aérea.

#### Capacidade de Execução - COFD:

A capacidade de execução dos recursos alocados para o setor administrativo, tais como locação e manutenção de veículos, aquisições de peças, combustíveis, locação de salas, de impressoras, serviço de taxi, serviços gráficos, cooffe break, não temos como acompanhar a execução da tarefa.

#### Alcance do Objetivo Específico:

Os desempenho do PPD e COFD, mostraram regular devido a não utilização de todo recurso planejado.

#### Execução Orçamentária e Financeira:

Os objetivos específicos foram alcançados dentro do planejado.

#### Outros aspectos relevantes:

Os eventos realizados serviram para fortalecer o Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos, pois houveram participação da sociedade nas discussões referente a implementação do instrumentos de gestão de forma descentralizada.

Importantes Resoluções foram criadas tais como:

- Estabelecimento de critérios técnicos para diluição de efluentes;
- Estabelecimentos de critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga de captação superficial;
- Suspensão temporaria de perfurações de poços tubulares onde ocorre artesianismo;
- Aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

#### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Manter esta ação: fortalecimento do sistema de gestão de recursos hídricos, necessário para a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos , devendo ocorrer de forma descentralizada. integrada e participativa

#### Ação: 4059-CAPACITAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS

Programa de Governo: 182-GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS

Exercício: 2009

Tipo de Ação: Atividade

Unidade Responsável: 27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Objetivo Específico: CAPACITAR A EQUIPE DA SURH COM CONHECIMENTOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS PARA ATUAR NO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO, ATRAVÉS DE CURSOS, TREINAMENTOS, OFICINAS, VISITAS TÉCNICAS, SEMINÁRIOS, WORKSHOP, ETC.

Descrição da Meta Física: PESSOA CAPACITADA

Unidade de Medida: PESSOA

Responsável pela Ação: Nedio Carlos Pinheiro

#### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| REGIAO VI - SUL        | 22,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>22,00</b> |



## Estado de Mato Grosso

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 30,00                     | 30,00                                | 22,00                      | 73,33   | 73,33  |

### Análise da Meta Física:

Foram realizados cursos de capacitação de recursos hídricos e visitas técnicas:

- Visitas técnicas para conhecimento do sistema de outorga de águas subterrâneas nos estados de MG, PE e RS;
- Curso de capacitação de determinação de reserva de disponibilidade hídrica para outora;
- Curso de capacitação de águas subterrâneas;
- Participação no Congresso Internacional de Meio Ambiente e águas Subterrâneas;
- Participação no curso de aperfeiçoamento em gestão de recursos hídricos;
- Curso de validação de Métodos de Aquisição e tratamento de dados de monitoramento de água.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                  |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado  | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 8.000,00            | 8.000,00                      | 0,00             | 0,00                 | 0,00  | 0,00  |
| 109                                  | 30.000,00           | 36.000,00                     | 24.920,00        | 0,00                 | 83,07                                       | 69,22   |
| 240                                  | 14.000,00           | 14.000,00                     | 5.775,00         | 0,00                 | 41,25                                       | 41,25   |
| <b>Total</b>                         | <b>52.000,00</b>    | <b>58.000,00</b>              | <b>30.695,00</b> | <b>0,00</b>          | <b>59,03</b>                                | <b>52,92</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

Foram realizados cursos de capacitação de recursos hídricos e visitas técnicas:

- Visitas técnicas para conhecimento do sistema de outorga de águas subterrâneas nos estados de MG, PE e RS;
- Curso de capacitação de determinação de reserva de disponibilidade hídrica para outorga;
- Curso de capacitação em águas subterrâneas;
- Participação no Congresso Internacional de Meio Ambiente e Águas Subterrâneas;
- Participação no curso de aperfeiçoamento em gestão de recursos hídricos;

Os objetivos foram parcialmente alcançados em razão da não disponibilização de passagens aéreas para fora do estado, que foram suspensa pelo Secretário da SEMA, mesmo tendo recursos financeiros para as diárias.

### Capacidade de Execução - COFD:

Esta ação se apresentou deficiente em razão da não autorização de passagens aérea para participar dos demais eventos de capacitação relacionados com recursos hídricos e contingenciamento de recursos do estado para cursos de capacitação.

### Alcance do Objetivo Específico:

Os objetivos foram parcialmente alcançados em razão da não disponibilização de passagens aérea, pois a maioria dos cursos eram fora do estado, nos centros em excelência em hidrologia e outorga de água, principalmente SP, MG e RS, que são estados referencia nesses assuntos no país.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Inicialmente houve remanejamento na ação para dar celeridade as processos de solitação de cursos de capacitação.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Compatibilizar o planejamento com o desembolso financeiro principalmente na liberação de passagens aérea, que fica a critério do Secretário da SEMA.



Estado de Mato Grosso

**RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA**

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>Exercício:</b>                   | 2009  |
| <b>Programa:</b>                    | <b>261-DEFESA E PROTECAO DO MEIO AMBIENTE</b>   |
| <b>Objetivo Estratégico do PPA:</b> | 08-CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA BIODIVERSIDADE (PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO) USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS ( SOLO, ÁGUA, MINÉRAIS E BIÓTICOS EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO) COM DIMINUIÇÃO DAS PRESSÕES ANTRÓPICAS, ESPECIALMENTE SOBR |
| <b>Tipo de Programa:</b>            | Finalístico   |
| <b>Origem do Programa:</b>          | CRESCIMENTO DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS E CRESCIMENTO DESESTRUTURADO DAS CIDADES TEM CONTRIBUIDO PARA DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.   |
| <b>Objetivo do Programa:</b>        | GARANTIR A DEFESA E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.  |
| <b>Público Alvo:</b>                | SOCIEDADE   |
| <b>Unidade Resp. Programa:</b>      | <b>08101-Procuradoria Geral de Justiça</b>  |
| <b>Gestor(a) do Programa:</b>       | Luiz Alberto Esteves Scaloppe   |

| INDICADORES  |                          |                   |                   |                  |               |              |               |
|--|--------------------------|-------------------|-------------------|------------------|---------------|--------------|---------------|
| Descrição  | Priodicidade da Apuração | Unidade de Medida | Índice Início PPA | Índice Final PPA | Previsto 2009 | Apurado 2009 | Data Apuração |
| MUNICIPIOS COM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO<br>Fonte: ANUÁRIO 2004/MT                       | Anual                    | NÚMERO            | 8                 | 48               | 18            |              |               |
| MUNICIPIO COM DESTINO ADEQUADO DE RESIDUOS SOLIDOS DE CONSTRUCAO<br>Fonte: ANUÁRIO 2004/MT | Anual                    | NÚMERO            | 8                 | 48               | 28            |              |               |
| UNIDADES DE SAUDE COM DESTINO ADEQUADO DOS RESIDUOS.<br>Fonte: ANUARIO 2004/MT             | Anual                    | NÚMERO            | 11                | 51               | 31            |              |               |

**Análise de Indicadores do Programa:**

No tocante ao indicadores deste Programa, tem-se que são índices que estão sob governabilidade da SEMA, e não pudemos apurá-los, uma vez que a atuação Ministerial limita-se em exigir do Poder Público a implantação de estrutura para a correta destinação dos resíduos. Sob este prisma temos que nossa atuação consiste em recorrermos de instrumentos judiciais e extrajudiciais, através dos quais provocamos 13 municípios do Estado para adoção de tal medida. Desta forma, deixamos de apresentar o número de municípios que já implantaram o aterro sanitário.

**ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA**

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                  |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado  | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 110.000,00          | 69.242,00                     | 69.241,42        | 0,00                 | 62,95                                       | 100,00  |
| 261                                  | 255.000,00          | 255.000,00                    | 0,00             | 0,00                 | 0,00  | 0,00  |
| <b>Total</b>                         | <b>365.000,00</b>   | <b>324.242,00</b>             | <b>69.241,42</b> | <b>0,00</b>          | <b>18,97</b>                                | <b>21,35</b>  |

**Capacidade de Planejamento - PPD:**

Em relação à dotação orçamentária prevista para o exercício de 2009, os gastos restringiram-se ao custeio de perícias ambientais, à aquisição de materiais/equipamentos para o implemento das atividades periciais e para a utilização de imagens spot e à organização/custeio de encontros e seminários nas áreas ambiental e urbanística.

**Capacidade de Execução - COFD:**

Gastos realizados dentro dos limites fixados para a dotação orçamentária anual.

**Execução:**

Propondo-se a verificar o grau de execução das metas físicas e financeiras das ações que constituem o programa finalístico, cumpre-nos asseverar que houve compatibilidade entre o montante de recurso financeiro de origem orçamentária e as necessidades de execução explicitada no cronograma físico-financeiro.

Os recursos humanos e materiais, bem como a infraestrutura ainda estão sendo implementados.

Quanto ao cumprimento das metas físicas, observa-se que apesar de não ter sido utilizado todo o recurso financeiro e orçamentário destinado ao programa finalístico, houve atuação ministerial suficientemente forte no sentido de dar exequibilidade às metas apresentadas no aludido programa.

**Resultados:**



## **Estado de Mato Grosso**

Apesar de não ser possível a quantificação dos indicadores, em virtude da colheita de dados ser feita através do anuário estatístico 2009, cuja publicação ocorrerá em 2011, constata-se, na presente avaliação, forte atuação do Ministério Público Estadual nas frentes de trabalho eleitas no programa defesa e proteção do meio ambiente, quer seja em atuações judiciais, quer seja em atuações extrajudiciais. Destacam-se as ações de prevenção e detecção de desmatamento, com base nos dados obtidos através do programa DETER, bem como as ações desenvolvidas dentro do projeto ação verde, que desde o exercício de 2010 conta com a participação deste MPE.

**Principais restrições e providências adotadas:**

**Outros aspectos relevantes:**

**Outros produtos entregues:**

**Recomendações da Unidade responsável pelo programa:**





## Estado de Mato Grosso

### Avaliação das Ações do Programa

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>3520-COMBATE AO DESMATAMENTO ILEGAL</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 261-DEFESA E PROTECAO DO MEIO AMBIENTE   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>08101-Procuradoria Geral de Justiça</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | GARANTIR A INTEGRALIDADE DA VEGETAÇÃO NATIVA DAS AREAS DE RESERVA LEGAL E DAS AREAS PROTEGIDAS NOS BIOMAS DA FLORESTA AMAZONICA, CERRADO E PANTANAL. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PROMOTORIAS COM ATUAÇÃO INTEGRADA  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | PERCENTUAL   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Luiz Alberto Esteves Scaloppe  |

#### META FÍSICA

| Região de Planejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| ESTADO                 | 12,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>12,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 12,00                     | 12,00                                | 12,00                      | 100,00  | 100,00   |

#### Análise da Meta Física:

O Projeto Combate ao desmatamento ilegal é subdividido em quatro frentes de trabalho, quais sejam, (1) queimadas, (2) desmatamento, (3) reserva legal e (4) licenciamento ambiental.

No que concerne ao atributo queimadas, a atuação das Promotorias de Justiça nas searas ambiental e urbanística, quantificada em números absolutos, alcançou o valor de 199 atuações judiciais (ações penais e civis) e 198 atuações extrajudiciais (TAC's, Notificações Recomendatórias, Inquéritos Cíveis e Procedimentos Investigatórios Administrativos).

Quanto ao atributo desmatamento, foram propostas 262 ações judiciais (ações penais e civis) e houve 466 atuações extrajudiciais (TAC's, Notificações Recomendatórias, Inquéritos Cíveis e Procedimentos Investigatórios Administrativos).

No que tange ao atributo reserva legal, foram propostas 29 atuações judiciais (ações penais e civis) e foram realizadas 74 atuações extrajudiciais (TAC's, Notificações Recomendatórias, Inquéritos Cíveis e Procedimentos Investigatórios Administrativos).

Por fim, quanto ao atributo licenciamento ambiental, foram propostas 447 atuações judiciais (ações penais e civis) e somaram 257 atuações extrajudiciais (TAC's, Notificações Recomendatórias, Inquéritos Cíveis e Procedimentos Investigatórios Administrativos).

Hoje pode-se afirmar que o MPE tem atuação integrada em todas as Promotorias de Justiça, em relação ao combate ao desmatamento e prevenção de queimadas.

#### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                  |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado  | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 110.000,00          | 62.882,00                     | 62.881,42        | 0,00                 | 57,16                                       | 100,00  |
| <b>Total</b>                         | <b>110.000,00</b>   | <b>62.882,00</b>              | <b>62.881,42</b> | <b>0,00</b>          | <b>57,16</b>                                | <b>100,00</b>   |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

Em relação à dotação orçamentária prevista para o exercício de 2009, os gastos restringiram-se ao custeio de perícias ambientais, bem como, à aquisição de materiais/equipamentos para o implemento das atividades periciais e para a utilização de imagens spot.

#### Capacidade de Execução - COFD:

Gastos realizados dentro dos limites fixados para a dotação orçamentária anual.

#### Alcance do Objetivo Específico:

Em que pese ter sido realizado o planejamento a contento, não foram executadas todos os recursos inicialmente previstos. Porém as medidas foram efetivadas de forma que não exigiu a aplicação da totalidade das despesas antes programadas.

#### Execução Orçamentária e Financeira:



## Estado de Mato Grosso

No que concerne ao programa finalístico defesa e proteção ambiental, a previsão para a execução orçamentária e financeira consiste em (1) realização de perícias, (2) capacitação de membros e servidores do uso dos recursos tecnológicos de geoprocessamento e (3) organização/custeio de encontros e seminários nas áreas ambiental e urbanística.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>3835-PROTEÇÃO DOS RECURSOS HIDRICOS</b>                         |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 261-DEFESA E PROTECAO DO MEIO AMBIENTE                             |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>08101-Procuradoria Geral de Justiça</b>                         |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | IMPLEMENTAR AÇÕES PARA PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO RECURSOS HIDRICOS |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | INFRATORES DA DEGRADAÇÃO DOS RECURSOS HIDRICOS RESPONSABILIZADOS   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | PERCENTUAL   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Luiz Alberto Esteves Scaloppe                                      |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| ESTADO                 | 10,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>10,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 12,00                     | 12,00                                | 10,00                      | 83,33   | 83,33  |

### Análise da Meta Física:

O Projeto Proteção aos Recursos Hídricos é subdividido em quatro frentes de trabalho, quais sejam, (1) área de preservação permanente e (2) efluentes.

No que concerne ao atributo área de preservação permanente, a atuação das Promotorias de Justiça nas searas ambiental e urbanística, quantificada em números absolutos, alcançou o valor de 414 atuações judiciais (ações penais e civis) e 581 atuações extrajudiciais (TAC's, Notificações Recomendatórias, Inquéritos Cíveis e Procedimentos Investigatórios Administrativos).

Quanto ao atributo efluentes, foram propostas 11 ações judiciais (ações penais e civis) e houve 35 atuações extrajudiciais (TAC's, Notificações Recomendatórias, Inquéritos Cíveis e Procedimentos Investigatórios Administrativos).

Iniciou-se, no exercício de 2009, os trabalhos atinentes à execução do programa Ação Verde, que objetiva a recuperação e a preservação de áreas degradadas nas margens dos rios mato-grossenses, contribuindo para o fortalecimento do processo de educação ambiental e a sua consolidação, enquanto política de Estado.

Com efeito, em relação à meta física atingida, decorreu de 389 Procedimentos Preliminares e Inquéritos Cíveis instaurados, que resultou em 40 ações judiciais e extrajudiciais propostas pelo Ministério Público. Dessa forma, conseguimos obter um desempenho de 90% da meta prevista na LOA.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 0,00                | 2.000,00                      | 2.000,00        | 0,00                 | 0,00  | 100,00  |
| 261                                  | 205.000,00          | 205.000,00                    | 0,00            | 0,00                 | 0,00  | 0,00  |
| <b>Total</b>                         | <b>205.000,00</b>   | <b>207.000,00</b>             | <b>2.000,00</b> | <b>0,00</b>          | <b>0,98</b>                                 | <b>0,97</b>   |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

Em relação à dotação orçamentária prevista para o exercício de 2009, os gastos restringiram-se ao custeio de perícias ambientais.



## Estado de Mato Grosso

### Capacidade de Execução - COFD:

Gastos realizados dentro dos limites fixados para a dotação orçamentária anual.

### Alcance do Objetivo Específico:

Em que pese as medidas terem sido executadas a contento, este órgão não precisou usar, em sua totalidade, os gastos previstos quando do planejamento.

### Execução Orçamentária e Financeira:

No que concerne ao programa finalístico defesa e proteção ambiental, a previsão para a execução orçamentária e financeira consiste em (1) realização de perícias, (2) capacitação de membros e servidores do uso dos recursos tecnológicos de geoprocessamento e (3) organização/custeio de encontros e seminários nas áreas ambiental e urbanística.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>3836-CONTROLE DOS RESIDUOS SOLIDOS URBANOS, DE SERVIÇOS DE SAUDE, VOLUMOSOS E DA CONSTRUCAO CIVIL</b>           |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 261-DEFESA E PROTECAO DO MEIO AMBIENTE   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>08101-Procuradoria Geral de Justiça</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | GARANTIR A CORRETA DESTINACAO DOS RESIDUOS SOLIDOS URBANOS, DE SERVICOS DE SAUDE, VOLUMOSOS E DA CONSTRUCAO CIVIL. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | RESIDUOS COM DESTINO ADEQUADO  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | PERCENTUAL   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Luiz Alberto Esteves Scaloppe  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| ESTADO                 | 16,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>16,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 12,00                     | 12,00                                | 16,00                      | 133,33  | 133,33   |

### Análise da Meta Física:

O Projeto Controle dos resíduos sólidos urbanos, de serviços de saúde, volumosos e da construção civil é subdividido em quatro frentes de trabalho, quais sejam, (1) aterros sanitários licenciados, (2) resíduos dos serviços de saúde e (3) resíduos sólidos da construção civil e volumosos.

No que concerne ao atributo aterros sanitários, percebeu-se uma forte atuação das Promotorias de Justiça com atribuições nas searas ambiental e urbanística, que atuaram judicial e extrajudicialmente (TAC's, Notificações Recomendatórias, Inquéritos Cíveis e Procedimentos Investigatórios Administrativos) no sentido de, através Poder Judiciário, compelir o Poder Público a instalar e licenciar aterros sanitários nos Municípios de Juara, Paranatinga, Colíder e no Distrito de Primavera, Comarca de Sorriso.

Quanto ao atributo resíduos dos serviços de saúde e resíduos sólidos da construção civil, foram propostas aproximadamente 30 ações, incluindo ações judiciais e extrajudiciais (TAC's, Notificações Recomendatórias, Inquéritos Cíveis e Procedimentos Investigatórios Administrativos), no sentido de, através Poder Judiciário, compelir o Poder Público a dar destinação correta aos resíduos sólidos dos serviços de saúde e da construção civil.

Dentro deste projeto, cabe destacar a atuação do Ministério Público Estadual, via Termo de Ajustamento de Conduta, para o licenciamento de um novo aterro sanitário para o Município de Cuiabá.

Desta forma, superamos a meta prevista na LOA, uma vez que conseguimos provocar 16% dos Municípios para que implantem a destinação correta de resíduos sólidos. Por fim, ressalto que houve equívoco na definição da meta, ao eleger um produto não compatível com a atuação ministerial, sendo que esta, na realidade, compreende em lançar mão de instrumentos jurídicos que forcem o Poder Público a cumprir com seu dever, no tocante a destinação adequada dos resíduos sólidos nos Municípios mato-grossenses.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO



## Estado de Mato Grosso

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 100                                  | 0,00                | 4.360,00                      | 4.360,00        | 0,00                 | 0,00  | 100,00  |
| 261                                  | 50.000,00           | 50.000,00                     | 0,00            | 0,00                 | 0,00  | 0,00  |
| <b>Total</b>                         | <b>50.000,00</b>    | <b>54.360,00</b>              | <b>4.360,00</b> | <b>0,00</b>          | <b>8,72</b>                                 | <b>8,02</b>   |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

Em relação à dotação orçamentária prevista para o exercício de 2009, os gastos restringiram-se ao custeio de perícias ambientais.

### Capacidade de Execução - COFD:

Gastos realizados dentro dos limites fixados para a dotação orçamentária anual.

### Alcance do Objetivo Específico:

Em que pese as medidas terem sido realizadas a contento, não foi necessário utilizar o orçamento inicial previsto em sua totalidade.

### Execução Orçamentária e Financeira:

No que concerne ao programa finalístico defesa e proteção ambiental, a previsão para a execução orçamentária e financeira consiste em (1) realização de perícias, (2) capacitação de membros e servidores do uso dos recursos tecnológicos de geoprocessamento e (3) organização/custeio de encontros e seminários nas áreas ambiental e urbanística.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

# RELATÓRIO DA AÇÃO



## GOVERNAMENTAL

# RAG 2009

### Avaliação dos programas

#### **Objetivo Estratégico 09**

Redução do ritmo de desmatamento e recuperação do passivo ambiental e das áreas degradadas dos biomas de Mato Grosso.



Governo do Estado de Mato Grosso





Estado de Mato Grosso

**RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA**

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>Exercício:</b>                   | 2009   |
| <b>Programa:</b>                    | <b>179-GESTAO DE AREAS DEGRADADAS</b>  |
| <b>Objetivo Estratégico do PPA:</b> | 09-REDUÇÃO DO RITMO DE DESMATAMENTO E RECUPERAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL E DAS ÁREAS DGRADADAS DOS BIOMAS DE MATO GROSSO.  |
| <b>Tipo de Programa:</b>            | Finalístico  |
| <b>Origem do Programa:</b>          | O ESTADO DE MATO GROSSO APRESENTA UMA ECONOMIA COMPLEXA, COM PREDOMÍNIO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA QUE, PELA SUA ABRANGÊNCIA NO TERRITÓRIO E PRÁTICAS INADEQUADA, PRODUZ DANOS AMBIENTAIS QUE EXIGEM MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS E DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL. NESSES TERMOS, O ESTADO CONTABILIZA ATUALMENTE UM TERÇO DA SUA ÁREA TOTAL (90.335.790,80 HA) DEGRADADO, ESTANDO REPRESENTADO POR 1.047.769,00 HA DE MATAS CILIARES (SEMA, 2002), 271.007,37 HA DE ÁREAS DE MINERAÇÃO (METAMAT, 2006), 31.495.098,60 HA DESMATADOS E 294.772,93 HA DE VEGETAÇÃO NATIVA QUEIMADOS (SEPLAN, 2005). O RISCO DE AMPLIAÇÃO DA DEGRADAÇÃO É SIGNIFICATIVO AO SE CONSIDERAR A DIMENSÃO DO ESPAÇO OCUPADO POR ATIVIDADES POTENCIALMENTE DEGRADADORAS. APENAS EM QUATRO MUNICÍPIOS NO NORTE DO ESTADO, PROVÍNCIA DO GUAPORÉ (CLASSIFICAÇÃO DE REGIÃO MINERADORA SEGUNDO METAMAT), PODEM SER LICENCIADOS 1.429.648,08 HA PARA EXPLORAÇÃO MINERAL. A AGRICULTURA OCUPA 5.910.037 HA E A PECUÁRIA DISPÕE DE 27.766.427,28 HA DE PASTOS ARTIFICIAIS. ESSAS ATIVIDADES PROMOVEM GRANDES IMPACTOS AMBIENTAIS PELA DEGRADAÇÃO DOS SOLOS E DOS RECURSOS HÍDRICOS PELA DEPOSIÇÃO DE SEDIMENTOS (ASSOREAMENTO) E DE PRODUTOS QUÍMICOS NOS RIOS (FERTILIZANTES, PESTICIDAS). COMO EXEMPLO, OBSERVA-SE A SUB BACIA DOS RIOS SÃO LOURENÇO E VERMELHO ONDE FORAM IDENTIFICADAS 23 MICROBACIAS COM 25.249,96 HA DEGRADADOS (46% DA ÁREA TOTAL), SENDO 97,77% EM ÁREA DE PASTAGEM; 86 VOÇOROCAS E 61 NASCENTES DEGRADADAS. |
| <b>Objetivo do Programa:</b>        | PROMOVER A REDUÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL E A RESTAURAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NOS BIOMAS DE MATO GROSSO VISANDO CONTRIBUIR COM A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS.  |
| <b>Público Alvo:</b>                | PRODUTORES RURAIS, INDUSTRIAIS, GARIMPEIROS, EMPRESÁRIOS DE MIN., COMUN. LOCAL E GESTORES PUBLICOS   |
| <b>Unidade Resp. Programa:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Gestor(a) do Programa:</b>       | Helida Bruno Nogueira Borges   |

| INDICADORES  |                          |                   |                   |                  |               |              |               |
|--|--------------------------|-------------------|-------------------|------------------|---------------|--------------|---------------|
| Descrição  | Priodicidade da Apuração | Unidade de Medida | Índice Início PPA | Índice Final PPA | Previsto 2009 | Apurado 2009 | Data Apuração |
| QUANTIFICAÇÃO DE MATAS CILIARES DEGRADADAS NO ESTADO<br>Fonte: GRES/SEMA                                       | Anual                    | PERCENTUAL        | 0                 | 100              | 30            | 80,00        | 31/12/2009    |
| NÚMERO DE PROJETOS DEMONSTRATIVOS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS IMPLANTADOS NO ESTADO<br>Fonte: GRES/SEMA | Anual                    | UNIDADE           | 2                 | 6                | 1             | 3,00         | 31/12/2009    |
| MAPEAMENTO DAS ÁREAS COM RISCOS POTENCIAL DE DEGRADAÇÃO<br>Fonte: GRES/SEMA                                    | Anual                    | PERCENTUAL        | 0                 | 100              | 30            | 30,00        | 31/12/2009    |
| RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS EM UNIDADES CONSERVAÇÃO ESTADUAIS<br>Fonte: GRES/SEMA                          | Anual                    | HECTARE           | 0                 | 1000             | 300           | 0,00         | 31/12/2009    |
| QUANTIFICAÇÃO DE ÁREAS CRÍTICAS DEGRADADAS POR ANTROPIZAÇÃO NO ESTADO.<br>Fonte: GRES/SEMA                     | Anual                    | PERCENTUAL        | 0                 | 100              | 30            | 30,00        | 31/12/2009    |
| QUANTIDADE DE ÁREAS DEGRADADAS RECUPERADAS NO ESTADO.<br>Fonte: GRES/SEMA                                      | Anual                    | HECTARE           | 610               | 4610             | 1000          | 1.000,00     | 31/12/2009    |
| DIAGNÓSTICO DE ÁREAS DEGRADADAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS<br>Fonte: GRES/SEMA                       | Anual                    | PERCENTUAL        | 0                 | 100              | 30            | 0,00         | 31/12/2009    |
| MICROBACIAS DEGRADADAS IDENTIFICADAS<br>Fonte: .   | Anual                    | UNIDADE           | 0                 | 250              | 0             | 200,00       | 31/12/2009    |

**Análise de Indicadores do Programa:**



## Estado de Mato Grosso

Os indicadores definidos no PPA 2008 a 2011 não são suficientes para avaliar o Programa 179. Além disso, a sua descrição e unidade de medida, indicadas para avaliação, nem sempre são as mais adequadas. Salienda-se, mais uma vez, que os técnicos estão cientes de os indicadores propostos não refletirem de forma abrangente os objetivos do Programa 179 e que serão necessários ajustes em 2009 visando determinar indicadores mais adequados para o PPA 2008-2011. Seis dos 08 indicadores apresentaram resultados apurados em 2009. Para o indicador quantidade de áreas degradadas recuperadas no Estado, os resultados não refletem necessariamente a realidade, considerando que, em 2008 e 2009, a análise dos Laudos Técnicos de Acompanhamento de TAC apresentados pelos responsáveis técnicos, de 689 propriedades rurais cadastradas na SEMA revelam que o processo de recuperação está sendo desenvolvido em desacordo com o pactuado nos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou que este não foi implementado nas áreas. Em face da dificuldade na definição de resultados para os indicadores do programa, as informações repassadas na execução física das ações possibilitam uma melhor avaliação do Programa 179.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 109                                  | 500.000,53          | 472.340,53                    | 324.277,01        | 0,00                 | 64,86                                       | 68,65   |
| 240                                  | 228.785,00          | 581.635,00                    | 200.176,00        | 3.140,10             | 87,50                                       | 34,60   |
| <b>Total</b>                         | <b>728.785,53</b>   | <b>1.053.975,53</b>           | <b>524.453,01</b> | <b>3.140,10</b>      | <b>71,96</b>                                | <b>49,91</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

O Programa 179 não apresentou melhora no planejamento de sua execução orçamentária e financeira, mas apresenta ainda deficiências relacionadas à (i) execução das atividades planejadas por parte dos técnicos, (ii) remanejamento de recursos, (iii) lentidão na tramitação administrativa dos processos na SEMA e na SAD, (iv) restrições por parte da administração superior da SEMA quanto à execução das ações por diferentes motivos. Embora ainda com limitações na capacidade de aplicação dos recursos, fica clara a maior compreensão e uso dos recursos financeiros, por parte dos técnicos da CMRAD, seguindo as atividades previstas no PTA-2009. O trabalho executado pela CMRAD em parceria com a CPLAN (Coordenadoria de Planejamento) da Sema, por meio de orientações, avaliações, recomendações e controle da execução dos Programas de Governo, tem contribuído na melhoria da gestão do desempenho do setor com relação ao Programa 179, na correção de falhas e na adoção pelos técnicos do PTA como referência no desenvolvimento das ações da CMRAD. Vale ressaltar a necessidade de as dificuldades, de origem institucional (administrativa e gerencial), serem sanadas para que o planejamento do Programa 179 tenha execução satisfatória.

#### Capacidade de Execução - COFD:

O Programa 179 não apresentou melhora na sua execução orçamentária e financeira. O COFD, que corresponde ao valor empenhado em relação à dotação final, alcançou em 2009 um índice de desempenho deficiente, assim como em 2008 de 49,91%. A suplementação de recursos da Fonte 109, no valor de R\$ 300.000,00, teve influência direta na execução do programa. Com os recursos foi possível adquirir imagens de satélite para maior área de estudo (Ação 1540) e contratar empresa para desenvolver o SIGAD-MT (Ação 3780). Por outro lado, os recursos disponíveis não foram usados na implementação dos projetos piloto, por falta de técnicos e veículos. A Ação 4043 foi prejudicada pela não autorização do Secretário de Estado, Sr. Luis Henrique Chaves Daldegan, para a capacitação dos técnicos. A não assinatura de Termos de Cooperação Técnica por parceiros, como a UFMT e EMPAER, comprometeu parte das atividades previstas no programa (Ação 2048). Por outro lado, a demora do Secretário de Estado, Sr. Luis Henrique Chaves Daldegan, em assinar instrumento jurídico semelhante foi cobrado muitas vezes dos técnicos pela Prefeitura de Nova Marilândia (Ação 1545). Outra deficiência não pode ser resolvida pelo setor aquela relacionada à participação e concordância com as condições impostas no processo licitatório, como preço. Como exemplo tem-se a licitação para contratação de empresas visando o desenvolvimento de ações relacionadas à recuperação de 03 unidades de conservação (UCs) estaduais, com preço na ordem de R\$ 153.518,00, que não despertou o interesse por parte destas pessoas jurídicas (Ação 2048). A não utilização de recursos pela Coordenadoria de Mudanças Climáticas (CMC), na Ação 2048 (R\$ 60.000,00) e Ação 4043 (R\$ 30.500,00), também influenciou negativamente a execução do programa. A CMC informou que não foi possível desenvolver as atividades previstas.

#### Execução:

As dotações orçamentárias autorizadas para o Programa 179 foram suficientes para a execução das atividades do PTA-2009, com liberação dos recursos em tempo hábil. Das 05 Ações 04 (80%) apresentaram dados sobre execução física, com 03 possuindo execução acima de 50%. A execução financeira foi prejudicada pelas burocracia no processo de aquisição de materiais e equipamentos e contingenciamento de recursos no segundo semestre de 2009. As ações do programa mais as demandas, principalmente das Prefeituras Municipais, exigem um número de técnicos superior aos 13 que compõem a equipe da CMRAD atualmente. Isto porque a implementação e monitoramento dos projetos piloto de recuperação de áreas degradadas impõem a presença dos técnicos em campo mensalmente, o que restringe a atuação destes em um maior número de projetos. Outra importante limitação é a falta de disponibilidade de veículos e motorista para conduzir os técnicos ao campo. Quase sempre a prioridade é atender as demandas da Superintendência de Gestão Florestal (SGF), penalizando de forma significativa as atividades dos demais setores da SEMA. Apesar das restrições de natureza técnica, administrativa e gerencial, as informações e resultados produzidos em 2009, somados aos de 2008, indicam que o Programa 179 de fato configura uma iniciativa de gestão ambiental importante do Governo do Estado.

#### Resultados:





## Estado de Mato Grosso

Os resultados alcançados no Programa 179, em 2009, complementam aqueles de 2008 no sentido de construir uma base de dados técnicos associada às ações efetivas de recuperação, necessárias a definição de políticas públicas voltadas para a recuperação dos ambientes degradados em Mato Grosso. Em 2009 os principais resultados são: (i) identificação, quantificação e mapeamento de 1.230.655,2440 hectares de matas ciliares e 100.225,6976 hectares de reservas legais degradadas, (ii) identificação e mapeamento das bacias hidrográficas mais com maior fragilidade considerando a extensão das áreas degradadas na sua área de abrangência, (iii) avaliação da execução de 135 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados com proprietários rurais, (iv) avaliação das iniciativas de recuperação das matas ciliares em 03 usinas de álcool e açúcar, (v) implementação de 03 projetos piloto de recuperação, (vi) contratação de empresa para implementação da primeira fase do SIGAD-MT, (vii) construção do site da CMRAD, (viii) continuidade do cadastramento dos atores sociais envolvidos em atividades relacionadas com recuperação de áreas degradadas no Estado, (ix) complementação da base de dados com informações sobre restauração de áreas degradadas, (x) capacitação dos técnicos. Os indicadores do programa respondem apenas em parte como medida do problema que representa o passivo ambiental de Mato Grosso. A redução do passivo, considerando sua extensão em área e abrangência do território mato-grossense, se faz urgente em função dos seus efeitos sobre a biodiversidade, solo e recursos hídricos. A identificação de extensas áreas degradadas justifica toda e qualquer iniciativa de recuperação ambiental. Desta forma, o Programa 179 continua alinhado com o objetivo estratégico do Governo do Estado e suas ações direcionadas para a resolução dos problemas. O público alvo é difuso e de difícil mensuração, mas o cidadão poderá se manifestar, com críticas, sugestões, elogios, reclamações e solicitação de informações por meio de telefone, e-mail ou em mensagens cadastradas diretamente no site da CMRAD, que abriu um canal de comunicação com a sociedade. Os dados obtidos na execução dos PTA-2008 e PTA-2009, acrescidos de outros a serem produzidos com os PTA-2010 e PTA-2011, contribuirão para a melhor formulação das políticas públicas, na qualidade dos serviços públicos prestados à população, na disseminação de práticas mais adequadas sob os pontos de vista técnicos, ambientais e de administração pública.

### **Principais restrições e providências adotadas:**

Na descrição das ações foi demonstrado que Programa 179 teve sua execução dificultada por questões administrativas, técnicas e institucionais. As limitações administrativas mais significativas: (i) reunião pela SAD, em uma única licitação, das demandas de diferentes Secretarias de Estado de aquisição de material de consumo e de material permanente, resultando na demora de entrega de materiais e equipamentos e na aquisição de produtos de qualidade inferior (ex. computadores, HD externos, material de consumo), (ii) demora da SAD em analisar processos e emitir laudos necessários para os encaminhamentos posteriores, (iii) demora na assinatura de Termos de Cooperação Técnica pela SEMA e por parceiros. Por questões administrativas ocorreu atraso na licitação para seleção de empresa e posterior assinatura de contrato com aquela vencedora para a construção do Sistema de Informação sobre gestão de Áreas Degradadas de Mato Grosso (SIGAD-MT). A falta de autonomia dos técnicos e do gestor do programa frente às decisões do órgão também constituiu fator limitante. Tais decisões foram definidas sem consulta prévia e apresentação de avaliação técnica da sua necessidade aos responsáveis diretos pelo programa (Superintendente, Coordenadora, técnicos). Em agosto de 2009 foi publicada a Portaria SEMA nº 083 transferindo para a SGF o monitoramento dos TACs das propriedades rurais, em novembro desse ano o Secretário de Estado, Sr. Luis Henrique Chaves Daldegan, solicitou que 06 técnicos da CMRAD (metade da equipe) fossem transferidos para a SGF (solicitação ainda sob pendência) e em fevereiro de 2010 foi publicado o Decreto nº 2367 promovendo a extinção da CMRAD e criando a Gerência de Restauração de Ecossistemas (GRES), subordinada à CECO (Coordenadoria de Ecossistemas). Decisões da administração superior devem ser acatadas e, portanto, resta aos servidores assegurar que ocorra a execução do Programa 179. Infelizmente a redução da equipe da CMRAD, se concretizada, e a perda de autonomia inerente a uma coordenadoria devem resultar em consequências negativas para a execução do Programa 179, neste e nos próximos anos. Em tese, deverá comprometer o alcance do objetivo estratégico do Governo do Estado de redução do passivo ambiental e recuperação das áreas degradadas dos biomas de Mato Grosso. São pelo menos 1.330.880,89416 hectares de matas ciliares e áreas de reserva legal degradadas, 55.000 hectares de áreas degradadas por mineração (METAMAT, 2008) e 67.707 hectares de terras erodidas, desertificadas e salinizadas (IBGE, Censo Agropecuário Municipal, 2008).

### **Outros aspectos relevantes:**

### **Outros produtos entregues:**

### **Recomendações da Unidade responsável pelo programa:**

As recomendações do setor são no sentido de intensificar as ações do Governo do Estado, dirigidas à restauração das áreas degradadas de Mato Grosso, por meio da disponibilização de recursos humanos, veículos e exigência do cumprimento da legislação federal e estadual pelos proprietários rurais, empresários e Prefeituras Municipais, mitigando assim os efeitos dos problemas ambientais. Além disso, não se deve esquecer que o êxito de programas de governo depende não apenas de conhecimento técnico e da disponibilidade de recursos financeiros, mas também de vontade política para a sua execução.



## Estado de Mato Grosso

### Avaliação das Ações do Programa

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>3774-RECUPERAÇÃO DE MICROBACIA HIDROGRÁFICA</b>  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 179-GESTAO DE AREAS DEGRADADAS  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>12501-Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural</b>                |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | REALIZAR A RECOMPOSIÇÃO DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS ATRAVÉS DE AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | MICROBACIA HIDROGRAFICA ATENDIDA  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Benito Franca Lopes   |

#### META FÍSICA

| Região de Planejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| <b>Total:</b>          | <b>0,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 6,00                      | 6,00                                 | 0,00                       | 0,00  | 0,00   |

#### Análise da Meta Física:

Projeto cancelado considerando que o mesmo, conforme previsto no PPA 2008-2011, fazia parte de uma proposta para participação de uma Seleção Pública do Programa Petrobrás Ambiental e como tal, a proposta foi elaborada, conforme edital, submetida ao processo de seleção e foi classificada entre os 221 de melhor avaliação. No entanto, tendo em vista a limitação de recursos para esse edital, foram selecionados apenas 47 projetos, nos quais o nosso não foi contemplado e assim sendo, a tarefa específica de capacitação inicial de 15 técnicos para implementar ações previstas na proposta, constante na programação do PTA2009 foi cancelada.

#### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 240                                  | 10.467,00           | 10.467,00                     | 0,00            | 3.140,10             | 0,00  | 0,00  |
| <b>Total</b>                         | <b>10.467,00</b>    | <b>10.467,00</b>              | <b>0,00</b>     | <b>3.140,10</b>      | <b>0,00</b>                                 | <b>0,00</b>   |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

Projeto cancelado e assim sendo não houve execução orçamentária nessa ação, porém a dotação não utilizada não foi remanejada para nenhuma outra ação.

#### Capacidade de Execução - COFD:

Projeto cancelado e assim sendo não houve execução financeira nessa ação.

#### Alcance do Objetivo Específico:

Projeto cancelado e assim sendo não houve execução da meta física nessa ação.

#### Execução Orçamentária e Financeira:

Projeto cancelado e assim sendo não houve execução orçamentária e financeira nessa ação.

#### Outros aspectos relevantes:

#### Recomendações da Unidade responsável pela ação:



## Estado de Mato Grosso

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>1540-LEVANTAMENTO E AVALIACAO DAS AREAS DEGRADADAS NO ESTADO DE MATO GROSSO</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 179-GESTAO DE AREAS DEGRADADAS   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | REALIZAR ESTUDOS SOBRE O PASSIVO AMBIENTAL NO ESTADO PRODUZINDO INFORMAÇÕES QUE SERVIRÃO DE OBJETO PARA PROJETOS, PESQUISAS E ANÁLISES RELACIONADAS COM RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | CADERNO PUBLICADO  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Helida Bruno Nogueira Borges   |

### META FÍSICA

| Região de Planejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 0,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>0,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1,00                      | 1,00                                 | 0,00                       | 0,00  | 0,00   |

#### Análise da Meta Física:

A meta física de publicação de 01 Caderno sobre Gestão de Áreas Degradadas não foi atingida. As informações sobre as atividades desenvolvidas no Programa 179, referentes aos anos 2008 e parte de 2009, estão sistematizadas, mas não foram publicadas e divulgadas. A publicação dos resultados em um Caderno sobre Gestão de Áreas Degradadas, prevista nos PTA-2008 e PTA-2009, não ocorreu em função de dificuldades na editoração do texto e posterior encaminhamento ao IOMAT. Em 2010 a publicação deverá reunir os dados relativos a esses dois anos de estudos.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 109                                  | 110.001,34          | 92.341,34                     | 89.314,86         | 0,00                 | 81,19                                       | 96,72   |
| 240                                  | 0,00                | 127.000,00                    | 84.112,00         | 0,00                 | 0,00  | 66,23   |
| <b>Total</b>                         | <b>110.001,34</b>   | <b>219.341,34</b>             | <b>173.426,86</b> | <b>0,00</b>          | <b>157,66</b>                               | <b>79,07</b>  |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

A capacidade de planejamento foi considerada altamente deficiente, pois empenhou orçamento acima do valor inicialmente previsto. Mas, este resultado se justifica pelo imprevisto configurado pela necessidade de complementação do recurso destinado à aquisição de imagens de satélite. Tais imagens foram usadas nos estudos realizados pela UFMT no mapeamento de áreas degradadas no Estado. Foram realizadas 07 das 09 Tarefas previstas para a Ação 1540. Somente a avaliação do monitoramento dos PRADs de empreendimentos de mineração e infra-estrutura (Medida 2/Tarefa 2) e a divulgação dos resultados dos estudos sobre áreas degradadas no Estado (Medida 4/Tarefa 1) não foram realizadas. A primeira em função do número limitado de técnicos para atender todo o Programa 179, mais demandas que surgiram no ano provocadas pela SEMA e outras entidades, como, por exemplo, o Ministério Público Estadual (MPE). A segunda por motivos esclarecidos no item meta física. O grande número de demandas extraordinárias exigiu a desmobilização dos técnicos das atividades do PTA-2009, influenciando na execução deste plano. Portanto, os resultados não refletem necessariamente pouca capacidade de planejamento do setor.

#### Capacidade de Execução - COFD:



## Estado de Mato Grosso

A execução teve um desempenho considerado regular, configurado pelo pagamento de 79,09% do valor da dotação. A identificação, mapeamento e quantificação das áreas degradadas no estado por agricultura, pecuária e mineração foram realizados pela UFMT (Contrato nº 071/2008/SEMA). Os consultores apresentaram como produto: (i) mapeamento e identificação de 1.230.655,2440 hectares de matas ciliares degradadas e de 100.225,6976 hectares de áreas de reserva legal degradadas em todo o estado, totalizando 1.330.880,89416 hectares; (ii) mapa de ocorrências erosivas na sub-bacia do rio São Francisco, contendo um total de 86 erosões lineares (ravinas e voçorocas) mapeadas; (iii) mapa morfopedológico da sub-bacia do rio São Francisco; (iv) mapa das áreas degradadas por mineração na sub-bacia do rio São Francisco; (v) projeto piloto de recuperação de erosão linear localizada na sub-bacia do rio São Francisco; (vi) estruturação das bases cartográficas da SEMA e metadados; (vii) banco de imagens dos satélites ASTER e RapidEye (aquisição 2009), CBERS (INPE) e de radar (CENSIPAM/RO). Entre abr/2008 e jun/2009 foram tramitados 925 processos para a CMRAD e realizada a análise dos Laudos Técnicos de Acompanhamento dos TAC para 653 (70,5%) autos. Em agosto de 2009 foi publicada a Portaria nº SEMA nº 083, cujos artigos 34 e 35, estabelecem que o monitoramento da execução do TAC passa a ser de responsabilidade da SGF. Essa opção da administração superior da SEMA justifica o menor número de processos analisados em 2009 pela CMRAD, especificamente 135 de janeiro a junho. Este número está subestimado considerando que os técnicos analisam com frequência mais de uma versão de um mesmo Laudo Técnico de Acompanhamento de TAC. Foram notificados 180 proprietários rurais pela CMRAD (172) e SUBPGMA (08) a apresentar Laudo Técnico com dados atualizados. Foram encaminhados 29 processos à SUBPGMA, para a análise jurídica, com TACs firmados entre 2001 e 2008. O passivo para análise, até junho de 2009, correspondia a 172 processos mais os 180 com notificação aos proprietários rurais, totalizando 352 processos. Para um grupo de 383 processos com TAC foram contabilizados 49.033,2809 hectares de matas ciliares e 6.325,9162 hectares de áreas de reserva legal, totalizando 55.359,1971 hectares sob processo de recuperação em Mato Grosso, segundo dados fornecidos pelos responsáveis técnicos de propriedades rurais. Não existem dados oficiais atualizados sobre a extensão de áreas degradadas nas 41 unidades de conservação estaduais (UCs) estaduais, com origem em desmatamentos irregulares, pois o CENSIPAM/RO não apresentou os dados produzidos no Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE), referentes aos anos 2008 e 2009. Vale, então, o índice de 19,81% (537.308,73 hectares) de desmatamento das UCs, obtido entre 2006 e 2007. Foram realizadas visitas técnicas às matas ciliares sob recuperação em 03 usinas de açúcar e álcool, complementando as 04 outras visitadas em 2008. Assim, foram vistoriadas 07 (70%) do total de 10 usinas em operação no Estado. As usinas visitadas em 2009 foram: Cooperb (Lambari DOeste e Mirassol DOeste), Jaciara (Jaciara) e Usimat (Campos de Júlio).

### Alcance do Objetivo Específico:

Assim como em 2008, o objetivo específico da Ação 1540 foi alcançado em 2009 considerando a produção e sistematização de informações que servirão de referência na elaboração de projetos piloto de recuperação de áreas degradadas, pesquisas e análises sobre o tema. Os dados produzidos pela UFMT, bem como o monitoramento da execução dos TACs firmados entre os proprietários rurais e a FEMA e SUBPGMA, permitirão a avaliação da condução atual e da proposição de novas ações do programa 179, melhorando a gestão das áreas degradadas no Estado. As visitas técnicas às usinas sucroalcooleiras confirmam a tendência observada em 2008 de comprometimento do setor com a recuperação das matas ciliares, segundo Protocolo de Intenções firmado com o Governo do Estado.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Assim como em 2008, as dotações orçamentárias autorizadas para a Ação 1540 foram suficientes para a execução das atividades do PTA-2009, com liberação dos recursos em tempo hábil. A execução financeira não foi melhor em 2009 em função de: (i) a opção da SAD em reunir em uma única licitação a demanda de diferentes Secretarias de Estado para aquisição de materiais de consumo e permanente, resultando na não finalização dos pedidos; (ii) a demora da SAD na emissão de laudos sobre processos da SEMA, comprometendo o a finalização da demanda; (iii) limitação no número de técnicos e de computadores necessários à execução do PTA-2009.

### Outros aspectos relevantes:

Foram realizadas visitas para levantamento das áreas degradadas e orientação técnica às Prefeituras Municipais de Colíder, Campo Verde e associação de produtores rurais de Querência.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>1545-RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NO ESTADO DE MATO GROSSO</b>  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 179-GESTAO DE AREAS DEGRADADAS  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | IMPLANTAR PROJETOS DEMONSTRATIVOS DE RECUPERAÇÃO EM ÁREAS DEGRADADAS CRÍTICAS VISANDO A REDUÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL NO ESTADO. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | ÁREAS RECUPERADAS   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | HECTARE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Helida Bruno Nogueira Borges  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento   | Meta            |
|--------------------------|-----------------|
| REGIAO VI - SUL          | 577,00          |
| REGIAO VII - SUDOESTE    | 4.527,00        |
| REGIAO IX - CENTRO OESTE | 340,00          |
| REGIAO X - CENTRO        | 451,00          |
| <b>Total:</b>            | <b>5.895,00</b> |



## Estado de Mato Grosso

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 500,00                    | 350,00                               | 5.895,00                   | 1.179,00                                      | 1.684,29   |

### Análise da Meta Física:

O desempenho da meta física foi altamente deficiente em função do acréscimo de mais 5.636.8879 hectares, referentes aos dados com origem nos processos de licenciamento de propriedades rurais, à recuperação de 258 hectares em projetos piloto. Salienta-se que os dados dos processos tratam do compromisso de recuperação assumido pelos proprietários rurais ao firmar o TAC com a SUBPGMA. Portanto, é necessária a vistoria nas áreas visando avaliar a efetividade do processo de recuperação, enquanto nos projetos piloto a área total indicada como recuperada representa o resultado concreto de recuperação. Particularmente com relação aos projetos pilotos os seguintes fatores limitantes interferiram na sua implementação: (i) Região Sudoeste (0700) além dos 10 hectares, na propriedade rural Fazenda Luar do Sertão, município de Campos de Júlio onde foram implementadas ações de recuperação em 2008, não foram desenvolvidas ações em novas áreas, pois os demais 141 proprietários rurais com processo de licenciamento ambiental na SEMA não se interessaram em desenvolver trabalho conjunto com a secretaria. Na sub-bacia do rio Jauru, municípios de Araputanga e Reserva do Cabaçal, foi apenas realizada visita técnica visando definir local para implantação do projeto piloto em parceria com a WWF-Brasil; (ii) Região Centro (1000) foi elaborado o projeto Recuperação de áreas degradadas por atividade mineradora na bacia do rio Peixoto de Azevedo. Construindo parcerias para recuperação e uso sustentável de ambientes degradados em Mato Grosso, município de Peixoto de Azevedo, parceiros: METAMAT/SEMA/Prefeitura Municipal/Cooperativa de Garimpeiros, entretanto, a METAMAT informou que está em fase de viabilização de recursos financeiros para a implementação; (iii) Região Centro-Oeste (0900) foram desenvolvidas ações de recuperação em 258 hectares de áreas degradadas na sub-bacia do rio São Francisco, município de Nova Marilândia, resultado superior à meta prevista de 200 hectares; (iv) Região Sul (0600) os recursos destinados à implantação de projeto piloto de recuperação no município de Pedra Preta foram transferidos para o município de Chapada dos Guimarães em função de solicitação de recuperação de área degradada na cabeceira do córrego Jamacá (Mina do Olho D'Água), com área de 18,26 hectares, pelo Juiz Dr. José Zuquim Nogueira, da Vara Especializada em Crimes Ambientais.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 109                                  | 284.999,19          | 274.999,19                    | 152.087,15        | 0,00                 | 53,36                                       | 55,30   |
| 240                                  | 0,00                | 142.350,00                    | 66.810,00         | 0,00                 | 0,00  | 46,93   |
| <b>Total</b>                         | <b>284.999,19</b>   | <b>417.349,19</b>             | <b>218.897,15</b> | <b>0,00</b>          | <b>76,81</b>                                | <b>52,45</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

A capacidade planejamento foi regular, configurada pelo empenho de 76,81% do valor da dotação inicial. Foi prevista a recuperação de 500 hectares, distribuídos em 05 projetos piloto de recuperação de áreas degradadas. Embora tenham sido desenvolvidas atividades que subsidiam, de maneira direta e indireta, a recuperação das áreas a meta física foi prejudicada por limitações administrativas (aquisição de computador, de kit de trado para coleta de solo e de camisetas para campo; disponibilidade de veículos) e outras externas à instituição (desinteresse dos produtores rurais de Campos de Júlio em promover a recuperação de 5.975,33 hectares de matas ciliares degradadas; falta de recursos para iniciar o processo de recuperação de ambientes degradados por mineração em Peixoto de Azevedo).

### Capacidade de Execução - COFD:

A execução teve um desempenho considerado deficiente, configurado pelo pagamento de 52,45% do valor da dotação final. Nos três projetos com ações de recuperação foram desenvolvidas as atividades descritas a seguir. Campos de Júlio (i) identificação e mapeamento das tipologias de vegetação e levantamento florístico dos remanescentes de mata ciliar na sub-bacia do rio Formiga, área rural do município de Campos de Júlio; (ii) o monitoramento dos resultados das ações foi realizado a cada dois meses, com previsão de término em 2014 (05 anos), efetuando a mensuração do crescimento das plântulas transplantadas, das plântulas introduzidas em plantios, das plântulas das parcelas de solos e dos indivíduos com origem em regeneração natural; avaliação da germinação de plântulas sob os poleiros instalados; coleta de amostras dos indivíduos em regeneração nos transectos para identificação das espécies; avaliação da necessidade de tratamentos culturais (combate a formigas e as plantas invasoras); acompanharam as coletas de sementes nos remanescentes de vegetação e produção de mudas, pelos funcionários da propriedade, com objetivo de efetuar novos plantios. O acompanhamento foi interrompido em dezembro de 2009, mediante a realização indevida pelo proprietário de uma roçada mecanizada em toda a área do projeto, eliminando, assim, a maioria das plântulas observadas em cada tratamento. A partir desta data a SEMA, que coordenou a execução do projeto de janeiro a dezembro de 2009, repassa ao proprietário rural e responsável técnico a responsabilidade de recuperar a área degradada da Fazenda Luar do Sertão a partir de janeiro de 2009. A SEMA assumiu a orientação técnica do projeto em propriedade rural de particular com aprovação da SUBPGMA. Foi encaminhado à SUBPGMA um PRAD elaborado pelos técnicos da CMRAD contendo as exigências técnicas da SGF e informando que a partir do segundo ano o proprietário assumiria a condução do projeto, incluindo a contratação de um responsável técnico. Nova Marilândia: (i) terraceamento de 232 hectares, sendo 72 hectares em área particular; (ii) adequação topográfica em 15,75 hectares, totalizando 29,55 hectares adequados desde 2008 (13,8 hectares); (iii) plantio de 6.250 mudas de 13 espécies nativas na nascente do córrego Pau Grosso; (iv) plantio de 7.000 mudas de espécies exóticas (*Eucalyptus* spp.) para produção de lenha pelos assentados; (v) produção de 10.000 mudas de espécies nativas no viveiro de Nova Marilândia, financiado com recursos da SEMA; (vi) coleta de 358,8 kg de sementes de 18 espécies nativas para produção de mudas; (vii) treinamento dos técnicos da Prefeitura Municipal na produção de mudas; (viii) realização de palestra sobre piscicultura; (ix) realização de 24 reuniões com Prefeitura Municipal, secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Infra-estrutura e assentados. Chapada dos Guimarães: (i) vistoria em campo e ajuste do Plano de Trabalho elaborado em 2007 para a realidade local de 2009; (ii) assinatura de convênio com a Prefeitura Municipal para a construção de cerca de alambrado visando o isolamento da Mina do Olho D'Água, na ordem de R\$ 63.372,00, sendo R\$ 60.000,00 repassados pela SEMA e R\$ 3.372,00 como contrapartida do órgão municipal.



## Estado de Mato Grosso

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da Ação 1545 foi parcialmente alcançado, considerando a execução de 03 das 05 Tarefas previstas no PTA-2009. Foi dada continuidade nas ações dos projetos de recuperação na sub-bacia do rio Formiga, município de Campos de Júlio, e na sub-bacia do rio São Francisco, município de Nova Marilândia. Além destas foi iniciada a implementação do projeto de recuperação de áreas degradadas no entorno do córrego do Jamacá, município de Chapada dos Guimarães.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Assim como em 2008, as dotações orçamentárias autorizadas para a Ação 1545 foram suficientes para a execução das atividades do PTA-2009, com liberação dos recursos em tempo hábil. A execução financeira foi prejudicada basicamente pela indisponibilidade de veículos e motorista para acompanhar os técnicos em campo, promovendo o atraso das viagens e do cronograma das atividades a serem executadas.

### Outros aspectos relevantes:

Primeiro, está em fase de análise e assinatura do Termo de Cooperação Técnica (TCT) entre SEMA e SEBRAE que foi formulado visando implementar Programa de recuperação das áreas degradadas nas áreas protegidas de Cuiabá. O referido programa foi proposto pela CMRAD e conta com os seguintes projetos: Projeto de recuperação das áreas degradadas, Projeto erradicação de espécies vegetais invasoras, Projeto diagnóstico ambiental, Projeto educação ambiental. Município de Cuiabá. Parceiros: SEMA/SEBRAE/MPE/SANECAP/MB Engenharia. Segundo, a CMRAD colaborou na elaboração do Projeto conservação e recuperação de APPs da bacia hidrográfica do Paraguai. Área Nascentes do Rio Paraguai, municípios de Alto Paraguai e Diamantino. Parceiros: SEMA/MT-Floresta/MMA. O projeto está em fase de ajustes finais solicitados pelo MMA. A coordenação da execução do projeto é da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais (CPPE/SMIA) e contará com apoio técnico da CMRAD e CUCO (Coordenadoria de Unidades de Conservação). Terceiro, os técnicos da CMRAD estão participando do Programa de Reflorestamento das Matas Ciliares do Rio Cuiabá, coordenado pelo Instituto Ação Verde. O programa prevê as seguintes ações: (a) levantamento socioeconômico e ambiental das comunidades ribeirinhas nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço e Poconé; (b) identificação das espécies nativas arbóreas nos remanescentes de mata ciliar visando indicação de espécies na recomposição da vegetação; (c) produção de mudas; (d) plantio de espécies nativas nas margens degradadas do rio. Além da SEMA, o projeto conta como parceiros a SEDER, a EMPAER e o MPE. Início: 2008. Em andamento.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>2048-RESTAURACAO DOS BENS NATURAIS LESADOS</b>  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 179-GESTAO DE AREAS DEGRADADAS   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | PROMOVER A RESTAURACAO DOS BENS NATURAIS LESADOS NOS TRES BIOMAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PLANO DE APLICACAO ATENDIDO  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Helida Bruno Nogueira Borges   |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 1,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>1,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1,00                      | 1,00                                 | 1,00                       | 100,00  | 100,00   |

### Análise da Meta Física:

Como em 2008, a meta física foi considerada com ótimo desempenho pela apresentação de um Plano de Aplicação dos recursos financeiros ao Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMAM), mas a não implementação das atividades previstas no referido documento compromete a sua avaliação positiva.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

|   |
|---|
| <b>REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b> |
|---|



## Estado de Mato Grosso

| Fonte        | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
|--------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| 240          | 218.318,00          | 218.318,00                    | 2.954,00        | 0,00                 | 1,35  | 1,35  |
| <b>Total</b> | <b>218.318,00</b>   | <b>218.318,00</b>             | <b>2.954,00</b> | <b>0,00</b>          | <b>1,35</b>                                 | <b>1,35</b>   |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

A capacidade de planejamento foi considerada altamente deficiente. Em 2009 a Ação 2048 foi planejada de forma a atender necessidades da CMRAD (Coordenadoria de Monitoramento e Recuperação de Áreas Degradadas) e da CMC (Coordenadoria de Mudanças Climáticas). CMRAD: (i) a solucionar conflito sobre aplicação de recursos financeiros do FEMAM; (ii) assegurar a recuperação de áreas degradadas nas UCs estaduais; (iii) promover a coleta e conservação de sementes de espécies nativas, bem como contribuir com os estudos sobre armazenamento e germinação destes propágulos. Mais uma vez, contudo, a CMRAD não obteve resultados positivos para quaisquer das Tarefas previstas no PTA-2009. O setor empreendeu esforços visando à concretização de todas as Tarefas, mas os resultados negativos por influência de fatores externos. A CMC também não foi bem sucedida na execução das Tarefas.

### Capacidade de Execução - COFD:

Na Ação 2048 foram previstas Tarefas a serem executadas pela CMRAD e pela CMC. A CMRAD desenvolveu atividades com relação à revisão do parágrafo 4º, inciso XV, da Lei 232/2005, que trata da aplicação dos recursos do FEMAM na recuperação dos bens lesados e quanto à recuperação de áreas degradadas em UCs. Primeiro, foi encaminhado ao CONSEMA o Ofício nº 48/CMRAD/SUB/SEMA/2009, de 30.07.2009, solicitando esclarecimentos sobre a necessidade de normatização do uso dos recursos destinados à recuperação dos bens lesados e, em caso positivo, qual o papel do CONSEMA perante a questão. Entretanto, o CONSEMA não se manifestou sobre a solicitação em 2009. Segundo, foi apresentado Plano de Aplicação dos recursos ao FEMAM, formalizado na CI nº 144/CMRAD/SUB/SEMA/2009, de 15.04.2009, no valor de R\$ 217.943,00, e foram elaborados e protocolizados os Termos de Referência (TDR) para três unidades de conservação estaduais, a saber: (i) TDR nº 002/CMRAD/SUB/SEMA/2009, Protocolo nº 329121/2009, em 14.05.2009: Parque Estadual da Serra Azul, município de Barra do Garças; (ii) TDR nº 003/CMRAD/SUB/SEMA/2009, Protocolo nº 329080/2009, em 14.05.2009: Reserva Ecológica Estadual do Coluene, município de Paranatinga; (iii) TDR nº 004/CMRAD/SUB/SEMA/2009, Protocolo nº 329107/2009, em 14.05.2009: Parque Estadual das Águas do Cuiabá, municípios de Nobres e Rosário Oeste. Foi realizado pregão, mas nenhuma das empresas atendeu as demandas dos TDRs (pregão fracassado) por considerarem baixos os valores a serem pagos. As ações para conservação de sementes em banco de germoplasma da FAMEV/UFMT mais uma vez não foram colocadas em prática devido a não assinatura do Termo de Cooperação Técnica, a ser firmado entre a SEMA e a UFMT, pelo representante desta última instituição. Outro fator impeditivo foi o desinteresse demonstrado pela EMPAER em renovar o Termo de Cooperação Técnica com a SEMA. A CMC informou que não foi possível desenvolver as atividades previstas.

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da Ação 2048 não foi alcançado novamente apesar do empenho de os técnicos na execução das atividades previstas no PTA-2009. Foi apresentado ao FEMAM um Plano de Aplicação de recursos financeiros e elaborados, protocolizados e submetidos ao processo de licitação 03 Termos de Referência, tendo por objeto ações de recuperação de UCs. Os Termos de Cooperação Técnica, visando estabelecimento de parcerias com a SEMA, foram encaminhados à EMPAER e à UFMT em 2008 e não foram assinados até o momento.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Assim como em 2008, as dotações orçamentárias autorizadas para a Ação 1545 foram suficientes para a execução das atividades do PTA-2009, com liberação dos recursos em tempo hábil. A execução financeira foi prejudicada basicamente pela ausência de interesse de empresas em desenvolver trabalhos para o Governo do Estado, pelo valor proposto para cada UCs. Ressalta-se que, em função do conhecimento técnico das atividades propostas, a CMRAD sabe que os valores indicados foram justos. O setor não assumiu a execução dessas atividades pelo fato de os técnicos acumularem inúmeras outras funções, sejam relacionadas ao PTA-2009 ou às demandas externas (Prefeituras Municipais, Assembleia Legislativa, Ministério Público Estadual).

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>3780-CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE ÁREAS DEGRADADAS DO ESTADO DE MATO GROSSO</b>  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 179-GESTAO DE AREAS DEGRADADAS   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | PROMOVER A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA GESTÃO DE ÁREAS DEGRADADAS POR MEIO DA EXECUÇÃO DE AÇÕES PARA RESTAURAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E DA SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES PRODUZIDAS EM MATO GROSSO. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | SISTEMA DE GESTAO IMPLANTADO   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |



## Estado de Mato Grosso

Responsável pela Ação: Helida Bruno Nogueira Borges

### META FÍSICA

| Região de Planejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 1,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>1,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1,00                      | 1,00                                 | 1,00                       | 100,00  | 100,00   |

### Análise da Meta Física:

A Ação 3780 exibiu desempenho ótimo principalmente em função da contratação de empresa visando à execução da primeira fase do Termo de Referência nº 07/CMRAD/SUB/SEMA/2009, Protocolo nº 409490/2009, cujo objeto é a criação de um banco de dados sobre áreas degradadas. Tal banco, denominado Sistema de Informação sobre Gestão de Áreas Degradadas de Mato Grosso (SIGAD-MT), configura um sistema de gerenciamento de dados com previsão de 03 anos para a sua implantação definitiva.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 109                                  | 80.000,00           | 80.000,00                     | 75.000,00         | 0,00                 | 93,75                                       | 93,75   |
| 240                                  | 0,00                | 45.000,00                     | 45.000,00         | 0,00                 | 0,00  | 100,00  |
| <b>Total</b>                         | <b>80.000,00</b>    | <b>125.000,00</b>             | <b>120.000,00</b> | <b>0,00</b>          | <b>150,00</b>                               | <b>96,00</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

O desempenho indicado como deficiente foi determinado pela suplementação financeira da Fonte 109. Os recursos suplementados foram solicitados com intuito de viabilizar a contratação de empresa para desenvolvimento do SIGAD-MT, aumentando o valor a ser disponibilizado na licitação. Tal solicitação se justificou pela defasagem nos preços entre 2008 (período de elaboração do PTA-2009) e 2009 praticados pelas empresas do setor de Tecnologia de Informação.

### Capacidade de Execução - COFD:

A capacidade de execução foi considerada ótima em 2009. Foi realizado levantamento bibliográfico sobre a distribuição geográfica, armazenamento e germinação das sementes de espécies nativas com ocorrência em florestas de Mato Grosso, com dados disponibilizados para 123 espécies. Outras informações sobre áreas degradadas, incluindo agentes de degradação, metodologias e indicadores de recuperação, foram obtidas em 50 documentos técnicos produzidos por pesquisadores brasileiros. Foi realizada a licitação (modalidade pregão), com sucesso, para contratação de empresa para criação do Sistema de Informação sobre Gestão de Áreas Degradadas de Mato Grosso (SIGAD-MT). Esse sistema representa uma ferramenta moderna e automatizada, com a capacidade de gerenciar um grande volume de dados, além de agregar dados cadastrais e espaciais dispersos, de diferentes formatos e fontes, em um mesmo banco de dados georreferenciados, com previsão de vinculação ao SIMLAM. O site da CMRAD foi finalizado e reúne informações sobre os projetos demonstrativos, viveiros, levantamentos sobre extensão, mapeamento das áreas degradadas, base de dados sobre espécies de plantas com potencial para uso em recuperação, legislação, documentos técnicos. Até autorização superior para que seja feito o link com o site da SEMA, o site da CMRAD estará hospedado no endereço [www.cmrاد.belezasdematogrosso.com.br](http://www.cmrاد.belezasdematogrosso.com.br). Em 2008 foi iniciado o cadastramento dos atores sociais envolvidos na recuperação de áreas degradadas, com o envio de formulário, em meio impresso e digital, para 216 instituições (Prefeituras Municipais, EMPAER, universidades, escolas técnicas), empresas (viveiros, escritórios de projetos ambientais) e ONGs. Como a CMRAD recebeu somente 29 formulários preenchidos nesse ano a SEMA optou por retomar o cadastramento no segundo semestre de 2009. Em 2009 não foi possível criar uma câmara técnica para discussão e proposição de legislação específica voltada para a recuperação de áreas degradadas do Estado, em consequência da dificuldade em reunir os técnicos da CMRAD e de outros setores que avaliam PRADs na SEMA (gestão florestal, infra-estrutura, mineração e indústria).

### Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da Ação 3780 foi alcançado considerando a execução da maior parte das Tarefas previstas no PTA-2009.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Assim como em 2008, as dotações orçamentárias autorizadas para a Ação 3780 foram suficientes para a execução das atividades do PTA-2009, com liberação dos recursos em tempo hábil. Vale ressaltar que a execução financeira quase foi inviabilizada em função da não realização do pregão eletrônico ainda no ano de 2009. O Termo de Referência (TDR) nº 07/CMRAD/SUB/SEMA/2009, Protocolo nº 409490/2009, foi protocolizado em 15.06.2009, mas a licitação ocorreu somente em 10.12.2009 e a assinatura do Contrato nº 07/2010/SEMA em 02.02.2010. O prazo de 06 meses, entre o protocolo e a licitação, ocorreu principalmente por falhas cometidas pela Coordenadoria de Tecnologia de Informação (CTI): (i) falta de orientação técnica sobre a necessidade de elaboração de projeto com detalhamento do TDR; (ii) na lentidão para avaliação do projeto; (iii) lentidão no posterior encaminhamento ao CEPROMAT.

### Outros aspectos relevantes:





## Estado de Mato Grosso

A criação do SIGAD-MT vem atender a necessidade de uma base de dados com informações que subsidiem a gestão das áreas degradadas no Estado. Atualmente a maioria das operações executadas pela CMRAD é realizada de forma analógica e manual, o que torna difícil e morosa a compilação, sistematização e análise das informações com origem nos estudos, projetos de recuperação e levantamentos de dados secundários. A inserção do sistema na rotina da CMRAD possibilitará, com os resultados gerados nos cruzamentos de dados, a definição de estratégias mais elaboradas para a gestão das áreas degradadas no Estado, incluindo a definição de políticas públicas voltadas para o tema. O acesso ao sistema será possível por meio da rede internet, tanto por profissionais como estudantes e sociedade em geral. O site da CMRAD representa mais um canal de comunicação da SEMA com a sociedade, cuja participação poderá facilitar e incrementar o controle social e ampliar a difusão de boas práticas na administração pública.

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>4043-CAPACITAÇÃO SOBRE GESTÃO DE ÁREAS DEGRADADAS</b>  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 179-GESTAO DE AREAS DEGRADADAS  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Atividade   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>27101-Secretaria de Estado do Meio Ambiente</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO CONHECIMENTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES RELACIONADAS COM A RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DEGRADADAS |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PROFISSIONAL CAPACITADO   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | PESSOA  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Helida Bruno Nogueira Borges  |

### META FÍSICA

| Região de Planejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| ESTADO                 | 13,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>13,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 5,00                      | 5,00                                 | 13,00                      | 260,00  | 260,00   |

### Análise da Meta Física:

A meta física foi considerada altamente deficiente, pois foram capacitados 13 técnicos da CMRAD, configurada pela participação em pelo menos um curso e/ou evento. Número este superior ao previsto de 5 técnicos. A diferença no número de técnicos se deve ao fato de com a criação da CMRAD, em 2008, o quadro técnico ter sido ampliado de 03 para 13 técnicos. Portanto, ocorreu um erro na elaboração do PTA-2009 ao não ajustar a meta física a essa nova realidade, o que deverá acontecer no PTA-2010.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 109                                  | 25.000,00           | 25.000,00                     | 7.875,00        | 0,00                 | 31,50                                       | 31,50   |
| 240                                  | 0,00                | 38.500,00                     | 1.300,00        | 0,00                 | 0,00  | 3,38  |
| <b>Total</b>                         | <b>25.000,00</b>    | <b>63.500,00</b>              | <b>9.175,00</b> | <b>0,00</b>          | <b>36,70</b>                                | <b>14,45</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

A capacidade de planejamento, considerada altamente deficiente, resulta das restrições impostas à participação de maior número de técnicos da CMRAD em eventos de caráter nacional pelo Secretário de Estado Luiz Henrique Chaves Daldegan, como medida de contingenciamento de despesas da SEMA. A CMC, responsável pelo uso de parte dos recursos, informou que não foi possível desenvolver as atividades previstas no PTA-2009.

### Capacidade de Execução - COFD:



## Estado de Mato Grosso

A capacidade de execução foi considerada altamente deficiente, pois foram pagos somente 14,45% da dotação final. Em 2009 a Ação 2048 foi planejada de forma a atender necessidades da CMRAD (Coordenadoria de Monitoramento e Recuperação de Áreas Degradadas) e da CMC (Coordenadoria de Mudanças Climáticas). A CMRAD participou de cursos de capacitação e de eventos neste ano. Cursos de capacitação: Fragmentação na Paisagem Amazônica (Manaus/AM, 06 a 24.07.2009); Desenvolvendo Estratégias Colaborativas para a Gestão Socioambiental na Amazônia Brasileira (Alta Floresta/MT, 18.07.2009 a 01.08.2009); Curso de Capacitação em Geoprocessamento utilizando o Software ArcGis 9.0 ESRI (Cuiabá/MT, 03 a 14.08.2009); Curso de Capacitação Utilização de Imagens Rapid Eye (Cuiabá/MT, 14 e 15.10.2009). Participação em eventos: XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (Natal/RN, 25 a 30.04.2009); 8º Simpósio Nacional de Controle de Erosão (São Paulo/SP, 29.03.2009 a 02.04.2009); I Encontro de Meio Ambiente: Ecoculturalizando o Meio Ambiente (Cuiabá/MT, 03 a 05.06.2009); Expedição Restauração Florestal nas Cabeceiras do rio Xingu (Canarana, Água Boa e São José do Xingu, 03 a 14.10.2009); 9º Seminário de Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso (Cuiabá/MT, 14 a 16.10.2009); Congresso Iberoamericano e do Caribe sobre Restauração Ecológica (Curitiba/PR, 09 a 13.11.2009); III Simpósio sobre Recuperação de Áreas Degradadas (São Paulo/SP, 24 a 27.11.2009); II Simpósio Regional da Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais e I Encontro Matogrossense de Recuperação de Áreas Degradadas (Cuiabá/MT, 24 a 26.11.2009). Em todos os cursos e eventos, realizados fora do estado, foi autorizada a participação de no máximo 02 técnicos da CMRAD. No curso realizado em Manaus a participação de 02 técnicas ocorreu por financiamento das passagens e parte das diárias pelo Projeto BRA/00/G31 Promoção de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas florestas de Fronteira do Noroeste de Mato Grosso e demais despesas custeadas pelas servidoras. No curso de capacitação no programa ArcGis e no II Simpósio Regional da Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais e no I Encontro Matogrossense de Recuperação de Áreas Degradadas foi possível a participação de toda a equipe pelo fato de serem realizados em Cuiabá.

### **Alcance do Objetivo Específico:**

Considera-se que o objetivo específico da Ação 4043 foi parcialmente alcançado em função da imposição de participação em eventos fora do Estado para somente alguns técnicos do setor.

### **Execução Orçamentária e Financeira:**

Assim como em 2008, as dotações orçamentárias autorizadas para a Ação 3780 foram suficientes para a execução das atividades do PTA-2009, com liberação dos recursos em tempo hábil.

### **Outros aspectos relevantes:**

### **Recomendações da Unidade responsável pela ação:**



Estado de Mato Grosso

## RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>Exercício:</b>                   | 2009  |
| <b>Programa:</b>                    | <b>190-DESENVOLVIMENTO FLORESTAL -MT FLORESTA</b>   |
| <b>Objetivo Estratégico do PPA:</b> | 09-REDUÇÃO DO RITMO DE DESMATAMENTO E RECUPERAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL E DAS ÁREAS DGRADADAS DOS BIOMAS DE MATO GROSSO.   |
| <b>Tipo de Programa:</b>            | Finalístico   |
| <b>Origem do Programa:</b>          | INSUFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO DE MATÉRIA PRIMA NO SETOR FLORESTAL   |
| <b>Objetivo do Programa:</b>        | PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO DA CADEIA PRODUTIVA DO SETOR FLORESTAL ATRAVÉS DA PRODUÇÃO SUSTENTADA DE FLORESTAS POR MEIO DO REFLORESTAMENTO, FLORESTAMENTO E DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL |
| <b>Público Alvo:</b>                | PRODUTORES FLORESTAIS, TÉCNICOS, PESQUISADORES, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E CONS. DO SEG. DE PROD. FLORESTAIS   |
| <b>Unidade Resp. Programa:</b>      | 12101-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural   |
| <b>Gestor(a) do Programa:</b>       | Neldo Egon Weirich  |

| INDICADORES  |                          |                   |                   |                  |               |              |               |
|--|--------------------------|-------------------|-------------------|------------------|---------------|--------------|---------------|
| Descrição  | Priodicidade da Apuração | Unidade de Medida | Índice Início PPA | Índice Final PPA | Previsto 2009 | Apurado 2009 | Data Apuração |
| INCREMENTO DE AREA CULTIVADA COM FLORESTA -GERAL<br>Fonte: AREFLORESTA | Anual                    | HECTARE           | 145498.17         | 160000           | 152000        |              |               |

Análise de Indicadores do Programa:

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                     |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado     | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 240                                  | 15.687,28           | 494,85                        | 494,85              | 0,00                 | 3,15  | 100,00  |
| 244                                  | 5.932.020,07        | 6.282.020,07                  | 1.162.473,25        | 1.706.810,01         | 19,60                                       | 25,41   |
| <b>Total</b>                         | <b>5.947.707,35</b> | <b>6.282.514,92</b>           | <b>1.162.968,10</b> | <b>1.706.810,01</b>  | <b>19,55</b>                                | <b>25,42</b>  |

Capacidade de Planejamento - PPD:

Capacidade de Execução - COFD:

Execução:

Resultados:

Principais restrições e providências adotadas:

Outros aspectos relevantes:

Outros produtos entregues:

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:



Estado de Mato Grosso

**Avaliação das Ações do Programa**

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>3818-DESENVOLVER PESQUISA PARA O SETOR FLORESTAL</b>                                  |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 190-DESENVOLVIMENTO FLORESTAL -MT FLORESTA   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>12101-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural</b>                               |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | DESENVOLVER PESQUISA PARA REFLORESTAMENTO E FLORESTAMENTO DAS ESPÉCIES DE MATERIQUÍPRIMA |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | PROJETOS ATENDIDOS   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Rogério Monteiro Costa E Silva   |

**META FÍSICA**

| Região de Planejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 3,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>3,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 8,00                      | 8,00                                 | 3,00                       | 37,50   | 37,50  |

**Análise da Meta Física:**

Os projetos analisados e avaliados pela equipe da superintendência de Desenvolvimento Florestal no ano de 2009 totalizaram 5 projetos os quais somente 3 estavam dentro das prioridades elencadas pelo governo na visão desta secretaria que foram aprovados pelo Conselho Gestor e contemplam as seguintes diretrizes: 1 Qualidade de um Solo Arenoso sob cultivo de Eucalipto; 2 Rede de Experimentos Florestais; 3 Propriedades Tecnológicas da madeiras de Teca (*Tectona grandis*) e Seringueira (*Hevea brasiliensis*). A meta física (prevista e após os créditos) estão altamente deficitárias com 37,5%, porém não refletem a realidade da pesquisa florestal dentro programa. Pois os projetos aprovados são de extrema relevância e com valores superiores ao previsto na LOA. Entretanto não foi disponibilizado recurso para todos os projetos aprovados. Diante da realidade dos projetos fomentados entendemos que alcançamos um nível regular (62,45%).

**ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO**

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 244                                  | 744.966,00          | 914.966,00                    | 465.244,75        | 169.489,80           | 62,45                                       | 62,41   |
| <b>Total</b>                         | <b>744.966,00</b>   | <b>914.966,00</b>             | <b>465.244,75</b> | <b>169.489,80</b>    | <b>62,45</b>                                | <b>62,41</b>  |

**Capacidade de Planejamento - PPD:**

Os projetos analisados e avaliados pela equipe da superintendência de Desenvolvimento Florestal no ano de 2009 totalizaram 5 projetos os quais somente 3 estavam dentro das prioridades elencadas pelo governo na visão desta secretaria que foram aprovados pelo Conselho Gestor e contemplam as seguintes diretrizes: 1 Qualidade de um Solo Arenoso sob cultivo de Eucalipto; 2 Rede de Experimentos Florestais; 3 Propriedades Tecnológicas da madeiras de Teca (*Tectona grandis*) e Seringueira (*Hevea brasiliensis*). A meta física (prevista e após os créditos) estão altamente deficitárias com 37,5%, porém não refletem a realidade da pesquisa florestal dentro programa. Pois os projetos aprovados são de extrema relevância e com valores superiores ao previsto. Entretanto não foi disponibilizado recurso para todos os projetos aprovados. Diante da realidade dos projetos fomentados entendemos que alcançamos um nível regular (62,45%). Apesar de termos o desempenho regular, entretanto não refletem na importância dos projetos aprovados em relação a esse percentual. Tivemos que fazer a suplementação orçamentária em alguns elementos de despesa que não foram planejados, mas dentro da visão de Estado esta contemplado.

**Capacidade de Execução - COFD:**

Apesar de termos o desempenho regular, entretanto não refletem na importância dos projetos aprovados em relação a esse percentual. Foi contingenciado aprox. 23% que prejudicaram algumas ações que poderiam ser efetivadas, somando com desempenho regular totaliza em torno 85% que reflete um desempenho bom. Tivemos que fazer a suplementação orçamentária em alguns elementos de despesa que não foram planejados, mas dentro da visão de Estado nas ações prioritárias para a pesquisa florestal.

**Alcance do Objetivo Específico:**



## Estado de Mato Grosso

Em relação à pesquisa, os projetos aprovados refletem uma necessidade que o setor de base florestal esta buscando novas tecnologias para o desenvolvimento florestal no Estado como de rede de experimentos florestais, avaliação das propriedades tecnológicas das espécies florestais e projeto técnico científico sobre a qualidade de um solo arenoso sob o cultivo de Eucalipto. Entendemos que nosso desempenho real foi aproximadamente 85% que reflete um desempenho bom, superior ao PPD e COFD.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Por ser uma ação que depende de demanda e possui requisitos para serem analisados e aprovados por um Conselho Gestor compostos por 12 instituições fica difícil o planejamento orçamentário que depende de um recurso monitorado e fiscalizado pela SEFAZ e SEMA respectivamente, oriundos da taxa de reposição florestal sabendo que o recurso total do programa fonte 244 foi em torno de R\$500.000,00 muito a quem do previsto que foi de R\$5.932.070,00. O desempenho na execução orçamentária e financeira na ação refletiu a realidade da demanda da pesquisa florestal.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>3819-RECUPERAR ÁREAS DEGRADADAS E MATAS CILIARES</b>   |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 190-DESENVOLVIMENTO FLORESTAL -MT FLORESTA  |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>12101-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural</b>  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | RECUPERAR ÁREAS DEGRADADAS E MATAS CILIARES LOCALIZADAS EM ÁREAS PÚBLICAS OU DE INTERESSE PÚBLICO |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | AREAS DE MATA CILIAR DE NASCENTES RECUPERADAS   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | HECTARE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Rogério Monteiro Costa E Silva  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta          |
|------------------------|---------------|
| ESTADO                 | 450,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>450,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 425,64                    | 425,64                               | 450,00                     | 105,72  | 105,72   |

### Análise da Meta Física:

Os projetos analisados e avaliados pela equipe da superintendência de Desenvolvimento Florestal no ano de 2009 totalizaram 20 projetos os quais somente 9 estavam dentro das prioridades elencadas pelo governo na visão desta secretaria, e que não continham pendências e foram aprovados pelo Conselho Gestor contemplando as seguintes diretrizes: 1 viveiros de mudas em Vila Rica; 2 semeando futuro Terra Nova do Norte; 3 Recuperação das margens do córrego Diego Felipe DalBosco; 4 Viveiro de mudas em Santa Carmem; 5 - Reestruturação do Viveiro Municipal de Nortelândia; 6 Viveiro de mudas em Arenópolis; 7 Viveiro de mudas em Sinop; 8 Reestruturação viveiro de mudas em Juara; 9 Projeto Construção de Viveiro para Produção de Muda de Espécies Florestais. A meta física (prevista e após os créditos) representa 105,72% (ótimo), delineando a realidade da recuperação de áreas degradadas previstas dentro do planejamento. Sabendo que mesmo com valor contingenciado atingimos a meta através de parcerias com prefeituras, governo federal, organizações não governamentais, associações, cooperativas etc. Liberamos recursos de apenas 2 projetos, e os outros 7 projetos os proponentes já começaram a executar ações, pois dentro das normas do Fundo MT-FLORESATA como contrapartida no mínimo 10% do valor total do projeto.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 244                                  | 1.117.449,00        | 1.117.449,00                  | 265.857,92        | 335.234,71           | 23,79                                       | 33,99   |
| <b>Total</b>                         | <b>1.117.449,00</b> | <b>1.117.449,00</b>           | <b>265.857,92</b> | <b>335.234,71</b>    | <b>23,79</b>                                | <b>33,99</b>  |



## Estado de Mato Grosso

### Capacidade de Planejamento - PPD:

O desempenho apurado não reflete as ações desenvolvidas no ano de 2009. Foram analisados e avaliados 20 projetos onde nove projetos foram aprovados totalizando recursos no valor de R\$1699.137,26 sendo que somente dois projetos foram liberados recursos na ordem total de R\$374.107,92. Entendo que o valor contingenciado prejudicou bastante o desempenho que foi considerado altamente deficiente (23,79%), pois o desempenho das ações nos projetos aprovados foram muito satisfatórios executados através de parcerias atendendo ao planejado.

### Capacidade de Execução - COFD:

O desempenho apurado não reflete as ações desenvolvidas no ano de 2009. Foram analisados e avaliados 20 projetos onde nove projetos foram aprovados totalizando recursos no valor de R\$1699.137,26 sendo que somente dois projetos foram liberados recursos na ordem total de R\$374.107,92. Entendo que o valor contingenciado prejudicou bastante o desempenho que foi considerado altamente deficiente (COFD-33,99 %) superior ao PPD-23,79%. Sabendo que o desempenho das ações nos projetos aprovados foram muito satisfatórios executados através de parcerias atendendo ao planejado.

### Alcance do Objetivo Específico:

O desempenho das ações nos projetos aprovados foram Altamente Deficientes (PPD-23,79% e COFD- 33,99%). Este desempenho se deve em grande parte pelo contingenciamento de parte dos recursos, mas temos projetos aprovados para serem liberados no ano de 2010 com valor em torno de R\$1325.029,44 para 07 projetos aprovados no ano de 2009.

### Execução Orçamentária e Financeira:

Por ser uma ação que depende de demanda e possui requisitos para serem analisados e aprovados por um Conselho Gestor compostos por 12 instituições fica difícil o planejamento orçamentário que depende de um recurso monitorado e fiscalizado pela SEFAZ e SEMA respectivamente, oriundos da taxa de reposição florestal sabendo que o recurso total do programa fonte 244 foi em torno de R\$500.000,00 muito a quem do previsto que foi de R\$5.932.070,00. O desempenho na execução orçamentária e financeira na ação refletiu a realidade da demanda do programa para o ano de 2009.

### Outros aspectos relevantes:

### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>3820-ESTIMULAR AS ATIVIDADES DE FLORESTAMENTO, REFLORESTAMENTO E MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL</b> |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 190-DESENVOLVIMENTO FLORESTAL -MT FLORESTA   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>12101-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural</b>   |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | CUMPRIR A REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA ATRAVÉS DE REFLORESTAMENTO E FLORESTAMENTO                 |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | AREA REFLORESTADA AMPLIADA   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | HECTARE  |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Rogério Monteiro Costa E Silva   |

### META FÍSICA

| Região de Planejamento | Meta          |
|------------------------|---------------|
| ESTADO                 | 400,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>400,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 1.429,98                  | 1.429,98                             | 400,00                     | 27,97   | 27,97  |

### Análise da Meta Física:

Os projetos analisados e avaliados pela equipe da superintendência de Desenvolvimento Florestal no ano de 2009 totalizaram 14 projetos os quais nenhum tiveram condições para sua aprovação devido a necessidade de Licença Ambiental Única LAU pré-requisito para ser apreciado pelo Conselho Gestor, mas com parcerias entre Governo de Estado, Prefeituras e com recursos federais através do FCO Rural conseguimos implementar ações para reflorestamentos de Teca, Eucalipto, Seringueira e Pau de Balsa nos diversos municípios do estado totalizando em torno 400ha. Os recursos empenhados foram de projetos aprovados em anos anteriores dando continuidade a execução das ações nos projetos em andamento.



## Estado de Mato Grosso

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 244                                  | 3.724.830,20        | 3.724.830,20                  | 215.842,00        | 1.117.449,12         | 5,79  | 8,28  |
| <b>Total</b>                         | <b>3.724.830,20</b> | <b>3.724.830,20</b>           | <b>215.842,00</b> | <b>1.117.449,12</b>  | <b>5,79</b>                                 | <b>8,28</b>   |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

Os projetos analisados e avaliados pela equipe da superintendência de Desenvolvimento Florestal no ano de 2009 totalizaram 14 projetos os quais nenhum tiveram condições para sua aprovação devido a necessidade de Licença Ambiental Única LAU pré-requisito para ser apreciado pelo Conselho Gestor, mas com parcerias entre Governo de Estado, Prefeituras e com recursos federais através do FCO Rural conseguimos implementar ações para reflorestamentos de Teca, Eucalipto, Seringueira e Pau de Balsa nos diversos municípios do estado totalizando em 400ha.

O desempenho da ação em relação ao valor empenhado em relação a dotação inicial PPD% foi bastante prejudicado pela não aprovação dos projetos e pelo valor contingenciado. Se os projetos fossem aprovados para serem implementados assim melhoraria o desempenho da ação.

#### Capacidade de Execução - COFD:

Os projetos analisados e avaliados pela equipe da superintendência de Desenvolvimento Florestal no ano de 2009 totalizaram 14 projetos os quais nenhum tiveram condições para sua aprovação devido a necessidade de Licença Ambiental Única LAU pré-requisito para ser apreciado pelo Conselho Gestor, mas com parcerias entre Governo de Estado, Prefeituras e com recursos federais através do FCO Rural conseguimos implementar ações para reflorestamentos de Teca, Eucalipto, Seringueira e Pau de Balsa nos diversos municípios do estado totalizando em 400ha.

O desempenho da ação em relação ao valor empenhado em relação a dotação inicial COFD 8,28% foi bastante prejudicado pela não aprovação dos projetos e pelo valor contingenciado. Se os projetos fossem aprovados para serem implementados assim melhoraria o desempenho da ação.

#### Alcance do Objetivo Específico:

#### Execução Orçamentária e Financeira:

Por ser uma ação que depende de demanda e possui requisitos para serem analisados e aprovados por um Conselho Gestor compostos por 12 instituições fica difícil o planejamento orçamentário que depende de um recurso monitorado e fiscalizado pela SEFAZ e SEMA respectivamente, oriundos da taxa de reposição florestal sabendo que o recurso total do programa fonte 244 foi de torno de R\$500.000,00 muito a quem do previsto que foi de R\$5.932.070,00. O desempenho na execução orçamentária e financeira na ação não refletiu a realidade da demanda do programa, por causa da dificuldade de aprovação dos projetos pela necessidade da Licença Ambiental Única (LAU).

#### Outros aspectos relevantes:

#### Recomendações da Unidade responsável pela ação:

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>Ação:</b>                     | <b>3821-AMPARAR AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS BEM COMO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>                          |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 190-DESENVOLVIMENTO FLORESTAL -MT FLORESTA   |
| <b>Exercício:</b>                | 2009   |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto  |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | 12101-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural  |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | MANTER A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MT-FLORESTA E PROMOVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO SETOR DE BASE FLORESTAL |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | AÇÃO MANTIDA   |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | PERCENTUAL   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Rogério Monteiro Costa E Silva   |

#### META FÍSICA



## Estado de Mato Grosso

| Região de PLanejamento | Meta         |
|------------------------|--------------|
| ESTADO                 | 63,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>63,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 100,00                    | 100,00                               | 63,00                      | 63,00   | 63,00  |

### Análise da Meta Física:

No ano de 2008 o planejamento orçamentário contemplava a rubrica investimentos destinado a aquisição de veículos para o monitoramento, fiscalização e assistência técnica aos projetos fomentados pelo programa. Por motivos administrativos não foi possível efetuar a compra dos veículos em 2008. No ano 2009 não tinha disponibilidade orçamentária para a rubrica investimento por isso foi necessário a suplementação orçamentária no valor de R\$180.000,00 para atender programação. Nesta ação foram realizados vários eventos com enfoque em Educação Ambiental juntamente com parceiros descritas a seguir: 1 WORKSHOP Licenciamento Ambiental e Sobre sistemas de manejo de floresta de Eucalipto; 2 10º Encontro de Reflorestadores de Mato Grosso O Potencial da Teca Jovem; 3 Revisão e Atualização das cartilha Diretrizes Técnicas para o cultivo de Seringueira no Estado de Mato Grosso; 4 Atividades em Educação Ambiental nos municípios; 5 Materiais Educativos para divulgação das ações MT FLORESTA; 6 Ações voltadas a formalização das diretrizes técnicas do cultivo do Pequiueiro, Nim e Manejo Florestal; 7 ações em parcerias com os conselhos FAMAD, CONSEMA, CEHIDRO, CDA e CEDRS. Tivemos outras ações que necessitaram de recursos, mas como estavam contingenciados prejudicaram o melhor aproveitamento do recurso na execução da ação.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                   |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado   | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 244                                  | 344.774,87          | 524.774,87                    | 215.528,58        | 84.636,38            | 62,51                                       | 48,97   |
| <b>Total</b>                         | <b>344.774,87</b>   | <b>524.774,87</b>             | <b>215.528,58</b> | <b>84.636,38</b>     | <b>62,51</b>                                | <b>48,97</b>  |

### Capacidade de Planejamento - PPD:

No ano de 2008 o planejamento orçamentário contemplava a rubrica investimentos destinado a aquisição de veículos para o monitoramento, fiscalização e assistência técnica aos projetos fomentados pelo programa. Por motivos administrativos não foi possível efetuar a compra dos veículos em 2008. No ano 2009 não tinha disponibilidade orçamentária para a rubrica investimento por isso foi necessário a suplementação orçamentária no valor de R\$180.000,00 para atender programação. Nesta ação foram realizados vários eventos com enfoque em Educação Ambiental juntamente com parceiros descritas a seguir: 1 WORKSHOP Licenciamento Ambiental e Sobre sistemas de manejo de floresta de Eucalipto; 2 10º Encontro de Reflorestadores de Mato Grosso O Potencial da Teca Jovem; 3 Revisão e Atualização das cartilha Diretrizes Técnicas para o cultivo de Seringueira no Estado de Mato Grosso; 4 Atividades em Educação Ambiental nos municípios; 5 Materiais Educativos para divulgação das ações MT FLORESTA; 6 Ações voltadas a formalização das diretrizes técnicas do cultivo do Pequiueiro, Nim e Manejo Florestal; 7 ações em parcerias com os conselhos FAMAD, CONSEMA, CEHIDRO, CDA e CEDRS. Tivemos outras ações que necessitaram de recursos, mas como os projetos continham pendências e objetivos inconsistentes não foram aprovados com isso prejudicaram o melhor aproveitamento da ação conforme PPD -62,51%, podendo ter um desempenho superior .

### Capacidade de Execução - COFD:

No ano de 2008 o planejamento orçamentário contemplava a rubrica investimentos destinado a aquisição de veículos para o monitoramento, fiscalização e assistência técnica aos projetos fomentados pelo programa. Por motivos administrativos não foi possível efetuar a compra dos veículos em 2008. No ano 2009 não tinha disponibilidade orçamentária para a rubrica investimento por isso foi necessário a suplementação orçamentária no valor de R\$180.000,00 para atender programação. Nesta ação foram realizados vários eventos com enfoque em Educação Ambiental juntamente com parceiros descritas a seguir: 1 WORKSHOP Licenciamento Ambiental e Sobre sistemas de manejo de floresta de Eucalipto; 2 10º Encontro de Reflorestadores de Mato Grosso O Potencial da Teca Jovem; 3 Revisão e Atualização das cartilha Diretrizes Técnicas para o cultivo de Seringueira no Estado de Mato Grosso; 4 Atividades em Educação Ambiental nos municípios; 5 Materiais Educativos para divulgação das ações MT FLORESTA; 6 Ações voltadas a formalização das diretrizes técnicas do cultivo do Pequiueiro, Nim e Manejo Florestal; 7 ações em parcerias com os conselhos FAMAD, CONSEMA, CEHIDRO, CDA e CEDRS. Tivemos outras ações que necessitaram de recursos, mas como estavam contingenciados prejudicaram o melhor aproveitamento do recurso na execução da ação conforme COFD 48,97%, podendo ter um desempenho superior .

### Alcance do Objetivo Específico:





## Estado de Mato Grosso

No ano de 2008 o planejamento orçamentário contemplava a rubrica investimentos destinado a aquisição de veículos para o monitoramento, fiscalização e assistência técnica aos projetos fomentados pelo programa. Por motivos administrativos não foi possível efetuar a compra dos veículos em 2008. No ano 2009 não tinha disponibilidade orçamentária para a rubrica investimento por isso foi necessário a suplementação orçamentária no valor de R\$180.000,00 para atender programação. Nesta ação foram realizados vários eventos com enfoque em Educação Ambiental juntamente com parceiros descritas a seguir: 1 WORKSHOP Licenciamento Ambiental e Sobre sistemas de manejo de floresta de Eucalipto; 2 10º Encontro de Reflorestadores de Mato Grosso O Potencial da Teca Jovem; 3 Revisão e Atualização das cartilha Diretrizes Técnicas para o cultivo de Seringueira no Estado de Mato Grosso; 4 Atividades em Educação Ambiental nos municípios; 5 Materiais Educativos para divulgação das ações MT FLORESTA; 6 Ações voltadas a formalização das diretrizes técnicas do cultivo do Pequi, Nim e Manejo Florestal; 7 ações em parcerias com os conselhos FAMAD, CONSEMA, CEHIDRO, CDA e CEDRS. Tivemos outras ações que necessitaram de recursos, mas como os projetos continham pendências e objetivos inconsistentes e também recursos contingenciados que não possibilitaram aprovação de novas ações com isso prejudicaram o melhor aproveitamento da ação conforme PPD -62,51% e COFD 48,97 %,podendo ter um desempenho superior nas ações planejadas.

### **Execução Orçamentária e Financeira:**

Por ser uma ação que depende de demanda e possui requisitos para serem analisados e aprovados por um Conselho Gestor compostos por 12 instituições fica difícil o planejamento orçamentário que depende de um recurso monitorado e fiscalizado pela SEFAZ e SEMA respectivamente, oriundos da taxa de reposição florestal sabendo que o recurso total do programa fonte 244 foi de torno de R\$500.000,00 muito a quem do previsto que foi de R\$5.932.070,00. O desempenho na execução orçamentária e financeira na ação refletiu a realidade da demanda do programa.

### **Outros aspectos relevantes:**

### **Recomendações da Unidade responsável pela ação:**



## Estado de Mato Grosso

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>Ação:</b>                     | <b>1863-CARACTERIZACAO TECNOLOGICA DA MADEIRA</b>                         |
| <b>Programa de Governo:</b>      | 190-DESENVOLVIMENTO FLORESTAL -MT FLORESTA                                |
| <b>Exercício:</b>                | 2009  |
| <b>Tipo de Ação:</b>             | Projeto   |
| <b>Unidade Responsável:</b>      | <b>12302-Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso</b>              |
| <b>Objetivo Específico:</b>      | DISPONIBILIZAR INFORMACOES TECNOLOGICAS SOBRE AS MADEIRAS DE MATO GROSSO. |
| <b>Descrição da Meta Física:</b> | ESPECIE DE MADEIRA CARACTERIZADA  |
| <b>Unidade de Medida:</b>        | UNIDADE   |
| <b>Responsável pela Ação:</b>    | Roberto Barbosa De Souza  |

### META FÍSICA

| Região de PLanejamento | Meta        |
|------------------------|-------------|
| ESTADO                 | 0,00        |
| <b>Total:</b>          | <b>0,00</b> |

| REALIZAÇÃO DA META FÍSICA |                                      |                            |   |  |
|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---|--|
| Meta Física Prevista LOA  | Meta Física Prevista (após Créditos) | Meta Física Ação Realizada | % Realizado em Relação a Meta Física Prevista | % Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos |
| 22,00                     | 22,00                                | 0,00                       | 0,00  | 0,00   |

#### Análise da Meta Física:

O Projeto foi cancelado pela Direção do Órgão, em atenção a contenção de despesas solicitada pelo Governador do Estado. Houve também uma grande demanda de serviços de perícias técnicas realizadas pelo Laboratório de Tecnologia da Madeira, absorvendo todo o pessoal lotado no segmento. Dessa forma, a meta não foi atingida.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

| REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA |                     |                               |                 |                      |   |   |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------|---|---|
| Fonte                                | Dotação Inicial LOA | Dotação Final (após Créditos) | Valor Empenhado | Valor Contingenciado | %PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial | %COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado |
| 240                                  | 15.687,28           | 494,85                        | 494,85          | 0,00                 | 3,15  | 100,00  |
| <b>Total</b>                         | <b>15.687,28</b>    | <b>494,85</b>                 | <b>494,85</b>   | <b>0,00</b>          | <b>3,15</b>                                 | <b>100,00</b>   |

#### Capacidade de Planejamento - PPD:

Houve remanejamento da Dotação Orçamentária para outro Projeto Atividade devida decisão de cancelamento do projeto.

#### Capacidade de Execução - COFD:

O ótimo desempenho da capacidade operacional financeira e orçamentária deu-se pela percepção da necessidade cancelamento do projeto no decorrer do exercício, disponibilizando o recursos para outras atividades prioritárias.

#### Alcance do Objetivo Específico:

Apesar do projeto ter sido cancelado, o órgão caracterizou um número maior de espécies no estado do que o previsto inicialmente no PPA 2007-2010.

#### Execução Orçamentária e Financeira:

Houve um pequeno gasto do recurso do projeto no início do exercício e remanejamento do restante para outra atividade frente a necessidade de contenção de gasto devido a diminuição da arrecadação do órgão decorrente da crise econômica que afetou os frigoríficos.

#### Outros aspectos relevantes:

#### Recomendações da Unidade responsável pela ação: